



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS (FCS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

CAROLINA CADIMA FERNANDES NAZARETH

É UMA VIDA DE FEIRA:
Trajetórias, paisagens e agenciamentos nas feiras livres da
região central de Goiânia-GO

GOIÂNIA
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

CAROLINA CADIMA FERNANDES NAZARETH

3. Título do trabalho

É UMA VIDA DE FEIRA: Trajetórias, paisagens e agenciamentos nas feiras livres da região central de Goiânia-GO

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Cadima Fernandes Nazareth, Discente**, em 19/02/2024, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janine Helfst Leicht Collaco, Professora do Magistério Superior**, em 24/02/2024, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4389168** e o código CRC **C42FFA92**.

CAROLINA CADIMA FERNANDES NAZARETH

É UMA VIDA DE FEIRA:
Trajetórias, paisagens e agenciamentos nas feiras livres da
região central de Goiânia-GO

Tese apresentada ao Programa de Pós -
Graduação em Antropologia Social, da
Faculdade de Ciências Sociais, da
Universidade Federal de Goiás (UFG), como
requisito para obtenção do grau de Doutora
em Antropologia Social.

Área de Concentração: Antropologia Social.
Linha de Pesquisa: Etnografia dos
conhecimentos e experimentações
etnográficas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Janine Helfst Leicht
Collaço

GOIÂNIA
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Nazareth, Carolina Cadima Fernandes

É UMA VIDA DE FEIRA [manuscrito] : Trajetórias, paisagens e agenciamentos nas feiras livres da região central de Goiânia-GO / Carolina Cadima Fernandes Nazareth. - 2023.
232, f.

Orientador: Prof. Janine Helfst Leicht Collaço.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Goiânia, 2023.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, fotografias, abreviaturas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Feiras. 2. Relações. 3. Risco. 4. Confiança. 5. Multiespécies. I. Collaço, Janine Helfst Leicht , orient. II. Título.

CDU 572



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº 010/23-D da sessão de Defesa de Tese de **CAROLINA CADIMA FERNANDES NAZARETH**, que lhe confere o título de Doutora em Antropologia Social, na área de concentração Antropologia Social.

Aos dezenove dias do mês de dezembro de 2023, às 13:00 horas, via webconferência, realizou-se a sessão de julgamento da Tese de Doutorado de **CAROLINA CADIMA FERNANDES NAZARETH**, intitulada *É UMA VIDA DE FEIRA: Trajetórias, paisagens e agenciamentos nas feiras livres da região central de Goiânia-GO*. A Banca Examinadora foi composta pelos/as seguintes Professores/as Doutores/as: Janine Helfst Leicht Collaço (PPGAS/UFG - presidente); Manuelina Maria Duarte Cândido (membro interno - PPGAS/UFG); Luis Felipe Kojima Hirano (membro interno - PPGAS/UFG); Joana Aparecida Fernandes Silva (membro interno - PPGAS/UFG) e Talita Prado Barbosa Roim (membro externo - UNESP/Marília). A candidata apresentou seu trabalho, foi arguida pela Banca e respondeu às arguições. Ao final da arguição, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, pelo qual foi atribuído à doutoranda o seguinte resultado: **aprovada** pelos seus membros. Reabertos os trabalhos, a presidente proclamou os resultados e encerrou a sessão pública, da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada por ela e os/as demais integrantes da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Kojima Hirano, Professor do Magistério Superior**, em 04/03/2024, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Manuelina Maria Duarte Candido, Professor do Magistério Superior**, em 05/03/2024, às 07:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Suzane De Alencar Vieira, Coordenadora de Pós-Graduação**, em 07/03/2024, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janine Helfst Leicht Collaco, Professora do Magistério Superior**, em 22/03/2024, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joana Aparecida Fernandes Silva, Usuário Externo**, em 27/03/2024, às 12:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4425318** e o código CRC **705D9FB5**.

Referência: Processo nº 23070.069294/2023-61

SEI nº 4425318

CAROLINA CADIMA FERNANDES NAZARETH

É UMA VIDA DE FEIRA: Trajetórias, paisagens e agenciamentos nas feiras livres da região central de Goiânia-GO

Tese apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Antropologia Social, da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do grau de Doutora em Antropologia Social.

Aprovada pela Banca Examinadora em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Janine Helfst Leicht Collaço (PPGAS/UFG)
Orientadora

Prof.^a. Dr.^a Manuelina Duarte Cândido (PPGAS/UFG)

Prof. Dr. Luis Felipe Kojima Hirano (PPGAS/UFG)

Prof.^a. Dr.^a Joana Aparecida Fernandes Silva (PPGAS/UFG)

Prof.^a Dr.^a Talita Prado Barbosa Roim (UNESP-Marília/SP)

Prof.^a Dr.^a Suzane de Alencar Vieira (PPGAS/UFG)
Suplente

Este trabalho foi realizado com apoio do Acordo CAPES/FAPEG - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação (MEC) e Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e irmã pelo apoio incondicional.

Ao Amilton pelo amor, ouvidos e companheirismo.

À Yasmim, nossa estrelinha.

AGRADECIMENTO

Poderia dizer que a palavra que define o doutorado é *travessia*. Durante esse processo, às vezes árduo e, muitas vezes, prazeroso, sinto que fui atravessada por uma série de pessoas, coisas e acontecimentos. É por isso que agradeço aos atravessadores, que tanto estiveram presentes nesse percurso, mesmo sabendo que corro o risco de omitir alguns deles.

Começo agradecendo à UFG, que foi minha casa por tantos anos e me acolheu tão bem. À CAPES/FAPEG pelo suporte financeiro essencial para a realização da pesquisa. À FCS por ter me permitido ser aluna, professora e colega.

Agradeço, também, ao PPGAS, que me permitiu conhecer pessoas, sentimentos e experiências. Aqui, deixo meu sincero obrigado à minha turma, que tantas vezes foi acalento e aos professores, em especial à Janine Collaço, Camilo Braz, Camila Mainardi, Camila Moraes e Joana Fernandes por terem me mostrado que é possível ensinar com excelência e afeto. Aos secretários, Elder e Marcelo que sempre estiveram presentes para auxiliar.

A todos os colegas de classe e, em especial, à Gabi Junqueira, pelas viagens, carinho e amor compartilhado. À Nayala Duailibe, pela parceria e afeto infinitos. Ao Gleidson de Oliveira, pelas mensagens de carinho e perseverança e ao Osmar Lúcio, pela generosidade, cuidado e campo compartilhado.

Agradeço, especialmente, à minha orientadora, Janine Collaço, que foi mãe, colega, conselheira, parceira e professora. Que privilégio o meu!

Aos feirantes, pela paciência e toda sabedoria compartilhada.

Agradeço ao GECCA, em especial à Talita Roim, Marlon Castro, Filipe Barbosa e Egrimont Netto, companheiros nos momentos de alegrias e dificuldades.

Agradeço à banca de qualificação: Renata Menasche e Talita Roim pelas orientações, sugestões e leitura que me abriram novos caminhos e possibilidade.

Agradeço à banca avaliadora da tese, professores Manuelina Duarte, Luis Felipe Hirano, Joana Fernandes, Talita Roim e Suzane Alencar, pela compreensão com os prazos e o aceite.

Agradeço aos amigos que apareceram pelo caminho e aos amigos que permaneceram: Camila Mainardi, obrigada pela doçura e presença e por ser lar tantas vezes, Gisely Santos, obrigada por ser irmã, Thaisa Ferreira e Diego Mendes, pelo

carinho e pelas relações de vizinhança, Antônio Augusto, que foi amigo, irmão e fortaleza, Francy Eide pelo aconchego do melhor abraço. Agradeço aos meus amigos da Sociais da UFU, que há mais de 15 anos estão comigo: Iane Ulhoa, Mariana Barcelos, Lara Mujali, Álvaro Rodrigues, Leo da Cruz, Dani Alves, Andreia de Jesus, Luiz Paulo e Cristiano Antônio.

Agradeço à Universidade Federal de Uberlândia, que por cinco anos me acolheu como aluna e entre 2021 e 2023 me acolheu como professora. Agradeço, em especial, aos meus colegas Juanita Cuéllar, Luiz Paulo e Afonso Henrique, também professores substitutos e que dividiram as alegrias e dores da docência. Aos demais colegas, Márcio Souza, Débora Pastana e Marili Junqueira, agradeço à parceria e receptividade. Aos alunos, agradeço a possibilidade de me transformarem em professora.

Agradeço, também, à Bárbara Avelino, por me ensinar a respirar e à Marília Cadima por me ensinar a flutuar e que foram mais que amiga e prima nessa caminhada.

Ao meu companheiro, Amilton Lima, que com amor e paciência fez o caminho mais leve e a quem devo parte deste trabalho, em especial as lindíssimas fotografias de campo. À mãe, Marisete Cadima, por ser lar e porto seguro. Ao papai, Roberto Luiz, pelo amor e dedicação. À minha irmã, Juliana Cadima, minha alma gêmea. Aos meus sogros, Edilene e Wil, por todo apoio e carinho. Às minhas sobrinhas, Manu e Luna, por tornarem tudo mais leve. Agradeço, por fim, à vovó Tetê e à Yasmin que partiram durante o período do doutorado, levando parte de mim e deixando parte delas e muita saudade.

Muito obrigada!

Como fios de uma corda, vidas se entrelaçam e se sobrepõem. Elas seguem juntas e reagem mutuamente, umas às outras, em ciclos alternados de tensão e resolução. Nenhum fio segue para sempre; assim como uns se vão, outros se unem. É por isso que a vida humana é social; é o processo contínuo e coletivo de descobrir como viver.”

(Tim Ingold, 2019)

RESUMO

Esta tese é fruto da pesquisa realizada nas feiras da região central da cidade de Goiânia. As feiras podem ser pensadas como um microuniverso multiespecífico e oferecem a possibilidade de criação de laços e relações, que são constituídas por redes de confiança e amizade, que fazem dela muito mais do que um ponto de comércio. Por um lado, é a confiança e a amizade que neutralizam os não-humanos indesejados, como no caso das bactérias e outros riscos ligados à contaminação. Por outro lado, é a mesma rede de amizade que intensifica e oficializa a eficácia da ação dos não-humanos, como nos casos das plantas e suas ações curativas. Enquanto paisagens multiespecíficas, a feira também guarda relações de socialidade entre humanos e não-humanos indesejados, que embora façam parte da paisagem e convivam entre si, sua presença sempre remonta a um risco maior do que o ligado a qualquer alimento comercializado ali.

Palavras-chave: Feira; relações; risco; confiança e multiespécies

ABSTRACT

This thesis is the result of research carried out at fairs in the central region of the city of Goiânia. Fairs can be thought of as a multispecific micro-universe and offer the possibility of creating ties and relationships, which are made up of networks of trust and friendship, which make it much more than a point of commerce. On the one hand, it is trust and friendship that neutralize unwanted non-humans, such as bacteria and other risks linked to contamination. On the other hand, it is the same network of friendship that intensifies and makes official the effectiveness of non-human actions, as in the cases of plants and their curative actions. As multispecific landscapes, the fair also maintains sociability relationships between unwanted humans and non-humans, who, although they are part of the landscape and coexist with each other, their presence always leads to a greater risk than that linked to any food sold there.

Keywords: Fair; relationships; risk; trust and multispecies

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Banca de Pequis	38
FIGURA 2	Variedade de feijões e seus valores	45
FIGURA 3	Banca da Maria – queijos e doces	46
FIGURA 4	Feira do Produtor.....	53
FIGURA 5	Feira de Orgânicos.....	55
FIGURA 6	Terça-Feira - Feira Setor Sul/Oeste.....	66
FIGURA 7	A beleza da banca de frutas.....	70
FIGURA 8	Quarta-feira - Feira do CEPAL-SUL.....	72
FIGURA 9	Poucas bancas na Feira do CEPAL.....	74
FIGURA 10	Sexta-Feira - Feira Setor Oeste/Sul.....	76
FIGURA 11	Domingo - Feira do Vila Nova.....	80
FIGURA 12	Sábado - Feira CEPAL-Sul.....	82
FIGURA 13	<i>Pendrives</i> à venda.....	83
FIGURA 14	Feira como local de encontros.....	84
FIGURA 15	Bar e Feira se encontram.....	89
FIGURA 16	Seu Adair.....	90
FIGURA 17	Banca de utensílios domésticos (CEPAL - Quarta-feira)....	92
FIGURA 18	Banca da Maria.....	93
FIGURA 19	Feira e sua estética.....	95
FIGURA 20	Cores e organização.....	96
FIGURA 21	Banca do Cabeça.....	96
FIGURA 22	Banca da Guariroba e a preocupação com a higiene.....	97
FIGURA 23	Aglomerações inevitáveis e o uso de EPI's.....	99
FIGURA 24	Caldo de cana.....	100
FIGURA 25	Fim da feira e seus detritos.....	138
FIGURA 26	Poster da campanha pela utilização de máscaras em transportes coletivos, 1919.....	142
FIGURA 27	Distanciamento entre bancas.....	152
FIGURA 28	Álcool em gel na banca de pastéis.....	165
FIGURA 29	Pombos na feira do CEPAL.....	196
FIGURA 30	Jornal Opção.....	211

ESQUEMA 1	Cultura e Natureza.....	132
MAPA 1	Centro de Goiânia e suas áreas.....	33
MAPA 2	Parthenon Center – Goiânia.....	34
MAPA 3	Distribuição das feiras visitadas.....	58
MAPA 4	Região do "Manto"	210
TABELA 1	Relação de Feiras visitadas em Goiânia.....	60

LISTA DE SIGLAS

ABRAS	Associação Brasileira de supermercados
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APEX	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
APS	Atenção Primária à Saúde (China)
Ceasas	Centrais de Abastecimento
CEPAL	Centro Popular de Abastecimento e Lazer
CTFC	Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor
COVID-19	Corona Vírus Disease – 2019
DEM	Democratas (Partido)
DPESE	Departamento de Pesquisa e Estatística e Estudos Socioeconômicos de Goiânia
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FAMA	Fundação Abrigo de Menores Abandonados
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>
H1N1	Influenza A – Gripe Suína
IDEC	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IGSB	Guia Internacional para Segurança em Biotecnologia – ONU
ISAAA	Serviço Internacional para Aquisição de Aplicações de Agrobiotecnologia
MMH	Modelo Médico Hegemônico
MST	Movimento Sem Terra
NHC	National Health Commission
OBA	Estádio Onésio Brasileiro Alvarenga
OCM	Organização Mundial do Comércio
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OMS	Organização Mundial de Saúde
PL	Projeto de Lei

PND	I Plano Nacional de Desenvolvimento
PSD	Partido Social Democrático
RDC	Resolução da Diretoria Colegiada
SARS	Síndrome Respiratória Aguda Grave
SGPA	Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura
Sunab	Superintendência Nacional de Abastecimento
TJGO	Tribunal de Justiça de Goiás
UND	União Democrática Nacional
UTI	Unidade de Tratamento Intensivo

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	8
AGRADECIMENTO	9
RESUMO.....	12
ABSTRACT.....	13
LISTA DE FIGURAS.....	14
LISTA DE SIGLAS.....	16
INTRODUÇÃO	20
Pensar a cidade: A cidade enquanto paisagem	26
A jovem cidade: história e contexto do surgimento de Goiânia.....	29
CAPÍTULO 1: Feiras Livres	35
1.1. Feiras e seus embates	35
1.1.1 Circuitos urbanos e o local das feiras	49
1.2 Consumo e a produção de laços	56
CAPÍTULO 2. Quem faz a feira? Narrativas e experiências.....	65
2.1. Primeiras impressões do campo	65
2.1.2. Pós-pandemia: um novo campo e uma nova pesquisadora.....	72
2.2. Fazendo a feira	74
Feira 1: Terça-feira - Feira Setor Oeste/Sul ou Feira Dom Bosco:	74
Feira 2: Quarta-feira - Feira do CEPAL.....	80
Feira 3: Sexta-feira - Feira Setor Oeste/Sul:.....	84
Feiras excepcionais: Sábado – Feira do Produtor e Feira Orgânica.	86
Feira 4: Domingo – Feira do Vila Nova.....	88
Feira 5: Sábado – CEPAL SUL.....	90
2.3. Do início ao fim: rotina e o trabalho nas feiras.....	94
2.3.1. Feirante artista: montagem das bancas e estética dos produtos	100
CAPÍTULO 3: O risco: estabelecimento de tensões e a contemporaneidade	111
3.1 o poder de arriscar-se: concepções de risco e confiança dentro de narrativas de poder.....	111
3.2. Estilo de vida: indivíduo assume o risco	125
3.3 Comida e seus riscos: disputas entre saberes e risco nas feiras livres.....	133
3.4 A feira corre riscos?	143
3.5 O ano em que a terra parou: 2020 e novas perspectivas de risco, ou quando o risco deixa de ser probabilidade	156
CAPÍTULO 4. Estamos sós? Novos agentes entram em cena	176

4.1. Natureza e cultura: a purificação ocidental	183
4.2. Feiras como paisagens multiespecíficas	194
4.2.1. Da purificação à continuidade: pasteurização do leite e eficácia das plantas	196
4.2.2. Pombos, humanos e “humanos-menos-que humanos”	204
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	213
REFERÊNCIAS:	216
Anexo 1	231

INTRODUÇÃO

Podemos dizer que a presente pesquisa é composta por dois campos. O primeiro, em 2018, que chamo de exploratório, coincidiu com uma proposta de artigo feita por um colega e pela minha orientadora. O tema nasceu após o meu ingresso no Doutorado, em uma conversa com o grupo de estudos GECCA (Grupo de Estudos em Cultura, Consumo e Alimentação), do qual faço parte desde 2015, para a produção de um artigo. A entrada em campo se deu de maneira repentina, após selecionarmos feiras de diversas regiões de Goiânia, que aconteciam ao longo de toda a semana.

A pergunta inicial era: como noções de saúde e higiene agenciam e são agenciados no consumo alimentar nas feiras livres de Goiânia?

Nessa primeira inserção conversei e apliquei questionários semifechados aos consumidores dessas feiras, levando em conta a ideia do porquê faziam feira, quais alimentos e produtos mais consumiam, qual era a relação desses sujeitos com o local e se havia alguma implicação com a saúde ao consumir nas feiras. Embora tenha trabalhado boa parte da qualificação dentro dessa linha, com o decorrer do tempo e alguns acontecimentos importantes, a pesquisa ganhou outras formas.

Por conta da falta de preparo e, principalmente, da falta de um interlocutor mais específico, a pesquisa ficou mais localizada na observação e em algumas interações, em uma entrada, como já dito, exploratória. Era preciso, então, fazer outro campo para que eu pudesse me debruçar sobre o problema de pesquisa: as feiras são lugares saudáveis e seguros? Tendo em vista que a ideia de saúde/doença, risco e higiene, socialidade¹ e consumo estavam implícitas nessa pergunta.

Readequei o meu projeto, pois novas perguntas surgiram e delimito 2020 para a minha pesquisa de campo, já que 2018 e 2019 ficaram para as disciplinas. Porém, em 2020, a COVID-19 aparece nos jornais e meu campo foi inteiramente comprometido, por dois motivos. (1) As feiras foram suspensas; (2) Ainda não havia vacinas. Ou seja, a COVID-19 entrecortou a pesquisa e se fez mais agente do que eu

¹ A partir de agora, adoto o termo “socialidade” em substituição ao termo “sociabilidade”, levando em conta as discussões que questionam as dicotomias natureza/cultura e ocidental/não ocidental, tão caras à antropologia e à biologia. Diversos autores trabalham a socialidade (Strathern, 2014; Ingold, 2003; Wagner, 2012), trago aqui a concepção de Ingold (2003), “Dentro do movimento da vida social, nos contextos de entrosamentos práticos dos seres humanos uns com os outros, e com os seus ambientes não humanos, é que formas institucionais são geradas – inclusive aquelas formas que usam o nome de sociedade.” (Ingold, 2003, p. 127-128). Ou seja, para o autor “a socialidade é o potencial gerador de campo relacional, na qual todo ser humano cresce e tem como premissa o ativo engajamento do ser no mundo.” (Silva, 2011, p. 368).

poderia imaginar. Por isso, esta tese é fruto de algumas descontinuidades, entraves, recomeços e redefinições.

Em 2021 defendi minha qualificação com o que tinha de material até então, e em meados de 2022, retornei às feiras, agora com um interlocutor e facilitador que foi fundamental para os primeiros contatos, o meu colega de doutorado Osmar Custódio. Nesse momento, após os acontecimentos, foi perceptível que o campo mudaria e, com isso, meu olhar se voltou para os feirantes, já que eles foram amplamente atingidos pela pandemia.

Osmar me apresentou não só as feiras, mas alguns feirantes, o que resultou numa construção de uma rede bem interessante de interlocutores. Durante 30 dias acompanhei as feiras que meus interlocutores faziam, analisando as diferenças entre cada uma delas e como cada feira era um novo ambiente.

Com o decorrer da pesquisa de campo, as preocupações que se apresentavam e a nova realidade com a qual estávamos convivendo, algumas categorias começaram a emergir na pesquisa, entre elas: “risco”, “segurança”, “higiene”, “trabalho” e, por fim, “paisagens multiespecíficas”.

Ou seja, saiu de uma construção sobre o consumo, saúde e a socialidade para cair na feira como um elemento preso nos discursos de risco, agora em outro patamar, pois as feiras e seus atores sofreram com determinações sanitárias, políticas e de interesses financeiros, tendo suas atividades suspensas e como não-humanos agenciam relações que pareciam exclusivamente humanas.

A partir de narrativas pautadas no medo, no desconhecido, no risco (de contágio de COVID-19 e suas incertezas, dentre muitos outros) e nas disputas de poder em relação a outros estabelecimentos responsáveis pela alimentação da população como os supermercados – que permaneceram abertos – em Goiânia, as feiras sofreram uma mudança de público², constância e, em alguns casos, de formatos³, tentando se adaptar à nova realidade imposta de maneira abrupta.

Agora, pensando que os sujeitos mais atingidos pelas feiras não eram mais os consumidores, mas os feirantes, houve um direcionamento no olhar em relação aos

² Parte do público idoso, que representa uma parcela importante das feiras, deixou de frequentar as feiras. Posteriormente, alguns desses consumidores foram “substituídos” por seus filhos, netos e funcionários

³ Algumas feiras, como a agroecológica, se adaptaram ao modelo de encomendas e online.

agentes, que a princípio foram os feirantes e depois, incluí não-humanos para pensarmos outras relações.

Com a mudança, passei a conversar e conhecer os comerciantes que me foram muito solícitos e, em um mês de incursão pude perceber que a feira para um feirante é um fenômeno pulsante e tem importâncias para além das respostas financeiras.

A feira tem um sentido. Sentido esse, não apenas individual e humano, pois perpassa por narrativas e agenciamentos diversos, se modifica e reconstrói seja através de práticas, escolhas, mudanças visuais ou sentimentos.

Partindo dessa “virada de chave”, a pesquisa vai se dedicar, no Capítulo 1 “Feiras Livres”, na análise da constituição histórica da feira livre no Brasil enquanto ferramenta de higienização urbana. Utilizando trabalhos que se voltam para uma historicidade brasileira deste modelo de comércio, chamo para o debate autores como Mascarenhas (2005), Sato (2012), Forman (2009) e Graham (2013).

Os autores me auxiliaram a pensar a feira, não só como uma manifestação cultural, mas como um campo de batalhas e interesses que, se em um primeiro momento, tinha um sentido de organização social e acesso à alimentos pela população urbana, com o tempo vê sua fama ser invertida e passa a perder espaço para os supermercados, em ambientes cada vez mais privatizados e controlados por grandes corporações.

Para discutir esse fenômeno, convido Milton Santos (2004) a nos auxiliar com o conceito de Circuitos Urbanos, para pensarmos como a era tecnológica pós Segunda Guerra Mundial foi capaz de promover algumas rachaduras entre o que o autor vai denominar de “Circuito Inferior” e “Circuito Superior”, uma divisão entre local e global que pode ser considerado um “subsistema do sistema urbano” (Santos, 2004, p. 22).

Nessa divisão, as feiras se encontram no Circuito Inferior, por apresentarem características mais locais, com trabalhos informais, disputas de preços e acesso direto à clientela. Diferente de grandes redes de supermercado, que ocupam o Circuito Superior, que possuem maior capacidade competitiva e, muitas vezes, trabalham com preços baixos a ponto de os feirantes não conseguirem concorrer.

Enquanto parte do Circuito Inferior, a localidade da feira possibilita a criação de laços de vizinhança e amizade entre feirantes e consumidores, que, por sua vez, estruturam uma relação de confiança e lealdade que perduram por gerações.

No capítulo 2 “*Quem faz a feira? Narrativas e experiências*”, faço uma retomada do meu primeiro campo para comparar com o segundo, trazendo um panorama geral das feiras na cidade de Goiânia, enumero as sete feiras visitadas e as características gerais de cada uma. Como o leitor verá, os horários e dias da semana são fundamentais para o estabelecimento de cada feira e sua localização diz muito sobre as relações construídas ali.

Posteriormente, trago a experiência de campo pós-pandemia e, como o nome do subcapítulo diz, a pandemia gestou uma nova pesquisadora e um novo campo. Para essa nova incursão, como dito antes, passei a seguir os comerciantes e não os consumidores, isso me fez diminuir drasticamente o número de feiras e a localização foi bem mais concentrada na região central da capital. Seguindo cada comerciante em suas feiras, acabei seguindo um certo fluxo que se repetia, já que a maioria deles faziam as mesmas feiras semanalmente.

Nesse capítulo, convido o leitor para fazer uma semana de feira comigo, descrevendo cada uma das feiras visitadas em cada dia da semana e, posteriormente, inspirada por Sato (2012), trago a ideia de “feirante artista”, trazendo a narrativa performática presente nas feiras, que, muitas vezes são equiparadas a festividades por seu clima informal, a beleza das cores e a organização. Aqui, é importante pensarmos que montar uma banca não é simplesmente colocar seus produtos à mostra, mas faz parte de todo um processo que leva em conta a noção do próprio feirante artista e dos consumidores.

Após a pandemia, as práticas de higiene passaram a fazer parte desse processo performativo, para mostrar que banca e produtos são seguros. Uso de máscara, mesmo após o fim da obrigatoriedade e mostrar que as mãos estão sendo higienizadas foram ações frequentes em determinadas bancas.

Para finalizar, trago as redes de trabalho e troca que as feiras produzem para além do consumo e venda. Como, por exemplo, a criação de trabalho informal que conta com montadores e carregadores. Essa rede de socialidade e trabalho é muito apreciada e respeitada na feira e traz as relações de trabalho que Milton Santos (2004) define enquanto pertencentes ao Circuito Inferior.

A feira é, portanto, um ambiente que produz relações de confiança. Porém tensões também fazem parte desse ambiente. E é nessa discussão que o Capítulo 3 “*O risco: estabelecimento de tensões e a contemporaneidade*” se debruça. A noção

de risco apareceu, em um primeiro momento, enquanto risco alimentar e, após ser cruzada pela pandemia, outras noções de risco pareceram importantes.

Pensando nisso, nesse capítulo traço o seguinte trajeto: faço uma discussão sobre o conceito de risco e como ele tem sido usado na ciência, já que tem se tornado cada vez mais corriqueiro, visto as incertezas com as quais estamos lidando.

A noção de risco vai seguir desde os aspectos científicos até seu agenciamento e manipulação pelas sociedades que se deparam com ele, para isso, convido Boholm (2003) para contribuir em relação ao processo de compreensão do risco de acordo com perspectivas êmicas.

Além de Boholm (2003), autores como Beck (2010) e Giddens (2012) e Bauman (2005), fazem coro para uma perspectiva de pensar o risco como um processo de corrosão (Sennett, 2011) da estabilidade, anterior ao que alguns chamam de pós-modernidade. O que culmina no que filósofo o sul-coreano Byung-Chul Han (2019), chama de “riscos neuronais”, causados pela falta de certezas e grandes cargas de trabalho da sociedade contemporânea da hiperprodutividade. O risco, então, caminha por dimensões diversas da vida humana.

No que tange o risco alimentar, para retomarmos as feiras e a relação com o alimento, trago as noções de “estilo de vida”, como um processo individualizante de culpabilização, que tira de cena a responsabilidade do Estado, por ser uma estratégia, claramente, neoliberal.

O estilo de vida vai se encontrar com questões de risco ligadas ao acesso ao alimento saudável, recortado por questões socioeconômicas, acesso à informação e a constituição dos terríveis “desertos alimentares”, locais onde não se consegue acesso a alimentação fresca. Aqui, os ultraprocessados entram na dança e fazem frente, tanto em acesso físico quanto econômico, aos alimentos *in natura*.

Discutimos também, a questão sanitária e a construção histórica do risco dentro dessa perspectiva. Nesse interim, a tecnologia aparece como aliada e vilã, ora ofertando produtos inseguros nutricionalmente, ora permitindo melhor acesso à informação e melhorias.

Pensando na questão das feiras, a feira passa a ser taxada como local perigoso, por seu caráter público, mais próximo ao tradicional e mais distante da modernidade. Essa perspectiva pode ser pensada pelo viés da dualidade pureza e perigo, desenvolvido por Douglas (1991).

Para a finalização, trago os processos de suspensão das feiras durante a pandemia da COVID-19 e discuto sobre como o conceito de risco é, também, um processo discursivo de disputa. Faço isso, trazendo minhas reminiscências e as dos entrevistados sobre o período pandêmico.

O Capítulo 4 “Estamos sós? Novos agentes entram em cena”, nasceu após muitas reflexões sobre o campo. Nesse capítulo, chamo para compor o quadro da feira outros atores, que antes, passaram despercebidos. Tais autores começaram a fazer sentido após pensar o conceito de risco e a COVID-19, que me levaram a pensar em teorias como Gaia e o conceito de Antropoceno.

Percebi, ainda, que mesmo sem os enxergar a olho nu, os não humanos já orientavam alguns olhares e estavam presentes no cotidiano da feira, como no próprio alimento (animal ou vegetal), na preocupação com os invasores (bactérias, fungos e alguns animais) e, ainda, as plantas como agentes de cura.

Para chegar nessas discussões, trago algumas perspectivas antropológicas contemporâneas, como Ingold (2019), Carneiro da Cunha (2009), Haraway (2022) e Tsing (2015), que levam em conta as relações multiespecíficas, que culminam no questionamento da purificação natureza e cultura como uma grande problemática do Ocidente, que nos distancia da natureza, como se não fizessemos parte dela.

Para entendermos esse processo, faço uma breve reconstrução histórica do conceito de cultura para compreendermos seus usos e instrumentalização dentro da antropologia e como foi problematizado após a década de 1950, por autores como Levi-Strauss (1993), mas, por outro lado, foi celebrada e usada como ferramenta de poder, como nos explica Carneiro da Cunha (2009).

Após a apresentação, trago as feiras como paisagens multiespecíficas e para isso, utilizo o vírus da COVID-19 enquanto agenciadora de mudanças, trago ainda, processos de disputa, como os queijos com suas bactérias e suas disputas infundáveis com a Vigilância Sanitária e a tentativa moderna de neutralizar e purificar não humanos e, por outro lado, trago o exemplo do seu Carlos Roberto, um raizeiro que produz suas garrafadas a partir de conhecimentos tradicionais e traz, em suas falas, uma disputa com a medicina ocidental, ou seria uma continuidade?

Por fim, trago uma análise sobre a presença dos pombos em uma das feiras que visitei e sua relação conturbada com a cidade e com um local de alimentação. Para isso, chamo Sarah Moreno (2021), Vander Velden (2021), Segata (2017) e Silveira e Silva (2017) para me ajudar a compor um quadro humanimal na feira goiana

e as relações de inimizade entre humanos e animais. Da mesma forma, a presença de pessoas marginalizadas nas feiras cria uma atmosfera de exclusão e inimizade que parecem localizar humanos em uma posição de “quase-não-humanos”.

Antes de iniciarmos nossa jornada, é pertinente falarmos um pouco sobre a cidade e, em especial, a cidade de Goiânia. Convido o leitor a conhecer um pouco sobre essa capital:

Pensar a cidade: A cidade enquanto paisagem

Pensar a cidade como local de pesquisa implica em levar em conta a extensa complexidade das relações que estão inscritas ali. Nesse sentido, não se pode buscar um olhar que traduza perfeitamente o que ocorre em um determinado espaço como algo puro, ou seja, o que temos são percepções recortadas como um grande mosaico de categorias internas e externas que são acionadas pelos atores sociais e as coisas de acordo com seus interesses e necessidades.

Então, assim como Holston (1996) já colocou, as cidades não podem ser lidas de maneira universal, mas através pequenos trechos das relações sociais instauradas nelas. Nesse sentido, “*as superfícies das cidades contam histórias e o tempo; umas sedimentadas e catalogadas, outras dispersas em forma de rastros e vestígios.*” (Holston, 1996, p.243). Ou seja, a cidade é uma grande geometria de superposições, onde as narrativas podem ser tanto evidentes, quanto enigmáticas.

Pensando nisso, quando me propus a estudar as feiras em Goiânia, entrecortada pelas noções de usuários e comerciantes em relação às escolhas e percepções em saúde, higiene e relações, não estava propondo um estudo que trouxesse uma resposta efetiva ou fechada, mas uma tentativa de (re)construir parte dos caminhos que levam a tais percepções.

Para isso, faz-se necessário pensar um pouco sobre o que é a cidade e como as feiras surgiram nesse espaço, para depois pensarmos a cidade de Goiânia e a sua dinâmica em torno do comércio de rua e, em particular, das feiras livres.

Como falado inicialmente, o campo desta pesquisa é a cidade de Goiânia, ou seja, um espaço urbano. Dentro dessa perspectiva, percebe-se que para pesquisar na cidade, temos que considerar que o fenômeno urbano a industrialização e o capitalismo estão intimamente conectados (Lefebvre, 2001). E se, em uma

antropologia clássica, essa cidade parecia não fazer parte do rol de pesquisas, ficando a cargo da sociologia, geografia humana e história, na antropologia contemporânea ela está cada vez mais presente, tanto nos olhares especificamente urbanos e de pesquisas “da metrópole”, quanto nas suas relações com outros contextos sociais ou experiências, como o rural, a aldeia, o quilombo, a migração, a diáspora, o comércio, entre outros.

De acordo com Frúgoli Jr. (2005), os estudos sobre as cidades, frequentemente, ficaram no entremeio da sociologia e da antropologia. No século XX, teóricos como Simmel (1973), por exemplo, trouxeram discussões sobre a aproximação física e o distanciamento social (que poderia ser reavaliado a partir da realidade de 2020). Posteriormente, a Escola de Chicago com nomes como Whyte (2005) e Park (1973), fundou um novo olhar sobre a cidade, onde a análise de campo está presente e o peso dos estudos de comunidades e grupos urbanos, como gangues, mafiosos, entre outros, aparecem com frequência.

Por outro lado, olhares marxistas sobre a cidade, permitiram pensar nas questões estruturais do espaço urbano, esse olhar, embora fundamental, negligencia as micro relações e a socialidade cotidiana. No furor desses novos olhares, no Brasil, a partir da década de 1970, um movimento fundamental de estudos antropológicos da cidade marcou um certo corte ou superação desta visão focada na estrutura, e nomes como Gilberto Velho (1987), Teresa Caldeira (2000), José Guilherme Magnani (2002) emergem com olhares mais voltados para a periferia nas metrópoles e as questões simbólicas que as cercam.

Nestes novos olhares sobre a cidade, os autores brasileiros vão observar a dinâmica da vida na metrópole, através do olhar sobre jovens e suas rotinas, grupos de interesse, novas formas de se relacionar com a cidade e com os outros e como as movimentações destes grupos deixam marcas na própria cidade. Em um livro organizado por José Guilherme Cantor Magnani e Bruna Mantese de Souza (2007), “Jovens na Metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade.”, podemos verificar algumas etnografias sobre essa nova forma de apropriação do urbano feita por jovens e suas identidades cidadinas.

Há uma preocupação recente em observar as cidades, também, como paisagens multiespécies. Ou seja, embora a cidade seja um projeto humano, ela não está isolada em sua própria humanidade e, por isso, relações entre humanos e não humanos, como animais, objetos e plantas fazem parte dessa construção, seja pela

integração intencional da natureza, como no caso de plantio de árvores, alimentação e animais domésticos, seja pela integração não intencional, como o caso de animais sinatrópicos, que foram tratados no capítulo 4.

A vida na cidade, então, é um processo de iniciativa humana e, principalmente, ocidental e que indica novas formas de se colocar no mundo, absorvendo mudanças, reconstruindo novas identidades, novas formas de lidar com o outro e com a natureza modificada. Pensando a partir disso, a cidade é uma ferramenta de produção do homem e da vida humana e o urbano se estabelece na prática socioespacial, ou seja, na vida cotidiana (Carlos, 2007), mas, sabemos que embora a cidade seja um advento humano, ela não nos isola.

Se a cidade é uma negação dessa natureza intocada, para alguns, sua construção se dá através da eterna relação dialética entre homem e natureza, que como produto desta relação surge a cidade, palco de diversas criações e laços sociais. Por outro lado, o aspecto social da cidade não está no seu distanciamento com a natureza, mas na produção do ser social, das relações ali estabelecidas, não só econômicas, mas pautadas em várias formas de ocupação do espaço.

A construção da cidade e, conseqüentemente, do espaço urbano tal como ele é hoje não pode ser descolado do próprio processo global do capitalismo. Lefebvre (2001) demonstra como a cidade tal como a conhecemos não pode ser analisada separadamente das grandes revoluções industriais e da cristalização do capitalismo, embora um certo modelo de cidade já preexistisse antes do sistema capitalista vigorar mundialmente como hoje.

Para o autor, podemos definir três períodos cruciais para o surgimento das cidades: (1) A industrialização, ao subverter a antiga realidade urbana, onde as relações sociais delimitadas anteriormente foram, de certa forma, destruídas pelas novas estratégias de classe, através de suas práticas ideológicas. (2) A nova realidade social passa a ser reconhecida e ampliada e, conseqüentemente, essencial para a manutenção da sociedade. Ou seja, não há retorno para os processos de industrialização mediante o capitalismo. (3) A realidade urbana se reinventou, se modificou e a cidade se tornou um centro de tomada de decisão, ganhando ainda mais importância social.

Então, segundo o autor, a cidade é irremediável e irreversível. Pensando nisso, o desenvolvimento da sociedade capitalista e, conseqüentemente, o desenvolvimento

das cidades criou relações sociais que se estabeleceram de forma heterogênea por todo globo.

Embora a cidade pareça uma categoria geral, cada cidade desenvolve suas particularidades e suas formas de organização. E isso se constrói através de variáveis como: país onde está inserida, grau de industrialização e urbanização, se a cidade é uma capital ou interiorana, se é litorânea ou não, seus arredores, seu comércio, seu clima, suas origens sociais – falando-se em Brasil isso pode variar muito -, entre outros tantos fatores.

Se pensarmos, por exemplo, as diferenças entre os formatos das casas, relações sociais, alimentação, entre cidades do sertão pernambucano e da região sul do Brasil, teremos cidades completamente diferentes. Tais especificidades, além de serem boas para pensar, nos demonstram o quanto a categoria cidade não é massificante. Partindo disso, gostaria de apresentar, através de perspectivas históricas e pessoais a cidade de Goiânia

A jovem cidade: história e contexto do surgimento de Goiânia

Não desejo me alongar na historicidade da cidade, mas é fundamental trazer alguns elementos para compreendermos as narrativas que se constroem a imagem da capital, embasando, posteriormente, algumas discussões importantes sobre a sua suposta aproximação com a ruralidade.

Goiânia, atual capital do estado de Goiás carrega algumas imagens estereotipadas. Não é raro escutarmos a frase “Goiânia é uma cidade jovem”, o que não é um equívoco. A capital de Goiás, tal como conhecemos hoje, nasceu entre o início e meados do século XX, muito posteriormente à antiga capital cidade de Goiás. O lançamento da pedra fundamental foi realizado no dia 24 de outubro de 1933, após muitas tentativas de retirar a capital do estado de Goiás. E, embora Goiânia comemore seu aniversário com referência ao lançamento da pedra fundamental, foi apenas em 5 de julho de 1942 que ocorreu o Batismo Cultural da cidade, ou seja, Goiânia foi apresentada para o Brasil. (Machado, 2007).

Se pudermos pensar em narrativas simbólicas, a inauguração de Goiânia se deu em uma tentativa de afastamento em relação ao tradicionalismo e ao “atraso” da região de Goiás, que ainda era considerada *sertão*, categoria muito discutida nas

ciências humanas e caracterizada por “um espaço fluido, com fronteiras indefinidas” (Machado, 2007, p. 51). Localizado entre o lugar e o “não-lugar”, é o espaço do desconhecido, do inóspito e do não-domesticado, remonta, de certa maneira, o risco, o selvagem, rodeado de narrativas misteriosas, é o oposto do civilizado, do controlado.

Segundo Sena (2010), o sertão é uma representação poderosa da cultura brasileira e se constrói enquanto uma base mítica, não localizada geograficamente e atemporal, que narra, desta maneira, o contraponto da chegada da civilização na nação brasileira, através da dualidade litoral(civilização)/sertão. Esse sertão é, fundamentalmente, narrativo e se localiza num tempo que não acontece ou passa, sendo assim, congelado em sua própria origem.

Tendo uma origem mítica, esse sertão, que existe e não existe, é móvel e fluido, o que não permite sua cartografia. Mas pode ser localizado como o Outro do desenvolvimento ou da civilização. Goiânia, é então, uma tentativa de negação da incivilidade do centro do Brasil e, é nesse (não)lugar que Goiânia é construída, como uma tentativa de domesticação do sertão. Algo parecido ocorre com a fundação de Brasília no centro desse local inóspito.

A trajetória de construção de Goiânia não foi linear, ela passou por diversas negociações e disputas. Segundo Machado (2007), embora Goiânia tenha sido o ponto final da retirada da capital da cidade de Goiás, esse movimento não foi novo e ocorria desde 1754, com tentativas dos portugueses de transferi-la para o arraial de Meia Ponte, onde se localiza Pirenópolis, atualmente. Por questões de interesses políticos e econômicos, foi escolhida o Arraial de Sant’Ana, embora não houvesse consenso. Ainda nos anos 1830, 1863 e 1891 houveram outras tentativas de mudança de localização da capital goiana para cidades como Pirenópolis e Catalão, tanto por questões de localização quanto por disputas políticas.

Sobre disputas políticas, é importante citar dois sobrenomes fundamentais para a compreensão das lutas de força em Goiás: Família Caiado e Pedro Ludovico. A primeira família que, até os dias de hoje tem grande influência na política goiana é a representação de uma espécie de coronelismo local, que *“a partir de 1912, assumiu o comando político em Goiás, a Oligarquia Caiadista, apoiada pelo Presidente da República Hermes da Fonseca.”* (Machado, 2007, p. 60). Os Caiado, portanto, possuíam grande influência, principalmente, pela vasta quantidade de terras, além disso, na Cidade de Goiás, era a sua autoridade que reinava. Os movimentos de

retirada da capital da Cidade de Goiás também eram movimentos de combate àquela política oligárquica.

A Revolução de 1930, conhecida por lutar contra as grandes oligarquias, mas composta por outras oligarquias dissidentes, saiu vitoriosa em 1930 e, o então líder do movimento em Goiás, o médico Pedro Ludovico, assumiu o lugar do governador anterior, Totó Caiado. Nesse momento, Ludovico já menciona em seu primeiro discurso, a importância de mudar a capital de lugar, principalmente, por conta do que a Cidade de Goiás representava, uma região dominada pela Oligarquia Caiadista. Pedro Ludovico passaria a governar o estado de Goiás pelos próximos 15 anos.

Como dito, Goiânia é uma cidade jovem e foi levantada especificamente para ser a capital de Goiás e, além das disputas políticas colocadas acima, havia uma narrativa de modernização, a qual não cabia na Cidade de Goiás, considerada tradicional e atrasada, não representava o frescor moderno que o estado necessitava para se constituir enquanto uma região mais progressista e de vanguarda.

A cidade de Goiânia foi construída com uma clara influência das cidades francesas e jardins ingleses. A setorização da cidade, ou seja, a construção de setores (ao invés de bairros) muito bem delimitados mostravam que a cidade não surgiu ao acaso, embora tenha crescido mais do que o esperado. A cidade foi construída com cinco setores iniciais (Norte, Sul, Leste, Oeste e Central) e planejada para uma população de 50 mil habitantes, embora hoje abrigue mais de 1,5 milhão.

É importante ressaltar que *“a cidade nasceu elitizada, o que se revela na divisão dos espaços urbanos”* (Lima Filho, 2007, p. 251) e, essa elitização criou, logo em seu surgimento, uma divisão clara de classes, onde o centro e o “manto”⁴ de Nossa Senhora era ocupado por famílias mais abastadas, enquanto as margens do córrego Botafogo eram ocupadas por operários, constituindo uma espécie de favela na região, que, até os dias de hoje é bastante negligenciada pelo poder público e sofre com problemas estruturais como alagamentos e riscos de deslizamentos anualmente⁵.

⁴ A designação de “Região do Manto” foi feita pelo antropólogo Manuel Lima Filho (2007). Ao olharmos o mapa 4, é possível verificar uma imagem que lembra o manto de Nossa Senhora Aparecida, onde a cabeça e a coroa seriam a Praça Pedro Ludovico Teixeira (Praça Cívica) e as vias: Avenida Araguaia e Avenida Tocantins seriam, por sua vez, as laterais do manto, em um desenho triangular. A Avenida Paranaíba fecha o manto e os pés de Nossa Senhora. Algumas pesquisas especulam a possibilidade da planta do centro de Goiânia estar ligada ao símbolo da Maçonaria, já que Pedro Ludovico Teixeira era Maçom.

⁵ Goiânia possui algumas especificidades climáticas, comuns do planalto: períodos de seca, que vão de abril a meados de setembro e período de chuvas torrenciais que ocorrem quase diariamente. Mesmo

Mapa 4: Região do “Manto”



Fonte: Nazareth (2021)

E, embora Goiânia seja a 12^o maior cidade do Brasil, não é raro um discurso de aproximação desta cidade com uma imagem rural. Como aconteceu na novela global “Em Família” de 2013, que retratou a cidade como “uma espécie de haras” segundo a reportagem “Novela da Globo mostra uma Goiânia que não existe mais” do Jornal Opção, escrita pela repórter Nathália Barros em 22 de abril de 2014.

com as incansáveis e inesgotáveis reformas e obras públicas, regiões próximas ao Córrego Botafogo (e demais rios), principalmente próximas à região Leste, sofrem com alagamentos anuais, deslizamentos de terra e vários outros problemas fluviais.

Figura 30: Jornal Opção

Estereótipo
Novela da Globo mostra uma Goiânia que não existe mais

terça-feira 22 abril 2014 15:34 — Por Nathália Barros — Edição 2024

Ao retratar o goiano como uma espécie de aborígine, “Em Família” despertou a discussão sobre a formação da identidade de quem vive fora do centro de desenvolvimento do país



Fotos mostram a Goiânia real nos anos de 1951 (acima) e 1977 (à dir.), enquanto “Em Família”, nos anos 2000, retratou a capital goiana em 1980 como uma espécie de haras.

Fonte: Jornal Opção (2014)

A construção dessa imagem bucólica e rural da capital goiana vai contra o próprio surgimento da cidade, que se deu reforçado pelo discurso de trazer a modernidade para a região do centro-oeste brasileiro. Perpassada por questões políticas que envolveram a retirada da capital da cidade de Goiás e o seu estabelecimento em uma nova cidade, criada para ser uma capital desde sua fundação, o surgimento de Goiânia esteve atrelado ao abandono de uma visão colonial que a cidade de Goiás trazia – e ainda traz –, sendo substituída por uma cidade moderna, com elementos da arquitetura *art deco*⁶.

⁶ Os elementos da arquitetura *art deco* em Goiânia são frutos de diversas discussões, já que prédios com essa influência foram tombados como patrimônio, mas estão longe de representar a memória da capital. Existe uma clara disputa de poder, relatada em algumas pesquisas, como a do professor Manuel Ferreira Lima Filho (2007), no texto “Trilhas Patrimoniais de Goiânia”, que compõe a coletânea “Formas e tempos na cidade”

Segundo Lefebvre (1991), estudos realizados por Maurice Agulhon (1994) apontam que não há uma neutralidade na construção de obras arquitetônicas. Elementos como fachadas de edifícios, escolhas arquitetônicas, monumentos presentes no espaço público exercem a função de educar a população para a relação do Estado com a burguesia. Além disso, grandes espaços vazios, como ruas largas, grandes praças, que parecem não constituir sentido, são formas de reafirmar o poder do Estado burguês. Veremos esse processo na própria dinâmica urbanística de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e, claro, Goiânia.

É importante pensarmos nesse movimento de distanciamento entre o colonial e o moderno e, ao mesmo tempo, entre o rural e o urbano, já que as representações da cidade de Goiânia estão sempre neste limiar. As representações da ruralidade e, talvez, da proximidade com o chamado sertão, fazem da cidade de Goiânia uma capital dúbia, cheia de representações paradoxais. A arquitetura, por sua vez, transmite tais negociações.

Embora haja um movimento em busca de uma certa modernidade em Goiânia, os próprios objetos arquitetônicos remetem a um lugar entre o moderno e o tradicional. Goiânia queria se distanciar da ruralidade de Goiás, mas não dos valores tradicionais, da manutenção das posições sociais. Na busca por uma estabilidade entre os dois extremos, a arquitetura reflete tais tentativas.

Segundo Mahler e Silva (2007), Goiânia, em sua fundação e primeiras décadas de instauração, apresenta cinco estilos arquitetônicos em suas ruas: (1) o estilo neocolonial; (2) o estilo normando; (3) o estilo eclético; (4) o estilo *art déco* e (5) o estilo moderno. Os quatro primeiros são frutos de adaptações e influências dos estilos franceses, absorvidos pelo arquiteto e urbanista Atílio Correa Lima, formado pelo Instituto de Urbanismo de Paris e que também influenciaram a Reforma Passos, no Rio de Janeiro, então capital do Brasil e, conseqüentemente, a burguesia em ascensão de Goiânia. O último representa uma brasilidade mais marcada, mas não foge completamente das ideias importadas.

Estaria Goiânia quebrando com as suas últimas amarras do tradicionalismo? Levando em conta suas trajetórias política, social e arquitetônica, Goiânia continua nesse limiar.

CAPÍTULO 1: Feiras Livres

“Nenhuma cidade alimenta a si mesma.”

(Richard Graham, 2013)

1.1. Feiras e seus embates

Podemos definir feiras livres no Brasil como modelos de trocas a céu aberto, que ocorrem semanalmente, sendo organizadas pelas prefeituras de suas respectivas cidades. Segundo Mascarenhas e Dolzani (2008), as feiras livres têm como foco o comércio alimentos - tanto *in natura*, quanto prontos – e produtos e serviços domésticos básicos, como utensílios, reparação e ferramentas. Essa modalidade de comércio é comum em boa parte das cidades brasileiras. E, segundo os autores, embora sejam fundamentais para o abastecimento urbano, não é raro o enfrentamento de políticas que buscam extinguir ou modificar essa forma de comércio.

Por mais que haja histórico de feiras e comércio de rua desde o século IX na Europa e do século XVII no Brasil, foi através do decreto 997 de 1904 que as feiras livres na então capital brasileira, foram estabelecidas legalmente. Segundo Mascarenhas (2005), o adjetivo “livre” das feiras-livres ainda não era usual, sendo abarcada no decreto como feiras ou mercados de rua. A designação “livre” está ligada aos produtos livres de impostos vendidos nesses locais. Além disso, veio como uma distinção destas feiras semanais, baseadas no comércio de alimentos, das conhecidas feiras regionais, que têm características mais festivas e turísticas e menos ligadas ao contexto alimentar, como por exemplo, a Feira de Caruaru ou, no caso de Goiânia, a Feira do Cerrado, que se aproximam dos modelos tradicionais de feira, em seu surgimento.

Segundo Sato (2012), as feiras foram oficializadas em São Paulo, em 1914, no dia 25 de agosto (dia do feirante), pelo então prefeito Washington Luiz P. de Souza, para que vendedores dessa modalidade fossem protegidos pela lei da concorrência com o comércio ambulante.

Logo, percebemos, pelas informações históricas, que cada região brasileira desenvolveu suas próprias relações e legislações com as feiras. Assim, embora o decreto 997 se trate de 1904, no Rio de Janeiro de comércios em formatos de feiras livres já existiam no Brasil desde o período colonial no Brasil. Registros de feiras em cidades como Salvador, São Paulo, Recife e Rio de Janeiro, por exemplo, são

recorrentes desde o século XVII e XVIII. (Sato, 2012; Mascarenhas, 2005; Graham, 2013).

Em seu livro “Feira Livre: organização, trabalho e sociabilidade”, Leny Sato (2012) faz um breve memorial das feiras na cidade de São Paulo, mostrando que seu surgimento se deu a partir da aquisição de novos hábitos alimentares, que incluíam o consumo de gêneros alimentícios que não se faziam presentes na vida cotidiana dos paulistas, que era baseada, principalmente, em produtos da cultura indígena local, como mandioca e angu. Com a necessidade de acesso a outros produtos, as feiras se tornaram importantes formas de aquisição desses alimentos, como feijão, azeite, entre outros, que marcavam a cultura alimentar dos bandeirantes.

Essa discussão também é realizada por Antônio Cândido (1975), em seu célebre livro “Os Parceiros do Rio Bonito”. Apesar dos dois autores localizarem suas análises no estado de São Paulo, é importante compreender que não há um caminho único para o estabelecimento das feiras livres, pois, elas foram surgindo segundo as necessidades de cada região e, principalmente, está ligada à relação de dependência da cidade em relação ao campo.

De maneira geral, a vida camponesa sempre esteve presente no contexto das feiras, pois, desde o período colonial, as feiras eram locais onde produtores camponeses comercializavam seu excedente. Forman (2009) toma como exemplo os primeiros relatos de comércio e troca entre produtores locais como uma alternativa para a falta de alimentos devido ao comércio voltado, em grande parte para a exportação. Logo, a feira local era uma alternativa para o acesso a maior variedade de alimentos, além da possibilidade de arrecadação de dinheiro.

Em seu livro “Camponeses: sua participação no Brasil”, Forman (2009) faz uma extensa pesquisa sobre a participação camponesa no Brasil, em especial, no contexto socioeconômico, mostrando sua função essencial de abastecimento alimentar. Dentro de suas análises, o autor se foca na região nordeste, mas estende algumas observações para o Brasil como um todo.

Para o autor, no capitalismo, a relação entre o universo econômico camponês e a economia urbana mais ampla são interdependentes. É apenas através da economia camponesa que gêneros alimentícios podem circular nas sociedades contemporâneas. Mesmo com a existência do agronegócio, de economia muito mais ampla que a camponesa, não se pode negar a importância vital dos subsistemas camponeses para as sociedades contemporâneas, como no caso da agricultura

familiar e de movimentos como o MST, que produzem grande parte do que é consumido pelos brasileiros, hoje.

As sociedades camponesas, então, são fundamentais para o estabelecimento do sistema capitalista e das formas de consumo que encontramos na cidade. É impossível separar o campo da cidade, como duas categorias excludentes. São categorias interdependentes e complementares. Não há uma pureza ou um tipo ideal de um ou outro.

A ideia de campo não pode ser delimitada de maneira romântica, como local do bucólico, do natural; hoje, o campo abarca alta tecnologia, como: maquinário, biotecnologia, engenharias variadas (genética, mecânica, elétrica, agrônômica) e faz do campo um local outro, diferente do que idealizamos. Esse mesmo campo da tecnologia não produz, em sua maioria, alimentos para a cidade. O agronegócio está voltado, em geral, para plantio de soja e cana-de-açúcar, deixando para a agricultura familiar a responsabilidade da soberania alimentar.

Na década de 1960, em uma análise clássica da sociologia e antropologia rural, Antônio Cândido considerava que sociedades rurais em regiões muito urbanizadas estariam caminhando para o seu fim. Embora esse olhar seja bastante pessimista, Candido (1975) não estava errado, já que o agronegócio ocupa, hoje, grande parte do espaço rural, afunilando as numerosas comunidades rurais do passado. Isso se dá, principalmente pelo impacto da sociedade capitalista e seu desenvolvimento, assim como a ascensão de novas tecnologias e relações. Mas, não podemos esquecer que esse rural, embora mais limitado, não deixa de existir, mas passa por processos de modificação. (Nazareth, 2015).

Logo, o campo não é uma categoria simples, não nos informa sobre o que produz instantaneamente. O agronegócio, detentor de grandes porções de terra no Brasil, não representa uma relação direta com as feiras. Estas são, em grande parte, alimentadas por pequenos produtores, o que não significa que todas as produções sejam agroecológicas, por exemplo. Embora essa seja uma discussão importante, ela não abarca a presente pesquisa.

Voltando ao tema das feiras, o seu surgimento no Brasil ainda é pouco nebuloso. Segundo Mascarenhas (2005), são escassas as informações referentes ao surgimento das feiras livres no Brasil, principalmente em relação à socialidade, relações e impactos sociais iniciais. Mas há um grande peso simbólico em seu papel de distribuição de produtos, garantindo e aumentando o acesso ao consumo. E,

embora tenhamos “naturalizado” o formato das feiras livres nos dias de hoje, em sua fundação elas remontavam a um modelo ideal de organização e higiene, segundo os parâmetros da Reforma Passos. (Mascarenhas, 2005, p. 5).

A Reforma de Pereira Passos foi uma tentativa de europeização da, então capital brasileira, cidade do Rio de Janeiro, ocorrida entre o fim do século XIX e início do século XX. Esse processo ficou marcado pela derrubada de antigos casarões, alguns dos quais abrigavam moradias coletivas, conhecidas e imortalizadas por Aluísio Azevedo, como cortiços, na obra “O Cortiço”, que abrigavam diversas famílias com pouco ou nenhum saneamento básico. Durante esse período, epidemias como febre amarela, malária e varíola assolavam parte da população, principalmente pobres, da cidade. (Santana e Soares, 2005).

Tal Reforma, de cunho higienista e sanitaria, tinha como princípio a “limpeza” da cidade, incluindo o desalojamento de diversas pessoas de suas moradias e criação de ruas mais arejadas, bonitas, que relembavam o frescor e a organização da capital francesa, cuja estrutura também remonta processos de característica higienista do século XVIII, como relata Foucault (2012), em seu livro “Microfísica do Poder”.

Segundo Santana e Soares (2005), as grandes casas, que abrigavam as famílias citadas acima, eram consideradas vetores de doenças que impediam o progresso da cidade. Além disso, a organização da rua também foi importante e a feira surge como uma alternativa para o rearranjo da cidade.

Apesar de seu surgimento no Brasil, segundo Mascarenhas (2008), a feira é hoje, por si mesmo, um campo de embate e resistência. Tanto no campo físico, como no simbólico, já que disputa o espaço público com automóveis e estabelecimentos comerciais. Além disso, essa ocupação do público, por vezes, perde lugar para o espaço privado, como supermercados e shoppings, que de alguma maneira, seja por seu ambiente *clean*, controle de temperatura ou noção de segurança (alimentar e física), entre outros, constroem uma atmosfera, aparentemente, mais moderna e/ou até mesmo mais segura.

Esse movimento pode ser visto facilmente em alguns estabelecimentos (sacolões ou quitandas e supermercados) que reconstróem a estética das feiras com bancas, toldos, sons de animais, iluminação específica, prometendo uma experiência da feira elitizada, sem as intempéries da rua (poluição, chuva, temperatura, entre outros) e, de certa forma, assépticas.

Segundo Zukin (2012), tais processos de negociação e disputa se dão, inclusive dentro do âmbito do patrimônio, no qual, os governos prezam mais por manter o patrimônio de “pedra e cal” que atendam seus interesses, do que patrimônios simbólicos ou imateriais, como nos casos das feiras.

A autora se apoia no argumento dos interesses privados dos usos da cidade, que condizem com o processo de modernização destas. Mas, espaços como as feiras, praças, entre outros, que não podem ser “coisificados” em museus, são fortes fontes de identidade e pertencimento e criam patrimônios, sustentam e alimentam a produção de laços sociais e são núcleos de socialidade e personalidade.

Esse processo de privatização do acesso ao ambiente de consumo de alimentos através das grandes redes de supermercados e, posteriormente, shoppings, aparecem desde 1960, com a expansão de redes de supermercados nas grandes cidades. Segundo Mascarenhas e Dolzani (2008), isso se aprofunda a partir da aprovação do I Plano Nacional de Desenvolvimento, que defende a modernização e privatização dos processos produtivos e de comércio.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) foi construído no Governo de Médici com o objetivo de desenvolvimento econômico e social através da modernização do país. O plano foi previsto para os anos de 1972 a 1974 e, entre muitos objetivos, esboçava o desenvolvimento nuclear, que culminou com a usina de Angra dos Reis. Logo, a tecnologia e o desenvolvimento econômico eram vistos como pontos focais do plano, ambicionando, para o Brasil, o posto de país desenvolvido. (Brasil, 1971).

Para isso, o capítulo II do I Plano Nacional de Desenvolvimento, intitulado “Modelo Econômico de Mercado”, orienta a aliança entre o setor público e privado, determinando, inclusive, um processo de modernização das estruturas de produção e comercialização. Foi durante esse período que o crescimento e o estabelecimento de grandes redes de supermercados se fizeram presentes, auxiliados também, pelo aumento das cidades, com a modernização do campo e êxodo rural, que ocorria desde os anos 1960, que afetaram profundamente os países subdesenvolvidos entre as décadas de 1960 e 1980.

Tal modernização, embora positiva nos países desenvolvidos, que entraram para os famosos “anos dourados”, não foi tão profícua para os países subdesenvolvidos, em que a desigualdade ficou mais evidente, principalmente com o crescimento não planejado das grandes metrópoles, como São Paulo, Buenos Aires,

Cidade do México, para citar países latino-americanos e a transformação desses Estados em grandes quintais de produção industrial para os países desenvolvidos. (Hobsbawn, 1995).

Acompanhando esse movimento, na década de 1960, o governo de Médici cria a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) e o Sistema Nacional de Abastecimento. Neste mesmo período há um grande desenvolvimento dos supermercados, que é marcado pelo nascimento da ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados). Os governos estaduais assumem as Ceasas (Centrais de Abastecimento SA), centrais responsáveis por grande parte dos produtos comercializados pelos feirantes. Ou seja, esse movimento é anterior ao I Plano Nacional de Desenvolvimento. (Sato, 2012).

Mas, segundo Leny Sato (2012), foi com o Plano Real que grandes redes de supermercados, como Carrefour, Sé, Pão de Açúcar, entre outros, tomaram conta das atividades varejistas no Brasil e em outros locais do globo, influenciando ainda mais na manutenção das feiras. Segundo a autora, houve imposições “de regras por parte dessas grandes redes aos fornecedores de produtos e ao comércio varejista como um todo” que trouxeram consequências para a estabilidade das feiras. (Sato, 2012, p. 51).

Os supermercados, além do espaço aparentemente mais limpo e moderno, segundo os feirantes entrevistados – que em sua maioria trabalham e vivem da feira há mais de 30 anos – os grandes varejistas concorrem muito com a feira em questões de precificação. É comum, por exemplo, que redes de supermercados e hipermercados façam promoções nas terças e/ou quartas-feiras de hortifruti e, embora a qualidade não seja a mesma da feira (no que tange frescor e seleção de produtos), o feirante não consegue competir com os preços destes estabelecimentos.

Se, no período da Reforma Passos, a feira livre era sinônimo de organização social e higiene, implementada pelo poder público. Após o estabelecimento de grandes redes de varejistas, as feiras são cada vez mais jogadas ao esquecimento, à periferização que levam, inclusive, à hipótese da suspensão dessa modalidade de comércio urbano em grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, o que não ocorreu, mas que torna esse movimento significativo. (Mascarenhas e Dolzani, 2008)

É importante saber que, mesmo com esse “cabo de guerra” seja uma constante relacionado à legitimação dos supermercados em detrimento das feiras, elas não surgem espontaneamente. São frutos de “manifestação da sociedade local, estudo de

viabilidade, análise do trânsito e condições ambientais” (Bittencourt e Calliari, 2021, p.222). Sendo assim, as feiras só podem se estabelecer se houver interesse da comunidade. Isso demonstra que, diferente de um estabelecimento privado, como um supermercado, a feira, desde a sua constituição, é uma ferramenta social.

As narrativas de surgimento de feiras sempre rondam sua importância como facilitador de acesso a itens de primeira necessidade. Sato (2012) informa que em São Paulo, os movimentos operários de 1917 reivindicavam, entre outras coisas, instalações de novas feiras livres em pontos variados da capital paulista, como uma forma de garantia de acesso a produtos de necessidade básica para a população trabalhadora.

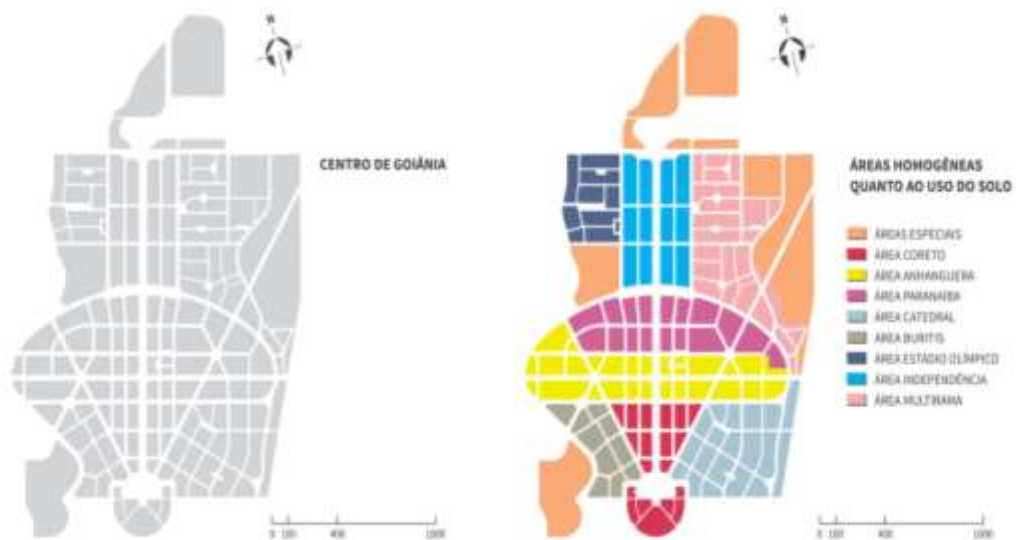
Apesar disso, o comércio de rua não é uma unanimidade e isso transparece algumas disputas. Sato (2012), deixa claro essa diferença ao narrar um exemplo de uma feira em Higienópolis, em São Paulo que, por uma solicitação da população local, teve uma feira retirada da região. Tal feira, que possuía muito movimento, foi afastada e perdeu grande parte de seus fregueses, fazendo com que alguns feirantes desistissem dela.

No caso das feiras de Goiânia, seu surgimento se deu, em partes, como os de outras capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro, mas aqui, é preciso se levar em conta a historicidade da capital goiana, pois ela se caracteriza por uma série de negociações, disputas e interesses políticos e foi constituída do “zero”, após a decisão governamental de retirar o título de capital, da então cidade de Goiás, para atribuir à cidade de Goiânia, que foi construída e inaugurada na primeira metade do século XX.

Segundo alguns autores, como Borges (2013) e Lima Filho (2004), as feiras na da atual capital goiana, apareceram ainda antes de sua fundação, em 1933, no período de sua construção, durante o qual, diversos trabalhadores de Goiás e regiões Norte e Nordeste do Brasil se mudaram para a futura capital.

Nas pesquisas destes autores, embora haja a instauração oficial da primeira feira na região do Setor Campinas, já na década de 1930, havia relatos de antigos moradores de uma pequena feira na Rua 4, no Setor Central, onde hoje se localiza o Hotel Umarama, em frente ao conhecido Edifício Parthenon Center. Ainda segundo tais pesquisas, esta pequena feira foi transferida para o antigo Mercado Municipal, inaugurado em 1941, localizado onde hoje é o Edifício Parthenon Center, situado na faixa amarela do mapa 1 e especificado no mapa 2.

Mapa 1: Centro de Goiânia e suas áreas



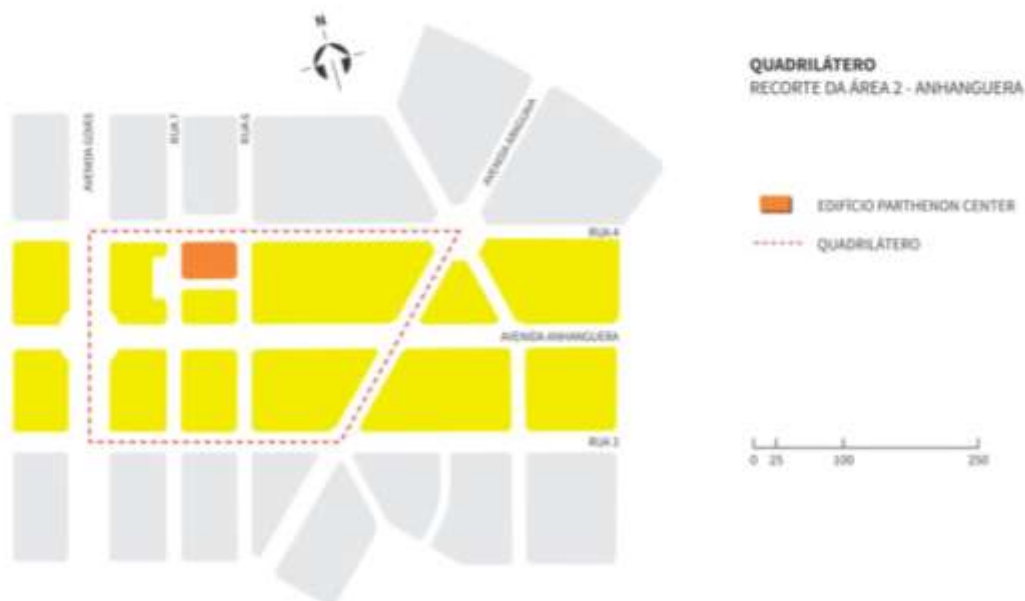
Fonte: Caixeta e Silva, 2014.

Apenas em 09 de abril de 1946 foi instaurada a primeira feira livre oficial na cidade de Goiânia, pelo, então, prefeito Orivaldo Borges Leão. Esta feira foi construída, como dito, na região de Campinas, na Av. Pará, onde hoje está localizada a Praça A. Após algumas mudanças, durante a gestão do então prefeito Íris Rezende, a feira foi transferida para um local próximo, devido a duplicação da Av. Anhanguera.

Borges (2013), demonstra em sua dissertação a importância desse tipo de comércio para Goiânia desde o seu surgimento, pois era uma alternativa de acesso a produtos mais baratos e frescos para a população, ao mesmo tempo que representava um incentivo para o pequeno produtor.

A importância dada pela população no estabelecimento de feiras fica clara nas eleições estaduais goianas de 1947, em que a construção de novas feiras foi pauta importante das agendas eleitorais. O então candidato Jerônimo Coimbra Bueno (UDN), foi eleito em 1947 se valendo, em grande parte, da promessa do aumento de feiras que auxiliariam os produtores rurais, diminuiria o comércio ilegal e aumentaria o acesso da população a produtos alimentares.

Mapa 2: Parthenon Center – Goiânia



Fonte: Silva (2014)

E, embora as feiras já funcionassem desde os anos 1930, apenas em 30 de setembro de 1971, cria-se o Sindifeirante, o Sindicato do Comércio Varejista de Feirantes de Vendedores Ambulantes no Estado de Goiás, que trouxe uma maior organização à categoria de feirantes no Estado. Atualmente, o Sindifeirante é uma instituição organizada para a articulação dos feirantes e representa tanto as feiras livres quanto as especiais. Apesar disso, nem todos os comerciantes são afiliados à associação.

A instauração de feiras livres em Goiânia se deu logo após o lançamento da sua pedra fundamental (24 de outubro de 1933) e, até os dias de hoje esse formato de comércio parece ser importante para o funcionamento da capital. O comércio de rua estabelece uma importante fonte de renda e movimento para a capital que, não raras as vezes é chamada de “capital das feiras”, em narrativas internas e midiática.

Independente da oficialidade desse discurso, deve-se concordar que o comércio de rua em Goiânia tem um papel importante para a socialidade e movimentação econômica. Socialidade essa que gira em torno, principalmente, do consumo alimentar, no caso das feiras livres e consumo de vestuário, no caso das feiras especiais.

Segundo um documento presente no site da Prefeitura de Goiânia, atualmente, a cidade conta com 158 feiras⁷, sendo 26 delas especiais e 132, livres, e todas implantadas, orientadas e supervisionadas pela Secretaria Municipal de Trabalho, Indústria, Comércio e Serviços (Goiania, 2014). Partindo do número expressivo de feiras e da relação destas com a cidade, percebe-se que elas fazem parte do cotidiano da cidade. Segundo Nazareth, Barbosa e Collaço (2018), existe uma feira livre em Goiânia para cada 10.700 habitantes, número muito superior em relação a outras capitais, como Porto Alegre que conta com um total de 50 feiras e próximo ao Rio de Janeiro, que possui mais de quatro vezes a população da capital de Goiás.

A quantidade significativa de feiras reflete sua distribuição, já que a capital as possui espalhadas pela maioria dos setores da cidade, cada uma com suas características, que variam com a região, com os dias e os horários de funcionamento. Nas visitas a campo, foi possível perceber uma grande diferença entre as feiras noturnas e diurnas e feiras realizadas nos dias de semana (de segunda a sexta) e as de fim de semana.

Pensando nas localidades, foi comum a presença de produtos mais caros e valorizados em feiras localizadas em zonas mais abastadas, como no caso da Feira do Jardim Goiás – ou Feira do Flampark –, situada atrás de um condomínio vertical de classe média, e caracterizada por poucas barracas, produtos artesanais como pães especiais, queijos, doces e polpas de fruta. Sua composição é bem diversa das feiras visitadas no campo, pois é composta, além dos produtos comuns em outras feiras, como hortifruti, por barracas de comida pronta, como tapiocas e sanduíches, que não foram verificadas em outras feiras visitadas.

Falamos acima das feiras especiais, que comercializam, entre outras coisas, vestuário. Estas feiras não fazem parte do universo das feiras livres, já que, segundo o Decreto Municipal de 2.835/2014, as feiras livres

destinam-se ao comércio varejista de produtos alimentares, hortifrutigranjeiros, laticínios, carnes e derivados, quitandas e lanches, podendo ser estes in natura, preparados ou semipreparados, bem como artigos de uso doméstico ou pessoal, manufaturados ou semimanufaturados. (Goiânia, 2014, p. 1).

⁷ Hoje, segundo a prefeitura do Rio de Janeiro, a cidade conta com 160 feiras livres, com uma população de mais de 6,7 milhões de habitantes, ou seja, uma feira para quase 42 mil habitantes. Já São Paulo, que abarca uma população de 12,3 milhões de habitantes, que também tem um vínculo forte com as feiras livres, conta com um total de 922 feiras, o que equivale 1 feira para cada 13.300 habitantes.

As feiras livres, por sua origem, função social e tradição, possuem uma aproximação e relação de confiança e domesticidade que a feira especial⁸ não tem, inclusive, nos alimentos prontos comercializados, que são mais ligados ao cotidiano e ao lar (bolos, cafés, biscoitos e pastéis) do que os das feiras especiais (pizzas, yakissoba, sanduíche, entre outros), ligados a uma certa suspensão do doméstico e abertura para o lazer, para o externo.

Parte daí, a seleção das feiras livres para a pesquisa, pois as relações de confiança e de práticas cotidianas se dão em um âmbito mais doméstico, além de serem frequentadas por habitantes do setor, para a realização de serviços domésticos, socialização e lazer, ou como disse Sato (2012, p. 24), espairecer. Em todos os setores onde ocorrem feiras livres existem feiras especiais, as localizações e dias não se misturam e os usos são claramente distintos.

A relação do consumidor com uma e outra se diferencia, portanto, a feira especial é um evento social de característica menos doméstica, com um público composto, além de goianos, por turistas, em uma perspectiva maior de lazer não-doméstico. Segundo o Art. 4º do Decreto Municipal 2.835/2014

As Feiras Especiais destinam-se à comercialização de **produtos alimentícios preparados e semipreparados, bem como artigos artesanais manufaturados e semimanufaturados, floricultura, produtos naturais, antiquários, obras de arte, pequenos animais domésticos e de artigos provenientes de fabricação caseira, da micro e pequena indústria, das cooperativas de produção e de entidades jurídicas sem fins lucrativos**, devendo a origem destes produtos ser passível de comprovação ou estar expressa em cada produto. (Goiânia, 2014, p. 1, **grifo meu**)

O comércio em formato de feiras faz parte do cotidiano e da memória dos próprios moradores goianos. Como uma “não-goiana”, foi possível perceber a naturalização da população com o comércio de rua, o que se apresenta, também, na naturalização de barraquinhas “aleatórias” espalhadas pela cidade sem uma relação

⁸ O público das feiras especiais é muito mais diverso, incluindo um bom número de turistas. Por isso, a relação de confiança não é estabelecida da mesma maneira,

direta com essa modalidade de comércio formal. São os casos dos verdureiros que montam suas bancas em frente aos supermercados, como uma alternativa para os compradores. Esse comércio, embora não legalizado, está muito presente nos bairros populares da cidade.

As feiras, embora tenham um sentido central de comércio, são fontes ricas de socialidade, relações de vizinhança e, conseqüentemente, uma (re)produção cotidiana das cidades. Sua influência na vida cotidiana se dá desde a sua montagem, quando a rua muda de função e, o que antes era um caminho para transeuntes e motoristas, torna-se um local de trocas e relações sociais.

Podemos usar o exemplo da feira do Vila Nova, feira diurna, localizada no Setor Leste Vila Nova, uma região próxima ao centro, muito movimentada, com comércios de diversos setores e uma vasta área residencial, dividida por casas antigas, com grandes quintais, pequenos prédios que abrigam dezenas de quitinetes e condomínios de apartamentos de classe média.

A rua em que ocorre a feira no domingo (feiras aos fins de semana têm uma dinâmica um pouco diferente das feiras semanais), localizada na Nona Avenida, cruza todo o bairro. A feira começa na esquina com a Quinta Avenida - avenida principal do setor, que “nasce” na Praça Universitária – e “morre” próxima à Rua A, última do setor. Esta feira é composta por dois corredores, com três fileiras de barracas e, em “época de pequi”⁹ (Figura 1), cada duas barracas são divididas por um vendedor do fruto.

Essa feira agrega pessoas do setor inteiro, que é composta, em grande parte, por idosos e famílias e durante a feira, vários encontros acontecem. É interessante lembrar que, na noite anterior, uma pequena feira especial é montada a algumas quadras dali e, embora seja no mesmo setor, o público é claramente diferente. Na feira de domingo, moradores mais velhos e famílias tomam conta da feira, no sábado, por sua vez, além dos moradores dos prédios que rondam o local da feira, ela é tomada por um público muito jovem.

Já discuti o fato de a feira livre é um fenômeno urbano, por outro lado, não é raro verificar uma aproximação das feiras com uma certa ruralidade – outra questão polêmica –, já que “feira” é um importante escoadouro de produtos produzidos em

⁹ Fruta silvestre amarela, nativa do Cerrado brasileiro, de aroma e sabores fortes, é uma iguaria muito apreciada no Centro-Oeste e parte de Minas Gerais. Tem a sua época de frutificação entre os meses de outubro a março, com maturação de novembro a março, sendo comercializada *in natura* durante esse período e em conserva ou congelada, durante o ano inteiro. (SEBRAE, 2016).

zonas rurais. Por isso, o rural e o urbano, assim como a cidade e o campo, não podem ser pensados como categorias excludentes, mas, categorias que se sobrepõem e se misturam de acordo com as dinâmicas de cada região (Nazareth, 2015)

Figura 1: Banca de Pequis



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)

Quando pensamos na cidade de Goiânia, o rural é presente no discurso e nas políticas oligárquicas locais, mas isso não significa que tal representação se sobreponha ao contexto urbano do qual a capital faz parte. Não desejo fazer aqui a mesma trajetória que fiz na dissertação e discutir longamente conceitos ligados ao urbano e rural, mas quero reforçar a ideia de que tais classificações não são precisas, pois não há realidade que seja pura, pelo menos dentro das localidades que trabalhei.¹⁰

A ideia aqui é, principalmente, trazer dois discursos: de um lado, Borges (2013) discute que as feiras remontam uma certa ruralidade ou fazem uma ponte entre esses

¹⁰ Na dissertação, cujo título foi “Classificar é preciso? Uma análise sobre as representações do rural e urbano no distrito de Cruzeiro dos Peixotos em Uberlândia-MG”, trabalhei no município de Uberlândia, analisando as relações urbanas/rurais no distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

dois universos. Por outro lado, alguns autores colocam as feiras como totalmente urbanas, e um modo de ocupação da cidade moderna, que substitui outros modelos de comércio, como o comércio informal. As feiras, então, representam um novo uso das ruas, que, anteriormente, principalmente em capitais mais antigas, como o Rio de Janeiro, eram ocupadas majoritariamente, por trabalhadores negros, ex-escravizados, responsáveis por trabalhos braçais, enquanto a população mais abastada permanecia em casa.

Nesse sentido, é importante se atentar ao discurso de aproximação das feiras com o rural e de um olhar muito conservador sobre esse rural e as feiras, propriamente ditas. Por outro lado, pode ser que essa urbanidade não acompanhe a contemporaneidade e a modernização da vida. O que possibilita explicar as feiras como lugares de resistência de uma tradição de consumo, socialidade e ocupação da cidade. Sendo assim, uma discussão sobre feiras pode não estar ligada ao rural, mas se choca com uma certa pós-modernidade.

Ou seja, a feira é em si urbana, mas já não abarca mais a modernidade de outrora, substituída – pelo menos em tentativa – por outros formatos de comércio e consumo mais modernos, como o supermercado e os aplicativos. Mas, como sabemos, a feira não se baseia apenas no consumo. O uso da rua é fator determinante para a existência das feiras. Vamos discutir isso no próximo capítulo.

Além dessas possibilidades de reflexão, não podemos esquecer de qual e em qual espaço a feira está inserida. Para isso, precisamos compreender que estamos falando de feiras em países subdesenvolvidos, que se organizam de maneira específica, tendo em vista suas relações entre o local e o global, que fazem desse tipo de comércio, um comércio social, econômico e culturalmente localizado e que é responsável por ocupar inúmeros trabalhadores, em cargos formais e informais e que criam um circuito que faz sentido para a região em que é produzido.

Para isso, podemos pensar essas negociações e disputas através dos Circuitos Urbanos de Santos (2004), analisados a partir dos processos de globalização e desenvolvimento das cidades dos países subdesenvolvidos, que geram dois circuitos, e embora não sejam diametralmente opostos, são compostos por movimentos diferentes.

1.1.1 Circuitos urbanos e o local das feiras

Podemos retomar aqui, as disputas que se fizeram presentes entre uma suposta modernidade dos supermercados e os formatos “ultrapassados” das feiras, que, muitas vezes, estiveram presentes em discussões que tangem a possibilidade de eliminação das segundas. Tais disputas nos remetem aos debates de Milton Santos (2004) e a divisão dos espaços urbanos causados pelos processos de modernização, principalmente, após a modernização tecnológica, que segundo o autor, se deu após a 2ª Guerra Mundial, período em que a informação passa a ser utilizada a serviço do consumo e dos interesses tecnológicos¹¹.

A modernização cria uma divisão de espaços sociais, econômicos e políticos que o autor denomina de “Circuito Superior” e “Circuito Inferior”, e cada um desses circuitos “constitui, em si, um sistema, ou antes, um subsistema do sistema urbano.” (Santos, 2004, p. 22). A importância de trazer essa discussão para a pesquisa está na localização das feiras dentro desses espaços, ocupando, segundo o autor, o Circuito Inferior, já que se baseiam em atividades não-industriais, muito enraizadas socialmente e que produzem e reproduzem relações privilegiadas com a região em que se localizam.

Então, embora haja pesquisadores que delimitem as feiras como acontecimentos tradicionais, para Santos (2004), elas, como são mantidas hoje, são frutos indiretos da modernização. Nesse sentido, o autor evita o uso de termos como “moderno” e “tradicional”, para afastar possíveis ambiguidades e localizá-los dentro da realidade urbana, além de chamar a atenção para o risco de afirmar a dependência do Circuito Inferior em relação ao Circuito Superior. Para o autor, os circuitos são interdependentes.

Sato (2012), nos dá um bom exemplo dessa interdependência entre Circuitos Inferior e Superior, ao falar das feiras como importantes locais de escoamento da produção agrícola, já que *“grandes atacadistas de alimentos e transportadoras também dependem das atividades realizadas e operadas no varejo pelos feirantes.”* (Sato, 2012, p. 50).

¹¹ Diversos autores demarcam a Segunda Guerra Mundial como um “divisor de águas” do desenvolvimento tecnológico global. Dentre eles, podemos citar Eric Hobsbawm, em seu livro “Era dos Extremos”.

As feiras, enquanto pertencentes ao Circuito Inferior, apresentam algumas características que podem ser ressaltadas, como: presença de trabalho com baixa remuneração e, frequentemente informais, como no caso dos carregadores e montadores de bancas que circulam pelas feiras; oscilação de preços e pechincha, como um aspecto marcante das relações entre comerciantes e clientes; a ausência de publicidade, tanto pelo alto custo desta, quanto pelo acesso direto à clientela; baixos custos fixos, como taxas, que são pagas anualmente; reutilização de bens, como reaproveitamento de embalagens, adaptação de itens com avarias, etc.; o baixo apoio do Estado e, em alguns casos, a perseguição, como ocorreu durante a suspensão das feiras em 2020, que trataremos no decorrer da pesquisa; e, por fim, a subordinação e dependência do Circuito Superior, como transportadoras, agroindústrias e, em alguns casos, produtos de importação, como de algumas frutas selecionadas.

Não podemos esquecer que o comércio ocupa um espaço fundamental dentro do Circuito Inferior, já que para entrar na atividade, é preciso dispor de uma pequena soma de dinheiro e pouca ou nenhuma experiência, tais como as situações de alguns feirantes, que começaram sem nenhuma prática anterior com comércio. Esse é o caso do senhor Everildo, vendedor de verduras e legumes, segundo ele

Eu escolhi as verduras porque quando eu cheguei da Bahia pra cá eu tenho um tio meu e eu já era dono de uma banca de verduras. Aí eu fui ajudar ele. com as verduras. Aí com o decorrer do tempo eu já coloquei uma banca pra mim, uma pequena. Aí fui trabalhando com ela, crescendo, crescendo (Everildo, 62 anos e 51 anos de feira).

É possível perceber, para além da inserção com pouco experiência nas feiras, muitos dos feirantes começaram ainda crianças, ou auxiliando os pais, ou dentro de uma dinâmica de trabalho infantil. Uma problemática que marcou e ainda marca o comércio.

Temos também o exemplo da feirante Maria da banca de queijos e doces, que possui mais de 40 anos de experiência e ingressou na atividade como “algo natural”, os pais eram feirantes e ela, de repente, se viu feirante também, ainda muito jovem. Outros comerciantes relatam experiências parecidas, de terem nascido e crescido nesse ambiente e a feira ser uma continuação das atividades da família. Isso é tão presente que nas feiras de sábado no CEPAL e nas de domingo, no Vila Nova, dois

irmãos trabalham como feirantes, cada um com sua respectiva banca e seu respectivo produto. Um dos entrevistados, responsável pela banca de garrafadas e raízes, relatou que começou com pouquíssimos produtos, mas que com a confiança da clientela, passou a aumentar a diversidade dos produtos que elabora e vende.

A história de Seu Adair, vendedor da banca de biscoito frito, chama bastante atenção quanto à sua introdução nas feiras e vai ao encontro com o que é relatado por Milton Santos (2004), já que o comércio se torna uma saída quando não há grandes perspectivas

Bem, as minhas feiras... na realidade começou em 2001. Meu pai aposentou (...) biscoito frito já vem na família desde 1985. Meu pai tinha um restaurante, era bar e restaurante. Então, de manhã ele fazia os lanches, o biscoito frito todo dia ele fazia, aí ele ficou de 1985 até 2001, quando ele aposentou. Aí ele teve a ideia de ser feirante, que era uma coisa mais tranquila e ele era uma pessoa muito ativa e não queria parar de trabalhar. Aí ele começou fazendo 6 feiras, também um pouco exagerado (risos), fazendo seis feiras, e nós, os filhos, começou a ajudar ele na de domingo, que durante a semana trabalhava, né? Eu tinha uma outra profissão, fotografia, eu sou fotógrafo, e no domingo eu ajudava ele na feira da Vila Nova (Setor Leste Vila Nova), que é a feira maior. Então, eu entrei nas feiras em 2001, janeiro de 2001. Até recente, uns quatro anos atrás, meu pai estava vindo nas feiras, aí ele adoeceu, aí nós filhos, assumimos a função dele, né? A gente, agora, já está na segunda geração do biscoito frito. (...)

Hoje eu estou fazendo... como eu só fazia lá na Vila Nova, aos domingos, mas com a pandemia, a minha... o meu trabalho que é de fotógrafo - todo mundo sabe que os eventos deram uma parada -, aí fui obrigado a aumentar, né? Já pagava para a prefeitura, os impostos e tanto faz você fazer uma ou sete feiras, você paga o mesmo valor. Aí eu disse, se já é assim... eu aumentei a do CEPAL (Sul), comecei fazendo... aumentei mais uma, né? Na pandemia e recentemente agora aumentei mais essas duas, que é aqui do Setor Oeste, do Atheneu. Agora estou fazendo quatro feiras. Terça e sexta, aqui, né? No setor Oeste¹². Sábado do CEPAL e domingo na Vila Nova (Adair, 58 anos, 21 anos de feira. **Grifo meu**).

Partindo da experiência de Seu Adair, percebemos que a feira, enquanto pertencente ao Circuito Inferior é capaz de acolher, formal ou informalmente,

¹² No decorrer das entrevistas, é comum o uso de mais de um nome para a mesma feira, localizada ao lado do Bosque dos Buritis, na Divisa entre os setores Sul e Oeste. Desta forma, o leitor vai encontrar os seguintes nomes para esta feira: Feira do Setor Oeste, Feira do Setor Sul, Feira do Atheneu e Feira Dom Bosco.

indivíduos para um trabalho, relativamente, estável e garantir um meio de sobrevivência para esses trabalhadores. Mas, como um fenômeno não-hegemônico, a feira ainda disputa seus poderes com locais mais hegemônicos como as grandes redes varejistas. Tais redes, além de assumirem uma grande parcela do comércio para si, incrementaram “a introdução da automação do trabalho, tendo-se observado, num período de cinco anos (1994-1999), o aumento de 77% do faturamento com redução de empregos em torno de 4%.” (Sato, 2012, p. 51).

Uma dessas disputas pode ser vista na experiência de alguns feirantes com a venda de produtos como o arroz, que após a instauração dos supermercados, tornou-se um produto inviável nas feiras, principalmente por seu baixo custo dentro dos estabelecimentos hegemônicos. Como relatado por Seu Donizete, também conhecido como Cabeça, da banca de café e que trabalha há mais de 40 anos nas feiras, competir com o supermercado é muito complicado

Eu mexi com arroz e feijão. Aí o supermercado começou pôr feijão e arroz no supermercado... Muito barato em supermercado, aí meu lucro do café ficava tudo no arroz e feijão, pra cobrir. Aí eu coloquei no canetão, aí eu parei com o feijão e o arroz e fiquei só com o café. (Donizete, 54 anos, 40 anos de feira).

Logo, alguns produtos não são vistos com muita frequência nas feiras, como no caso do arroz. O feijão, por outro lado, é vendido, mas tendo como foco a qualidade e a variedade de grãos muito maiores que as vendidas no supermercado, e isso, justifica também, a precificação deste produto nas feiras, que, geralmente, é mais caro que o oferecido pelos supermercados. É necessário, portanto, manter a boa qualidade e variedade dos produtos e, também, estabelecer relações fortes de confiança e amizade com os clientes, para que o preço não seja a única motivação da compra.

Durante a entrevista, o Seu Luiz Carlos, vendedor de feijões e café, foi questionado por um freguês, durante uma venda, se ele “mexia” com feijão carioquinha. Então, o feirante responde:

Não... Mexo com carioquinha não, moço. Aquilo é igual comer frango de granja (risos), um trem velho, ruim. É barato, é 8, 10 reais... É o gosto... o bolinha, daqui inteirinho, o sabor, o caldo. O carioquinha desmancha, daí fica “véi”, branco, sempre. Isso é bom na hora, no outro dia já não presta mais. (Luiz Carlos, 58 anos, 45 anos de feira)

Essa fala remete a uma desvalorização do produto vendido no supermercado e uma valorização dos próprios, demonstrando que a feira é local onde se encontram mercadorias de melhor qualidade e variedade. Segundo Bittencourt e Calliari (2021), as feiras livres conseguem se manter, mesmo com a concorrência dos supermercados, devido as relações ali presentes, principalmente, a confiança e credibilidade dos produtos comercializados, sendo assim, esses dois elementos são ferramentas fundamentais para a manutenção das feiras.

Além disso, podemos dizer que algumas especificidades dão às feiras livres uma certa singularidade (Morel, Rezende e Sette, 2015). Como vimos na fala do Seu Luiz Carlos, a oferta de produtos selecionados e diferenciados é uma motivação para o sucesso de sua banca. Ele comenta na entrevista que, além de não vender o “feijão comum”, também conhecido por Carioquinha, deixou de vender arroz, exceto o integral, para que pudesse oferecer uma mercadoria “diferenciada”, já que, segundo ele,

freguês de feira é freguês diferenciado. Ele gosta de coisa boa. Você vai no supermercado, você não acha os abacaxi bonito, igual aquele [aponta para a banca de frutas]. As fruta de qualidade. É... Você vai no supermercado. Você não acha esse feijão de cor desse jeito aqui. Você não acha o café? É, tem moído na hora, mas não é puro. Café de primeira... muita variedade.. Então a diferença é essa. Então, tem gente que gosta de comer o que é bom, né? Se você vai lá no no... oh... almoçar num lugar mais chique. Comida melhor, você vai pagar mais caro. Algum... um lugar ruim, requeenta todo dia, não. Então, freguês de feira é diferenciado. (Luiz Carlos, 58 anos, 45 anos de feira).

Por outro lado, pensando no caso do sumiço de alguns produtos das bancas e da disputa acirrada com os supermercados, percebe-se nas falas de alguns feirantes, uma certa “retórica da perda” (Gonçalves, 1996) quando se comparam as feiras com os supermercados, pois os segundos são, sem dúvida, locais de “poder”, de concorrência e facilidade para o consumidor, principalmente para o que prioriza preço e acessibilidade. Ou seja, há uma disputa em relação ao uso do espaço urbano e as formas desse uso dizem muito sobre a ideia do que se coloca como moderno, dentro de um discurso hegemônico. Quando pensamos em espaços privados de comércio, como supermercados e sacolões, há um consumo para além do produto em si, ou seja, o consumidor compra o conforto, a segurança, a praticidade, mas, por

outro lado, perde as relações de socialidade, amizade e confiança que são construídas no cotidiano das feiras livres.

Figura 2: Variedade de feijões e seus valores



Fonte: Arquivo pessoal

Segundo a entrevistada Maria, as coisas mudaram muito nas feiras com o decorrer dos anos, e, o grande culpado dessa mudança foi a vinda dos supermercados para a cidade de Goiânia. Porém, mesmo com tais estabelecimentos, os produtos, que podem ser os mesmos, não possuem a mesma qualidade. No caso dos produtos

da banca de Maria, que são laticínios, doces e farináceos, a questão do frescor do produto fala muito alto. Logo, o cliente que compra dela, não encontra queijo fresco com a mesma qualidade em supermercados.

Figura 3: Banca da Maria – queijos e doces



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

É na relação de confiança, lazer, socialidade e reciprocidade que podemos explicar o fenômeno das feiras livres em Goiânia. Uma cidade que, durante grande parte do ano atinge temperaturas altas, próximas aos 40°C, e que, durante os meses de outubro e março apresenta chuvas torrenciais e, mesmo assim, tem as feiras como um dos modelos de comércio mais simbólicos e fortes.

Segundo Gonçalves e Abdala (2013, p. 2), “as feiras livres parecem manter o aspecto de local “informal”, cuja pessoalidade entre os sujeitos que a frequentam proporciona maior interação e fixação das relações sociais”, essas relações nem sempre se focam apenas na compra e venda de mercadoria, mas em relações de amizade, por exemplo. Logo, a socialidade é um fator importante para a freguesia.

Então, temos uma disputa de interesses, que por um lado mantém as feiras por sua função social, por outro, há uma busca das camadas de maior poder econômico de uma modernização constante. Mascarenhas e Dolzani (2008), chamaram esse

movimento de “modernização da modernidade”, argumentando que, embora haja uma persistência das feiras livres, as disputas sempre estiveram ligadas às medidas tomadas e priorizadas pelas administrações públicas, seguindo as “necessidades” da modernidade da população. Isso implica, por sua vez, na substituição do velho pelo novo, cabendo às feiras, o papel de retrocesso frente outras modalidades de comércio urbano.

Essa ideia de retrocesso aparece reformulada na fala de alguns entrevistados, foi comum o uso da palavra “tradição” ou “cultura” nas entrevistas. Retomando Santos (2004), não podemos pensar na ideia de moderno ou tradicional no caso dos mercados e feira, por exemplo, porque ambos fazem parte de um processo de modernização do século XX, mas nesse processo, o Circuito Inferior (não-hegemônico) e o Circuito Superior (hegemônico) não são duais, mas fazem parte de um todo integrado, com modernização em diferentes graus e relações de dependência em níveis diferentes.

Segundo Maria, a importância da feira está na cultura, retomando esse aspecto de tradição, principalmente dentro de uma perspectiva de algo ensinado entre gerações. Entre seus clientes, vários são filhos ou netos de antigos clientes, que mantiveram as práticas, que também estão correlacionadas a uma ideia de confiança, de segurança e fidelidade, que faz muita diferença dentro da feira. Narrando suas experiências, Maria sempre se referia à feira como “muito bonita e um lugar que todo mundo gosta (...)”. (Maria, 44 anos de feira)

No aspecto da modernização, podemos chamar para o debate a noção de sociedade de consumo e como a relação entre feiras e supermercados, de certa forma, disputam espaço nessa classificação que remete à sociedade contemporânea. Como Milton Santos (2004) esclarece, tanto o Circuito Inferior quanto o Superior, estão localizados na contemporaneidade e ambos estão atrelados à ideia de consumo.

1.2 Consumo e a produção de laços

Sato (2012, p. 92) define feira como “reunião de pessoas, as interações que aí se constroem, um tipo de evento”, mas, a feira também é localizada, pois é um mercado, ou seja, um lugar. Logo, a feira “é um evento e um lugar” (Sato, 2012, p.92).

Não podemos esquecer que, enquanto local de interações, a feira estabelece relações não apenas entre pessoas, mas entre humanos e não humanos. Ou seja, entre pessoas, animais, alimentos, espaço, germes, vírus, clima, entre outros. Ela é viva.

Para além de sua localização social e econômica, as feiras carregam um sentido importante de socialidade, confiança e pessoalidade, que a diferencia de outros modelos de comércio e consumo. É importante lembrar que o consumo está presente em qualquer formato e gênero de sociedade humana, além de não ser um conceito fechado em si mesmo, pois pode abarcar significados diversos, desde questões identitárias, consumo de massas, entre outros.

Ademais, pensar sociedade de consumo não significa, necessariamente, falar de cultura de consumo, ideia mais pautada nas noções de pós-modernidade. Por outro lado, a ideia de sociedade de consumo, que se encaixa melhor aqui, traz uma perspectiva ligada à noção de consumir como um processo mediador das relações humanas, embora, questões econômicas não se ausentem. (Barbosa, 2004)

Ou seja,

independente da carência material de determinados segmentos sociais e sociedades, o fato é que consumir e utilizar elementos da cultura material como elemento de construção e afirmação de identidades, diferenciação e exclusão social são universais. (Barbosa, 2004, p. 12).

Existem vários exemplos na literatura antropológica em que o consumo é um marcador importante de identidade, mas que ele não se pauta em trocas capitalistas. Podemos citar alguns exemplos, como o *kula*, um sistema de trocas presente nas Ilhas Trobriands, em Papua Nova Guiné, que consiste na troca de braceletes e colares com valor ritual que instaura uma importante rede de relações entre os moradores, que trocam honrarias, *status* e mercadorias entre si (Malinowski, 1978).

Podemos citar, também, o Ensaio sobre a Dádiva, um texto clássico da Antropologia, escrito por Marcel Mauss (2003), que consiste numa catalogação de diversos sistemas de trocas em sociedades diferentes. Tais sistemas compartilham da mesma tríade, o “dar – receber – retribuir”, que é fundamental para o estabelecimento de laços e dívidas sociais. (Mauss, 2003). Dentre essas trocas, se destaca o *potlash*, que o autor chamou de “prestações totais do tipo agonístico” (Mauss, 2003, p. 192), que se baseia numa troca combativa, abalizada na destruição

de riquezas e rivalidade através de presentes, que devem ser, a cada troca, mais valioso, estabelecendo assim, além de uma relação de troca, uma relação de dívidas. Logo, o consumo aqui, constrói relações de obrigatoriedade com o seu amigo, ou melhor, o seu rival.

Em seu célebre livro *Cultura e Razão Prática*, Marshall Sahlins (2003) discute o consumo dentro da sociedade capitalista e burguesa, trazendo a importância do valor de uso dentro das trocas capitalistas, mostrando que, embora o valor de troca se faça presente e seja fundamental para a manutenção do capitalismo, o valor de uso cria identidade e classificações sociais, que se baseiam em status, classe, cultura, entre outros.

Ainda dentro desse contexto, a cultura tem um grande poder de criar significado para o consumo, já os sistemas simbólicos dão sentido à mercadoria para além do valor de uso. A alimentação é um bom exemplo para pensarmos a construção identitária através do consumo, para isso, o autor se utiliza de alguns tabus alimentares relacionados à carne de determinados animais, onde animais domésticos e mais humanizados, como cachorros e gatos, se configuram como proibitivos na dieta Ocidental, diferente de animais como a vaca/boi e porcos, que embora sejam domesticados, têm sua relação exterior à casa e ao mundo humano muito bem demarcada. Em sua análise, o autor traz ainda, algumas reflexões sobre valores sociais e econômicos de alguns cortes de carne que estão presentes nos simbolismos dados a cada parte do animal. (Sahlins, 2003).

Logo, as relações de consumo nunca são simples, e baseiam-se em outras relações simbólicas externas e internas ao indivíduo e, no caso, à feira. Pensando nesta mesma lógica, as relações de troca nas feiras geram mais implicações que a simples trocas de produtos por dinheiro. Estabelece, por sua vez, relações de amizade, confiança, companheirismo, entre outros.

Em uma das entrevistas realizadas na Feira do Setor Sul/Oeste, um dos feirantes foi interrompido diversas vezes por fregueses. Dentre as interrupções, uma me chamou atenção, pois orientava a fala do entrevistado, questionava as suas respostas e brincou conosco algumas vezes. Nisso, o feirante disse, de forma muito afetuosa, que o marido dela, um estrangeiro que passa boa parte do ano em seu país natal, solicitou que ele cuidasse dela em sua ausência, auxiliando com as compras do mês.

Além disso, no caso da feira, como uma manifestação localizada no Circuito Inferior, relações se caracterizam para além do comercial, além da possibilidade de negociação direta com o vendedor, o que não ocorre em supermercados. Como já citado, há uma pessoalidade nessas relações, o que retoma aquela ideia de forte enraizamento cultural e social desse Circuito com sua região, já que o consumidor conhece o vendedor pelo nome ou pelo que ele vende, sente falta quando este não comparece, cria laços de confiança em relação à procedência e qualidade do produto, além do aspecto ligado ao lazer que a feira oferece, principalmente nas feiras dominicais, onde vários membros da família vão juntos comer pastel e tomar caldo-de-cana, ou quando pessoas saem de festas diretamente para as feiras no amanhecer.

Pensando nesta relação, durante uma das entrevistas, um dos feirantes, Seu Nivaldo, vendedor de guariroba¹³, foi interrompido três vezes por consumidores. Além da venda, ele foi questionado por todos os compradores sobre a ausência do vendedor de banana, que fixa sua banca ao lado da dele. Ele respondia com uma certa fadiga: “ele está descansando”, mas depois comentou comigo

Não sei se você escutou a mulher falando sobre o [vendedor de banana]... O problema de cliente... o cliente quer ver a gente aqui é vinte e quatro horas, trezentos e sessenta dia ao ano. (...) porque assim, o pessoal tem uma visão errada, diferente, é pobre (o feirante), toda vida o feirante não pode estar num carro bom não, pode estar aqui tem isso(...). (Nivaldo, 53 anos, 42 anos como feirante).

Embora percebamos o cansaço de dar sempre a mesma informação aos clientes, a indagação destes demonstra o estabelecimento de uma relação de confiança e fidelidade, já que outros feirantes vendem banana, mas aquela banca, especificamente, criou uma clientela fixa que prefere ir para casa sem a fruta do que comprar em outra banca.

O relato também traz um olhar sobre a relação do feirante com o cliente, na qual o vendedor é visto, segundo sua interpretação, como um indivíduo localizado em uma classe social mais baixa ou mais “humilde”, visto que ele trabalha com a feira. O que pode ser explicado pelo fato de a clientela desta feira, localizada entre os setores

¹³ Também conhecida como gueroba, gueiroba, guaroba, entre outros nomes, é uma espécie de palmito de sabor amargo, nativa do Cerrado. Algumas das palmeiras desta espécie podem chegar a mais de 20 metros de altura.

Oeste e Sul, é composta por pessoas de classe média e média alta, já que este é um local caro, central e bem tradicional na cidade.

Segundo Sato (2012, p. 50), as feiras “como espaço de sociabilidade, ao instalarem-se em bairros de classe média e média alta, essa população poderá se relacionar com os feirantes e consumir produtos aí comercializados.” Sendo este espaço um local de cruzamento entre classes, o que aprofunda as relações classistas, sentidas pelo senhor Nivaldo, que além de ser feirante, trabalha com um produto menos valorizado e é um homem negro.

Voltando à questão das relações de fidelidade, podemos pensar que a feira, principalmente para os seus usuários mais assíduos, cria uma sensação de pertencimento e de comunidade, o que cria redes locais, que segundo Bauman (2005, p.14) “depositam sua confiança na própria identidade como recurso mais precioso para a defesa de seus interesses”. Ou seja, cria-se uma ideia de segurança. O autor ainda discute como essa relação de confiança está correlacionada às relações de proximidade com a vizinhança, aproximação essa que, indiretamente, as feiras fazem de maneira eficaz. Na feira você encontra seu vizinho, um conhecido, parentes, amigos, entre outros.

Durante a entrevista com a Maria, uma fala me chamou a atenção no que concerne as relações de lazer e de amizade dentro das feiras, que fazem delas locais menos formais e mais familiares do que os mercados, mas, ao mesmo tempo, constroem uma certa relação de obrigatoriedade que não é explícita, mas são importantes para a manutenção das relações. A feirante disse, após ser indagada se a feira era apenas um local de comércio

Por exemplo, existe as banca de pastel, então muita gente gosta de pastel de feira. O pastel de feira pra muitas pessoas é tudo... às vezes, vem comer um pastel e vê o queijinho lá. **Às vezes é até amigo da gente mesmo, passa e cumprimenta vou ali comer um pastel e já eu volto.** (Maria, 44 anos como feirante).

Logo, a feira faz o caminho inverso das grandes redes de supermercado e, muito mais, dos aplicativos de entrega¹⁴ que afastam, individualizam, e globalizam o consumo em um fluxo neoliberal, enquanto as feiras insistem na reafirmação do local

¹⁴ Se tornaram ainda mais populares no ano de 2020, após o Brasil e o mundo serem assolados pela COVID-19. Essa questão merece uma atenção especial e será discutida nos capítulos posteriores.

e, aqui, cabem inclusive, as redes de entrega de cestas orgânicas, que embora não sejam produzidas numa espacialidade determinada, criam outras formas de socialidade, como relações por aplicativos de mensagens, embora não fidelizem o cliente, mas isso é assunto para outros estudos. Para Bauman (2005), então, a cidade é como um campo de batalha entre forças locais e globais.

Pensando nesta disputa de forças, podemos discorrer em relação à feira como criadora de laços e socialidade, pois ela está inserida no campo de forças locais e isso afeta diretamente sua relação com o trabalho, na qual o feirante se vê como agente ativo e pertencente ao circuito, pois ele é conhecido pelo nome, delimita seus dias de trabalho e cria relações sociais significativas, diferente do trabalho dominado pela tecnologia, como no caso dos trabalhadores via aplicativos. (Santos, 2004).

Podemos correlacionar os Circuitos Inferior e Superior de Milton Santos (2004), com as relações de trabalho, levando em conta a ideia de precarização do trabalho, desenvolvida por Ricardo Antunes (2018), em “o Privilégio da Servidão”, que ao falar das novas formas de exploração de trabalho, cita, inclusive, os trabalhadores que são chefiados por aplicativos, como no caso dos aplicativos de entrega e transporte. Isso ocorre porque há um aumento do contingente de trabalhadores e, ao mesmo tempo, redução de empregos, além das mudanças nos processos produtivos que alocam trabalhadores no terceiro setor ou setor de serviços, e quanto mais globalizado é o processo de trabalho, mais a relação será exploratória e distante.

Como consequência, há uma corrosão dos direitos sociais dos que mantêm seus empregos e uma erosão das conquistas históricas destes direitos. (Antunes, 2018). Esse processo se aproxima de uma das características do Circuito Superior, elaborado por Santos (2004), que está pautada no desenvolvimento de tecnologia e informação a serviço dos processos de consumo. Sendo assim, embora não possamos trazer uma ideia de “moderno” e “tradicional”, como já citado acima, podemos pensar em movimentos que beneficiam o global em detrimento do local (que é ocupado pelas feiras) e, segundo o autor, tem a característica de ser uma articulação entre cidade e região.

Apesar disso, essa localidade das feiras, embora pareça homogênea, é rodeada por contradições, como as diferenças entre centro e periferia, produtos não processados e processados, alimentos agroecológicos e/ou orgânicos, classe e gênero dos consumidores, para citar alguns exemplos.

Cabe aqui, falar um pouco sobre uma breve experiência que tive durante o campo entre duas feiras que, embora não fizessem parte da minha análise mais atenciosa, foram visitadas a título de curiosidade. A Feira do Produtor, que ocorre aos sábados pela manhã e que por volta das 9h já está no fim. E a Feira Orgânica que ocorre, também aos sábados, mas no horário padrão das feiras (6h as 13h), embora encerre um pouco mais cedo, devido ao movimento e à pequena oferta de produtos.

Figura 4: Feira do Produtor



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

As duas feiras têm como foco a venda de alimentos orgânicos, mas, na primeira, o seu público é majoritariamente mais velho e, aparentemente, os feirantes e consumidores estabelecem laços de muita proximidade. Nesta feira, a ausência da balança em algumas bancas para pesar os alimentos foi bem marcante, já que boa parte das vendas são feitas por unidade ou dúzias e as relações são pautadas, na confiança. A Feira se localiza atrás da SGPA (Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura), no Setor Leste Vila Nova.

Esta feira possui uma característica interessante: ela é localizada em uma região central, mas de acesso difícil, sua estrutura é bastante precária e ela não ocupa

uma rua, mas os fundos da Pecuária (como a SGPA é conhecida popularmente). As relações estabelecidas ali parecem bem familiares, já que ao chegar na feira, senti aquele desconforto de não pertencer àquele lugar, como uma estranha, o que mostra uma certa intensidade de relações mais fechadas em si.

A Feira de Orgânicos que por sua vez, se localiza no Mercado Popular da 74, no Setor Central da capital goiana, possui uma estética muito mais “limpa” e urbanizada e seu público é composto, em grande parte, por pessoas mais jovens e “descoladas”. Além dos orgânicos, a venda de produtos minimamente processados e artesanais, como geleias, queijos especiais, pães artesanais, entre outros, encontram uma clientela bem fiel. Essa feira, diferente da anterior, foi mais acolhedora, mas um acolhimento mais próximo ao de um mercado, sem muito espaço para conversa e uma exposição de produtos de forma mais ‘técnica’. O fato de estar dentro do Mercado Popular, que oferece um pátio que se assemelha a uma praça de alimentação, dá um ar mais urbano a essa feira, diferente da feira do Produtor, que remete a uma certa ruralidade.

Figura 5: Feira de Orgânicos



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

A partir dessa diferenciação de público, percebemos que a feira cria laços com consumidores de acordo com a sua proposta. Essa divisão é criada, inclusive, pelo horário de funcionamento, organização da feira, localização, mercadorias, entre outros. Ou seja, o consumo cria identidades, interesses e relações. E no caso dessas duas feiras, o alimento orgânico, parece ter peso e sentido diferente em cada, ou seja, na primeira, parece estar conectada com uma relação um tanto quanto óbvia com a terra e os alimentos e, na segunda, parece uma ressignificação e, me arrisco dizer, uma romantização, que implica, inclusive, na compreensão, pelos consumidores, dos valores mais elevados dos produtos, como se carregassem uma etiqueta de marca: 'produto orgânico', retomando a noção de valor simbólico da mercadoria, elaborada por Sahlins (2003).

Já que nesse tópico, nos debruçamos por vários temas que culminaram, de certa forma, nos sentidos da feira, no próximo tópico vamos pensar um pouco sobre as narrativas que as feiras constroem e pelas quais são construídas e, posteriormente, falaremos sobre as relações importantes de socialidade e performance que fazem desse comércio, único.

CAPÍTULO 2. Quem faz a feira? Narrativas e experiências

“É, uma vida de feira. Isto é uma vida.”

(Maria “do Queijo”, 2022)

Durante a análise das entrevistas, percebi que falar sobre a feira para quem trabalha nela é, também, falar sobre si. Quando nos atentamos para as falas dos feirantes que retomam muito a sua história e a mistura quase inseparável entre feira e feirante, percebemos que há uma relação de produção em dois sentidos. A feira produz o feirante e o feirante produz a feira. Isso não se dá numa dimensão individual, mas dentro de um contexto coletivo, que abarca, também, os consumidores, as mercadorias, a rua, o dia da semana, o tempo, o clima. Temos aqui, então, uma diversidade de trocas e interações que se estabelecem no “fazer a feira”. Neste capítulo irei discorrer sobre a construção desta feira que, em partes, só é vista e vivenciada por quem trabalha nela.

2.1. Primeiras impressões do campo

Esta pesquisa possui duas fases importantes, a primeira, um pré-campo, no qual foram feitas visitas em uma dezena de feiras, espalhadas por toda a capital, em que foi possível perceber alguns desenhos, especificidades e proximidades entre elas. Nesse primeiro momento não foi possível conversar ou fazer entrevistas longas com os usuários das feiras, que em sua grande maioria estavam apressados e se mostraram pouco à vontade com a pesquisa, mas foram aplicados questionários com perguntas pontuais. Esse primeiro campo rendeu um artigo, publicado na coletânea *Cidades e Consumo*¹⁵.

Neste primeiro, foi possível verificar algumas singulares destas feiras. Logo de início, assumo que, embora tenha residido em Goiânia por meia década, não sou natural da cidade, e a relação da capital com o comércio de rua sempre me interessou.

¹⁵ NAZARETH, C. C. F.; COLLAÇO, J. H. L. e BARBOSA, F. A. C. Comida como cultura e autocuidado: consumo alimentar e noções de comer saudável entre mulheres frequentadoras das feiras de Goiânia, Goiás (BR). In: COLLAÇO, Janine Helfst Leicht; BARBOSA, Filipe Augusto Couto; ROIM, Talita Prado Barbosa (org.). **Cidades e Consumo**: comida, cultura e saúde. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2018. p. 97-139.

Ainda que, na minha cidade, Uberlândia-MG, as feiras livres sejam comuns, parecem não possuir a mesma importância e potência das da capital goiana.

As feiras em Goiânia, são em sua maioria, extensas, muito movimentadas e promovem, não só o comércio, como encontros e lazer, o que é uma característica geral das feiras no Brasil. É comum vermos consumidores e comerciantes conversando sobre temas cotidianos, cumprimentando-se com simpatia e afetividade. Ainda, em alguns momentos, os “consumidores” estavam ali, não para comprar, mas para conversar. A fala do feirante Luiz Carlos, retoma a ideia da função social da feira para além do consumo e comércio.

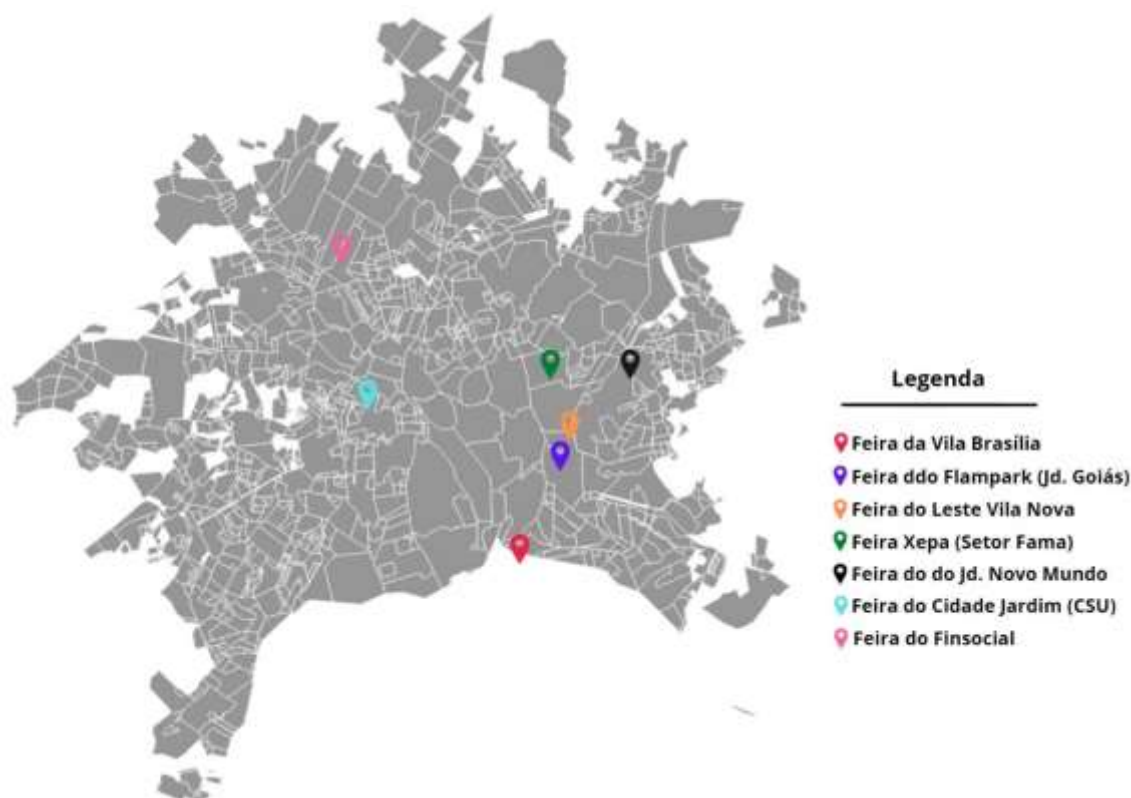
Então, o brasileiro hoje está muito carente, tem que tratar o cliente bem, oferecer pra ele seu cafezinho, eh... tem freguês que gosta de você dar atenção pra ele né? (...) A **feira, na realidade, é uma terapia**. Tem gente que gosta porque, né? Então é. É bom por causa disso, não é? Então, tem freguês, eu falei, que é carente, gosta de conversar. (Luiz Carlos, 58 anos, 45 anos de feira).

Para esse primeiro campo¹⁶, visitei feiras livres e especiais (que posteriormente foram retiradas da pesquisa), espalhadas por várias regiões de Goiânia, localizadas em bairros centrais e de periferia e de classes sociais distintas.

O critério de seleção das feiras foi baseado, primeiramente, na tentativa de abarcar várias localidades em Goiânia, levando em conta as distinções socioeconômicas, assim como as suas distribuições por dias e horários diferentes para que fosse possível experimentar a maior diversidade de público, rotina e uso de tais feiras. Segue abaixo o mapa com a distribuição delas.

¹⁶ O primeiro trabalho de campo se deu com o objetivo de conversar e aplicar questionários entre os fregueses das feiras, porém, após o surto de COVID-19 e o fechamento das feiras, o olhar sobre o campo mudou e modificamos nosso foco para os feirantes que sentiram as consequências da doença e dos fechamentos do comércio.

Mapa 3: Distribuição das feiras visitadas



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Na Tabela 1, descrevo a relação de Feiras Livres visitadas (esta tabela não inclui as feiras especiais), com uma breve descrição de cada uma.

A Feira do Vila Nova¹⁷ (1) está localizada numa região de grande movimento e acesso ao público. O Leste Vila Nova, bairro presente na fundação de Goiânia, tem como característica a sua centralidade e uma mistura de casas mais antigas em grandes terrenos, o que torna comum a presença de quintais. Além disso, sua localização é privilegiada: muitas linhas de ônibus, Terminal da Praça da Bíblia, faz divisa com o setor Leste Universitário, Setor Central, Vila Colemar Natal e Silva e Setor Negrão de Lima. Está próximo a hospitais, supermercados, vias de grande fluxo (Quinta Avenida, Avenida Independência e Avenida Anhanguera).

É um setor com muitos imóveis comerciais e um comércio variado, além de abrigar um Mercado Municipal, no qual se comercializa muitos itens locais e regionais. O setor mobiliza a região Leste e possuía, em 2010, uma população de 16.460 pessoas, segundo Departamento de Pesquisa e Estatística e Estudos Socioeconômicos (DPESE) da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo de

¹⁷ Feira revisitada na 2ª etapa do campo

Goiânia. A feira, por sua vez, é de grande extensão – aproximadamente 400 metros – e atende o setor e as áreas próximas, se localiza na Nona Avenida, entre a Quinta Avenida até a Rua 208. Acontece aos domingos, no período da manhã, o que favorece o lazer, onde famílias se juntam para comer pastel e comprar seus alimentos.

Durante o campo, a presença de famílias inteiras, crianças, jovens, adultos e idosos foram muito comuns. Muitas pessoas terminavam suas compras para comer pastel ou usavam esse ponto como um local q e descanso. Através dos questionários aplicados e das conversas, percebemos que existe um padrão de consumo de alguns alimentos, sendo eles: banana e tomate, entre hortifrutis; pastel, entre os alimentos prontos. Além disso, no geral, os consumidores desta feira optam, em sua maioria, pela compra de alimentos e não por outros itens, como roupas, brinquedos ou utilidades domésticas.

A Feira Livre do CSU (2) ou do Cidade Jardim, se localiza no Setor Cidade Jardim. O setor foi instaurado na década de 1960 e sua maior urbanização veio nas décadas de 1980 e 1990. Não se tem muitas informações sobre a história do bairro, mas ele se localiza numa região mais centralizada, fazendo divisa com outros setores como: Setor Coimbra, Castelo Branco e Setor Sudoeste. Possuía em 2010, segundo o DPESE, uma população de 13.319 pessoas (Goiânia, 2010). A feira ocorre ao redor do Ginásio CSU, na praça Abel Coimbra, aos sábados, pela manhã.

Tabela 1: Relação de feiras visitadas em Goiânia

Feira	Dia da semana	Período	Bairro	Região
Feira da Vila Nova	Domingo	Diurna (7h-14h)	Leste Vila Nova	Central
Feira Livre do CSU	Sábado	Diurna (7h-14h)	Cidade Jardim	Oeste
Feira da Vila Finsocial	Sexta-feira	Noturna (16h-22h)	Vila Finsocial	Noroeste
Feira da Vila Brasília	Quinta-feira	Noturna (16h-22h)	Jardim das Esmeraldas	Sul
Feira do Novo Mundo	Quinta-feira	Noturno (16h-22h)	Jardim Novo Mundo	Leste
Feira do Jardim Goiás	Quarta-feira	Noturna (16h-22h)	Jardim Goiás	Sul
Feira do Setor Fama	Segunda-feira	Diurna (7h-14h)	Centro Oeste	Meia Ponte

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

É uma feira muito descontraída, na qual os usuários foram, no geral, muito abertos para a conversa. Ela se caracteriza por ser muito larga e ampla. Durante o campo, pouca presença infantil e jovem, mais idosos e adultos. Diferente do que vi na feira do Vila Nova, não havia o mesmo clima de “passeio em família”, mas de encontro entre amigos. Nesta feira, dos consumidores questionados que compravam hortifruti, o alimento mais presente nas listas foi o tomate.

A Feira do Finsocial (3), acontece no setor Vila Finsocial, localizado na região noroeste de Goiânia. É um bairro periférico, distante do centro, com uma população, segundo o DPESE, de 16.071 pessoas (Goiânia, 2010). Na visita à feira, sentimos uma certa resistência dos taxistas a nos deixar no bairro, com a narrativa de que era muito distante e perigoso. Fruto de ocupações e lutas por moradia, o bairro é jovem,

data da década de 1980 e tem uma história bastante trágica e marcada por lutas entre posseiros e a Polícia Militar.

Segundo o site “Goiás de Norte a Sul”, um portal de notícias fruto do Programa Goiás Norte a Sul, produzido pela rede Record, atualmente, o setor Vila Finsocial mudou muito, ganhou alguma infraestrutura, mas não conta com sistema de esgoto e áreas de lazer. Em relação à feira do setor, ela funciona às sextas-feiras e é noturna. Ela se caracteriza por muita movimentação nas bancas de comida pronta, principalmente por seu dia de realização. Vimos muitas pessoas ainda com uniforme de trabalho e colégio saboreando pastéis com grupos de amigos. Uma característica interessante desta feira foi que, de 7 pessoas questionadas, 6 afirmaram que a função da feira era de lazer.

A Feira da Vila Brasília (4) foi a quarta feira visitada, localizada no limite entre Goiânia e Aparecida de Goiânia, no Setor Vila Brasília. Em sua fundação, na década de 1950, era um setor distante da capital que cresceu e se aproximou da região, a princípio era um bairro isolado. Na década de 1980, os serviços públicos e de infraestrutura chegaram ao local, auxiliando no desenvolvimento do que é hoje um dos mais importantes bairros da região de Aparecida.

A feira deste setor é muito extensa e se caracteriza por fileiras bem espaçadas que dão ao consumidor uma maior mobilidade em sua faixa central. Ocorre às quintas-feiras, a partir das 16h. Nesta feira, em especial, fomos muito bem recebidos, tanto por feirantes quanto por consumidores. O clima geral da feira era muito descontraído. Entre os consumidores, o fato de ir à feira estava dividido entre tarefas domésticas e o lazer e os produtos mais consumidos eram o pastel e hortifrutis no geral.

A feira do Novo Mundo (5), foi a primeira feira a ser visitada, está localizada no Setor Jardim Novo Mundo, cuja população em 2010, era de 34.021 pessoas segundo o DPESE. O bairro é anterior à origem de Goiânia, pois foi fruto de uma doação da família Moraes para o empreendimento de Goiânia. Sua fundação, enquanto Novo Mundo, se deu em 1950 e, a princípio, era uma região bastante desvalorizada. Hoje, é um dos principais setores da região leste de Goiânia e conta com um considerável desenvolvimento comercial.

Em uma visita ainda um pouco tímida e sem muita interação com o campo, obtive pouca informação, mas muitas reclamações relacionadas aos preços da feira – uma atitude comum entre fregueses das feiras em bairros periféricos. E, embora tenha sido difícil entrosamento, percebi logo no início, que as comunicações nas bancas de

pastel seriam as mais profícuas, já que estar ali, caracterizava uma atividade de lazer, o que facilitava a aproximação.

A feira neste setor acontece às quintas-feiras, no período noturno, na Rua Maldonado, cortada por uma importante via da região, a Avenida Anhanguera. Chegamos à feira logo no período de montagem, por volta das 16h, o que nos fez perceber que a feira se modifica durante seu percurso. Nesse horário, havia pouquíssimos consumidores, alguns não quiseram conversar, além da pouca acessibilidade que tivemos aos feirantes. Uma das características dessa feira está, principalmente, no seu uso, que de acordo com todos os entrevistados se configura como um serviço doméstico.

Sobre a pesquisa de campo, é interessante percebermos o quanto há um mecanismo “automático” de estranhamento de um local familiar no processo, pois, quando me vi enquanto pesquisadora, a minha relação com a feira em si se modificou e o que era um ambiente íntimo me pareceu distante.

O primeiro baque, como falado acima, foi com a Feira do Jardim Novo Mundo, pela dificuldade de entrar em contato com possíveis interlocutores. Acredito que dois fatores tenham dificultado o primeiro acesso: o horário e o dia da feira. Esta, que se caracteriza como noturna, começava por volta das 16h, horário em que cheguei no campo. Algumas barracas ainda estavam sendo montadas e havia poucos consumidores; além disso, a primeira visita foi em um feriado, o que contribuiu – acredito eu – para o esvaziamento desta.

Feiras noturnas tendem a ser mais movimentadas após às 18h, tanto pelo pôr-do-sol, quanto pelo retorno de muitos consumidores de seu trabalho. A feira noturna funciona, também, como uma fuga para um jantar fora, onde se pode, além de comprar hortifruti para a semana, sentar-se com a família e amigos nas bancas de pastel ou outros alimentos

A feira do Jardim Goiás ou do Flampark (6), foi bastante atípica. Acontece no período noturno e está localizada na Rua 59, próxima ao Parque Flamboyant. O setor Jardim Goiás, que em 2010 contava com uma população de 11.851 pessoas, é um bairro relativamente jovem, de classe média/alta, e conta com muitos serviços e comodidades, como: supermercados, shopping center, hipermercados, lojas de utilidades, entre outros. Então, embora seja residencial (em sua maioria edifícios de classe média/alta), possui uma grande estrutura comercial, inclusive voltadas para áreas de venda de automóveis e imóveis.

Boa parte do setor é composta por grandes prédios e condomínios verticais que dão à região uma sensação de metrópole. A ausência de pedestres e o grande número de carros dão às ruas um certo ar de vazio. A feira do Flampark/Jardim Goiás, acontece todas as quintas feiras, atrás de um condomínio de classe média com o mesmo nome. Nela, há comercialização de produtos diferentes, como pães especiais e chamam a atenção para uma narrativa mais voltada à boa alimentação. A renda familiar de seus usuários é, em média, maior do que todas as outras feiras, assim como o nível de ensino. Dentre as feiras, apenas nesta, houve relatos de consumo de produtos de panificação.

A última feira visitada (6), foi a Feira do setor FAMA ou Centro Oeste, também conhecida como feira da Xepa. O setor é composto por uma população de 7.334 pessoas (Goiânia, 2010) e faz divisa com o setor Campinas, um dos mais conhecidos setores de Goiânia.

O setor Centro Oeste é um dos bairros mais antigos da capital e, em seu planejamento, não seria voltada para habitação e população humana, mas para a construção de um hipódromo. O planejamento inicial foi seguido até meados de 1940, mas com o início das obras de Brasília, vários trabalhadores vieram com suas famílias e se instalaram no setor, modificando seu planejamento original. O nome “FAMA” está atrelado à Fundação Abrigo de Menores Abandonados instalada na região. O setor é bastante movimentado, conta com uma grande avenida comercial, Avenida Bernardo Sayão.

A feira, por sua vez, é chamada de Feira da Xepa, e é a única que acontece às segundas-feiras na cidade. Com um público muito mais prático, parece não ter uma finalidade de socialidade como vimos nas outras feiras. Os produtos são vendidos a preços mais baixos e os consumidores estavam pouco dispostos a conversar. A relação destes consumidores com o local era muito mais prática: “tarefa doméstica”. Nenhum dos entrevistados consumiam alimentos prontos naquela feira, apenas hortifruti.

2.1.2. Pós-pandemia: um novo campo e uma nova pesquisadora

A pesquisa deveria, de acordo com o projeto inicial, seguir o rumo das análises de risco e higiene dos consumidores em relação aos alimentos disponíveis nas feiras

e o que isso reverbera para o consumo alimentar ali. Mas, no meio do processo, como já marcado na Introdução, a pandemia de Coronavírus modificou os rumos da pesquisa, a minha relação com o campo e os meus interesses.

Agora, o olhar estava voltado para uma nova problemática: como um vírus foi capaz de modificar, suspender e, em alguns casos, encerrar a relação das feiras com a cidade? Pensando nisso, já não me parecia interessante que o foco de análise fosse os consumidores, mas os comerciantes, que foram atingidos de diversas formas: alguns desistiram, outros perderam clientes, outros sucumbiram e alguns adoeceram ou viram entes adoecerem.

A partir desse movimento, foi possível verificar que, não só pessoas faziam as feiras, havia uma diversidade de agentes responsáveis por seu estabelecimento. Agora, era preciso mudar o foco e recomeçar o campo. Com a apresentação geral de diversas feiras de Goiânia, em uma análise realizada em 2019, convido o leitor a uma segunda incursão ao campo.

Nesse segundo momento, após o período crítico da pandemia, em 2021, o trabalho de campo foi retomado e as feiras visitadas não abarcavam toda a cidade, mas apenas a região central (Setores Sul, Oeste, Leste e Central). Isso ocorreu pela mudança do foco nos agentes de pesquisa. Ao invés de seguir consumidores, eu passei a seguir comerciantes e seus produtos, que foram apresentados a mim no decorrer do trabalho, com uma narrativa interessante: “Fulano, ajuda ela aqui. É para um trabalho de faculdade”. Dos comerciantes entrevistados, todos possuem mais de 20 anos de experiência nas mesmas feiras, a maioria, com os mesmos produtos, desde o início.

Por isso, as escolhas se deram pelas feiras que estes comerciantes faziam. Para realização deste, passei a frequentá-las por 4 semanas. A maioria deles faziam de 3 a 5 feiras semanais, sendo elas: Setor Oeste/Sul¹⁸ (Terça e Sexta-feira); Feira do Cepal Sul¹⁹ (Quarta e Sábado); Feira do Vila Nova (Domingo). Aos sábados, bem cedo, também visitei as feiras agroecológicas: Feira do Produtor e Feira Orgânica, que já foram citadas neste trabalho, estas duas feiras não faziam parte do circuito dos feirantes principais, mas eu queria conhecer.

¹⁸ Também conhecida como Feira do Colégio Atheneu

¹⁹ A Feira do Cepal se mostra completamente diferente entre os dois dias de funcionamento. Na quarta-feira, ela é esvaziada e pouco frequentada. No sábado, ela se torna uma grande festa. Uma das entrevistadas se referiu à feira de sábado como uma “feira bonita”.

Ao falar com os feirantes, foi possível perceber que eles formam uma espécie de comunidade que possui hierarquia, prestígio e laços de amizade e interdependência. A maioria dos feirantes são próximos, conhecem os familiares uns dos outros, fazem brincadeiras internas e demonstram certo grau de intimidade. Além disso, foi possível perceber que há poucas mulheres comerciantes. Não digo que seja um ambiente masculino, mas a presença de mulheres feirantes é menos perceptível do que a presença das mulheres enquanto consumidoras.

2.2. Fazendo a feira

Convido o leitor, a partir de agora, a fazer a primeira semana de feiras comigo, na tentativa vivenciar algumas experiências e estranhamentos que surgiram com a entrada em campo:

Feira 1: Terça-feira - Feira Setor Oeste/Sul ou Feira Dom Bosco:

Fomos à primeira feira por volta das 9h da manhã, após combinarmos de nos encontrar com o Osmar, amigo e colega que também estuda o tema de alimentação. Ele me apresentaria àquela feira, que eu ainda não conhecia, alguns feirantes e me mostraria algumas especificidades, já que frequentava o lugar há alguns anos.

Chegamos, eu e meu companheiro, antes de Osmar e aproveitamos para dar uma volta pela feira e conhecê-la, entramos pelo “fim da feira” (se é que podemos nomear assim), pela entrada da escola que dá um dos nomes ao local – Feira do Atheneu²⁰.

Ela está localizada numa região nobre de Goiânia (entre o setor Sul e Oeste) e fica ao lado do colégio Salesiano ou Colégio Atheneu e do Bosque dos Buritis (um parque urbano). As árvores do bosque deixam a feira mais fresca e agradável, o que dá ao espaço uma sensação de refúgio. Embora a feira se utilize das sombras das árvores, ela não é instalada dentro do Bosque, mas na Rua 29, esquina com R1 e R4.

A feira não é longa, mas como grande parte das feiras livres em Goiânia é constituída por três fileiras de barracas (duas fileiras nas margens do asfalto e uma

²⁰ O nome Atheneu, embora, nesse caso esteja vinculado ao colégio, pode causar dúvidas, já que Goiânia possui um bairro/setor chamado Parque Atheneu, que foi nomeado em homenagem aos padres salesianos do Colégio Atheneu Dom Bosco, que possuíam um terreno no local. Não se sabe se houve permuta ou doação, mas a construção do bairro ficou a cargo da extinta Encol, famosa construtora que faliu nos anos 1999.

fileira no meio), isso permite que se crie duas ruas de passagem para os consumidores e é possível que o freguês entre, vá até o fim da feira por um corredor e volte por outro.

Embora ao entrar na feira estejamos envoltos por árvores, basta olhar para cima para que nos situemos dentro da cidade novamente. Há muitos prédios de luxo e classe média que circundam o local, o que nos faz crer que boa parte dos consumidores são moradores dos prédios próximos.

Neste dia, especificamente, percebi que a feira estava relativamente vazia e a clientela era composta por muitos idosos e trabalhadores locais. Partindo da ideia de que a feira está localizada em uma região nobre, tradicional e que comporta muitos escritórios de advocacia pela presença do TJGO (Tribunal de Justiça de Goiás) na região, vimos um público muito específico: senhores e senhores de classe média, pessoas de terno ou roupas sociais, pessoas acompanhadas de empregadas domésticas ou ajudantes.

Figura 6: Terça-Feira – Feira Setor Sul/Oeste



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)

Esta feira é a primeira da semana, por isso, ela apresenta produtos mais frescos e selecionados. Logo, é possível encontrar com facilidade de frutas mais caras e raras na região (pitaia, uva, morango, kiwi, lichia, entre outras) e muito bonitas visualmente.

As barracas de comida de rua estão localizadas nas extremidades e são compostas por: Pela entrada na rua R1, de pastelaria²¹ e uma barraca de sucos, que aparentemente faz parte da banca de pastel.

Na outra extremidade, bem menos movimentada, nos deparamos com a banca do biscoito frito do Seu Adair, que é recém-chegada (estava nesta feira há 5 semanas, no período em que o campo foi feito), mas faz a feira do Vila Nova há 21 anos. A ausência de fregueses também era um sinal de que aquele feirante ainda estava se estabelecendo e construindo a confiança dos transeuntes.

Foi possível perceber, além dos produtos frescos, a disposição das verduras de forma estética. Os legumes brilham e alguns deles parecem estar expostos como obras de arte ou em vitrines. Além disso, o silêncio também é um fator diferenciador, os comerciantes falam pouco, baixo e são muito gentis, embora distantes. Não há uma aproximação muito clara, embora alguns clientes sejam tratados pelos nomes.

Depois dessa primeira ronda, eu e meu companheiro pedimos um biscoito frito para esperar por Osmar, que chegou minutos depois. Consumir produtos no local foi uma porta de entrada para diversas aproximações durante o campo, tomar um café, comer um biscoito, comprar um doce, fazia com que eu conseguisse me aproximar de muitos dos feirantes.

Ao encontrarmos com Osmar, conversamos um pouco e ele me apresentou algumas especificidades daquela feira. Não pude deixar de perceber o aspecto asséptico e organizado da feira, que conta com mais lixeiras e álcool em gel disponíveis do que em outras visitadas. Em relação a isso, penso que em outros momentos não prestaria atenção nesses detalhes, mas tendo em vista o campo e o interesse no tema, observar esse aspecto foi “automático”.

Osmar me explicou como funciona a montagem das barracas (o que depois foi confirmado pelos feirantes). Diferente do que eu imaginava, as barracas não possuem locais específicos, mas vão sendo montadas durante a madrugada. A primeira barraca a ser montada, a da banca da Maria “do Queijo” (vende queijos, doces e outros produtos artesanais), inicia o processo por volta de meia noite pelo marido ou filho da comerciante que volta para casa depois. Após a montagem da primeira barraca, as outras vão sendo fixadas em seus arredores.

²¹ Posteriormente, Osmar nos contou que, em tempos de eleições, a banca de pastéis se torna um grande palco e ponto de encontro para discussões políticas e propaganda política.

Esse fato me lembrou do artigo “Na Banca Do ‘Seu’ Pedro É Tudo Mais Gostoso”: Pessoalidade E Sociabilidade Na Feira-Livre”, escrito por Gonçalves e Abdala (2013), os autores explicam a distribuição e montagem das bancas nas feiras da cidade de Uberlândia-MG, em que todas elas têm locais fixos e marcados pela prefeitura. Essa determinação se deu, segundo os autores, após algumas brigas e disputas relacionadas aos locais de montagem, já que ficar no centro das feiras é melhor.

No caso de Goiânia, cada comerciante monta a sua feira em ordem de chegada, pois não há demarcação de lugar. Embora isso ocorra, é perceptível uma certa relação de hierarquia velada entre os feirantes e a evitação de conflitos em relação ao estabelecimento das bancas, além de uma relação de vizinhança entre os próprios feirantes. Somado a isso, tentar montar as bancas sempre nos mesmos lugares auxilia os consumidores a encontrarem as bancas de maneira eficaz.

Como dito, bancas localizadas no meio da feira são mais movimentadas e/ou tradicionais, já nas extremidades, a relação parece um pouco diferente. Em todas as feiras visitadas, exceto a do CEPAL (por seu formato), foi possível perceber que as extremidades não são iguais. Há um fluxo mais em uma delas, as vezes a rua mais movimentada fica próxima, ou um local para estacionamento, por exemplo. Por isso, vi em todas as feiras realizadas na rua, uma diferença entre uma e outra ponta, onde uma delas – vamos chamar de Entrada – era mais movimentada, e se estabelecia as bancas de pastéis, enquanto a outra ponta parecia o “fim da feira”, com menos movimento, e que muitas vezes, abrigam bancas ficam mais “esquecidas” ou marginalizadas. Tais bancas costumam vender alguns produtos específicos, como guariroba, milho, caldo-de-cana e a sua localização pode ser explicada, também, por produzirem muitos resíduos e precisarem de espaço, o que não impede que haja bancas desses produtos localizadas na parte central da feira.

O caso da banca de biscoito é interessante, porque é apenas na feira do Setor Sul que ele se estabelece na extremidade pouco movimentada, já na Feira do Vila Nova, ele monta sua banca na região central, e lá, formam-se filas para a compra do biscoito. Embora as feiras em Goiânia não possuam locais marcados, como as de outras cidades, a marcação é feita informalmente e feirantes que estão chegando não introduzem suas bancas em locais já delimitados, apontando para uma possível hierarquia e prestígio entre os comerciantes.

Outro ponto interessante que pude perceber foi em relação às bancas de hortifruti. Primeiramente, é importante registrar que a maior parte dos comerciantes não são produtores, mas atravessadores ou revendedores de produtos do CEASA-GO (Central de Abastecimento de Goiás). Alguns desses comerciantes nem mesmo tiram os produtos das caixas nas quais vêm embalados.

Muitas dessas frutas, como pitaiá, caqui, uvas, entre outras, não são frutas naturais do Cerrado mas carregam um valor social importante. Estar dentro da caixa, com a demonstração da origem, com forros roxos, parecem criar um aspecto de fruta “padrão ouro”²². Havia frutas da estação, como mamão, manga e banana, mas o tratamento diferenciado era direcionado às frutas importadas.

Depois de caminhar e conversarmos, Osmar me apresentou a Maria, da banca do queijo. Mulher muito solícita, foi muito aberta a conversar comigo e com ele. Em uma das minhas perguntas óbvias, ela me respondeu de maneira, também, óbvia. Notei que nas bancas de venda de queijo, é comum a separação do queijo “mineiro” e do “goiano” e isso me intrigou. Perguntei a ela qual era diferença e ela respondeu: “esse vem de Minas e esse de Goiás”. Depois ela explicou melhor, que o queijo mineiro é o que chamamos de “meia-cura” e o goiano é o fresco. Essa diferenciação resulta, também, na precificação, já que o queijo Minas tende a ser mais caro e muito comercializado e o queijo goiano, é mais acessível e são poucas peças disponíveis, acredito que por serem mais perecíveis, ou, até mesmo, pelo valor que o nome “queijo Minas” carrega.

²² Nos aprofundaremos sobre as questões estéticas da feira no próximo tópico

Figura 7: A beleza da banca de frutas



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

Após conversarmos um pouco mais sobre a feira, no despedimos. Marcamos de nos encontrar na quarta-feira, na Feira do CEPAL.

Feira 2: Quarta-feira - Feira do CEPAL

Na quarta-feira, fomos à feira do CEPAL-Sul, que faz parte do roteiro de parte dos feirantes que conheci e entrevistei (Maria, Donizete e Carlos Roberto). Ela se localiza no Setor Sul, na rua 115 esquina com Av. Fued José Sebba, um cruzamento bem movimentado que estabelece o limite entre o Setor Sul e o Setor Universitário. Fomos para a feira junto com o Osmar. Por volta das 9h.

A feira do CEPAL (Centro Popular de Abastecimento e Lazer) é bem diferente das feiras de rua. O CEPAL é uma espécie de galpão organizado para abarcar feiras e outros eventos. Conta com um espaço grande, coberto, equipado com luz elétrica, banheiros e estacionamentos, apesar disso, não é um espaço muito convidativo.

Neste dia, ao chegarmos na feira, a primeira frase que o Osmar disse foi: “As feiras de Goiânia acabaram!”, devido o esvaziamento, tanto de barracas quanto de consumidores. Na minha visão, aquela feira parecia estar acabando, mas depois descobri, de acordo com os entrevistados, que é uma feira “fraca”.

Ao chegar, a primeira pessoa com a qual nos deparamos foi o responsável por cuidar dos carros, que conhece muitas pessoas e todos os feirantes. Ele contou algumas coisas sobre o que tem acontecido, como a morte de alguns feirantes e a desistência de outros. Entre os feirantes falecidos estava um dos interlocutores que Osmar queria me apresentar.

Figura 8: Quarta-feira - Feira do CEPAL-Sul



Fonte: Arquivo Pessoal

Osmar já havia comentado sobre esse feirante, pois ele era muito brincalhão e, de certa forma, mantinha aquela característica que faz parte do que se idealiza em relação à figura do feirante: alegre, que disputa preços uns com os outros, com acusações como “a barraca dele é mais cara, compre na minha!”, “as verduras dele são ruins!”, remontando ao imaginário de feira como local de informalidades, brincadeiras e disputas.

Sem a presença deste feirante, o local pareceu muito silencioso e, arrisco dizer, triste, já que não havia muito diálogo entre as bancas, que estavam distantes umas das outras e os sons que tomavam conta do lugar era o do trânsito. Som esse que chegava a ser incômodo, devido ao volume de veículos que passavam pelo cruzamento próximo.

Ao entrarmos no saguão da feira, a primeira barraca era a da Simone, uma vendedora de verduras bastante desconfiada que trabalha na feira há muitos anos. Ela, além de vender, também é agricultora, produzindo suas próprias mercadorias.

Ela faz outras feiras e ainda o CEASA-GO. Ela possui duas hortas, ambas na saída de Goiânia.

Caminhamos pela feira, que contava com apenas 10 barracas, todas espalhadas. A feira estava, realmente, muito esvaziada. Ao conversar com Simone sobre isso, ela disse: “Meus clientes são maioria idosos, né? Jovem não faz feira. Meus clientes estão morrendo.” Questionada por mim se as feiras tinham mudado após a pandemia, ela respondeu de forma triste: “Isso aqui já acabou”. Essa “retórica da perda” é comum entre alguns feirantes, principalmente os mais antigos.

O interessante foi que, mais a frente nos deparamos com a barraca da Maria. O discurso dela foi diferente: “Não, aqui sempre foi vazio. Experimenta vir no sábado, não consigo nem conversar.” Então, entre os próprios feirantes há uma diversidade de opiniões e sensações.

Algo interessante neste caso foi que a barraca da Maria estava, novamente, localiza no centro da feira. Esta feira, diferente das de rua, não é comprida, mas quadrada, seguindo o formato do CEPAL, uma quadra. As barracas não estavam muito ordenadas e haviam, além da barraca da Simone, com as verduras, uma barraca de frango cru e milho, uma de frutas, uma de vegetais, uma de pastel, duas de utensílios (utensílios para cozinha, conserto de panelas, etc.), uma de roupas e duas de queijo, uma delas da Maria a outra, logo a frente dela, chamada “barraca do Mineiro”, comercializava produtos similares, mas parecia ter menos movimento.

Na barraca da Maria comprei doces de queijo (ameixas de queijo) (R\$15,00) e o Osmar, uma peça de queijo Minas, dividida em duas partes, uma ralada e outra inteira (R\$39,00). Percebemos a importância dessas trocas para a pesquisa e para acessar os feirantes. Na barraca da Simone, compramos 3 pés de alface (R\$10,00).

Durante a conversa com Maria, ela contou que, embora revenda o queijo Minas e outros produtos rotulados, ela também produz queijo. Ela possui uma fazenda depois da cidade de Goiás. Na fazenda, cria algumas vacas leiteiras e outros animais. Conversando sobre a fazenda, disse: “Sabe porque fazenda chama fazenda? Porque sempre tem alguma coisa pra fazer.” Reiterando a ideia de trabalho contínuo, tanto nas feiras quanto nas produções.

Passamos brevemente pela barraca do milho e frango e conversamos com a feirante, bem alegre e brincalhona, falou sobre a feira, dizendo que só “a ralé” fazia aquela feira e apontando para ela mesma.

Cabem aqui algumas observações: diferente da feira do dia anterior, onde havia uma certa tentativa de manter o ambiente asséptico, no CEPAL o ambiente era bem menos acolhedor e limpo. A presença de pombos sobre as bancas, a ausência de manutenção dos banheiros (uma reclamação recorrente dos feirantes), e o ar de abandono do CEPAL, criam um ambiente menos agradável e mais marginalizado, mas, o que mais chamou a atenção, no geral, foi a quantidade de bancas, que criava uma sensação de desamparo, por não ocuparem todo o espaço, o que explica as falas dos entrevistados sobre aquela feira específica, na quarta-feira.

Figura 9: Poucas bancas na Feira do CEPAL



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)

É importante ressaltar que esse cenário se modifica completamente no sábado, dia em que a feira se manifesta de forma bem mais vibrante. O que pude perceber é que, por mim, havia uma expectativa do que é uma feira e de que ela comporte de maneira a suprir o que entendo por feira. Independente da minha visão, o que mais chama a atenção é que para cada um dos feirantes, a narrativa sobre o movimento e sobre a própria experiência muda de acordo com sua própria vivência, ou seja, para eles também existe um modelo do que seria uma feira ideal. Essa idealização pode estar relacionada à quantidade de fregueses, ao aspecto da banca (cheia/bonita), ao local, entre outros. O fato é que alguns feirantes tendem a citar suas feiras favoritas.

Feira 3: Sexta-feira - Feira Setor Oeste/Sul:

Na quinta-feira não fomos à nenhuma feira, visitamos uma pequena produtora, juntamente com Osmar. Na sexta-feira, voltamos à feira do Setor Sul, no mesmo local da de terça-feira. Fomos um pouco mais tarde (10h), a ideia era verificar a diferença na movimentação. Nesse horário ainda havia muitos clientes, mas alguns produtos já tinham acabado. Além disso, ver duas feiras no mesmo local, mas em dias diferentes, esclareceu como cada dia possui uma dinâmica.

Chegamos pela entrada do Colégio Salesiano e nos deparamos com uma comerciante isolada com sua banca, composta de poucos produtos, mas que, claramente, não fazia parte da feira. Depois, passamos pelo vendedor de biscoitos fritos, Seu Adair, o de milho, o de guariroba, Seu Nivaldo (que não estava na terça-feira), e o de ervas medicinais, Seu Carlos. Prometemos voltar para comer biscoito e o Seu Carlos nos disse para já comprar, porque estava quentinho. Mas queríamos seguir mais adiante. Fomos até o fim da feira, que não é longa, mas conta com muitas bancas.

Fomos até o fim da feira, que tinha como última banca a de feijões, que também comercializava café, compramos café e conversamos com o vendedor, Luiz Carlos, sobre o café moído na hora. Eram dois preços, o café tradicional, custava R\$20,00 o meio quilo e o moquinha, R\$24,00, o pacote com 500 gramas. Segundo ele, o segundo era melhor, tanto pela torra quanto pela região.

Os cafés vinham de Minas Gerais e esse é um ponto importante. Para delimitar um produto como de qualidade, muitas vezes ele é “importado” de outras cidades ou estados, e alguns desses produtos (queijo e café) têm a ‘comprovação’ de qualidade quando são de Minas Gerais. Inclusive, na banca de um dos vendedores de café havia a seguinte frase: “O *cafezin* mineiro com *jeitin* goiano”.

Este feirante, também vendia grãos crus, como feijões de várias qualidades. Falei sobre o preço, bem acima dos valores de supermercado, e ele disse: os produtos para as feiras centrais têm que ser melhores, então eles são um pouco mais caros. Comentei com ele que fui à feira do CEPAL, na quarta-feira, e ele desdenhou da feira, dizendo que na quarta-feira, o CEPAL era “muito sem vergonha”, já havia morrido.

Figura 10: Sexta- Feira – Feira Setor Oeste/Sul



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

Este feirante, também vendia grãos crus, como feijões de várias qualidades. Falei sobre o preço, bem acima dos valores de supermercado, e ele disse: os produtos para as feiras centrais têm que ser melhores, então eles são um pouco mais caros. Comentei com ele que fui à feira do CEPAL, na quarta-feira, e ele a desqualificou, dizendo que na quarta-feira, o CEPAL era “muito sem vergonha”, já havia morrido.

Muitos comerciantes fazem o trabalho de venda sozinhos em suas bancas, e o fato de não terem colegas chamou a atenção, principalmente pelo peso dos produtos e a montagem das bancas. Com isso, percebemos que os comerciantes se conhecem e traçam uma espécie de rede entre eles. Uma dessas redes está ligada a quem monta e desmonta as barracas. É comum que feirantes mais jovens e fortes montem as bancas ou carreguem os pesos para os mais velhos em troca de um pagamento ou que haja rapazes que trabalhem especificamente com essa tarefa. Nesse contexto, a separação de gênero é clara.

Ao voltar para o início da feira, paramos na barraca da Maria, que concedeu uma entrevista, que foi realizada na semana seguinte. Eu perguntei para ela se as feiras haviam mudado depois da pandemia e ela relatou que a mudança foi imensa.

Que muitos clientes ela nunca mais viu e outros tantos faleceram. Além disso, disse que as feiras mudaram em si, pois houve esvaziamento e mudança de clientes.

Falou da injustiça sobre os fechamentos das feiras e não dos mercados. E de como a COVID-19 afetou a sua vida pessoal, já que sua família passou por períodos de sofrimentos e perdas durante a pandemia. É perceptível que a doença afetou de maneiras distintas os indivíduos, mas, no caso dos feirantes, o trabalho foi um ponto comum.

Ao chegarmos no fim da feira, compramos o biscoito frito, e como a feira já estava andando para o final, algumas barracas já estavam sendo preparadas para desmontar. Enquanto comíamos o biscoito, vários feirantes se juntaram no entorno na barraca e começaram a conversar e brincar entre si.

Conversando com Seu Adair, que naquele dia não estava tão animado, ele disse que aos sábados frequenta o CEPAL e aos domingos, a Vila Nova, reiterando, como da outra vez, que trabalhava há 21 anos e que a Vila Nova era sua melhor feira.

Os feirantes começaram a desconfiar da nossa presença e perguntar o porquê da câmera e o porquê das perguntas. Ao respondermos eles se abriram, sem grandes problemas, alguns ficaram animados em ter sua entrevista gravada.

No dia seguinte, Osmar nos convidou a conhecer as duas feiras orgânicas que aconteciam naquela manhã. Essas visitas não faziam parte do circuito geral das feiras, mas foi importante para fins comparativos. Como já dito acima, essas feiras de sábado são muito diferentes entre si, já que a noção de orgânico tem funções e sentidos diferentes em cada uma delas.

Feiras excepcionais: Sábado – Feira do Produtor e Feira Orgânica.

Chegamos na feira do produtor que ocorre aos sábados nos fundos do Parque de Exposições. É uma feira média, com a presença de produtores, diferente das semanais. Além disso, ela possui características diversas das outras feiras livres, pois sua estética é menos organizada em relação à localização das bancas e uso do espaço, como no caso das feiras convencionais.

As verduras e legumes ficam espalhadas pelas bancas, há vendas de animais vivos ²³ e nem todas as bancas dispõem de balança para a pesagem dos produtos, muitos deles são vendidos por unidades ou já vêm embalados nos saquinhos com uma quantidade fechada. Alguns alimentos que não são comercializados nas feiras convencionais por conta de seu baixo valor de mercado, como o Limão-china ou limão-galego, são comercializados na feira do produtor.

Uma característica interessante é que esta feira começa muito cedo, por volta das 4h da manhã, e as 8h já estão desmontando algumas bancas. A feira do produtor chama a atenção por uma série de coisas: (1) é mais isolada do que as outras; (2) é realizada na terra batida e não no asfalto; (3) é menos “organizada” aos moldes de mercado; (4) comercializa animais vivos; (5) não utiliza o conceito de “orgânico” como uma forma de chamar clientela; (6) os alimentos são produzidos em pequena escala; (7) há poucos alimentos prontos, apenas uma barraca de pastel; (8) os alimentos não são esteticamente atraentes como os de outras feiras, com frutas estrangeiras. Além disso, os alimentos são menores, há resquício de terra e de animais, o que demonstra essa relação mais forte com a terra/ natureza; (9) as frutas e legumes não são “lustradas” e brilhosas para parecerem mais atraentes; (10) é obrigatório que o vendedor seja produtor.

No mesmo dia, um pouco mais tarde, por volta das 10h da manhã, fomos à Feira Orgânica, localizada no Mercado Popular da 74. Embora esse horário seja cedo para as feiras comuns, esta já estava no fim. Andamos por toda a sua extensão, que preenche o interior do mercado e vimos algumas coisas interessantes.

Na feira orgânica, diferente da feira do produtor, há uma relação mais estética com as barracas e os alimentos. Nela não são comercializados apenas alimentos *in natura* ou minimamente processados, mas também, produtos industrializados naturais, como pomadas, entre outros. Além disso, há bancas de bolos embalados, doces, etc. Tudo muito estético e limpo. A feira carrega em si um ar polido, as pessoas falam baixo, se comunicam delicadamente. A clientela também me parece diferente das outras visitadas.

Como a feira estava no fim, não ficamos por muito tempo nela, porém, como ela é realizada no pátio do mercado e nele existem diversos estabelecimentos de

²³ Segundo o artigo 4º da Lei Municipal nº 10570 de 10/12/2020 “Art. 4º É proibida a comercialização de animais domésticos provenientes de criadouros, canis e gatis particulares em praças públicas, ruas, parques, feiras e mercados municipais.” (Goiânia, 2020, p. 1).

alimentos, como pamonha, pastel e biscoito frito, acreditávamos que esse ambiente se misturaria com a feira, mas isso não acontece.

Não há uma unificação dos ambientes, pois muitas famílias vão ao mercado aos sábados como um passeio familiar para tomar café da manhã ou almoçar por lá. A feira em si, não oferece alimentos de “rua”, embora haja alimentos prontos, estes são embalados para o consumo em casa. Não há disposição de praças de alimentação como nas barracas de pastel nas feiras livres convencionais. A feira orgânica é uma feira mais asséptica e descolada de onde está inserida.

Feira 4: Domingo – Feira do Vila Nova

No domingo, fomos visitar a Feira do Vila Nova, feira grande e famosa da região. A feira se localiza na Nona Avenida do setor Leste Vila Nova. Ela é uma das maiores feiras livres de Goiânia e consegue reunir feirantes de várias regiões. Seu movimento começa com as primeiras barracas já na noite de sábado, que vendem alimentos em saquinhos. À meia-noite, boa parte das barracas já está montada.

A feira é bem concorrida e tem algumas características importantes: ela começa na 5ª avenida (avenida principal do setor) e morre na rua 208, tendo uma extensão de mais ou menos 450m – pensando que há duas “ruas” de barracas, entre ida e volta, a feira tem por volta de 900m de extensão. A feira acontece no domingo e é muito movimentada, todas as barracas ficam cheias, principalmente as de verduras e alimentos prontos, em especial, as de pastel.

Foi possível ver a diferença entre o movimento na banca de biscoito durante a semana e aos finais de semana. No fim de semana não há espaço para tantos clientes e a banca conta com outros dois vendedores. Nas feiras de terça e sexta-feira, a mesma barraca fica bem menos disputada. Em uma das visitas, Seu Adair, com um sorriso largo disse: “Viu, como enche?”

A maioria dos feirantes que fazem o setor Sul, fazem também o Vila Nova. Esta feira integra muito o bairro e suas especificidades, alguns bares participam dela, já que montam suas mesas nas proximidades das barracas e fica difícil saber onde termina a feira e começam os bares. Vários consumidores com sacolas da feira param para tomar cerveja nestes bares e restaurantes. Um deles, o Bar do Jabuti, integra sua música à feira através de um *jukebox*.

O Vila Nova tem algumas características de feira tradicional, como a disputa entre feirantes pela clientela, na qual cada feirante baixa seu preço de acordo com o seu “vizinho”, criando uma batalha amistosa e barulhenta entre eles. Há também a mistura de algumas noções de alimentação que são interessantes: as barracas de frituras estão sempre lotadas, mas as barracas de verduras e legumes também. Há uma barraca de caldo de cana com a opção de caldo de cana *detox*, onde se misturam couve, maçã verde, gengibre e limão ao caldo de cana. Há, também, uma certa festividade, talvez por ser no domingo, o que traz muitos cheiros, pessoas mais abertas e barulho.

Figura 11: Domingo - Feira do Vila Nova



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

Encontramos com Maria, que, no momento, estava ralando uma porção gigantesca de queijo (nas outras feiras, ela rala apenas quando o cliente pede). A comerciante quase não pode conversar conosco, devido ao movimento e a quantidade de trabalho.

Outra questão interessante, é que no dia da feira, os termômetros marcavam 28°C. Passeando por seus corredores, havia uma banca de caldos (feijão, vaca atolada, palmito e frango) com muitos clientes. A feirante conseguiu encontrar um local mais fresco, sob a sombra de algumas árvores e dispôs algumas mesas e cadeiras

que estavam quase todas ocupadas. Ela disse que independente do calor, os consumidores gostam muito de caldo. Além de comerem lá, muitos levam para a casa.

Continuamos andando pela feira até o seu fim, tiramos algumas fotos. Iríamos no encontrar com uma amiga, a Nayala. Lá comemos pastel. As barracas de pastel são muito disputadas, é necessário que se espere um tempo para que as mesas fiquem disponíveis. As mesas e cadeiras ficam dispostas sob toldos e nas calçadas, o que impede o trânsito pelo lado de fora, dos pedestres que não estão fazendo feira eles, então, devem, obrigatoriamente, entrar na feira. Ao fazer o pedido, tudo é um pouco confuso. Como há o costume de se comer pastéis acompanhados de caldo de cana com limão, muitas pastelarias são acompanhadas de bancas que oferecem caldo de cana, facilitando a dinâmica.

Vila Nova é a feira mais barulhenta, caótica e agitada dentre as visitadas. Porém, na semana seguinte, visitamos a feira do CEPAL no sábado e foi surpreendente. É interessante como as formas de ocupar um lugar modifica a visão que ele reverbera. O CEPAL, nas visitas às quartas, me pareceu um lugar sujo, escuro e pouco convidativo. No sábado, o local se transforma, com uma ocupação maciça do ambiente, ele se torna mais iluminado, alegre e remete a uma grande feira popular.

Feira 5: Sábado – CEPAL SUL

Diferente de quarta-feira, chegar no CEPAL no sábado foi um grande choque. Todo o local estava ocupado por barracas e muito cheio. É interessante como a ocupação de um local modifica o olhar que temos sobre ele. Se, na quarta-feira, a ideia de decadência e falência das feiras parecia uma certeza, o sábado negava essa visão.

O CEPAL não possui o mesmo desenho das feiras de rua, já que é um pátio quadrado que não permite fileiras extensas, então, as barracas são montadas no centro do local e outras barracas em seus arredores, ocupando todo a praça, seguindo seu desenho.

Chegamos à feira por volta das 8h da manhã e nos deparamos com um grande movimento. Como já estávamos há algumas semanas visitando os feirantes, fomos recebidos com carinho e com muitas brincadeiras. Em um dos encontros, Maria, da banca de queijos e doces disse: “Olha como minha banca é bonita hoje!”, mostrando com orgulho sua banca enorme e muito bem decorada.

Figura 12: Sábado - Feira CEPAL Sul



Fonte: Arquivo Pessoal

A questão estética da feira do CEPAL me remeteu a feiras regionais e de artesanatos, feitas em centros de convenções. Essa estética é composta, tanto pelas barracas bem montadas, quanto por seu apelo festivo e o vendedor de *pendrives* com músicas gravadas oferece a trilha sonora do local, com músicas que variam de pisadinha, rock, pop até chegar ao sertanejo raiz.

Figura 13: Pendrives à venda



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)

Diferente da sensação que tivemos na quarta-feira, no sábado o mesmo local parecia ser mais limpo e alegre e, agora, inclusive, com diversas bancas de comidas prontas, como pastel, caldo de cana e biscoito frito (Seu Adair). Por seu tamanho e formato, esta feira possuía uma espécie de praça de alimentação, que unia variadas bancas de alimentos preparados, o que pareceu promover melhor as relações de socialidade. Nesse dia, o pátio não estava tomado por pombos, como era comum nas quartas-feiras.

Figura 14: Feira como local de encontros



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

Finalizando as descrições gerais da experiência de campo, pudemos ver que a feira é uma grande expressão cultural e carrega, em si, muitas nuances que vão muito além das relações de troca mercadoria-dinheiro.

Ao se adentrar e participar da feira, pessoas se relacionam entre si (seres humanos) e com outras substâncias (outros mais que humanos), como alimentos, cheiros, gostos, sons, experiências, espaços, lugares, animais, vírus, bactérias, entre outros, e cada uma dessas relações cria conexões que fazem desse evento uma experiência carregada de sentidos.

Não é à toa, que, por mais que haja supermercados e outras formas contemporâneas de compra e venda, as feiras resistem. Em alguns discursos são associadas a locais pouco higiênicos e retrógrados, mas, sua persistência demonstra que estão vivas e pulsantes, embora tenham sofrido modificações e adaptações com o tempo.

No próximo tópico vamos pensar na construção das feiras em seu cotidiano, pensando nas performances e sua constituição. Posteriormente, nos próximos capítulos, falaremos de suas relações com outros personagens, sejam eles humanos

ou não e como o conceito de risco se potencializa em relação às feiras após o surgimento do COVID-19 e de que modo algumas relações de poder podem explicar certas consequências dessa pandemia para manifestações localizadas no Circuito Inferior, como é o caso das feiras.

2.3. Do início ao fim: rotina e o trabalho nas feiras

A rotina na feira é uma característica importante, pois, para se montar o palco é necessário que haja disciplina que permita que as coisas possam acontecer. Ao falar sobre a rotina com Maria e sobre o porquê de não fazer feiras noturnas, ela respondeu: “A noite serve para dormir. Se eu não durmo a noite, como posso fazer a feira de manhã?”. Essa questão foi comentada, também, por Luiz Carlos, ao dizer que não gosta de ir a eventos, como festas de aniversário, pois estas acabam atrapalhando o seu planejamento diário.

A feira é, portanto, um trabalho que se assemelha a um modo de vida, absorvendo quase que completamente o feirante, que se dedica, não só nas 6h/7h de feira, mas em toda a sua rotina: produzindo ou comprando mercadorias, preparando seu material básico, como no caso das sacas de feijão, preparando a massa, como no caso do pastel e biscoitos, separando e limpando seus instrumentos. O trabalho está inserido de maneira orgânica em seu modo de vida.

No caso de seu Luiz Carlos, da banca de feijões, a rotina é um pouco diferente. Entre os feirantes há uma diferença no que se refere a “acordar cedo”, embora todos acordem antes das 5h da manhã. No caso dele, ele relata que, mesmo com décadas de experiência, jamais se acostumará a acordar tão cedo, por volta das 4h da manhã. Segundo o feirante, não foram raras as vezes em que perdeu a hora e acabou não fazendo a feira.

No caso de seu Adair, a rotina é ainda mais “puxada”, já que ele acorda por volta das 3h da manhã, vai para a feira por volta das 4h e prepara as garrafas de café. Em dias de semana são 6 garrafas e aos domingos são 12. Após o café pronto, ele termina de montar sua barraca para que às 6h da manhã o primeiro biscoito frito já esteja pronto. Além desse trabalho, Adair ainda prepara a massa, que precisa ser feita com dois dias de antecedência. Segundo ele, a rotina de feirante é de muito trabalho, por isso, “É dificultosa.”

O seu Everildo, da banca de verduras, possui uma vasta experiência com as feiras e sua rotina é bastante cansativa, fizemos a entrevista em um sábado e ele narrou um pouco sua rotina:

Hoje acordei 20 minutos pra 1h da manhã. Era 0h40min. Saí de casa 1h, passei na casa dum rapaz que me ajuda. E vim pra feira com ele. Aqui na feira tem mais duas pessoas que ajudam a gente a descarregar um caminhão com umas oitenta caixa de verduras. A gente descarrega esse caminhão e vai montar a banca. Daí a gente monta a banca tudo direitinho. Às vezes eu vou na CEASA fazer algum complemento das verduras, eu vou lá rapidinho e volto, chego 5h30min e completo a banca e vou trabalhando, atendendo os fregueses aqui, até 11h30, 12h. Aí a gente começa a desmontar a banca pra ir embora, né? Aí 1 hora e meia, 2 horas, já estou em casa novamente (Everildo, 62 anos e 51 anos de feira).

Seu Everildo trabalha com alguns funcionários no atendimento aos domingos. No restante da semana é a sua esposa que divide o trabalho de vendas e atendimento com ele. A esposa chega mais tarde, por voltas das 6h e ajuda o feirante a finalizar a organização da banca, vai embora por volta das 11h30min para fazer o almoço e outros serviços domésticos.

A relação do feirante com o trabalho é muito intensa, é uma rotina cansativa, que não para aos finais de semana e tende a se estender para além do horário de fechamento, pois o trabalho não termina com o fim da feira. É preciso organizar, limpar, desmontar, guardar, refazer e o dia, muitas vezes se torna pequeno para tantas demandas.

Mas, embora a feira ocupe grande parte da rotina do feirante, ela não limita ou define quem o feirante é. Há uma infinidade de relações entre o trabalhador e a feira e isso está ligado tanto ao produto que comercializa quanto a como o feirante enxerga a sua função social. Um dos entrevistados, seu Donizete, embora trabalhe na feira há anos, não faz dela a sua única fonte de renda. Ele também trabalha em um escritório de advocacia após a feira.

Durante a entrevista, seu Nivaldo fala sobre o peso social de se trabalhar na feira. Em sua fala fica claro que, embora seja feirante, aquele local não o define e nem o limita enquanto pessoa, porém limita suas atividades. No caso da feira de domingo, ele se queixa de perder o dia todo por conta de feira, já que acorda muito cedo, faz a feira e volta após as 15h da tarde, já cansado. Essa rotina não permite que ele

descanse ou tenha muito espaço para o lazer no fim de semana. Além disso, ele traz um ponto importante, em períodos de chuva e frio, o trabalho fica mais penoso e a clientela é menor.

Embora a feira seja, muitas vezes, aproximada de uma festividade, trabalhar nela, como pudemos ver, não é fácil. A feira exige rotinas cansativas, em alguns casos, se troca o dia pela noite, além de todas as intempéries que o feirante pode enfrentar.

Segundo Leny Sato (2012), a visão muito festiva e lúdica sobre a feira pode ser um problema para o feirante e sua legitimação enquanto um trabalhador sério e de grande importância para o abastecimento urbano e, segundo a autora,

a visão folclórica da feira livre – que dá relevo apenas às suas faces lúdica, estética e cultural – não é bem recebida, pois esmaece aquela de que ser feirante é um trabalho e de que esse ramo de atividade econômica é importante escoadouro na distribuição de gêneros alimentícios, sendo, portanto, segmento relevante na dinamização da economia da cidade; ao mesmo tempo que gera trabalho, emprego e renda para parcela importante da população. (Sato, 2012, p. 60).

Ou seja, embora haja esse clima de informalidade, ser feirante é um trabalho de fundamental importância para o desenvolvimento da economia local e manutenção da alimentação. Pensar esse trabalho com um tom galhofeiro, pode soar como uma desvalorização da sua função social, alimentar e econômica.

Apesar disso, a feira, como uma manifestação social baseada na socialidade, comporta uma relação muito mais informal entre vendedores e consumidores do que outros formatos de comércio, e é nessa relação que percebemos a construção de alguns personagens arquetípicos da feira, porém, isso não significa que todos os feirantes ocupem esse posto.

Trabalhar em comércio de rua exige um certo “jogo de cintura” do trabalhador, principalmente, quando se trata de feiras livres, por seu clima espontâneo e casual, sem regras de comportamento formalmente instituídas e que, em alguns momentos, ficam mais suspensas do que em outros.

Podemos exemplificar essa fluidez de regras ao assinalar as diferenças entre as feiras de fim de semana e as semanais, que produzem ambientes muito diferentes, principalmente, pelo fato de as primeiras carregarem uma característica festiva mais

contundente. Pensando nisso, gostaria de narrar algumas situações que presenciei durante o campo e marcaram essa atmosfera da feira.

A feira dominical que visitamos foi a do Vila Nova, uma feira bastante extensa e que se localiza em um setor popular de Goiânia. Como um setor muito antigo, ele carrega em si algumas características bem tradicionais, como a presença de um mercado municipal, um time de futebol (Vila Nova) e seu estádio (Estádio Onésio Brasileiro Alvarenga, o OBA) e uma relação de vizinhança bastante forte, construída por laços de confiança entre os moradores.

A feira de domingo do setor funciona em uma região bastante movimentada e fica próxima a uma região de bares e um deles se localiza em uma das extremidades dela. O bar, que possui dois nomes (Subaks Bar e Bar do Jabuti), utiliza-se da sua localização para atrair clientes que usam a feira. Então, jovens que voltam das festas noturnas continuam seu lazer no bar (que abre por volta das 7h).

O estabelecimento permite que os clientes consumam pastel e caldo-de-cana da feira. Em uma relação de “mutualismo”²⁴, a feira participa do lazer da clientela do bar e o bar garante a trilha sonora da feira, já que é equipado por um potente jukebox. Essa relação de festividade presente na feira de domingo não se repete com a mesma intensidade nas feiras de segunda a sexta-feira, que carregam um tom, embora informal, menos brincalhão e mais prático. Assim como Sato (2012), em diversos momentos, me via ‘passeando’ pela feira e me esquecia que estava colhendo dados.

²⁴ Mutualismo é uma relação ecológica entre indivíduos de espécies diferentes, em que ambos são beneficiados pela interação.

Figura 15: Bar e Feira se encontram



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

Com o decorrer dos dias de campo, as incursões ficavam menos trabalhosas e mais prazerosas, quando essa “virada de chave” aconteceu, algumas personalidades dos feirantes começaram a brotar e algumas brincadeiras, embora cuidadosas, começaram a ser feitas. Foi nesse momento que alguns feirantes começaram a brincar, pedindo fotos dos produtos deles.

Em uma das últimas visitas que fizemos ao CEPAL Sul no sábado, o seu Adair, vendedor de biscoitos fritos, que em nosso primeiro contato foi muito sério, pediu que tirássemos uma foto dele com seus produtos, como pode ser visto na Imagem 16. Em um tom de brincadeira, seu Adair construiu um “espeto” de biscoitos fritos e pediu que tirássemos foto.

O trabalho gera, então, diversas noções de socialidade e relações, que criam, também, confiança e, conseqüentemente, lealdade. E, claro, tais laços não se estabelecem apenas entre comerciantes e consumidores, as trocas se dão em

diversas direções, uma delas se localiza entre feirantes. Por exemplo, o empréstimo de dinheiro (troco) e de máquinas de crédito e/ou débito entre os feirantes são bastante comuns.

Figura 16: Seu Adair



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)

Essas trocas ilustram a relação de confiança e de amizade que a feira gera. Durante as entrevistas, os comerciantes citavam outros colegas para mostrar proximidade e familiaridade. Isso não ocorreu entre todos, mas havia grupos de interesse bem delineados e, como no caso do seu Luiz Carlos e Donizete, os dois vendem a mesma mercadoria e isso não impede a amizade entre eles. Segundo Luiz Carlos, cada um tem sua clientela e ninguém “rouba” freguês um do outro.

Além das relações, podemos dizer que a feira cria artistas. Ao se empenhar na montagem de sua banca, um feirante está inserido em noção estética que se localiza entre suas vivências enquanto indivíduo e suas referências sobre a feira. Ter uma banca bonita e vistosa também faz parte do trabalho.

2.3.1. Feirante artista: montagem das bancas e estética dos produtos

A feira, enquanto um evento que modifica a função social e visual de um local pode ser pensada como uma espécie de festividade, um período temporário de suspensão da normatividade para dar àquele local e período, uma nova roupagem e função. Da Matta (1986), nos auxilia a pensar nas modificações que festividades ou ocasiões extraordinárias causam no cotidiano

Todas as festas – ou ocasiões extraordinárias – recriam e resgatam o tempo, o espaço e as relações sociais. Nelas, aquilo que passa despercebido, ou nem é visto como algo maravilhoso ou digno de reflexão, estudo ou desprezo no cotidiano, é ressaltado e realçado, alcançando um plano distinto. (Da Matta, 1986, p. 83).

Enquanto uma ocasião extraordinária, a feira é reconhecida por suas características estéticas, que são muito relevantes. Tal estética não se constrói de “uma hora para a outra”. É preciso empenho e trabalho árduo dos feirantes e auxiliares para a construção de uma feira que possa ser considerada bonita e convidativa.

Como dito no relato de campo, a montagem das feiras em Goiânia difere das descrições de feiras de outras localidades, como Uberlândia e São Paulo (Gonçalves e Abdala, 2013; Sato, 2012) e não são montadas tendo em vista lugares pré-estabelecidos pela prefeitura ou órgão responsável, mas por ordem de chegada. A ausência de lugares marcados faz com que, embora as feiras tenham, mais ou menos, a mesma configuração de semana a semana, algumas bancas mudem de lugar.

A montagem de algumas delas, como a banca da Maria, inicia-se por volta da meia-noite, com a chegada e demarcação do local. Nesse processo, seu marido chega, estaciona a kombi e, em alguns casos, dorme no próprio veículo para esperar a chegada da Maria. Sua banca é montada de fato, após as 4h da manhã, pois possui muitos itens e a preocupação da feirante com a beleza da banca é fundamental. Às 6h, os primeiros clientes já circulam pela feira, então tudo deve estar pronto. Segundo outros feirantes, as bancas seguintes são montadas tendo a da Maria como referência, assim, vão sendo instaladas ao redor dela.

A banca de utilidades domésticas, como panelas, talheres, entre outros, é também uma das localizadas no centro, pois, segundo o feirante, Seu João, a banca demora por volta de 4 horas para ser montada, já que ele tira todos os utensílios de

sua van e os organiza. Esta banca também é responsável por pequenos reparos em panelas, peças de fogão, entre outros e é responsável pela sonoridade de batidas durante toda a manhã. As batidas são de Seu João reparando panelas de alumínio.

Figura 17: Banca de utensílios domésticos (CEPAL – Quarta-feira)



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

Segundo Sato (2013), podemos aproximar a montagem da feira com a montagem de um palco. Há, então, a manutenção de uma performance para o seu funcionamento.

A montagem do palco e da vitrine é intensivamente arquitetada e construída do fim da madrugada até o início da manhã, e durante todo o horário de funcionamento da feira livre o cuidado com sua manutenção é objeto de atenção contínua. Reorganizar, limpar, conservar, reembalar, remaçar [refazer os maços de folhas] são atividades que visam manter a vitrine bonita e criativa. (Sato, 2013, p. 97).

Como um teatro, a feira se distancia da cidade que vive e se comporta da mesma forma rotineira, todos os dias. A feira se torna, então, um refúgio do movimento e se separa do restante da cidade, por mais que ainda seja parte dela. O som dos carros, das vozes, os cheiros e as relações são modificados ali dentro, como se

houvesse um afastamento da rotina citadina e são integrados aos sons de risos, vozes, máquinas de moer cana, batidas... (Sato, 2013)

Figura 18: Banca da Maria



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

No caso das feiras do CEPAL, essa sensação é muito marcante. Localizado em um cruzamento muito movimentado, a cidade transborda todas as características de um grande centro urbano: buzinas, poluição, gritos, som de carros. É quase impossível atravessar as ruas a pé. Durante horários de pico, os cruzamentos e o excesso de automóveis causam engarrafamentos e o trânsito se torna bastante intenso.

Porém, ao entrar na feira de sábado, você é, automaticamente, absorvido por outros estímulos: música, vozes, risos e o som da rua é quase imperceptível. Embora isso aconteça aos sábados, nas quartas-feiras não conseguimos acompanhar a mesma imersão, já que a feira é pequena e a rua anula os som e sensações da feira ali disposta.

Sato (2013) constrói uma interessante relação entre a feira e as performances que ela carrega. Segundo a autora, o aspecto absorvente da feira possibilita a entrada de quaisquer humanos e não-humanos. Ou seja, a “feira é livre” (Sato, 2012, p. 99), o que permite uma vasta possibilidade de usos daquele espaço.

E podemos ir além do que a autora delimita, pois as relações não estão baseadas, apenas, no comprar, mas nas mais diversas possibilidades de consumo, que possibilita vivências, experiências, interações e trocas e, nem sempre essa variedade de interações é mercantil ou entre humanos e humanos. Segundo a autora, “esse grande palco generosamente montado pelos feirantes, garante abrigo para todos os que se habilitem a praticar suas performances.” (Sato, 2013, p. 99)

A questão estética é um ponto fundamental para pensarmos a feira e isso já sabemos. Anteriormente, comentei o que Maria falou sobre sua banca de sábado, dizendo que era a sua banca mais bonita. A ideia de que a feira é linda, não é uma especificidade de Maria, pois há uma noção de beleza muito clara na construção dela. Seja por sua importância sociocultural e tradição ou por suas cores, a feira é um local atraente que, como já dito, tende a ser copiado em outros ambientes, como supermercados e sacolões ou verdurões.

Por isso, nada é aleatório em sua composição. Segundo Sato (2013, p. 100),

a melhor combinação de tipos de mercadoria em cada banca leva em consideração cores, formas e texturas. Explora-se com o intuito de potencializar os atributos estéticos naturais das mercadorias, os cortes, as embalagens e as formas de apresentação em unidades de comercialização. (...)

O belo é feito de pequenos detalhes alcançados com o trabalho estritamente manual e com recursos caseiros.

Leny Sato (2013) chama a atenção para a sua relação, enquanto pesquisadora, com os feirantes. A partir do momento em que são fotografados, percebem a si mesmos. É como um afastar-se ou um “ver de fora”, com a ajuda da câmera fotográfica. A partir do momento em que a câmera é ligada, parece que se estabelece um novo eu, muda-se a postura, as brincadeiras, algumas coisas não podem ser faladas, outras são permitidas, algumas são ditas em tom mais baixo, outras são reafirmadas diversas vezes.

Nesse processo de pensar sobre si através da fala e da performance, como um processo de refletir sobre o “eu” e o trabalho que exerce, foi possível perceber algumas preocupações que não eram postas logo de início, como falar bem de sua mercadoria, do que a diferenciava, seja pela origem ou sabor, falar do seu trabalho para a manutenção da banca ou, até mesmo, da estética dela. Em uma das

entrevistas, o seu Donizete, o Cabeça, pediu que filmássemos ele mexendo no café, dizendo: “esse *take* vai ficar lindo”, demonstrando que, embora a estética não seja sua preocupação primordial, ela está presente no cotidiano e as escolhas e organização das bancas não são aleatórias.

Figura 19: Feira e sua estética



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)

Figura 20: Cores e organização



Fonte: Arquivo Pessoal (2002)

Figura 21: Café do Cabeça



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

Sato (2013), afirma que o ato de filmar ou tirar fotos permite que os feirantes demonstrem suas preferências estéticas, fazendo sobressair o que torna a feira bonita aos seus olhos. Todos os feirantes falavam de seus produtos com muito afeto, mostravam a banca com orgulho, mostravam a característica que os diferenciava de outros. Em meio a todo o movimento, excesso de informações, ofertas, risos, cheiros, havia elementos que saltavam aos olhos e criavam distinções entre as bancas.

A estética pode ser construída de diversas maneiras, uma delas esteve presente na importância dada à higiene durante o processamento do alimento a ser comercializado. Esse aspecto ficou muito claro na banca de guariroba, na qual o seu Nivaldo reafirmava a importância de demonstrar aos clientes que aquele ambiente era limpo. Durante a entrevista ele fez questão de limpar e lavar as mãos diversas vezes com álcool e água que ele trazia de casa, contando que ali continha detergente e água limpa. Além disso, o uso de máscaras, trocadas constantemente, também era um discurso usado como diferenciador.

Figura 22: Banca da Guariroba e a preocupação com a higiene



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

Não podemos negligenciar o fato do COVID-19 ter mudado alguns aspectos da estética da feira. A noção de limpeza ganhou algumas características que não eram recorrentes antes da pandemia. O uso de máscara, a preocupação com lixeiras, a presença de álcool, os cordões de isolamento, entre outros, começaram a fazer parte da composição visual da feira, que do primeiro campo para o segundo, me pareceram, muito mais equipadas e limpas e isso pode ter sido, também, resultado de um olhar mais atencioso da minha parte para esse detalhe.

Nesse sentido, é importante nos atentarmos para a relação entre humanos e outros mais que humanos, levando em conta a relação de um vírus e uma doença nas formas de se fazer a feira, nas preocupações com a limpeza e no uso de alguns equipamentos de segurança, que reverberaram em novos sentidos do que se caracteriza um lugar limpo ou seguro. Essa discussão será aprofundada nos próximos capítulos.

A estética ligada à limpeza nem sempre está ligada aos detritos que a feira produz, pois esses restos fazem parte da própria feitura do produto a ser comercializado, como é o caso da cana de açúcar e a produção do bagaço, que fica, no chão até o fim da feira. Na foto abaixo, podemos perceber duas questões

interessantes: o uso de máscaras e a presença do álcool e os detritos gerados pela extração da garapa ou caldo de cana.

Figura 23: Aglomerações inevitáveis e o uso de EPI's



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)

Talvez seja perigoso afirmar o uso de EPI como uma das vertentes da performance, porém, em algumas bancas, o uso da máscara parece ser uma importante ferramenta de distinção. Esse foi o caso da banca da Maria do Queijo, em que ela e todas as funcionárias utilizavam, além das máscaras, jalecos, que davam à banca um aspecto muito mais “profissional” e higiênico, enquanto outros feirantes não faziam mais uso do equipamento.

Dentro do contexto da performance, alguns feirantes utilizam outras estratégias para se aproximar dos clientes, entre elas, a informalidade no trato com o freguês chama bastante a atenção, pois, além de criar um ambiente descontraído e acessível, demonstra o estabelecimento de laços entre consumidores e vendedores. Essas relações não são, necessariamente, simétricas, mas implicam em jogos de poder, seja de quem detém o produto ou de quem detém o dinheiro, logo, são construídas de formas distintas.

Imagem 24: Caldo de cana



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

Existe uma infinidade de relações que são estabelecidas levando em conta a abertura do comerciante para o freguês e vice-versa. Como disse acima, houve feirantes que faziam brincadeiras com os clientes, chamavam ou eram chamados pelo apelido, perguntavam sobre a família ou eram questionados, mas em outros tantos momentos, se mantinham sérios, principalmente quando feirante e freguês não se conheciam.

Se a montagem e a manutenção da banca durante a feira é um aspecto interessante e que dá espaço à performance dos atores ali inseridos, o processo de desmonte também o é. Nas feiras que visitei, a maioria dos feirantes dispõe de ajuda para a montagem e desmontagem das bancas. Alguns, como no caso de Maria,

recebem ajuda dos filhos e marido. Porém, a maioria contrata montadores e carregadores para esse serviço e há, também, uma relação de confiança entre eles. O que aponta a outras funções de trabalho para além do comércio. Um dos montadores, que esteve presente em todas as feiras, em alguns momentos auxiliava um ou outro feirante nas vendas e permanecia ali durante todo o período.

Ou seja, a feira cria demandas antes de sua montagem até depois de sua finalização. Bancas como a de feijões, por exemplo, que não exigem tanto tempo para serem desmontadas, já que produtos são expostos em suas próprias sacas – que o próprio feirante costura e produz – também dispõe de ajuda de um carregador e montador.

Existem vários montadores, mas um deles auxilia boa parte dos feirantes. Segundo Seu Luiz Carlos, *“Ele é um prestador de serviço. Aí ele vai carregar agora a banca do Luciano, aí depois carrega o dela aqui [aponta para a feirante do lado], depois carrega o do menino lá. E depois carrega da menina ali e depois a minha.”* (Luiz Carlos, 58 anos, 45 anos de feira).

Há, então, uma rede de trabalho formada pelos próprios feirantes e suas necessidades. Retomando os circuitos de Milton Santos (2004), o circuito inferior se caracteriza, entre outros elementos, pela criação de funções e trabalhos informais, muitas vezes estabelecidos por acordos orais, em que o compromisso faz parte de uma ética interna e construção de vínculos e confiança.

Durante as conversas, alguns comerciantes citaram o exemplo de um rapaz que trabalhava na feira para pagar a faculdade de engenharia (o curso era sempre citado nas falas), afirmando que aquela função (carregador e montador) era bem paga e valorosa. Além disso, há uma narrativa de valorização do trabalho duro, que se estabelece na lógica do *“deus ajuda quem cedo madruga”*.

Exceto Carlos Roberto, o raizeiro, que monta sua banca em uma estrutura improvisada, sem muitos detalhes, próximo ao chão, todos os entrevistados recebiam ajuda para montar e desmontar seu espaço, seja da família ou de pessoas contratadas. Essas redes de socialidade são pontos importantes para o estabelecimento de laços de trabalho, amizade e confiança que mantém a feira em um local privilegiado de manutenção da cultura e da socialidade urbana, pois parte das relações sociais dos usuários (comerciantes e consumidores) são estabelecidas durante às feiras. Durante os primeiros dois capítulos tentei trazer uma panorama

geral sobre as feiras e sua importância social e como as feiras estudadas funcionam e acionam essas relações cotidianas.

No próximo capítulo, mudaremos nosso olhar para uma discussão sobre o risco e como a ideia de risco envolve a feira no dia a dia.

CAPÍTULO 3: O risco: estabelecimento de tensões e a contemporaneidade

*“Ainda é cedo, amor
Mal começaste
A conhecer a vida
Já anuncias
A hora de partida
Sem saber mesmo
O rumo que irás tomar”
(Cartola, 1976)*

3.1 o poder de arriscar-se: concepções de risco e confiança dentro de narrativas de poder

O conceito de risco, assim como tantos outros, não é definitivo, ou seja, ele possui sentidos e usos diferentes de acordo com seu contexto e com que o produz. A ideia de risco não é a mesma para a economia, a epidemiologia ou para as ciências sociais. Cada setor do pensamento científico alinha suas perspectivas dentro das possibilidades desse conceito e mesmo dentro de uma mesma vertente pode sofrer alterações.

Essa discussão retoma a ideia de “conceitos viajantes”, desenvolvida pela autora Mieke Bal (2006), que pensa conceitos, não como palavras comuns, mas como passíveis de mudanças e adaptações, onde *“cada usuário de um conceito oscila constantemente entre as pressuposições irreflexivas e o **medo** em relação aos mal-entendidos no momento de se comunicar com os outros”* (Bal, 2006, p.31, grifo meu).

Conceito, portanto, não é uma palavra simples, porque carrega diversos componentes e, ao mesmo tempo, se restringe a algo, porque não é universal. Ele viaja, porque ganha novos sentidos de acordo com quem o utiliza ou produz, por isso, todo conceito tem uma ambientação, uma história, que não é, necessariamente linear (Deleuze e Guatarri, 2010). Ele ordena ideias, e está ligado ao contexto em que foi produzido. Por isso, quando falamos de risco, devemos deixar claro em qual instância estamos utilizando este conceito, pois ele se modifica e se adapta ao “ambiente” em que está sendo utilizado.

Segundo Castiel, Guilam e Ferreira. (2010), tanto a palavra risco como seu conceito usado, principalmente dentro do campo biomédico, já vem sendo vista há tempos, desde sua definição mais imediatista, como um traço ou desenho, até noções de perigo, ou ainda, probabilidade – tendendo, em boa parte das vezes, para o

aspecto negativo, como *probabilidade* (risco) de erro, *probabilidade* (risco) de acidente, *probabilidade* (risco) de contágio.

A autora Asa Boholm (2003), traz importantes contribuições para pensarmos o risco dentro de uma perspectiva antropológica. Esse ponto é importante em várias vertentes, principalmente no quesito de como as pesquisas etnográficas são importantes ferramentas para organizar e desvendar como determinados grupos sociais encaram e reagem aos riscos, ou seja, como se dão as situações intrínsecas ao risco.

Primeiramente, a autora se posiciona criticamente em relação à ideia de que a noção de risco é inteiramente dependente da cultura, ou seja, a cultura é importante para pensarmos o risco, mas a análise não se limita a ela. Para isso, Boholm (2003) posiciona o risco em duas categorias: subjetivo e objetivo, onde o primeiro está ligado a como as pessoas compreendem determinados riscos, através de perspectivas êmicas. O segundo, por sua vez, fica a cargo da ciência, a sua percepção e análise. Se pensarmos um pouco, riscos não são puros, ou seja, não se enquadram em uma ou outra categoria. Se tomarmos como exemplo o COVID-19, as noções de risco de misturam. Pois, a comunidade científica identifica e divulga o risco e a população absorve e o interpreta através das suas próprias categorias.

Além disso, não podemos esquecer que interesses políticos, simbólicos, econômicos e ideológicos também manipulam noções de risco e possibilitam interpretações variadas sobre o risco que se deve temer. Em seu livro, *Vozes de Chernobyl*, da autora Svetlana Alexijevich (2016), traz narrativas que constroem o acidente de Chernobyl dentro de perspectivas subjetivas, que não foram levadas em conta para o, então, governo soviético.

O livro em questão foi escrito por uma jornalista bielorrussa e tem como objetivo principal dar vozes às pessoas que foram silenciadas pelo desastre nuclear de Chernobyl. Trago esse exemplo para que possamos compreender que a noção de risco em relação a algo, corta diversos olhares: experiências pessoais com o objeto ou o acontecimento, memória, determinações institucionais, outras experiências de risco, território, percepção, entre outros.

A relação com o território e o local onde ocorreu a explosão, para muitos dos entrevistados, era mais forte que os próprios riscos radioativos que o local oferecia. Risco esse que parecia invisível para aqueles que não tiveram contato direto com a explosão e suas vítimas. Para outras pessoas, suas experiências anteriores

representavam risco maior do que a radiação. Esse foi o caso de uma família do Tadjiquistão²⁵ que passou pelos horrores de uma guerra civil muito violenta após o fim da URSS e fugiu para a região de Chernobyl.

A mãe foi entrevistada por diversas pessoas sobre o risco da sua escolha e de ter levado os seus filhos para um local de tamanha contaminação por radiação, seu relato questiona o que vem a ser o risco.

As pessoas que encontro se assustam. Não compreendem. 'O que você está fazendo com as crianças? Vai matá-las. Isso é suicídio.' Eu não estou matando as crianças, estou salvando-as. [...] Uma vez, estive aqui um jornalista alemão e me perguntou: 'Você levaria os seus filhos para um lugar em que houvesse peste e cólera?' Que peste, que cólera! Eu não conheço esse medo que existe aqui. Não o vejo. Ele não existe na minha memória...
Tenho medo é dos homens... De homens armados... (Aleksiévitch, 2016, p. 97).

Ou seja, embora haja riscos calculados e consequências esperadas, como os sujeitos os manipulam e mediam, está dentro de um aspecto que não pode ser gerido por instituições ou pelo Estado, embora esses possam impor coerções variadas. No caso de Chernobyl, embora essas coerções existissem e fossem, inclusive, bastante severas, alguns indivíduos conseguiram se desvencilhar das determinações tendo a sua agência como prioridade.

Levando em conta esse agenciamento, podemos citar diversos exemplos vistos em campo, que demonstram como cada indivíduo absorve e interpreta os riscos. Nas feiras, no período em que as visitei (maio de 2022), pouquíssimos comerciantes faziam uso das máscaras de proteção, embora a maioria disponibilizasse álcool em gel. No caso dos feirantes usuários de máscaras, havia sempre uma narrativa de correlacionada a uma experiência traumática com o vírus, como no caso de uma das feirantes que perdeu uma irmã e quase perdeu seu marido, vítimas de COVID-19. Além disso, podemos citar a fala do Seu Luiz Carlos,

²⁵ Em 1991, dois anos após a queda da URSS, países que faziam parte da União Soviética passaram por diversas crises. Entre elas, identitárias, étnicas e econômicas. Alguns países, como Tadjiquistão – localizado na Ásia, faz fronteira com Afeganistão ao sul, com o Uzbequistão ao oeste, Quirguistão ao norte, e a China ao leste - passaram por longas guerras civis, entre elas, guerras étnicas muito sangrentas que foram alimentadas pelos governos do Irã e da Rússia.

Tem muita gente que está com medo ainda, né? Eu tenho muito freguês que... que não vem na feira. Ontem mesmo ligou uma freguesa. (...) Freguesa lá do Alphaville, pra mim levar um feijão pra ela porque ela não está saindo. Ela está com aquele medo ainda (...) oh então assim, tem muita gente que está com medo ainda, né? (Luiz Carlos, 58 anos, 45 anos de feira).

O que temos, então, é uma eterna relação entre a racionalidade da ciência e as subjetividades que a cercam, subjetividades estas que implicam em como determinado grupo compreende os riscos que foram informados pela ciência e como se comportam em relação a tais riscos. A subjetividade empregada nos riscos limita, inclusive, os cálculos probabilísticos dos riscos, pois *“nem sempre as pessoas tomam decisões racionais sobre os riscos do ponto de vista das definições de avaliações de risco racionais e científicos.”* (Boholm, 2003, p. 161). Ou seja, *“pessoas não existem em um vácuo social e cultural”* (Boholm, 2003, p. 161). Isso demonstra como contextos culturais diferentes podem refletir reações diversas em relação a um mesmo risco.

O conceito de risco também possui um peso grande dentro de aspectos políticos, simbólicos e ideológicos, remetendo, em muitas ocasiões, à noção de poder. O poder, aqui, pode ser pensado em diversas vertentes, seja através das análises científicas em detrimento das noções tradicionais; dentro de interesses políticos ou, ainda, dentro de um contexto social, baseado em aspectos simbólicos.

Essa noção de poder dentro da construção do “espírito do risco” está, segundo Castiel, Guilam e Ferreira (2010) nas produções científicas ocidentais, ou seja, boa parte da concepção de risco está baseada no conhecimento científico e o estabelecimento desta compreensão tende a construir e engessar uma ideia de que paira uma ameaça sobre as sociedades ocidentais, ou seja, estamos em um ambiente que globaliza, também, o risco.

Dentro dessas concepções, temos como exemplo os processos de urbanização já tão desenvolvidos pela sociologia e as próprias noções de *sociedade de risco*, já pensadas por Beck (2010), para quem o risco está atrelado à modernidade, seguido por questões ambientais, globalizantes, nas quais a normalidade é a ameaça, é a probabilidade de que o que esteja em risco ocorra. Essa reflexão pode ser pensada dentro da realidade com a qual lidamos em 2020, 2021 e 2022 – uma pandemia

global²⁶ – em que escutamos constantemente a expressão “novo normal”, ou seja, aparentemente, o risco é a única certeza instaurada atualmente, tornou-se parte do cotidiano. Segundo Beck (2010, p.28), “[n]a sociedade de risco (...) o estado de exceção ameaça se converter em normalidade.”

Levando em conta a pandemia, após o grande abalo do mundo com o COVID-19, diversos jornais e cientistas alertaram para o fato de que esta não foi a última pandemia que enfrentaremos nos próximos anos. O que se espera é um aumento no número de pandemias e epidemias²⁷ causadas pela intensificação da globalização e, conseqüentemente, estreitamento de fronteiras; mudanças climáticas, entre outros riscos.

Além disso, têm se falado com uma certa frequência de riscos ligados à inteligência artificial e tecnologia e suas conseqüências para a saúde mental e cognitiva da população mundial e, ainda, a possibilidade, cada vez mais alarmante, de guerras entre superpotências, como já vislumbramos com a guerra Rússia e Ucrânia e seus reflexos, como aumento do preço do petróleo, queda na distribuição de alimentos, entre outros.

Podemos dizer, então, que o desenvolvimento da ciência dentro da sua atual potência é parte da modernidade. O século XX é conhecido por incontáveis desenvolvimentos em todos os aspectos: tecnológico, social, médico, teórico, bélico, entre outros. Esse século abrigou os maiores marcos da história moderna, como o estouro de duas guerras mundiais, o desenvolvimento de tecnologia nuclear, internet, televisão, celulares, viagens espaciais, vacinas, tratamentos eficazes, como a quimioterapia e as Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) – que revolucionaram as formas como encaramos a vida e a morte –, entre outros vários acontecimentos.

Para muitos autores, como Lucchese (2001) e Dumas (1999) o desenvolvimento tecnológico, ao mesmo tempo que parece sanar ou resolver problemas, cria outros e mais potentes, que tendem a aprofundar o risco. Para isso, o desenvolvimento de uma vigilância institucionalizada se faz necessário como um crivo

²⁶ No dia 05 de maio de 2023, a Organização Mundial da Saúde (OMS), declarou o fim da Emergência de Saúde Pública em relação ao COVID-19, devido à tendência na queda dos casos de morte e hospitalização relacionadas à doença. (BrasilL, 2023).

²⁷ A diferença entre pandemia e epidemia está em sua amplitude. A primeira se refere a uma enfermidade que atingiu níveis globais. A segunda, por sua vez, se dá quando uma doença ocorre em surtos que atingem regiões, cidades, estados ou um país inteiro, mas não atinge níveis globais, como o caso da dengue no Brasil, o Ebola na África Ocidental em 2014. O órgão que determina se uma epidemia se torna pandemia é a OMS. (Enetenda..., 2023).

para os limites da tecnologia e seus frutos. No caso do Brasil temos a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), responsável pelo papel de manutenção de uma certa segurança ligada à diversos setores, como alimentação, produtos cosméticos, medicamentos, entre outros.

Para o autor, “o campo da vigilância sanitária representa também um dispositivo moderador desse movimento constante de busca de maior produtividade e de domínio da natureza ao identificar as ameaças ao homem que esse processo implica” (Lucchese, 2001, p. 52). Ou seja, cria-se risco com o desenvolvimento exacerbado e é preciso criar agências de vigilância para o controlar. Por outro lado, não podemos negar a importância da ciência ou cair em uma perspectiva obscurantista, tal qual a negação da ciência, que temos visto crescer em movimentos estapafúrdios como o “terraplanismo”.

Junto com o desenvolvimento tecnológico, este século representou, também, a criação de um outro contexto social marcado por novas formas de organização, ou seja, mudamos a forma de enxergar e lidar com o mundo e os outros. Segundo Bauman (2005), temos uma substituição da sociedade de comunidade por um modelo individualista que constrói uma noção de insegurança, nesse novo modelo, cada um deve proteger seus próprios interesses, pois o perigo está por toda parte. Nesse contexto, lidar com o medo enquanto um fator presente na vida cotidiana passa a ser um problema do Estado.

Pensando sobre estas tensões entre Estado e indivíduo, podemos chamar Herzfeld (2008) para o debate. O autor discute que o Estado-Nação não exerce uma influência cega sobre os atores sociais, assim como as normas sociais não são tão seguidas como se pensa. Para que haja alguma conexão entre essa estrutura (Estado-Nação, normas sociais, entre outros) e os atores sociais, é necessária a adoção de uma “identidade cultural”, ou seja, uma busca por identidade entre esses dois extremos.

Para isso, cria-se uma “domesticidade defensiva”, onde o Estado-Nação se torna um “ambiente doméstico”, minimamente controlado. Se, de um lado, a criação de uma intimidade cultural pode esconder um processo de intimidação exercida do Estado-Nação em direção ao indivíduo, por outro, a noção de comunidade pode ser uma saída para o efeito massificador da globalização, através da criação de uma identidade local.

Dentro da perspectiva do risco, essa domesticidade faz muito sentido, principalmente, quando existem riscos incertos, de consequências desconhecidas – muito presentes nas sociedades modernas-, as relações de identidade e de confiança são fundamentais para o controle e a gestão de riscos e para que os indivíduos tenham uma noção de “com quem contar”. (Herzfeld, 2008; Boholm, 2020).

A ideia de controle do Estado como uma disputa entre interesses e gerenciamento de risco pode ser exemplificado com os casos de disputa de legitimidade entre Big Techs, como o Telegram, e os Estados Nacionais, que se dão há alguns anos e, no Brasil, se aprofundou em 2023. Nessas disputas de poder, empresas de aplicativos de mensagens instantâneas que possuem políticas de proteção ao usuário, entraram em desacordo com normas internas brasileiras ao, além de permitir, não identificar usuários que cometiam crimes na plataforma, como notícias falsas, crimes sexuais e movimentos neofascistas/ neonazistas.

Esse embate resultou na suspensão temporária do aplicativo pela Polícia Federal. Por sua vez, os responsáveis pela empresa Telegram ameaçaram encerrar suas atividades no país. (Zuba, 2023). O embate entre Telegram e leis nacionais não ocorrem apenas no Brasil. Diversos países já passaram por problemas, como o caso mundialmente famoso do “Nth Room”, em que grupos privados de Telegram foram responsáveis por diversos crimes de abusos sexuais na Coreia do Sul. Países como a Alemanha, Rússia, China e Noruega já moveram ações de tentativa de banimento do aplicativo russo, que hoje é baseado em Dubai. (Os Países... 2023)

Retomando Bauman (2005), é sabido que este autor não é conhecido por uma análise otimista da sociedade pós-moderna. O sociólogo nos trouxe inúmeras contribuições para a apreciação da sociedade dos séculos XX e XXI, mas tendo por base o seu descontentamento e falta de perspectiva para com essa sociedade global emergente.

O que temos, segundo o autor, é uma criação contínua de problemas locais causados por agentes globais, ou seja, o processo de globalização desmobiliza as noções de comunidade, isolando o indivíduo dentro da sua própria sociedade. Então, se agora as referências são globais e fabricadas, como é possível para o indivíduo construir ou manter a sua identidade local? Esse desacordo com o local faz com que o indivíduo se torne cada vez mais desarmado e sensível a essa pressão global, ou seja, ele é isolado.

Dentro dessa perspectiva, o autor, ao tratar sobre o trabalho em sua obra “Modernidade Líquida”, dá bons exemplos relacionados a essa disputa moderna e pós-moderna, ao analisar como “coisas feitas para durar”, inclusive empregos, que na década de 1960, época que Hobsbawn (1995) chamou de “Anos Dourados” eram praticamente vitalícios, mas após a derrocada de diversos países que seguiam a doutrina do *Welfare State* (1950-1973), são substituídos por relações de trabalho cada vez mais fluidas, individualistas, neoliberais e abrindo espaços para incertezas e, conseqüentemente, para os riscos. (Bauman, 2001).

Esse fenômeno é muito bem analisado pelo sociólogo Richard Sennett (2011), em seu livro “A corrosão do caráter”, no qual narra, a partir da perspectiva de vida de dois personagens, pai e filho ítalo-americanos, que conheceu durante suas pesquisas. Em sua obra, o autor demonstra como capitalismo e a sociedade foram responsáveis por modificações que culminaram em relações cada vez menos estáveis de trabalho.

Enquanto o pai, Enrico, foi um faxineiro em um prédio que se manteve no emprego por décadas e conseguiu construir seu “sonho americano” de ter sua casa própria, carro e estabilidade. Seu filho, Rico, por outro lado, enxergava a estabilidade e rigidez do pai como comodismo, já que ao escolher o ramo de tecnologia como trabalho, absorveu a perspectiva da flexibilidade das instituições presentes no Novo Capitalismo, que milita contra as estruturas duráveis.

Neste mesmo viés de discussão, temos Giddens (2012), que desenvolve análises importantes no que se refere à modernidade que ele chama de pós-tradicional. Dentro de uma perspectiva próxima à de Bauman (2005) e Sennett (2011), a globalização aprofundada no século XX pode ser vista como uma radicalização da modernidade, assim dizendo, “processos de abandono, desincorporação e problematização da tradição” (Giddens, 2012, p. 91).

Se, de um lado, a era iluminista pensava o conhecimento como um modo de controle e previsibilidade, a modernidade pós-tradicional, por outro, nos mostrou que a noção de risco ou de imprevisibilidade, é a realidade com a qual temos que lidar. Cálculos ligados aos controles de risco são formas de manutenção de um certo controle sobre o futuro, é o que as companhias de seguros tentam fazer. (Giddens, 2012).

No mundo moderno, a tecnologia, a ciência e os cálculos estatísticos parecem transformar riscos em dados – peço licença pelo trocadilho –, principalmente dentro de sociedades pautadas pela tradição. Com a dissolução da modernidade pelas novas

relações sociais e pela modernidade tardia, os cálculos de risco parecem perder sua potência e novos riscos, agora desconhecidos, emergem. (Giddens, 2012).

Digo, a modernidade é uma eterna experiência e o risco é ainda a única certeza que se detém. Se Bauman (2005) refere-se à comunidade como um aspecto que remetia à confiança e aos laços sociais; Giddens (2012) traz a noção da tradição para essa discussão, já que ela dá a ideia de persistência, integridade e continuidade diante da mudança, o que significa que a incerteza tem menos espaço, o que diminui os riscos.

Ao mesmo tempo em que a sociedade se torna mais arriscada e a modernidade avança, desestabilizando as relações de confiança e comunidade, o indivíduo aparece como uma figura autossuficiente, ou quase. Essa perspectiva é trabalhada pelo filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (2019), em sua obra “Sociedade do Cansaço”.

Segundo ele, alguns riscos foram abatidos, como os riscos bacteriológicos e virais²⁸– o ano de 2020 está aí para desafiá-lo –, mas outros emergiram, como o risco neuronal, no qual doenças de cunhos psicossomáticos e psicológicos afloram a todo instante. Então, a depressão, o transtorno de personalidade limítrofe e o Déficit de Atenção parecem fazer parte do nosso cotidiano, o que remete ao que Levi-Strauss (2003) disse em seu célebre texto “Introdução à obra de Marcel Mauss”, ao comentar que *“cada sociedade possui suas formas preferidas de distúrbios mentais”* (Levi-Strauss, 2003, p. 17), se referindo ao aspecto social de distúrbios individuais.

A ideia aqui é pensar que a sociedade disciplinar, vislumbrada por Foucault (2005) foi substituída, na pós-modernidade, por uma sociedade do desempenho. A motivação toma o espaço da proibição ou regras de outrora, o que, por sua vez, não produz mais transgressores da ordem, mas fracassados. A ideia de fracasso, exaustão ou depressão está presente nesse novo modelo de sociedade, tomado por indivíduos capazes, empreendedores e produtivos. Nesse sentido, esse indivíduo autossuficiente substitui a exploração do outro para uma auto exploração, que é ainda mais eficiente e violenta.

²⁸ Após as descobertas de Pasteur, ligadas ao mundo microbiológico e a agência desses pequenos seres na vida cotidiana, diversos protocolos de higiene e boas práticas foram desenvolvidos, como a lavagem das mãos e higienização dos alimentos para o consumo, assim como o saneamento básico, como o tratamento de água e do esgoto, foram essenciais para o controle dos riscos ligados às bactérias e vírus.

O indivíduo autossuficiente nasce com a emergência do neoliberalismo, em meados da década de 1970, onde o Estado é minimizado – frente aos direitos sociais – e responsabiliza o indivíduo por sua própria noção de saúde. A criação de um indivíduo que é sujeito de si, também encabeça a expansão de movimentos de autoajuda e autocuidado pelo mundo neoliberal. O conceito de autocuidado, assim como o de risco, “viaja” (Bal, 2006) por algumas noções, por isso, é preciso pensar um pouco melhor sobre ele. Se para o Estado neoliberal é confortável o aparecimento de um indivíduo autônomo e que cuida de si mesmo; conseqüentemente, este mesmo indivíduo toma para si uma responsabilidade e um poder que foi conferido à ciência, um século antes.

Segundo Foucault (2005), em suas aulas transcritas no livro “Em defesa da sociedade”, o período entre o século XIX até meados do século XX representa a tomada do poder do biológico pelo Estado, ou seja, há uma “estatização do biológico”. Essa emergência do poder biológico foi descrita pelo autor como *biopoder*, que se baseia em ideias de controle dentro do aspecto biológico. Ou seja, substituiu-se o controle do corpo e do indivíduo, que era pautado na noção de disciplina, vigilância e treinamento, por um controle mais estrutural e coletivo, como a natalidade, mortalidade, reprodução, entre outros.

Através desses números, se estabelece também uma medicalização da população e uma normalização do saber que tange, tanto a medicina quanto a higiene pública. A noção de higiene passa a ser muito relacionada com uma certa ideia de pureza e controle de riscos. O controle de fenômenos coletivos é essencial para se pensar os riscos, que, em perspectiva individual não nos dizem nada, mas quando colocados num plano coletivo, tendem a ser mais facilmente verificáveis e passíveis de se prever e prevenir.

Então, esse novo poder que ronda essa sociedade moderna passa por um novo princípio. Se, outrora, a figura soberana definia quem iria morrer ou continuar vivo, agora, a ciência e o biopoder criam possibilidades de manutenção da vida e prevenção da morte. Ou seja, há uma ideia de “fazer viver ou deixar morrer” (Foucault, 2005, p. 287), na qual o “fazer” nos parece estar localizado num poder de adiamento da mortalidade.

Dentro do contexto do biopoder temos a ideia de biopolítica, ligada ao controle de risco, através das previsões e de intervenções a níveis mais gerais. Podemos pensar como biopolítica, por exemplo, as medidas sanitárias adotadas pela Vigilância

Sanitária, que visam padronizações de comportamento para controle de qualidade sanitária dos produtos vendidos ou de ambientes que possam representar algum risco. Ou seja, são mecanismos reguladores, que a nível global podem fixar medidas e estabelecer equilíbrios.

Ainda sobre as questões ligadas à morte, anteriormente à ascensão do biopoder, o poder soberano decidia, de certa maneira, quem deveria morrer e/ou viver. Nesse caso, a morte era comumente publicizada, até mesmo como um exemplo da força deste soberano, através de enforcamentos e envenenamentos públicos, como exemplos de poder do Estado.

Com o advento do biopoder, enquanto nova tecnologia de poder, a morte passa a ser privada e cada vez mais individualizada. Aqui, temos então, a supremacia dos saberes médicos sobre a sociedade e o indivíduo, que passa a ser isolado, medicalizado e a sua morte, desta maneira, adiada e controlada o quanto for possível.

Vemos surgir, então, novas “regras de higiene que garantem a longevidade ótima das populações, (...) pressões que se exercem sobre as higiènes das famílias, os cuidados dispensados às crianças” (Foucault, 2005, p. 300). A questão da higiene está pautada profundamente no desenvolvimento do saber técnico da medicina, ou seja, há uma forte influência da medicina sobre os processos biológicos orgânicos, um controle cada vez mais globalizante. Para o autor, a medicina pode ser definida, tanto como uma técnica política de intervenção, como um “saber-poder” que incide sobre o corpo individual e sobre a população e, conseqüentemente, possui efeitos disciplinadores e regulamentadores.

Quando pensamos no termo “poder-saber”, vislumbramos a ideia do poder através do conhecimento. Ao mesmo tempo em que o conhecimento exerce poder, se tomado de maneira individual, pode ser pensado como ameaça. Aqui, gostaria de pensar a partir desta perspectiva, utilizando um conceito caro da Antropologia Médica, que, representa a agência do indivíduo frente ao “poder-saber” médico como um quase “totalitarismo” do saber, mas também, cria fissuras que permitem discursos que alimentam a ausência do Estado no cuidado e prevenção de riscos sobre o indivíduo. Essa posição dúbia permite que a liberdade do indivíduo seja valorizada, ao mesmo tempo em que esse mesmo indivíduo pode ser sobrecarregado.

O conceito o qual desejo discutir é o de “autoatenção”, segundo alguns teóricos da Antropologia Médica, a própria biomedicina desvaloriza os saberes e as redes das quais fazem parte os pacientes, assim como os aspectos socioculturais das doenças,

culminando em uma grande biologização dos processos de doença e no pouco foco em relação às causas, levando ao que Menendez (2003) nomeia como “processo de medicalização da vida”.

A medicalização da vida está presente na concepção de tornar a vida cotidiana uma enfermidade, ou ainda, fazer de processos naturais como o parto - um episódio que cada vez mais é envolvido por intervenções – ou, o constante adiamento do envelhecimento, que resulta numa negação da naturalidade do envelhecer.

Quando citamos tais exemplos, não estamos desqualificando as técnicas e tecnologias desenvolvidas pela ciência, que no primeiro caso, representou uma queda nas taxas de mortalidade infantil, através do pré-natal e das intervenções cirúrgicas, intervenções estas que afastaram muito o processo de parto do natural, resultando no crescimento de cirurgias cesarianas, que hoje, no Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde de 2017, representam mais de 55% dos partos realizados. Goiás encabeça as taxas de cesarianas, onde cerca de 67% dos nascimentos são realizados através de cirurgias.

Não podemos negar a importância da cesariana como uma técnica de parto eficaz, mas, no caso brasileiro, essa prática não está ligada apenas com a intervenção médica em um parto difícil, por exemplo, mas por comodidade, falta de informação e não assistência dos planos de saúde para partos normais. Isso nos remete à medicalização da vida em uma etapa natural e que, pela OMS, recomenda-se a intervenção através da cesariana em apenas 15% dos casos, o que deixa claro a relação de poder do universo médico sobre o corpo da gestante e do bebê.

A própria hegemonia do modelo médico vigente é marcada por características que tendem a transformar eventos cotidianos em situações de domínio médico. Segundo Menendez (2003), faz-se necessário uma construção metodológica de como se caracteriza o Modelo Médico Hegemônico (MMH). O autor enumera algumas características desse modelo

É como construção metodológica que considero que as principais características do Modelo Médico Hegemônico são as seguintes: biologicismo, ausência de sociabilidade, a-historicidade, aculturalismo, individualismo, eficácia pragmática, cura orientada, relação médico/paciente assimétrica e subordinada, exclusão do saber do paciente, profissionalização formalizada, identificação ideológica com a racionalidade científica, a saúde/enfermidade como mercadoria, tendência à medicalização dos problemas, tendência à cisão entre teoria e prática. (Menendez, 2003, p. 194. Tradução minha)

Como em uma resposta a esse processo determinista, o autor nos mostra o caminho contrário que sempre foi traçado pelos pacientes. Ele evidencia que a automedicação, um dos aspectos da autoatenção – não é limitada aos fármacos –, que, por um lado é criticada e por outro estimulada pela própria indústria farmacêutica através de propagandas, é uma demonstração da autonomia desse paciente, que parece, à primeira vista, ser completamente submisso a esses conhecimentos biomédicos.

A relação do sujeito com os fármacos tem ganhado novos delineamentos nos últimos anos com uma certa “glamourização” de medicamentos utilizados para tratamentos de transtornos mentais. A domesticação e ressignificação desses remédios são pautas comuns entre pessoas que fazem uso, abusivo ou não, de tais medicamentos²⁹. Isso comprova que fármacos fazem parte de um circuito cultural e são inseridos nas relações e narrativas dentro de perspectivas que fogem ao controle racional da ciência.

Ainda sobre os conceitos ligados ao indivíduo, comunidade e cuidados, é importante se estabelecer uma preocupação com o uso do autocuidado e da autoatenção, enquanto conceitos equivalentes. Segundo Menendez (2003), o autocuidado está dentro de uma perspectiva ligada ao “estilo de vida” e mais pautado aos cuidados individuais. Já a autoatenção abrange um processo muito mais amplo, principalmente em casos de enfermidades e uso de substâncias, onde o grupo social, do qual o enfermo faz parte, cuida, delimita ações, automedica e decide sobre os itinerários terapêuticos, que podem ou não contemplar a visita a um profissional da saúde.

Apesar disso, segundo o autor, o sistema de saúde e os próprios profissionais da saúde compreendem a autoatenção muito focada na automedicação, desconsiderando um universo de possibilidades, como, por exemplo, sistemas de curas invisibilizados, mas que são muito utilizados fora do “circuito biomédico

²⁹ Poderíamos citar inúmeros medicamentos que são utilizados de maneira autogerida, como medicamentos para a obesidade, usados por pessoas que não possuem a doença, mas desejam emagrecer, como o caso do Ozempic. Outro exemplo são os esteroides anabolizantes, amplamente utilizados por pessoas que desejam alcançar crescimento muscular de atletas e não-atletas do fisiculturismo, como o caso da Trembolona. (Tramontano, 2017).

ocidental”, práticas populares não consideradas como tratamentos médicos, como por exemplo: benzimento, raízes, garrafadas, orações, cirurgias espirituais, alimentos, etc.

É importante nos atentarmos para um *risco* ao mencionar saberes médicos e tradicionais, afirmando que os primeiros são pensados como assimétricos e os segundos, simétricos. Independente da origem e historicidade de tais saberes, tanto nos tratamentos biomédicos quanto nos tradicionais ou alternativos, existem relações assimétricas de poder entre o curador e o curado, o saber-poder não é estabelecido apenas dentro do universo científico, mas se estabelece na relação entre: paciente-curador/médico.

Se a autoatenção representa a autonomia do grupo social em relação as escolhas ligadas aos cuidados em saúde, demonstrando a agência desse indivíduo e de seu grupo como capaz de pensar e agir dentro de outros universos de saberes, como os tradicionais, por outro lado, o autocuidado, podem emergir responsabilização e culpabilização do indivíduo em relação à sua saúde, além de trazer para a superfície as discussões de “estilo de vida”, que embora pareçam tentadoras, deixam de lado algumas questões fundamentais presentes nas sociedades capitalistas, como classe, gênero e acesso.

Não podemos negar que o indivíduo adulto é, dentro de suas possibilidades e acesso, responsável por si e autônomo. Isso não pode ser confundido com a ideia de que o Estado, como instituição maior, se retire da responsabilidade de oferecer condições mínimas de manutenção de saúde e responsabilize o indivíduo por problemas que a própria sociedade e a falta de acesso produzem, como saneamento básico, alimentação escolar, sistema de saúde público, falta de acessibilidade, entre outros. Ou seja, ser responsável por si não retira a responsabilidade do Estado.

A década de 1970, entre muitas mudanças, foi marcada por algumas transformações na relação entre os saberes médicos e o Estado, gerida por um pensamento neoliberal emergente. Em 1974, o Canadá, através do Informe Lalonde, divulga o conceito de “campo de saúde”, que visava descentralizar a noção de saúde da assistência médica pessoal, deslocando-a para uma condição menos hospitalocêntrica e onerosa para o Estado. O referido documento tinha como objetivo, a análise de “doenças e problemas sanitários, o que ajudaria a delinear ações e estratégias que estivessem além do âmbito da saúde” (Castiel, Guilam e Ferreira, 2010, p. 32)

É dentro dessa nova perspectiva que nasce o conceito de “estilo de vida”, inaugurada dentro de uma abordagem mais comportamental ligada ao campo da saúde, juntamente com linhas reducionistas da epidemiologia e por ideologias de autoajuda. Tal perspectiva age como uma ferramenta de encorajamento dos indivíduos na responsabilização de aspectos da sua própria saúde, reduzindo, então, a responsabilidade do Estado e, conseqüentemente, dos gastos em saúde. (Castiel, Guilam e Ferreira, 2010)

3.2. Estilo de vida: indivíduo assume o risco

A ideia de estilo de vida, quando pensada de maneira rápida, nos parece bastante inocente, mas onde, supostamente há escolhas, existe agência³⁰ e qualquer agenciamento não é tão simples quanto se possa parecer. Falamos acima sobre o uso do discurso de autocuidado como uma ferramenta de responsabilização do indivíduo sobre suas escolhas e saúde. A noção de estilo de vida se localiza próxima a tais discussões. Mas como?

Primeiro, precisamos entender o que é agência. Autores como Faubion *et al.* (2016) discutem que algumas categorias têm emergido e tomado espaço na antropologia contemporânea como, entre elas, a noção de agência que pensa a participação do sujeito como “*sujeito de ação*” e não mais como objeto. Isso implica, inclusive, nas mudanças de perspectiva do “*fazer antropológico*”, já que o ato de escrever na antropologia torna-se um compromisso com a ética, no sentido de que o “interlocutor” não é mais “objeto” de estudo, mas participante essencial do processo de escrita, ou seja, não se estuda mais “o outro”, mas “com o outro”.

A agência, dentro de uma perspectiva bem simplista está localizada em uma possibilidade de ação do sujeito, enquanto ator social. Visto assim, percebe-se que, mesmo em relações de poder, o indivíduo dominado possui seu agenciamento, seu espaço de ação. Esta definição simplista é problemática e tende a cair em uma definição individualista e ocidental, como já marcou Ortner (2007), de “força de vontade”, um discurso bem presente das sociedades ocidentais capitalistas.

³⁰ É preciso diferenciar os conceitos de agência entre os autores da Antropologia. Quando cito agência, neste tópico, estou me referindo ao poder de ação *humana*. Neste ponto, não há nenhuma relação com o conceito de agência de autores como Latour (1994), que inclusive foi criticado por Tim Ingold (2012), já que o primeiro traz a perspectiva de objetos agem apenas através ou em conjunto com os humanos, enquanto o segundo discute sobre a agência de objetos, independente da ação humana.

Deve-se pensar que, embora indivíduos possuam agência, ela não se aparta das relações de poder estabelecidas e está vinculada e cercada por relações sociais de solidariedade, onde a estrutura também determina o sujeito, desta maneira, a agência não é tão livre assim. Se assim fosse, os processos históricos perderiam parte de sua importância, já que a agência do sujeito o torna passível de escolhas.

Mas, não podemos desconsiderar a grande importância do conceito e a instrumentalização dele para as teorias antropológicas. De acordo com Ortner (2007), não se deve desqualificar o conceito com base nos riscos interpretativos. A agência, segundo análise da autora, pode ser observada através de um *continuum* de discussão teórica, onde uma ponta – *soft* – pensa a agência dentro de uma perspectiva quase trivial, em que qualquer ação social, desde as mais intencionais às mais sentimentais, são consideradas agências. No outro extremo desse “fio”, temos uma perspectiva mais *hard*, em que a agência é focada numa intencionalidade do indivíduo, ou seja, é uma ação fortemente consciente. Então, percebemos como esse conceito é “viajante” e é operacionalizado com pesos diferentes.

Embora a agência passe por essa série de interpretações, Ortner (2007) traz a importância de concatenar este conceito com o de poder, levando-se em conta relações assimétricas, com o de “perseguir projetos”, ou seja, agência tem um “quê” de intencionalidade, mas dentro de objetivos culturalmente definidos. Segundo a autora, a “agência” não pode ser definida como uma ou outra, ela está sempre nos dois campos. Deve-se ter em vista, porém, que “o poder, em si, é uma faca de dois gumes, operando de cima para baixo como dominação, e de baixo para cima como resistência” (Ortner, 2007, p. 58)

Dentro das perspectivas de agência, podemos citar algumas que serão importantes para pensar o estilo de vida. São elas, (1) agência de projetos, em que o teor cultural está muito bem estabelecido, ou seja, a cultura incide como direcionadora da agência, como por exemplo, a agência de um indivíduo em uma busca de “se dar bem na vida”, está intimamente ligada ao que “se dar bem” significa culturalmente. (2) A agência na perspectiva de poder, por sua vez, não é marcada, apenas, por quem detém o poder, mas também, por formas de resistência. A ideia de resistência ou reação enquanto agência é um ponto importante para o desenvolvimento de novas perspectivas antropológicas.

Após discutirmos agência, faz-se necessário discorrer brevemente sobre a origem do conceito de *estilo de vida*. Dentro das discussões sociológicas ele já é

trabalhado há tempos, porém afastado dos debates de saúde, mas relacionado a características socioeconômicas da vida que se leva, como *status*, classe, profissão, por exemplo. Obviamente, estas categorias não são excluídas das discussões de estilo de vida “saudável”.

Autores importantes dos séculos XX e XXI, como Giddens (2002), colocam que o estilo de vida se localiza no que ele delimita como alta modernidade ou modernidade tardia, período em que estamos inseridos atualmente. Dentro desse contexto, o indivíduo é confrontado com muitas escolhas possíveis. Muitas vezes, a ideia de estilo de vida está inserida na noção de consumo, e, embora seja baseado em uma escolha, essa escolha é obrigatória.

Podemos exemplificar o estilo de vida inserido na ideia de consumo ao pensarmos em pessoas que adotam posturas que reverberam no que compram, comem ou não. O caso da comunidade vegana é bem emblemático, já que seu estilo de vida é baseado na negação e afastamento de qualquer produto que tenha origem animal ou sofrimento animal (marcas que testam em animais; uso de couro; derivados de leite, ovos, gelatina, entre outros).

Esse estilo de vida, que ultrapassa a ideia de dieta, pois reflete em toda a conduta do indivíduo que passa a ser baseada em noções éticas. O veganismo, enquanto estilo de vida e postura política, gera reflexos na própria indústria, que tem se preocupado em rotular seus produtos com os selos “*Cruelty-Free*” ou “*Amigo dos animais*”, como uma tentativa de alcançar esse público bastante seletivo.

Sendo assim, estilo de vida é um agrupamento de condutas adotadas pelo indivíduo, muitas vezes baseadas em questões identitárias, ou seja, ultrapassando funções práticas, se inserido num universo social simbólico. Esse é caso de algumas narrativas como o *Clube das 5h da manhã* (ou *5 a.m. club*), que está ligado a um estilo de vida de sucesso, empreendedorismo, produtividade e disciplina, num discurso que imita, em tese, os hábitos de empresários bem-sucedidos, muitas vezes ligados à filosofias de auto-ajuda.

Além desses aspectos, o estilo de vida pode ser pensado no contexto distintivo, de diferenciação, ligado ao *status*, baseando-se na noção de distinção descrita por Pierre Bourdieu (2011). O estilo de vida se aproxima aqui da cultura de consumo, que se traduz enquanto uma “individualidade, autoexpressão e uma consciência de si estilizada” (Featherstone, 1995, p. 119). Uma forma de se diferenciar através das

escolhas de consumo, principalmente, ao falarmos de consumo de marcas de grife e toda uma construção social de quem consegue carregar esse *status*.

Em um texto interessante sobre o assunto, Suzane Strehlau (2005) analisa, através da teoria de gosto em Bourdieu, como o consumo de marcas falsificadas também é agregado por *status*, já que saber escolher boas mercadorias falsificadas também indica um melhor acesso à informação (arbitrário cultural) de marcas de luxo, ou seja, é uma característica de distinção.

Segundo Featherstone (1995), há uma construção bastante popular de estilo de vida ligada ao consumo que é comumente relacionada à cultura de massas, herdada da escola de Frankfurt e desenvolvida por autores como Adorno e Horkheimer (1983). Segundo o autor, essa é uma perspectiva perigosa, já que por ser mais estruturalista, pouco abre espaço para a agência do indivíduo, categorizando o consumo como uma imposição da cultura de massas e só.

Para o autor, há um universo possível de escolhas, o que não significa que estas escolhas sejam totalmente livres, pois existem determinações, limitadores e prescrições que a sociedade ainda impõe, como por exemplo: poder aquisitivo, acesso, cultura. Retomando Giddens (2002), o indivíduo pode escolher, mas escolher é uma obrigação, já que não escolher também é uma escolha. Assim, o estilo de vida nessa perspectiva é pautado no consumo que, por sua vez, produz identidade, diferenciação, fazendo com que os bens culturais se tornem comunicadores, logo, a mercadoria se torna signo que produz significado.

Essa produção do indivíduo e de sua identidade através do consumo não foge a escolhas ligadas ao contexto alimentar e de saúde. Por isso, consumir apenas comida ultraprocessada ou “comida saudável” também cria uma distinção, uma diferenciação.

Quando “puxamos” essa discussão para o contexto da saúde, podemos nos opor à ideia de que “escolher” ser saudável ou não, é uma escolha livre. Ela está pautada na construção de uma identidade, que também vai traduzir o acesso do indivíduo à informação, à alimentação fresca ou de qualidade.

A discussão sobre pântanos e desertos alimentares é uma boa referência para pensarmos as limitações da escolha do alimento saudável. Em seu projeto “Alimentando Políticas”, o IDEC (2022) traz diversas informações sobre a problemática do consumo alimentar no Brasil, mostrando que distribuição de renda e

distribuição geográficas são fatores que dificultam ou impedem o acesso a alimentação saudável.

Quando uma determinada região não possui acesso ao alimento *in natura*, por motivos como falta de estrutura geográfica; substituição de plantio de alimentos por monoculturas; falta de acesso a mercados, como as feiras; podemos classificar essa região como pântano (baixo acesso) ou deserto (nenhum acesso) alimentares. Normalmente, nessas regiões, o acesso a alimentos ultraprocessados, como salsicha e congelados, são mais fáceis e baratos. Reverberando num estilo de vida e consumo pouco ou nada saudável, com grandes consequências para a saúde da população local.

Por outro lado, produção de estilo de vida através do consumo alimentar pode ser vista em relação às feiras excepcionais que citei no capítulo anterior. A feira orgânica do Mercado Central da 74 tem a capacidade de produzir determinado tipo de pessoa (ou vice-versa), que se localiza em discursos de alimentação saudável, aproximação com o natural, refuta ou evita alimentos transgênicos ou com uso de agrotóxicos. Esses discursos comumente estão encaixados em outras ações de cunho ambientalista ou numa perspectiva mais *zen*, que podem ser verificadas na escolha da vestimenta, dos lugares que frequentam, entre outras coisas.

Como o consumo na modernidade tardia cria identidades e *status*, nem toda forma de consumo é acessível a todos os indivíduos. Essa questão fica muito clara com o *status* que determinadas dietas e estilo de vida alcançaram nos últimos anos, como o veganismo³¹, já citado, e o uso de cosméticos e suplementos financeiramente inacessíveis para grande parte da população.

Além disso, a adoção de um estilo de vida ligado à saúde é, em si, uma disputa de poder entre o indivíduo e a ciência, já que esta está sempre em autorrevisão, e a própria visão médica muitas vezes não entra em consenso ou, até mesmo, se contradiz. Outrossim, o conhecimento científico introjetado por leigos em sua vida cotidiana é forte influência para o desenvolvimento de estilos de vida e, conseqüentemente, padrões de comportamento. Inclusive, certos comportamentos que hoje são vistos como "maus hábitos", como o tabagismo, foram defendidos por médicos em um passado próximo, sob a justificativa de relaxamento, por exemplo.

³¹ O veganismo ou o uso de cosméticos naturais não é, necessariamente, um estilo de vida caro. Porém, há toda uma indústria de roupas e suplementos alimentares que são excludentes dentro desses estilos de vida. Além disso, o consumo de carne tem papel simbólico importante em diversas classes sociais.

Retomando a ideia de risco, o estilo de vida (ou de risco), por vezes, é representado como um fator que influencie o indivíduo a contrair doenças, por exemplo. Após adotar um estilo de vida, seja através de práticas alimentares, hábitos específicos ou padrões de consumo, para o indivíduo há uma dificuldade de rompimento dos hábitos adquiridos, mesmo que tais hábitos possam ser autodestrutivos. Ou seja, qualquer estilo de vida apresenta certos riscos e, assim, existem pacotes de risco que se adquire ao assumir determinado estilo de vida.

Nesse contexto, há a problematização do estilo de vida através de uma análise moral das escolhas – se é que realmente foram escolhidas – e decisões tomadas pelo indivíduo. Esse aspecto nos faz retomar Han (2019), em suas análises sobre a contemporaneidade e a sobrecarga do indivíduo, como detentor do poder de escolha, da eficácia e da auto-exploração. A moralização do ‘estilo de vida’ é aproximada de uma fraqueza do caráter, quando as ‘escolhas’ desse indivíduo não são consideradas ‘seguras’.

Esse processo, como dito, sobrecarrega o indivíduo, ao mesmo tempo que desconsidera ou invisibiliza os aspectos macrossociais ligados às escolhas individuais, seja costumes, família, cultura, religião, acesso, classe, cor, gênero, entre outros. Um bom exemplo dessa sobrecarga é a relação bastante agressiva que algumas pessoas têm em relação a pessoas obesas, ao desconsiderar aspectos macrossociais, entram em críticas ligadas ao estilo de vida da pessoa, a ponto de desmerecê-la enquanto indivíduo.

Esta abordagem comportamentalista foi discutida em 1984 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que visou uma noção de “promoção da saúde” que se aproxime de questões socioambientais. Levando em conta fatores ambientais, sociais, econômicos e culturais, deslocando os olhares da centralidade da medicalização para políticas públicas, por exemplo. Sendo assim, estratégias de culpabilização do indivíduo passam a ser relativizadas, mas ainda há prescrições de alguns tipos de comportamentos considerados saudáveis. (Castiel, Guilam e Ferreira, 2010)

Existem discussões acaloradas dentro das ciências sociais e das ciências da saúde que remontam a disputa de leigos versus ciência, como em Cintrão (2017), assim como Giddens (2002). A ideia de uma ciência especializada que desconsidera saberes e práticas socioculturais é bem comum, esse olhar pode ser pensado através da perspectiva da desvalorização da autoatenção, dentro da perspectiva de que o

indivíduo também cria suas práticas de saúde cotidianas balizadas em suas experiências e nos jogos de “tentativa, erros e acertos”.

É interessante como tais discussões sempre remetem a uma espécie de cabo de guerra, a ciência buscando se valorizar, mas algumas vezes entrando em contradição, enquanto a população, tida como leiga, possui suas próprias formas de saberes e, em alguns casos, desqualifica a ciência por suas noções contraditórias ou pouco acessíveis. O movimento *antivax*, por exemplo, tende a desqualificar e questionar a obrigatoriedade vacinal em prol de uma liberdade individual, como um processo de enfrentamento da ciência e às determinações do Estado, em um movimento neoliberalista.

É pensando nessas discussões que podemos retomar a ideia de estilo de vida, mas agora, trazendo a ideia de estilo de vida saudável. Essa discussão será importante para pensarmos os saberes e práticas no contexto das feiras em Goiânia. Para isso, antes de retomarmos a temática em si, vamos lembrar que, segundo Foucault (2005) e Han (2019), o século XX é marcado como uma era imunológica, época em que a ciência e a medicina ganham supremacia e é condutora de diversas decisões ligadas à saúde.

Após essa era, segundo Han (2019), vêm à tona novos discursos que se focam no indivíduo, que por sua vez, é cada vez mais responsabilizado, assim como sobrecarregado e, ao assumir determinado estilo de vida, que, segundo Giddens (2005), não é uma escolha livre, mas obrigatória, toma para si os riscos da decisão que foi incumbido a tomar. O estilo de vida, embora esteja, a princípio, ligado a padrões de consumo que, em sua origem eram mais ligados às classes mais abastadas, atualmente, circunda todas ou a maioria das relações sociais e o indivíduo é responsabilizado em qualquer patamar.

Dentro desta perspectiva, temos também as constantes disputas dentro da própria ciência que tendem, frequentemente, a reavaliar suas próprias ‘certezas’, através de novas pesquisas e novas descobertas. Podemos pensar em um exemplo bastante corriqueiro: o ovo como vilão e/ou mocinho, que passou por dezenas de reavaliações, que contaram com a demonização do alimento por conta do colesterol; indicações de quantidades saudáveis semanais; até a sua santificação dentro de ‘estilos de vida’ específicos, como em casos de consumo de dezenas de ovos diários, substituindo outras fontes de proteínas possíveis, muitas vezes tendo como objetivo o ganho de massa muscular.

Este exemplo costumeiro é interessante para pensarmos na disputa de saberes e na relação de poder entre eles. Dentro dessa disputa, o consumo, por sua vez, também está presente e é dentro desta perspectiva que o ‘estilo de vida saudável’ entra enquanto uma construção do que é ser ou não saudável, e como podemos perceber, essa construção não é fixa.

A problemática deste conceito, além do que já foi explanado, está na sua ineficácia e inalcançabilidade, já que existem incansáveis discursos e orientações (nem sempre científicas, como no caso de informações distribuídas em redes sociais por pessoas não-habilitadas) sobre o que é ou não um estilo de vida saudável, utilizando relatos pouco confiáveis de pessoas que atingiram níveis saudáveis de vida a partir da adoção de um “estilo de vida”, vinculado a uma ou outra prática.

Em um texto sobre as relações entre as ciências sociais e a nutrição, Canesqui e Garcia (2005) exemplificam a promoção de vida saudável através da universalização de um modelo de alimentação saudável, a dieta mediterrânea, muito popular nas décadas de 1950 e 1960, mas que ainda reverberam nas nossas concepções de “comer saudável”. Embora possamos dizer que a dieta mediterrânea, baseada em azeites, vegetais, peixes e pães, seja saudável dentro de aspectos gerais, isso não significa que ela deva ser tomada como um exemplo de dieta universal. Esse processo de universalização é muito comum, e sempre deixa de lado questões locais e culturais deslocadas de seu contexto original. (Canesqui e Garcia, 2005).

Ou seja, basear-se num modelo específico de dieta, instaurado em uma região específica com acesso (material, econômico, social e ambiental) específico, possibilita distorções tanto na interpretação como na execução desse modelo. (Canesqui e Garcia, 2005). Logo, pensar em “estilo de vida saudável”, baseando-se em ideias gerais do que é ou não correto, o que abarca alimentação, exercícios, hábitos, rotinas como um mecanismo de promoção à saúde, mas desconsidera as especificidades sociais e locais de cada indivíduo, é um problema com o qual temos que lidar.

Apesar disso, a promoção de um ‘estilo de vida saudável’ parece ser um discurso muito presente dentro do contexto de consumo, principalmente, quando o ligamos ao consumo de produtos naturais e ao próprio ambiente de feiras livres. Falaremos sobre isso no próximo tópico

3.3 Comida e seus riscos: disputas entre saberes e risco nas feiras livres

Como pudemos notar nas discussões que se seguiram, o século XX foi um divisor de águas para a sociedade humana. Falamos sobre os avanços tecnológicos, científicos, médicos, entre outros; tais avanços também incluem novas tecnologias de processamento e produção de alimentos e é aqui que algumas discussões sobre alimentação, saúde, risco e segurança podem ser desenvolvidas.

Antes de falarmos da feira, das percepções de saúde e das relações entre humanos e outros mais que humanos neste âmbito, é importante pensarmos no alimento e sua relação com o poder e como a tecnologia contribuiu para tal. Tanto no que tange tecnologia de plantio em grande escala, quanto a produção, manipulação e processamento de alimentos, que, ao serem industrializados podem ser conservados por mais tempo, ganhando espaço na alimentação dessa sociedade que também infligiu mudanças na vida cotidiana de seus indivíduos.

O alimento ganhou novos ares, tanto através da tecnologia quanto das ciências médicas. Ou seja, o século passado foi fundamental para que o alimento ganhasse novos contornos, como a produção em grande escala e aumento de sua vida útil (processamento), armazenagem, entre outros. Além disso, o surgimento de doenças em escala global culmina no desenvolvimento de pesquisas na área médica e biomédica, o que resulta, também, no estabelecimento de parâmetros internacionais de regras sanitárias que mudaram as relações dos indivíduos com o alimento, sua manipulação e seu consumo.

No Brasil, desde a década de 1950, a regulação da produção alimentícia em escala industrial está presente, órgãos como a Vigilância Sanitária e o ministério da Agricultura agem para a regulamentação e padronização de produtos alimentícios, tendo em vista, principalmente, o mercado externo. Segundo Cintrão (2012), um dos principais interesses destes órgãos era tornar competitiva a carne bovina no exterior.

Após a década de 1960, quem assume essa responsabilidade é o Ministério da Saúde, através da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária (1976), levando em conta condições de higiene da produção do alimento. Tais regras, que antes da década de 1950 não existiam, dificultaram a produção artesanal de alimentos, principalmente, os de origem animal, como carnes e queijos. Apenas na década de 1990, a ANVISA surge, ocupando o lugar da Secretaria. (Cintrão, 2012).

Apesar das datas acima, não podemos esquecer que as preocupações com a saúde e o controle, pensando, principalmente, no controle de doenças é muito anterior, e data do século XIV, com as tentativas de evitar que grandes epidemias se alastrassem. A ideia de controle sempre esteve presente nas relações humanas, tendo em vista que esse risco sempre existiu. (Cintrão, 2012).

Podemos recorrer a alguns autores como Jesus Contreras e Gracia (2015), que reflete sobre processos como quando questões ecológicas e econômicas não favoreceram o abastecimento alimentar, como na década de 1990, período entre guerras etc., o repertório alimentar acabou por se modificar e incorporar novos produtos. Com isso, a introdução de novas tecnologias à alimentação, como no caso dos *fastfoods*, alimentos enlatados, congelados e produções em larga escala e a transformação da alimentação com a manipulação genética ou uso de conservantes e estabilizantes, foram pontos importantes para a transformação das perspectivas do que é um alimento. (Contreras e Gracia, 2015).

Segundo Carneiro da Cunha (2012), as produções em larga escala, chamadas de cultivares, são responsáveis por grandes monoculturas. Esses cultivares foram usados como estratégia de diminuição da fome em algumas regiões, como na Índia, que se recebeu imensas plantações. Porém, o que parecia a solução para a fome no mundo, solapou a diversidade genética e trouxe problemas com os quais não estávamos preparados para lidar, como grandes pragas. Além disso, a agricultura familiar tem reduzido significativamente nos últimos anos.

Juntamente com tais mudanças, a intensificação da globalização trouxe mudanças importantes para a alimentação mundial, o alimento viaja, é exportado e importado e alguns países passam a consumir produtos do outro lado do globo. Por exemplo, segundo a APEX-Brasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos), em 2009 o Brasil era o maior exportador de carne de frango para a Coreia do Sul, representando quase 60% da carne importada pelo país asiático, por outro lado, barreiras sanitárias impediram o Brasil de despontar nas exportações de carne bovina para o mesmo país. (APEXBrasil, 2011).

Pensando nessa comercialização e troca de alimentos, não é de se estranhar que existam regras sanitárias internacionais que regem esse comércio. Segundo Cintrão (2017), após a segunda guerra mundial houve uma maior preocupação com o abastecimento e a segurança alimentar no mundo. Mas, a partir da década de 1990, com o aprofundamento do liberalismo econômico em diversos países, principalmente

nas economias subdesenvolvidas, e com a intensificação da globalização, regras sanitárias internacionais foram estabelecidas, principalmente após crises mundiais de saúde, como a doença da “vaca louca” e a “gripe suína”.

A decisão de trazer as regras sanitárias para um parâmetro internacional trouxe grandes problemas. Países sem grandes condições de se ajustar aos parâmetros saem perdendo. Além disso, regras internacionais não contemplam saberes locais e a soberania alimentar de cada país, especificamente. Tais parâmetros permitem a construção de sistemas alimentares globalizados, repercutindo na concentração da produção no poder de grandes corporações que tornam o mercado quase inacessível para pequenas produções, já que estas não têm poder de competição, já que não podem optar por ingredientes muito baratos ou produções em alta escala. Ainda segundo a autora, alimentos provenientes dessa superprodução são uma espécie de semi-alimentos ou imitações de alimentos *in natura*, como no caso dos ultraprocessados.

Vale ressaltar que essa disputa não se dá apenas no contexto mercadológico, pois questões políticas, técnicas e ideológicas se misturam no processo competitivo. Como dito acima, existem parâmetros internacionais de exportação e comercialização de alimentos que reverberam fortemente nas produções artesanais, por exemplo.

Segundo o site do FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*), em 1963 surge o Codex Alimentarius ou Código Alimentar, com vistas a criar padronizações internacionais de exportação, além da discussão sobre uso de pesticidas, contaminantes, medicamentos e aditivos alimentares.

O documento é usado como parâmetro para criação de regras sanitárias de diversos países, principalmente no que se refere à rotulagem, manipulação e uso de contaminantes. Segundo a FAO, esse código tem como objetivos principais a proteção dos consumidores e garantir práticas justas no comércio de alimentos.

Ou seja, o “Codex Alimentarius é um conjunto de normas técnicas, procedimentos e práticas que estabelece padrões de qualidade sanitária e de segurança para os alimentos comercializados internacionalmente.” (Cintrão, 2017, p. 5). E, embora seja um órgão internacional e voltado para o movimento de globalização, o código está carregado de práticas e padronizações específicas ligadas à qualidade do alimento, seguindo normas ocidentais.

Trinta anos depois, no ano de 1995, cria-se a Organização Mundial do Comércio (OMC), substituta da antiga Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GAAT)

órgão de referência para a vigilância sanitária a nível mundial, que vai trabalhar em conjunto com o Codex Alimentarius. Com isso, as regras nacionais de países que exportam alimentos, passam por esse “crivo” legislativo determinado pelos dois órgãos.

Com a criação e a ação desses órgãos houveram pressões internacionais de controle de qualidade de alimentos em escalas nacionais, regionais e locais. A questão de riscos aqui, está na luta desleal entre o discurso de uma produção sem microrganismos, "limpa".

Criou-se, então, o que Contreras e Gracia (2015) chamaram de “mito do Risco Zero”, baseado na ideia de segurança ligada às inovações tecnológicas e o aperfeiçoamento da ciência para detecção de patógenos. Esse processo cria o “Paradoxo da Segurança Alimentar”

por um lado, o sistema de produção alimentar preocupa-se cada vez mais e alcança maior segurança e, conseqüentemente, os riscos são cada vez mais raros. Mas, por outro, a mesma escassez de riscos e seu uso como pretexto protecionista traz um grande aumento da intervenção e da percepção dos riscos pela população, sobretudo quando os efeitos das aplicações das novas tecnologias são pouco conhecidos ou totalmente desconhecidos (hormônios, ‘vaca louca’, transgênicos etc.) (Contreras e Gracia, 2015, p. 334).

Como no caso das crises sanitárias ligadas à alimentação presentes nos anos 1990, que acentuaram as relações de medo às bactérias, fungos e micróbios em geral, tornando a descoberta desses microrganismos, feita por Pasteur, um risco ainda mais presente e sensível. Esse medo generalizado é um dos motivos para o enrijecimento de regras sanitárias alimentares internacionais, como método para diminuir a desconfiança das sociedades para com alimentos de cadeias longas.

Porém, o mais alarmante está nos reflexos que a instauração de tais regras e as crises criaram, causando desconforto entre a população que passa a desconfiar de sua própria cadeia alimentar, algo que não era debatido anteriormente. (Cintrão, 2017.)

Segundo Freidberg (2018), aparentemente, desde os anos 1990, há um movimento de “retorno” ao saudável, em relação à alimentação. Essa busca, muito forte em países europeus, como França, por exemplo, reverberou fortemente nas grandes empresas alimentícias, como a Nestlé.

Após o crescimento da informação crítica ligada à composição de alimentos ultraprocessados que Cintrão (2017) denominou de quase não-alimentos, as empresas passam a pensar um pouco mais sobre ingredientes, como saborizantes, transgênicos e corantes artificiais inseridos em suas receitas. Além disso, cobranças por parte dos consumidores e redes de supermercados em relação à origem dos ingredientes e de como são produzidos, também colocaram em xeque o estado de conforto no qual grandes empresas alimentícias se colocavam.

Mas, aqui, o risco é outro. Ele se desloca do consumidor para as corporações alimentícias que estão pisando em terreno desconhecido, pois as novas exigências diferem das normas e certificações já implementadas pela APEX-Brasil e outros órgãos responsáveis pela normatização de alimentos ultraprocessados. Logo, as grandes corporações alimentícias, veem-se com novos problemas e novas ferramentas nas mãos, as quais não sabem manejar com tanta maestria.

Um dos maiores problemas, nestes casos, está voltado para a produção dos insumos. Ou seja, de onde vem essa produção? Muitas vezes, as cadeias produtivas são tão longas que o produtor original se perde ou os fornecedores de matéria-prima são produtores de *commodities*, como no caso de empresas como a Cargil. É importante, então, pensarmos no senso crítico dos próprios consumidores e nas novas demandas sociais, que, de certa maneira, desafiam o poder de grandes corporações.

Apreciar as diferentes formas e locais em que o poder é capaz de ser exercido e desafiado pode ser especialmente importante para as análises da gestão agroalimentar, dada, principalmente, a natureza dispersa e variada de produção agrícola e o alto perfil das preocupações com o natural – segurança alimentar, qualidade, sustentabilidade ou bem-estar dos trabalhadores e animais – que tais administrações devem abordar. (Freidberg, 2018, p. 385. Tradução minha).

Ao Freidberg (2018) citar as formas e locais do poder ser desafiado, podemos, novamente, nos deslocar para as feiras e a cultura alimentar goiana. Em um texto sobre o consumo, feitura e venda da pamonha, Menezes (2021) faz uma análise interessante sobre alimentos que estão tão enraizados na cultura e tradição local, que as corporações não conseguem alcançar.

Esse é o caso da pamonha em Goiânia, vendida em feiras e pamonharias durante todo o ano, é um alimento a base de milho que é bem tradicional durante as festas juninas, mas que na capital goiana não possui esse marcador temporal. A

pamonha faz frente aos ultraprocessados, ao ter um significado social tão forte que, as vezes é adaptada para novos sabores, mas não perde sua importância para os consumidores. (Menezes, 2001).

Inclusive, as pamonhadas – reuniões familiares para a feitura da pamonha – são ressignificadas nas feiras, pela compra da massa pronta e das palhas já cozidas para a embalagem. São adaptações de manutenção que remetem ao conhecido, logo ao seguro e que mantém a população amarrada à sua própria tradição. (Menezes, 2001)

Por outro lado, ao pensando na imensa estrutura de cadeias produtivas de alimentos ultraprocessados, na ausência de informações sobre onde e como o produto é produzido, podemos tomar de empréstimo de Bruno Latour o termo “caixa-preta”, empregando-o à produção desses semialimentos. Sabe-se muito pouco sobre a sua produção, sobre os seus ingredientes e sobre seus riscos.

Para tentar sanar esse problema, algumas grandes redes de ultraprocessados criam relações afetivas com os clientes, que tendem a se sentir mais seguros, como no caso da introdução da Turma da Mônica ao macarrão instantâneo da Nissin Miojo no Brasil, do surgimento de mascotes simpáticos como o dos sucrilhos Kellogg’s ou a criação de brindes para crianças, como o Mc Lanche Feliz. (Contreras e Gracia, 2015).

Além disso, Freidberg (2018) retoma os três poderes ligados às corporações no que diz respeito às suas capacidades e construções discursivas, tais pontos foram analisados por Clapp e Fuchs (2009) e são eles: o poder instrumental, estrutural e discursivo. Ou seja, *“habilidades para influenciar diretamente as decisões regulatórias (via lobby), pré-determinar decisões regulatórias e enquadrar problemas e soluções de forma que reforcem sua própria legitimidade”* (Freidberg, 2018, p. 386. Tradução minha).

Os três tipos de poder auxiliaram para que o agronegócio se tornasse a norma em escala global, já que (1) grandes empresas regulam seus produtos; (2) abrem brecha para discursos “socialmente responsáveis” como a resolução de problemas como a fome e a desnutrição, como a adição de vitaminas em leites achocolatados ou macarrões instantâneos; (3) aumento da visibilidade de tais empresas – mas não necessariamente a credibilidade, pois alguns consumidores não compram tais discursos.

Essa discussão remonta ao poder e a agência das grandes corporações alimentícias e agronegócio frente aos movimentos ambientais e aos próprios

consumidores, que, mesmo mais críticos e exigentes, mais críticos e exigentes, muitas vezes se veem presos nessa rede.

Diferente do que acontece no Brasil, onde a tendência dos últimos governos tem sido dar mais espaço e poder a essas corporações, alguns países europeus “fecharam o cerco” no que diz respeito aos produtos transgênicos, o que reverberou no banimento de empresas e alimentos transgênicos por alguns varejistas. Apesar disso, os ultraprocessados continuam nas prateleiras dos supermercados de todo o mundo.

Os OGM começaram a ser produzidos para comercialização a partir da década de 1980, e os primeiros testes se deram nos EUA, com o tabaco. Atualmente, a soja e o milho despontam como os alimentos GM mais cultivados e comercializados. Esses organismos têm levantado debates ligados à segurança no consumo desses produtos, já que os riscos ainda não são suficientes e os impactos no meio ambiente. Segundo Costa, Dias, Scheidegger e Marin (2011, p. 328)

A grande questão que vem sendo levantada é o quão seguras são essas tecnologias, se elas estão de acordo com o **Guia Internacional para Segurança em Biotecnologia** (IGSB) aceito pelo Programa Ambiental das Nações Unidas. Atualmente, os argumentos dos partidários do princípio da preocupação forçam os governos de muitos países na União Europeia, Ásia e África a modificar suas políticas e desistir da produção de variedades GM.

Segundo os autores, os riscos potenciais para seres humanos incluem alergias, toxicidade, efeitos antinutrientes e alterações nutricionais. Já suas consequências para o ambiente podem ser “*transferência lateral (horizontal) de genes, a poluição genética e os efeitos prejudiciais para organismos não alvo* (Costa; Dias; Scheidegger; Marin, 2011, p. 328), que podem solapar a diversidade genética de plantas, desenvolver pestes resistentes, insetos não alvo podem ser atingidos e desenvolvimento de cepas decorrentes do cruzamento de vírus com as variações genéticas dos OGM.

No Brasil, o movimento em relação aos transgênicos foi e é tortuoso e contraditório. Em 24 de abril de 2003, o Decreto nº 4.680 regulamenta o direito à informação quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham os chamados OGM (Organismos Geneticamente Modificados) ou transgênicos.

Em 2005 foi instaurado um modelo de biossegurança, definido pela lei de biossegurança de 2005 (Lei n.11.105/2005). Com esse modelo, uma única comissão técnica é responsável pela discussão de assuntos sobre as OGM. (Fonseca e Guivant, 2019). Em um artigo que discute, através da perspectiva de Goffman as noções de atores sociais e performance, Fonseca e Guivant (2019), retratam como a comissão técnica discute sobre os OGM. Em uma dança de disputas, cada representante assume seu papel, de acordo com os interesses que deseja defender.

Isso nos diz muito sobre o que Friedberg (2018) chama a atenção, as construções discursivas dentro de comissões como essa. Isso exemplifica o que Latour (1979) já analisou no seu célebre livro “Vida de Laboratório”, no qual demonstra que não só de neutralidade vive a ciência, mas de um conjunto de interesses, ações, consequências, fatalidades que são, muitas vezes, escondidos pela “caixa-preta” do discurso científico. Ou seja, a comissão técnica não é neutra e defende interesses.

Segundo a Embrapa (2017), o Brasil é o 2º maior produtor de transgênicos³². Em um artigo informativo sobre debates em Audiência Pública sobre OGM's, estiveram presentes pesquisadores da área pública, pesquisadores da área privada (empresas) e a sociedade civil organizada. E, embora esteja no pódio de produção, é um dos poucos países que produzem OGM, mas que possuem restrições para a venda e produção desses organismos.

Nas discussões, os debatedores apresentaram argumentos diferentes, onde parte da mesa defendeu a produção dos transgênicos, com o argumento do avanço tecnológico, enquanto outra parte se posicionou permanentemente contra a produção e uso de transgênicos, com argumentos pautados em riscos à saúde e riscos à diversidade, soberania e segurança alimentar.

Em 2016, o então deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM/TO), apresentou um projeto de Lei (PL 4908/2016) com a proposta de rotulagem indicativa de possíveis riscos à saúde que produtos OGM's podem causar. A proposta foi negada sob o argumento de que tal rotulagem poderia induzir o consumidor a acreditar que alimentos transgênicos são, necessariamente, nocivos à saúde, gerando grande impacto a alguns setores da economia.

³² Os maiores produtores de transgênicos do mundo são: Estados Unidos, em primeiro lugar, seguido por Brasil, Argentina, Canadá e Índia. (ISAAA, 2019).

Segundo o site do IDEC (2017), em 2019, a discussão voltou à tona, agora, para a aprovação ou não do PL 34/2015, que trata da não exigência da rotulagem indicativa de produtos com menos de 1% de transgênicos e, a porcentagem só poderia ser mensurada através de análises específicas, o que, em alimentos processados e ultraprocessados não são detectáveis, o que culminaria no não acesso do consumidor à informação. A proposta foi rejeitada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado (CTFC), no dia 19 de novembro de 2019. (Brasil, 2019).

A tentativa de esconder informações sobre o produto GM no rótulo pode estar baseada no que Costa, Dias, Scheidegger e Marin (2011) chama de “princípio da equivalência substancial”, estratégia usada pelos Estados Unidos ao fazer o seguinte movimento: se a soja transgênica apresenta características similares do produto orgânico (cor, tamanho, textura, porcentagem de óleo, entre outros), esse produto não precisa ser submetido à rotulagem indicativa. O problema aqui é que essa medida é benéfica apenas para a indústria, porém inaceitável para o consumidor.

Segundo os autores

A rigor, em termos de genoma, uma planta transgênica e sua convencional não são equivalentes nem iguais. Só seriam iguais se uma fosse originária da outra por multiplicação vegetativa ou micropropagação. A construção genética inserida na planta contém elementos bastante distintos daqueles encontrados nas plantas, que proporcionam novos produtos gênicos e que podem desencadear efeitos pleiotrópicos³³ substanciais, para que sejam considerados desprezíveis. (Costa; Dias; Scheidegger; Marin, 2011, p. 334).

Ainda sobre a noção de risco, podemos pensar em outras perspectivas para além dos OGM, citando o exemplo da recente entrada no mercado global da quinoa³⁴ e a sua apropriação pelo agronegócio e diminuição do acesso pelos povos nativos. A introdução desta semente – considerada um superalimento pela mídia – em uma escala global, trouxe impactos para o consumo local, como o aumento da demanda do mercado externo em detrimento do mercado interno, aumento do valor do grão e

³³ Pleitropia é a capacidade de um gene gerir diversas características fenotípicas, mesmo que estas não estejam correlacionadas.

³⁴ Semente comestível nativa da região dos Andes e amplamente utilizada entre os povos pré-colombianos.

inacessibilidade dos povos que, tradicionalmente, se alimentavam dele; produzindo fome e insegurança alimentar. (Miller, 2016).

O processo de negação da escolha ou diminuição do acesso a um produto alimentício que outrora era a base da alimentação é, também, um aspecto da insegurança alimentar. Segundo Contreras e Gracia (2015), o conceito de “segurança alimentar” causa algumas confusões, pois vem da tradução de “*food security*” e pode estar relacionado: à qualidade do alimento, tanto na sua oferta e disponibilidade, como dentro de uma perspectiva de controle técnico e sanitário.

O que vemos, então, não é ausência de produção alimentícia, mas um problema de desigualdade de distribuição e acesso ao alimento e às informações sobre ele. Ou seja, produção é diferente de acesso, pois a primeira está atrelada aos interesses financeiros, comandados pela exportação e importação, enquanto o segundo é uma questão de políticas públicas e alimentares.

A internacionalização do sistema capitalista não pode ser dissociada da insegurança alimentar atual, pois contribui para produções voltadas para alimentação de gado e produção de etanol, como o exemplo do caso brasileiro, além disso, boa parte da produção é voltada para alimentar o gado que será exportado, contribuindo ainda mais para problemas internos. (Contreras e Gracia, 2015).

Percebemos com todos esses exemplos – OGM, internacionalização do capitalismo, grandes corporações, produção de ultraprocessados – que temos outro “cabo de guerra”, perpassado por vários setores: corporações, Estado, ciência, economia e consumidores. O poder, como pudemos verificar, mesmo que tenha uma “preferência”, não é absoluto, ele flutua entre discursos, interesses e negociações.

Mas, é interessante pensarmos num ponto: se, no caso analisado por Freidberg (2018), as grandes corporações alimentícias se veem em uma “dança” de negociações para pensar e se integrar a um discurso de sustentabilidade, pois o mercado consumidor se tornou mais seletivo, o mesmo não ocorre de maneira tão “suave” em países como Brasil e EUA, onde, insistentemente, há tentativas de alienar o consumidor do que ele mesmo consome, tanto em relação à rotulagem quanto ao que o rótulo significa. Aparentemente, estamos em níveis diferentes de discussão.

Como país fortemente agroindustrial, o Brasil parece sempre levantar discussões que anulam as preocupações quanto à sustentabilidade, segurança alimentar, soberania alimentar, em prol de outra discussão: a questão econômica e desenvolvimento tecnológico. Logo, o apagamento dos direitos do consumidor e da

soberania alimentar parecem um risco “menos arriscado” que o risco de impacto econômico causado pelo esclarecimento e informação da população consumidora, que poderia se negar a consumir tais produtos.

Além dos OGM, hoje, o Brasil é um dos países com maior número de agrotóxicos aprovados para utilização e esse número ainda pode crescer, já que está para ser votada pelo Senado o PL Projeto de Lei 6.299, também conhecida como PL do Veneno. Durante o governo de Jair M. Bolsonaro, houve a aprovação de 2.182 agrotóxicos, em um movimento que vai contra a preocupação com a saúde pública e o meio ambiente.

A tramitação de projetos como esses, nos mostra que, apenas no caso de as grandes corporações exigirem matérias-primas sustentáveis é que teremos discussões mais profícuas quanto aos OGM e agrotóxicos. Não podemos esquecer que os grandes agricultores, conhecidos como ruralistas, possuem considerável poder de negociação, já que são representados por diversos políticos, em instâncias variadas no Brasil. Nessa disputa, a voz da sociedade civil parece estar sendo silenciada ou negligenciada, fazendo com que detentores do poder (corporações; agroindustriais; ruralistas; políticos) falem em uníssono.

Após a discussão sobre questões que envolvem risco e poder, podemos relocar tais noções na prática de fazer a feira. Aqui, podemos acionar alguns conceitos que serão importantes para observar como relações se dão entre humanos, alimentos, bactérias, determinações. Tais relações estão conectadas à saúde e perpassadas por eixos como o próprio risco, a noção de segurança, higiene, sujeira, pureza, tradição e modernidade.

3.4 A feira corre riscos?

Falamos no primeiro capítulo que, diferente do que pode se pensar sobre a feira, hoje - um ambiente a céu aberto, alocadas no asfalto, sem controle de temperatura ou ambientes sanitizados –, o seu surgimento no Brasil esteve ligado a um processo de limpeza e organização urbana, onde a fiscalização em relação a ordem e higiene eram presentes, assim como horários rigidamente delimitados e a preocupação com o arranjo das bancas, através das cores e posicionamento de cada uma.

A feira-livre no Rio de Janeiro foi um reflexo da Reforma Passos, uma reforma que pretendia diminuir os números de transmissão de doenças e, ao mesmo tempo, buscava uma renovação e reforma urbana na capital, na tentativa de criar uma distinção e melhores condições de vida e saúde para a população. (Mascarenhas, 2005).

Então, em seu surgimento, as feiras representavam uma certa pureza ou ordenação que se contrapõe à noção de impureza enquanto desordem (Douglas, 1991). Foi apenas com o advento das grandes redes de supermercado que as feiras perderam seu status de locais seguros e ganharam o de impuro.

Esse processo pode ser aproximado ao Processo Civilizador, tão bem trabalhado por Norbert Elias (1994), no qual o autor narra a mudança da sociedade europeia e a criação de uma estrutura de civilização causada pelas transformações de hábitos de indivíduos da corte, que como forma de se diferenciar da plebe, desenvolveram costumes e padrões cada vez mais “purificados”, como o uso de talheres, guardanapos, regras de etiqueta, pratos individualizados, comida dividida em porções individuais, entre outros.

A tentativa de modernização da sociedade é um movimento comum como tentativa de diferenciação e criação de uma noção de pureza. Não é à toa que vislumbramos esse processo em diversos movimentos ideológicos e políticos que buscam uma tentativa de limpeza social. A feira, na Reforma Passos, fez esse movimento, posteriormente, outros estabelecimentos e formatos de comércio seguiram a mesma lógica de distanciamento, pureza e separação.

O surgimento de um novo conceito (nem tão novo assim, pois já existiam os armazéns “secos e molhados”) de comercialização de alimentos – supermercados – foi pautada em um distanciamento da rua, em ambientes organizados, iluminados e, aparentemente, mais higiênicos, quase tão assépticos, visualmente, quanto hospitais.

Esta perda de espaço das feiras para ambientes mais “limpos”, se deu apenas no fim da década de 1960, com a instalação das grandes redes de supermercados, intensificando os conflitos entre feirantes e essa nova modalidade de comércio. Segundo Mascarenhas e Dolzani (2008), esse embate não se deu apenas nos âmbitos econômico, político e jurídico, mas no contexto simbólico.

Além disso, como já dito anteriormente, os supermercados concorrem com as feiras na precificação dos produtos. No geral, os entrevistados afirmaram essa concorrência, principalmente após a introdução de seções de hortifruti nos mercados. Poucos feirantes ainda se arriscam na venda de grãos, como arroz e feijão dentro das

feiras, pois é quase impossível concorrer com os valores praticados nas grandes redes, principalmente após o aparecimento dos atacadistas.

Ou seja, além da concorrência econômica, as feiras passam a fazer parte de um imaginário da desordem, da rua, da insegurança, da sujeira. Esse imaginário é endossado pela imprensa que estimula as más impressões sobre a feira, levando-as para uma posição negativa, de impedimento do desenvolvimento urbano.

O risco, aqui, aparece como atrelado ao conceito de higiene. Então, como já falado, o conceito de risco se dá muito a partir da construção discursiva, que é constituída, muitas vezes, pela agência dos que detém o poder e são capazes de criar uma imagem de insegurança pautada em um poder-saber, seja ele técnico ou midiático.

Mas, embora haja essa construção do risco através da agência de quem detém o poder, existe por outro lado, a agência ligada aos saberes do senso comum³⁵, como um processo de resistência. Embora eu esteja fazendo essa separação, não podemos esquecer que esses agenciamentos não são categorias excludentes, podendo coexistir em uma mesma situação analisada. Em outras palavras, não há unanimidade em relação à percepção de riscos. (Boholm, 2020).

Dentro deste contexto, a gestão de riscos aparece como um importante fator para compreender como determinado risco é visto e como ele é absorvido socialmente. A gestão de riscos não é homogênea, por isso, não se gere da mesma maneira riscos diferentes. Alguns deles são considerados familiares, como nos casos de riscos alimentares, podendo ser gerenciados de maneira costumeira, já que suas consequências são, quase sempre, conhecidas ou triviais. Riscos mais complexos estão dentro do rol de incertezas, o que demanda outras formas de planejamento e gestão. (Bendz e Boholm, 2018).

Além disso, como se dá o acesso à informação sobre o risco é uma questão importante. Pois, é na vida cotidiana, através de conversas rotineiras sobre saúde, tempo, alimentação e problemas pessoais que as pessoas se informam sobre

³⁵ “Senso Comum”, não como um conhecimento que deve ser descartado ou desvalorizado, mas que deve ser pensado enquanto conhecimento popular, que diferente do científico, está mais pautado em experiências imediatas e práticas; em formas usuais de interpretação; possui alta subjetividade e baixo poder crítico, já que não é tratado através de método científico e não passa por testes controlados. Ou seja, é um conhecimento baseado na experimentação e está costumeiramente conectado a significações culturais e simbólicas. (Kochë, 2011).

determinados riscos, ou seja, “os riscos estão situados – socialmente, e no tempo e no espaço – e são, claramente, dependentes do contexto.” (Boholm, 2020, p. 173).

Temos, ainda, outras formas de vinculação de conhecimento ligadas ao risco, como a própria ciência, com informações, resultados, dados probabilísticos, que são perpetuados pela imprensa e, temos também, o importante papel da mídia que cria grandes narrativas sobre eventos catastróficos e riscos, em estruturas dramáticas que fazem relação entre saberes cotidianos e científicos, numa costura entre o senso comum e a ciência. (Boholm, 2020).

O espaço público é um local profícuo para se analisar uma variedade de embates de interesses, pois esse espaço, definido através da realidade urbana aprofunda a disputa entre detentores de poder e os segmentos marginalizados: “os primeiros formatam e normatizam, ao seu interesse, os espaços da vida pública; os demais, (...) recriam à sua maneira a vida cotidiana, se apropriando inconvenientemente dos espaços públicos” (Mascarenhas, 2008, p. 74), o que instaura um novo uso deste espaço.

Pensar a feira como ambiente do cotidiano, puxa para um imaginário da redução de risco ou risco calculado, por ser familiar. Mas, não para noção de segurança dentro dos aspectos biomédicos e sanitários, dos quais o supermercado parece fazer parte.

Os discursos mais sanitizantes trazem uma outra visão do que é a feira, apresentando o que Agostinho (2013) trouxe em sua dissertação sobre as feiras de Goiânia como detentora de “graves problemas” elencando fatores como falta de higiene, estruturas precárias, insegurança e desorganização, por exemplo. Segundo a autora, “tais problemas colocam em risco a sobrevivência desse tipo de comércio, uma vez que contrariam a legislação sanitária (...) e coloca em risco a saúde do consumidor.” (Agostinho, 2013, p. 14).

E, embora saibamos que a feira se estabelece num ambiente sem controle sanitário, pois está “à deriva”, a relação de segurança está atrelada a ela dentro de uma perspectiva muito mais pessoal. Uma ideia de que ‘àquela feira não me oferece risco, porque eu confio no comerciante que produz/vende o produto que eu consumo’.

A ideia de confiança e tradição se sobressai ao risco. Uma relação parecida é estabelecida em casos de doenças contagiosas, com as quais narrativas de confiança são responsáveis pela não prevenção, como acontece nos casos de HIV e o não uso do preservativo por confiança no parceiro. (Moreira *et al.*, 2022).

Voltando às feiras, embora elas sejam pensadas dentro de uma lógica política e municipalizada, não deixam de ser territórios menos controláveis que supermercados – ao menos aos olhos do consumidor -, por exemplo. Possuem vida própria e criam usos para o espaço urbano, diferente do que lhes foi dado a princípio – a rua ou a praça. Por isso, as feiras nunca ocupam apenas os locais aos quais foram delimitados, a sua instauração reverbera para além das suas fronteiras, a feira transborda.

Seja através do trânsito local, da presença de barracas “ilegais” nas esquinas, nas pessoas que se aglomeram em encontros com mãos cheias de sacola, nos animais, bactérias, vírus e fungos que percorrem o ambiente, nas várias informações sobre qualidade e preço dos produtos. Mas outras formas de comércio não compartilham dessas mesmas relações?

Nesse sentido, pensar disputas de poder, levando em conta o espaço e a “qualidade” dos produtos e comodidade, parece não fazer sentido, embora seja algo bem presente na história das feiras. Estes estabelecimentos são, em alguns setores de Goiânia, uma espécie de resistência, já que a urbanidade parece não deixar espaço para que a feira respire.

Além disso, como dito anteriormente, discursos que permeiam riscos dentro da noção de higiene são frequentes, não que tais discursos reverberem sobre os usuários a ponto de inviabilizá-las, mas, estão atrelados a percepções e outros interesses. É importante lembrarmos aqui que, durante o período inicial da pandemia de 2020, em uma tentativa de *lockdown*, as feiras foram suspensas, mas os supermercados não. Isso não nos diz alguma coisa?

Durante a entrevista, Maria comentou sobre essa disputa durante a pandemia

Cancelaram as feiras. Os supermercado que precisavam continuar fechados e aqui [feira]aberto. Você vê, é porque tem que ser ar livre. Ar livre... ar livre é feira.. Supermercado, você entrou lá dentro e quantas pessoas não punha a mão na mesma coisa? Por exemplo, você vai escolher ali, um exemplo, uma sardinha você pega ela, olha põe ela de novo. O outro pega ela, põe lá de novo. Quantas pessoas não pegou nela? E a feira pelo menos a gente tinha ficado distanciado, ficou de longe. (Maria, 44 anos de feira).

Há, portanto, uma disputa bem clara em relação à noção de segurança entre os ambientes. É importante lembrar que discursos de higiene e risco sanitizantes

como o de Agostinho (2013), parecem não ter grande peso para as escolhas dos consumidores em relação às feiras. As noções de familiaridade dão a esses locais uma noção maior de confiança. O consumidor assíduo conhece o feirante pelo nome, sabe o que ele comercializa e em qual local ele estará instalado.

Quando chegamos em qualquer feira livre na cidade de Goiânia ou em qualquer outra cidade, a primeira sensação é a olfativa. Somos atingidos por uma gigantesca variedade de cheiros, como pimentas, queijos, frituras, legumes e frutas, peixes e frangos crus, entre outras. À primeira vista, o ambiente, se pensado racionalmente ou sanitariamente, não parece muito acolhedor em relação à higiene. Barracas próximas umas das outras, gritos, cães farejando, alimentos caídos no chão, moradores em situação de rua, risadas, burburinho, fofocas, carrinhos de feira rodando para todos os lados, famílias, casais... a feira é, realmente, um ambiente caótico.

Esse caos, no entanto, está amplamente organizado dentro da lógica da própria feira e de seus usuários (feirantes e consumidores). Nenhuma feira é igual a outra, embora todas compartilhem do mesmo caos. Algumas são mais acolhedoras, outras não permitem muita troca. Aos fins de semana, as feiras parecem ter mais um ar de lazer, mas durante a semana, a praticidade é mais perceptível. Mas, em todas elas, as relações sociais parecem ser uma das estruturas principais para que ela ocorra e permaneça.

No caso das feiras em Goiânia, essa relação parece ser ainda mais profunda, logo, o que vemos em relação à noção de higiene e impureza é a criação de uma relação de confiança entre o ambiente, os feirantes e os consumidores destes locais, como se a confiança, ali, protegesse os consumidores do risco.

Nesse sentido, mesmo que a ordenação do mundo destas pessoas, que em alguns momentos, como em hospitais e restaurantes, é feita a partir do acionamento dos riscos ligados aos saberes médicos, no caso das feiras, se abre uma brecha para outras formas de relação com a impureza e seus riscos. Segundo Mary Douglas (1991),

Quando estivermos abstraídos a patogenia e a higiene das nossas ideias de impureza, ficaremos com a velha definição nas mãos: qualquer coisa que não está no seu lugar (...) a impureza nunca é um fenômeno isolado: onde houver impureza, há um sistema. *Ela é subproduto de uma organização e de uma classificação da matéria.* (Douglas, 1991 p. 30. *Grifo meu*).

Na primeira inserção em campo, antes da pandemia, a percepção de limpeza e higiene das feiras pelos consumidores variaram de maneira perceptível. No geral, em uma escala de 0 a 10, a média desta percepção ficou em 6,5. Dentro dessa média, pudemos observar que em regiões mais abastadas, onde a feira era quase asséptica, como na Feira Flampark, a média de notas foi de 8, enquanto em regiões mais populares, como a Feira do Novo Mundo, a média de notas não chegou a 5, ficando em 4,8. Ao serem questionados sobre a nota, os entrevistados traziam suas análises para a situação da rua e não questionavam a higiene dos produtos vendidos.

A ideia de higiene aqui, então, parece estar muito atrelada à limpeza habitual das vias, à proximidade de trânsito intenso, à presença de esgotos e/ou bocas de lobo, mas, principalmente, ao “pós-feira”, período após o recolhimento das barracas, durante o qual podemos ver restos de alimentos, embalagens (copos descartáveis, sachês de condimentos, entre outros), guardanapos e, ainda, a presença de animais, como pombos e cães. Essa separação parece fazer parte de uma noção do que é feira e do que é rua, ou seja, durante o período da feira, a rua deixa de ter seu papel original, ao retomar seu papel, a rua, ainda “contaminada” com os resíduos da feira, parece construir uma narrativa de sujeira e lixo ligada ao que antes, ocupava aquele espaço, a feira.

É importante salientar que, embora não tenhamos percebido a culpabilização dos comerciantes em relação à limpeza pelos consumidores, é de responsabilidade dos feirantes a manutenção da limpeza das vias após o fim da feira. São eles os responsáveis pela coleta dos restos de lixo, alimentos, entre outros. Essa responsabilidade foi abordada por alguns entrevistados, como no caso de Seu Adair, que, embora tenha dois cestos de lixo à disposição, acredita que a prefeitura poderia auxiliar com a coleta, oferecendo contêineres para facilitar a limpeza e a manutenção do lugar.

Como vimos, as ideias de higiene estão mais atreladas à limpeza do espaço, das vias. Durante as conversas, pouco se falou sobre os riscos ligados a consumir alimentos preparados ali, embora um ou outro olhar se viesse para seu próprio pastel ou guloseima, o que trazia a ideia de risco para um outro patamar: comida saudável. É interessante que, na maioria das vezes que isso ocorreu, a pergunta sobre a “função/objetivo da feira” era respondida como lazer, o que, de certa maneira, suspende novamente a ideia de risco ligado à comida, já que em momentos de lazer, correr o risco é válido e saudável, de certa maneira.

Segundo aponta Duarte (2015, p. 92), “os riscos microbiológicos da comida de rua são abandonados ou neutralizados, transferindo a ideia de saudável para o bem-estar e não mais para as calorias ou bactérias presentes no alimento”. Ou seja, tanto no que tange a ideia de saudável como estilo de vida, quanto na ideia de risco e higiene são suspensos em momentos específicos, demonstrando a manipulação e agência do consumidor de suas próprias noções, ou ainda, afirmando que consumir algo em um momento de lazer, vale o risco.

Não podemos esquecer, entretanto, que quando falamos de feiras livres, a maior parte do consumo não é baseada, propriamente, em produtos processados ou prontos, mas nos produtos *in natura*. Esse consumo, então, cria uma nova perspectiva para pensarmos higiene, já que o alimento será consumido, supostamente, após a higienização realizada em casa. A questão da confiança será delimitada, então, através da relação com o feirante: o que tem as frutas mais bonitas ou o melhor atendimento, entre outros.

Como dito acima, muitas vezes, durante a pesquisa de campo, perguntei sobre como era a percepção de higiene da feira e frequentemente, a resposta estava ligada a fatores vinculados à rua e não à própria feira, como no caso de alimentos e embalagens no chão após o fim desta. Como podemos ver na figura 25, é comum o descarte de restos de alimentos no chão durante a feira, assim como a proximidade com carros e com a rua em si.

Nesse sentido, enquanto a relação de confiança e segurança ligada ao feirante e seus produtos remetem a uma espécie de familiaridade, a rua, no pós-feira, volta a tomar um aspecto não-doméstico. A feira é, então, uma domesticação temporária da rua e cria relações de familiaridade, vizinhança e confiança que permitem que, tanto o ambiente da feira, quanto os alimentos vendidos ali, deixem de representar os mesmos riscos da rua, pois impera a confiança.

Então, esses locais de disputa entre poder e risco, segurança e insegurança, saúde e doença, confiança e desconfiança, também estão dentro de narrativas que, em alguns momentos, domam as feiras e as traduzem como locais tradicionais e, por isso, seguros.

Em outros, essa feira se torna “selvagem”, pois é um local que não permite controle absoluto, embora haja regras que estabeleçam seu funcionamento, elas são mais fluidas e dependem dos próprios fiscais e suas relações com os feirantes e, normalmente, esse discurso que desconsidera a feira como locais seguros são

produzidos por outros locais de poder, como a ciência e suas análises biológicas de risco ou a relação entre rua/medo/violência ou entre locais fechados (supermercados/sacolões) e abertos (feiras/ambulantes).

Quero fazer uma correlação entre as feiras e seus ambientes de “risco” com uma rede de sacolões, o Oba Hortifruti FARM, em Goiânia, localizado no setor Jardim Goiás. Este sacolão se caracteriza, desde a sua estrutura externa até sua organização interna por uma “imitação” ou “gourmetização” da feira. O lado externo se parece com um grande celeiro e traz o *slogan* “a fazenda dentro da cidade”.

Figura 25: Fim da feira e seus detritos



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

Aqui uma tentativa de purificação desse “campo” e da feira, que, à primeira vista, aproxima-se dela, mas, na realidade, a afasta. É uma ideia de “campo

sanitizado”, com frutas selecionadas, embaladas, vendidas a preços mais altos que os da feira e dos supermercados populares, em geral.

É a imitação da feira ou do campo, que, inclusive, se utiliza de ferramentas como cantos de pássaros e sons de outros animais e de uma ambientação com iluminação aconchegante. Segundo o site da empresa, deseja-se *“promover momentos únicos entre família e oferecer soluções práticas e saborosas para o dia a dia, com qualidade, variedade e custo-benefício. Tudo isso em um ambiente agradável, seguro e com atendimento cuidadoso e gentil.”* O discurso de qualidade, familiaridade e segurança se apresentam como pontos fortes do que o estabelecimento deseja oferecer³⁶.

Não busco aqui deslegitimar esse tipo de comércio, mas refletir sobre a ideia de pureza e separação entre cultura e natureza e/ou entre privado e público que ele promove. Se de um lado, a feira, popular, pública, localizada na rua, se envolve em uma série de classificações de cunho sanitizante de local “não higiênico”, por outro, sua função social é tamanha que, constantemente a sua estética é repaginada para estabelecimentos comerciais mais assépticos – ao menos aos olhos. As ideias de segurança e risco são comumente relacionadas à rua, ao público, ao externo. Enquanto o interno, o privado, parece mais protegido, mais seguro.

Essa descrição pode nos levar a pensar em *shoppings centers* como grandes conglomerados privados que, à primeira vista, remetem ao iluminado, limpo, seguro – inclusive, a rede de sacolão Oba têm unidades em outras cidades e estados dentro de *shoppings*. Mas, que por sua vez, não permite o acesso de qualquer indivíduo.

Podemos citar os casos do “rolezinhos”, em 2014, que chamaram a atenção das mídias e da população, quando grupos de jovens, em sua maioria negros, foram impedidos de entrar em alguns shoppings por se enquadrarem em um “perfil” de “não-consumidor”, em um ato claramente racista, que era borrado pelo discurso de que aqueles jovens eram arruaceiros. Foi a partir desse ponto que boa parte da população percebeu que os shoppings, pensados como locais públicos, eram, na realidade, locais privados e limitadores.

A feira, por outro lado, é um local público e de livre acesso que abriga diversas possibilidades e relações. Tomemos por base, por exemplo, a Feira do Vila Nova, que

³⁶ Ainda há a estratégia de antropomorfizar os vegetais, com figuras lúdicas dos alimentos, como banda de rock com tomates e cenouras, bananas ciclistas, sapos em poços, vacas cantoras, entre outros. Em uma tentativa de aproximação por afeição.

já citamos no capítulo anterior, responsável por uma movimentação grande no setor aos domingos. em sua estrutura é dividida em dois corredores paralelos formados por três fileiras de barracas que comercializam hortifruti, animais abatidos (galinha caipira e peixes), animais vivos³⁷ (galinhas), alimentos minimamente processados, como queijo, mel, doces caseiros, pimentas, temperos; alimentos *in natura* como ovos e, ainda, os alimentos prontos, com mais processamento, como pasteis, roscas, café, bolos, entre outros. No total, a feira conta com 400 metros de extensão e dezenas de barracas³⁸.

Anteriormente à pandemia, as barracas de pastel e de quitandas possuíam pequenas praças de alimentação, onde os clientes consumiam seus pastéis e guloseimas com as famílias. Nesse sentido, embora a feira esteja localizada na rua, seja pública e, teoricamente, esteja envolvida de todos os riscos possíveis (contaminação, segurança, entre outros), ela é um ambiente familiar e domesticado.

Pensando assim, o movimento de tornar a feira familiar, domesticar seus riscos, faz com que ela se afaste da rua, suspendendo as implicações do perigo que isso sugere. Embora haja essa familiaridade, a feira não está imune de riscos reais em relação à segurança e aos próprios riscos alimentares, como uma intoxicação alimentar, mas estes riscos parecem ser colocados de lado durante o “uso” da feira. Por isso, durante o campo, as perguntas que traziam o tema da limpeza e/ou sujeira da feira eram acompanhadas de desconforto, olhares desviados e risos. Aparentemente, o risco em relação a sujeira é um assunto que não se deve discutir.

Na segunda etapa do campo, como o foco foi voltado para os feirantes, as ideias de risco e higiene foram um pouco diferentes das dos consumidores. Por exemplo, a confiança na qualidade do seu produto é sempre colocada, mas desconfortos ligados à ausência de banheiros limpos e bem cuidados é geral.

Além disso, alguns dos entrevistados, principalmente os que trabalham com alimentos crus, como a guariroba, se preocupam constantemente com a limpeza, higiene e segurança do alimento, dentro das limitações das próprias feiras, já que é um alimento muito manipulado e acaba tendo chances de contaminação. Para

³⁷ A comercialização de animais vivos não é permitida nas feiras em Goiânia, mas ela ocorre com alguma frequência em feiras grandes. A venda desses animais é feita de forma velada, normalmente nas últimas bancas das extremidades. Os animais costumam ficar escondidos até que o cliente peça.

³⁸ As barracas de feira, normalmente, são divididas por cor de acordo com o produto comercializado. Embora essa divisão não seja muito clara, nas feiras visitadas, percebi que barracas de pastéis e alimentos processados eram, em sua grande maioria, vermelhas. As barracas de frutas e verduras se misturavam entre cores azul e verde.

resolver isso, os feirantes trocam de máscara constantemente, levam água potável e detergente para a higienização das mãos, criam limites para a aproximação do cliente, disponibilizam álcool em gel, entre outros.

O que vemos, então, é que a ideia de risco relacionada à feira não parece ser algo intrínseco a ela, é uma construção que demanda outras variáveis, como socialidade, noção de segurança, sensação de lazer, confiança. Além disso, a feira é, por si só, um local de acesso a alimentos *in natura*, pensados como mais saudáveis e muitas vezes mais frescos, que traz uma outra ideia de segurança, relacionado à segurança alimentar, ou seja, acesso a alimentos saudáveis.

O agenciamento, enquanto construções narrativas, não atua em uma direção única. Sendo assim, o consumidor, embora envolto por diversas informações sobre as possíveis vantagens dos supermercados, seja pelo preço, pelo ambiente privado ou pelo discurso sanitário, dá preferência à feira, seja por seu aspecto social, pela qualidade e frescor dos alimentos.

Segundo a autora Boholm (2003), a antropologia social tem muito a contribuir para as discussões vinculadas ao conceito de risco, principalmente, no que tange etnografia. “A antropologia social com sua capacidade analítica de trazer discussões para o debate aberto e problematizar pressupostos tomados como dados, pode contribuir para desembaraçar a situação intrínseca do risco” (Boholm, 2003, p. 2003). Apesar disso, relativizar culturalmente demais o risco, faz com que nos concentremos apenas nas questões subjetivas ligadas a ele.

Se assim for, não poderemos, realmente, contribuir para explicar o que a autora chama de “justaposições e amálgamas entre as perspectivas “subjetivas e “objetivas” do risco. Ou seja, estaríamos purificando uma noção que, em si, não é pura, pois envolve cultura, natureza e todas as perspectivas que essas duas categorias podem carregar, como política, ciência, relações sociais, economia, entre outros.

Se, dentro de um discurso comum em meados do século XX, tivemos o estabelecimento de redes de supermercados como templos da segurança alimentar, dentro do aspecto biológico, e da negação da rua. Em outros momentos, o abandono desse discurso parece seguir em direção das ideias de confiança, frescor do alimento e lazer. Já que “riscos são percebidos e administrados de acordo com formas particulares de organização social e não podem ser tratados de forma neutra, com ferramentas metodológicas quantitativas” (Cintrão, 2002, p.08), o que não significa que devemos relativizar completamente os riscos.

A ideia de risco em comida de rua não é algo novo, pensar nesta comida como uma oferta ausente de cuidados básicos com manipulação, controle do ambiente (temperatura, exposição e sanitização) e conservação, a torna o oposto – pelo menos aparentemente – do alimento oferecido em restaurantes e supermercados.

No caso do Brasil, as medidas que orientam as chamadas “boas práticas” em saúde, segurança alimentar e nutricional e higiene, são definidas pela Anvisa (2013). Em 2013, a RDC nº 49 de 31 de outubro, foi assinada e entrou em vigor. Tal resolução ligada à Vigilância Sanitária teve como foco a razoabilidade das medidas de vigilância sanitária para produção artesanal, microempreendedores individuais, empreendimentos rurais familiares e de economia solidária.

Esta RDC leva em conta os conhecimentos tradicionais e as práticas de conservação e cuidado aprendidas através da experiência tradicional, desde que atendam boas práticas de segurança. O que foi importante para o equilíbrio das exigências sanitárias que, muitas vezes, pequenos produtores e empresários, não conseguem seguir, tanto pelo custo das exigências como pelo próprio ambiente no qual trabalha, como no caso das comidas de rua, tornando as exigências com as práticas ligeiramente mais negociáveis.

Em 2020, durante a pandemia, o aumento dos riscos e do medo em relação à aquisição de alimentos cresceu muito. O governo federal publicou o Decreto nº 10.282/20 (revogado pelo Decreto 11.077/2022), que estabelecia o funcionamento do que se chamou de “serviços essenciais”. Esses serviços, ligados ao atendimento básico de necessidades, eram os únicos que permaneceram em funcionamento durante o período de suspensão do comércio.

Para os estabelecimentos que trabalhavam com hortifrutigranjeiros, foi publicado um documento de “Recomendações para a comercialização de produtos alimentícios em feiras livres, sacolões e varejistas”, que prescrevia alguns cuidados ligados à manipulação de alimentos, como lavagem regular das mãos; não conversar, tossir ou espirrar sobre os produtos; manter o distanciamento entre as bancas; isolar as bancas com fita; uso de antissépticos específicos, entre outros. Essas ações, embora pareçam simples, nem sempre podem ser realizadas nas feiras livres, tanto pela ausência de água corrente potável, quanto pela socialidade que se estabelece nas feiras, o que dificulta o “não conversar” sobre as bancas.

É interessante pensarmos em como as feiras foram prejudicadas durante esse período, já que sua relação com o público e com a higiene é diferente do

supermercado, que possui uma estrutura que permite a manutenção de tais recomendações. No próximo tópico, falaremos sobre como a pandemia afetou as feiras.

3.5 O ano em que a terra parou: 2020 e novas perspectivas de risco, ou quando o risco deixa de ser probabilidade

É comum, dentro de relatos de fatos muito marcantes, que narrativas relacionadas estejam carregadas de lembranças do que o narrador estava fazendo no momento exato em que uma catástrofe ou grande acontecimento foi noticiado. Eventos marcantes como o assassinato do Presidente Kennedy, morte do automobilista Ayrton Senna, queda do avião da TAM, ataque às Torres Gêmeas, Impeachment da Presidenta Dilma, entre outros, agrupam memórias pessoais com fatos externos que, de alguma forma, chocaram quem narra.

De acordo com Pollack (1989), a memória de um sujeito pode estar ligada a três aspectos na percepção do tempo e de suas lembranças: através de acontecimentos, de pessoas e de lugares. Cada um destes aspectos vai delimitar memórias específicas e passíveis de certa remodelagem, por exemplo, pessoas que viveram períodos políticos críticos como ditaduras, guerras e golpes vão fazer sempre conexões entre estes períodos e os lugares e as imagens desse passado vivido.

Nesse sentido, o uso da memória pode ser uma importante ferramenta para revisitar o passado através de “lentes não oficiais”, que de certa forma selecionam determinadas memórias. É importante se levar em conta que a memória pode sofrer alterações dependendo do que se seleciona como fundamental, ou melhor, do que mais marcou o sujeito ou sua geração, o que pode gerar inversões espaço-temporais nas narrativas ligadas à memória. Assim, a memória é “um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.” (Pollack, 1992, p. 202).

Além disso, é preciso reafirmar que ela não é objetiva, fechada e neutra. É, antes de tudo, uma “*operação ideológica, processo psicossocial de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas (...) pelas legitimações que produz*” (Meneses, 1992, p. 22). Então, ela está em processo contínuo de construção e se modula dentro de vivências, experiências e perspectivas vividas pelo indivíduo e se modela ao relato em que acionada. Por isso, não se resgata

a memória, pois ela não é engessada, mas um processo que é construído e reconstruído, sempre que acionado. (Meneses, 1992)

Partindo disso, vou acionar a minha própria memória: no dia 28 de janeiro de 2020, por volta das 8h da manhã, eu estava a caminho da Biblioteca Pública da Universidade Federal de Uberlândia, escutando o Podcast “Café da Manhã” e tive, pela primeira vez, a dimensão do que estava acontecendo na China e em alguns países europeus, após a propagação de um novo vírus, conhecido como Coronavírus (COVID-19)³⁹, vindo, aparentemente, de uma grande cidade chinesa, chamada Wuhan, que, até aquele dia, eu nunca ouvira falar.

Lembro-me que, embora parecesse algo assustador, não parecia que seria muito maior que a SARS ou a H1N1 e, logo, as coisas voltariam ao normal nas cidades atingidas até então. Um mês depois, parei de frequentar a biblioteca pública e, quinze dias depois, estava em casa, em isolamento.

Aquele período parecia difícil, mas passageiro. O que não sabíamos era que 2020 seria um ano completamente atípico, e que o mundo, de certa maneira, iria parar. Com pais quase idosos e uma irmã enfermeira intensivista, escolhi me afastar no meu companheiro para que eu e ele pudéssemos cuidar dos nossos. As três semanas de isolamento se transformaram de 1 ano de afastamento e mais de 2 anos de distanciamento entre vários entes queridos e amigos.

Juntamente com o isolamento, os desencontros de informações, as disputas políticas, a politização de medicamentos, tratamentos, vacinas e uso de EPIs trouxeram uma perspectiva mais intensa para relações de disputa que já eram estabelecidas, mas mais fáceis de tratar antes da doença.

Com muita informação e pouco filtro, nos vimos reféns, não só de um vírus, mas do mundo que criamos através dele. Esse fenômeno foi chamado pela OMS de “*infodemia*”, um excesso de informações. Além das famosas *fake News*, houve um aumento e acúmulo de produção intelectual, que deixaram leigos e cientistas perdidos com tamanha informação. (Rui, França, Machado, Rossi e Arruti, 2021).

³⁹ Em 26 de dezembro de 2019, foram reportados alguns casos de pneumonia na cidade de Wuhan, na China. Com o crescimento de casos similares, as autoridades chinesas reportaram o surto à OMS, em 31 de dezembro de 2019. Embora já houvessemos presenciado doenças respiratórias transmissíveis anteriormente, o COVID-19 parecia ter maior potencial de transmissão que as outras doenças. Em 30 de janeiro de 2020, com milhares de casos confirmados, a doença foi declarada emergência de saúde pública, em fevereiro, a doença contabilizava mais de 2.000 vítimas fatais. A doença se caracteriza, entre outras coisas, por febre e tosse, podendo reverberar em sequelas, como perda de paladar e olfato, pneumonia grave, e, em alguns casos, a morte. (Pereira, 2022).

Jean Segata (2021) endossa essa percepção ao mencionar o “mar de informação” no qual estamos presos. Com a COVID-19, essa troca de informação parece cada vez mais agressiva. Além disso, o autor traz uma problematização importante, “tomadas de decisão no campo da biossegurança são feitas a partir de uma série de evidências em construção, rumores em investigação e intensa comunicação incompleta” (Segata, 2021, p. 292)

Trouxe este relato pessoal para tentar ambientar o leitor de como este evento modificou as relações das pessoas entre si e com o mundo. Durante este capítulo, falamos muito sobre risco, higiene e saúde. Durante a pandemia, a ideia de risco pareceu ainda mais presente e palpável, tanto pela capacidade de transmissão da doença e seus altos índices de gravidade e mortalidade, quanto pelas novas medidas de *segurança* e *sanitárias* que, embora fossem familiares em alguns países asiáticos, por exemplo – o uso de máscara -, para nós, brasileiros, foi um importante marco de mudança das relações sociais.

Sentimentos que parecem ligados ao *risco*, como *insegurança* e *medo*, começaram a fazer parte do nosso cotidiano de maneira diferente. Se ele já existia em relação à segurança pública, por exemplo, se fez presente em outros patamares, os quais desconhecíamos. Ou seja,

Estamos lidando com “conversas de mídia social”; com um micróbio que está em movimento. A natureza está tentando nos dizer algo, mas ninguém tem ideia do que é. [...] Parece que isso é “inteligência epidêmica” [...]. O que essa “inteligência” oferece são informações, mas essas informações não podem nos informar. São obscuras, suspeitas, incertas, ambíguas, deficientes, inadequadas, indeterminadas. O objetivo dessas informações não é estabilizar a situação; pelo contrário, seu objetivo é desestabilizá-la e, ao fazê-lo, gerar uma cena de saturação [eventfulness]. [Com ela] a impossibilidade de representação é performada e essa performance constitui um tipo particular de prática.” (Segata, 2021, p. 293)

Com o impacto dessa nova realidade, novas demandas de segurança, cuidados pessoais, higiene e uso de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), transformaram relações sociais e o cotidiano de maneira visível, os supermercados

passaram a medir temperatura⁴⁰, exigir uso de máscara e limpeza das mãos, contabilizar consumidores, diminuir horários de funcionamento. Tais demandas são inauguradas com o aparecimento do que Ribeiro (2020), chamou de *medo global*, que se define como “*todo temor totalizante sentido por todos os habitantes de um coletivo, na expectativa de uma enorme quantidade de mortes que potencialmente ou de fato atingirá a todos e acabará o mundo conforme foi conhecido até um determinado momento.*” (Ribeiro, 2020, p. 103)

Segundo o autor, embora nem todo medo seja planetário, muitos deles envolvem o fim do mundo para um determinado grupo. Ele exemplifica isso com as grandes ondas de doença que assolaram e acabaram com o mundo de diversas sociedades ameríndias com os primeiros contatos com os colonizadores e traz a *Queda do Céu* dos ianomami. (Ribeiro, 2020)

Ribeiro (2020) discorre sobre como encolhimento do mundo como um resultado dos processos de globalização provocados pelo desenvolvimento da ciência e das indústrias de comunicação e transporte, faz com que os riscos e medos sejam cada vez mais planetários. No início do século XX, a gripe espanhola já era um medo global e não assola, apenas, pessoas na Europa, mas de todo o globo. Cartazes que recomendavam o uso de máscara no ano de 1919, já eram presentes no Japão

Voltando às minhas reminiscências, lembro-me do constrangimento de usar a máscara nos primeiros dias de isolamento. Após algum tempo, este mesmo EPI já parecia parte do meu corpo e, inclusive, foi adotado por muitas pessoas, inclusive jovens, como parte da vestimenta. Hoje, em 2023, o uso ou não parecem igualmente normalizados.

No início da propagação da COVID-19, os primeiros países atingidos com altos níveis de contaminação, como a China, a Coreia do Sul, o Japão, a Itália, entre outros, entraram para um estado de isolamento e suspensão geral de atividades, que ficou mundialmente conhecido como *lockdown* (confinamento).

Não foi um fato inédito, Foucault (2012) já relatou em seu livro, “A Microfísica do Poder”, momentos de isolamento muito severos devido à propagação de doenças infecciosas. Segundo o autor, em vários países da Europa havia um modelo de

⁴⁰ Até mesmo o uso de termômetros de testa foi alvo da infodemia. Durante as aferições, várias pessoas se recusavam a ter suas cabeças na “mira” dos termômetros, alegando risco de câncer cerebral. Esse movimento foi tão forte que os estabelecimentos passaram a fazer a medição pelo pulso.

urgência para controle de doenças epidêmicas, o que o autor chamou de “modelo médico e político da quarentena” (Foucault, 2012, p. 155).

Tal plano de urgência consistia em, (1) isolamento domiciliar, todas as pessoas de um mesmo domicílio deveriam se manter ali para que fossem localizadas. (2) Divisão da cidade em bairros sob controle de autoridades de vigilância. (3) Relatórios diários de vigilância dirigidos ao prefeito. (4) Inspeção e revista dos habitantes, verificando se todos estavam vivos e saudáveis. Pessoas doentes eram isoladas fora da cidade, em enfermarias especiais. (5) Desinfecção realizada casa por casa. (Foucault, 2012)

Esse processo, consistia, então em

Distribuir os indivíduos uns ao lado dos outros, isolá-los, individualizá-los, vigiá-los um a um, constatar o estado de saúde de cada um, ver se está vivo ou morto e fixar, assim, a sociedade em um espaço esquadrihado, dividido, inspecionado, percorrido por um olhar permanente e controlado por um registro, tanto quanto possível completo, de todos os fenômenos. (Foucault, 2012, p. 157)

Um modelo de isolamento aos moldes da quarentena descrita por Foucault (2012), até 2019, parecia para nós ocidentais (ou ocidentalizados), um modelo absurdo e distante, o que tornou difícil a sua adesão logo de início.

Em um artigo publicado pelo jornal El País, o filósofo Byung-Chun Han (2020), traz uma breve reflexão sobre as dificuldades de se pensar uma situação de isolamento e controle social dentro de sociedades ocidentais, que são fundadas no ideal de liberdade individual, diferente de alguns países leste asiáticos que tiveram mais sucesso com o isolamento e o controle da pandemia, principalmente devido à orientação confucionista, muito pautada na ordem social e deveres morais.

Esta postura de defesa da liberdade individual fica muito clara no texto “A invenção de uma epidemia”, escrito pelo Agamben (2020) para o livro “Sopa de Wuhan”, que traz um compilado de textos escritos por autores contemporâneos sobre a temática. É interessante localizar o artigo em março de 2020, quando a pandemia dava seus primeiros passos e a maior parte dos países ocidentais (no caso dele a Itália) não sabiam como agir frente a uma epidemia global real. Não se pode negar que as primeiras ações dos governos europeus (fechamento de aeroportos e fronteiras, repatriação de estrangeiros, entre outras) nos parece remontar cenas de filmes pós-apocalípticos e de ataques zumbis. Mas, infelizmente, Agamben (2020)

estava errado e a sua projeção de que o COVID-19 fosse apenas uma gripe comum, se mostrou um tanto quanto inocente.

Figura 26 : Poster da campanha pela utilização da máscara em transportes coletivos, em 1919



Fonte: Japan Times (2019)

Por outro lado, em março de 2020, o Han (2020) nos mostra que, enquanto a Europa vivia seu pico, como no caso da Alemanha e da Espanha, países como a Coreia do Sul e Taiwan já viam uma “luz no fim do túnel”. Segundo Han (2020), tais países controlaram a pandemia sem fechar estabelecimentos, como bares e restaurantes. Para o autor, a “mentalidade autoritária” proveniente do confucionismo fazem com que os indivíduos sejam mais “obedientes” que na Europa ou Brasil, por exemplo. Esse foi o caso do Japão que adotou a política “conviva com o vírus”,

apoiando a volta à convivência social. Medida bem diferente da adota pela China, de COVID Zero. Vamos pensar um pouco sobre a estratégia chinesa.

A vigilância digital é muito presente e eficiente nestes países, associada a um baixo enfrentamento crítico⁴¹ em relação a isso. Tal vigilância foi utilizada pela China, por exemplo, como uma ferramenta eficiente de controle de possíveis infectados, através de compartilhamentos de dados das operadoras de telefone e internet para a Comissão Nacional de Saúde (China NHC), análoga ao Ministério da Saúde, por exemplo. Através desses dados, era possível acompanhar a trajetória de indivíduos que, porventura, tiveram contato com infectados.

Segundo Pereira (2022), a China é um caso interessante de análise de enfrentamento da doença, tanto por seu modelo de saúde, quanto por seu modelo de vigilância. Um país de proporções e população continentais⁴², que conseguiu gerir através de seu sistema de saúde bastante complexo⁴³ a propagação da doença.

Hoje, a China conta com três diferentes seguros saúde, que, embora sejam públicos, têm coberturas diferentes, o que auxilia na manutenção de inequidades, tanto ligadas a localidades, quanto à renda e, conseqüentemente, ao seguro do qual indivíduo faz parte. Além disso, uma das grandes aliadas do país no controle e monitoramento da doença foram os centros APS (Atenção Primária à Saúde), que entre outras coisas, tem o foco no cuidado doenças crônicas e infecciosas. Porém, é a nível nacional que se concentram

Os planos de Prevenção e Controle de Doenças e do Programa Nacional de Imunizações, bem como a responsabilidade pela organização de protocolos para quarentena e monitoramento de doenças infecciosas e pela garantia da assistência à saúde no caso de emergências que coloquem em risco a saúde das pessoas (Pereira, 2022, P. 53).

⁴¹ A própria população é ativa nesta vigilância e coerção, como no caso dos artistas de países como Coreia do Sul e China, rigidamente vigiados, a ponto de sofrerem, em alguns casos, linchamentos, perseguições ou humilhações virtuais.

⁴² Segundo a OCDE (2020), a China possui, aproximadamente, 1,4 bilhão de habitantes.

⁴³ Diferente do Brasil, a China não conta com um Sistema Único de Saúde, apesar disso detém um sistema estatal universal dividido em três modelos de seguro saúde, que abrangem (1) trabalhadores urbanos; (2) trabalhadores rurais; (3) crianças, idosos e desempregados. Cada um deles apresenta um nível de cobertura diferente, sendo o (1) mais complexo e de maior abrangência. A China, assim como o Brasil, possui um sistema privado em paralelo ao sistema público. (Pereira, 2020).

Para além do modelo de prevenção ligados à atenção primária, o Centro Nacional de Vigilância e Informação em Saúde Pública é um exemplo do que Han (2020) trata em seu artigo. Com auxílio da tecnologia da informação, o país consegue organizar e gerir informações, controlar doenças, além do uso de recursos de informação de saúde pública e *big data*⁴⁴. (Pereira, 2022).

Segundo Pereira (2022), a China passou a se debruçar sobre esses recursos desde 2004, pois em 2003, com a epidemia de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), o governo chinês percebeu a necessidade de organizar seus sistemas de vigilância. Ou seja, o país já possuía uma longa experiência de controle e vigilância em saúde antes da pandemia de COVID-19 se estabelecer.

A China foi protagonista de alguns movimentos interessantes durante a pandemia, pois, mostrou-se como um exemplo de enfrentamento da doença. O primeiro *lockdown* foi decretado em 23 de janeiro de 2020, 24 dias após o fechamento do Mercado de Wuhan, de onde se acredita ter originado a doença, possivelmente do consumo de carne de morcego. A partir de 31 de março de 2020, a Comissão Nacional de Saúde passa a relatar o número de indivíduos assintomáticos, mas com testes positivos. (Pereira, 2022).

Segundo a autora,

maior volume de casos e óbitos se concentrou na primeira onda (janeiro a março de 2020). Foram acionadas medidas extensivas de confinamento comunitário em Wuhan/Hubei, e, nacionalmente, foi estabelecido o controle de fronteiras e restrição da mobilidade, com suspensão de grandes eventos, atividades escolares e laborais (com exceção daquelas consideradas essenciais), o que levou à redução do fator de transmissão e à retomada gradativa das atividades a partir de abril. [...] Diante da identificação de novos casos e óbitos, medidas de confinamento comunitário e restrição da mobilidade foram retomadas nas províncias e localidades específicas, pautadas em critérios nacionais e com estrutura de governança nacional-provincial-local. (Pereira, 2022, p. 58-9)

Foi através do modelo de governo centralizado que a China conseguiu manter suas restrições e controle de informação por tanto tempo. Apesar disso, as medidas

⁴⁴ É um conjunto grande e complexo de dados, muitos deles são recolhidos de usuários de tecnologias, através de pesquisas, redes sociais, *cookies*. Segundo Zuboff (2018), o *big data* faz parte do que ela chama de *capitalismo de vigilância*, que permite “prever e modificar o comportamento humano.” (Zuboff, 2018, p. 18).

restritivas culminavam na paralisação de empresas, produção e trabalho, o que gerou crises e insatisfação, tanto do setor empresarial, quanto no comércio local e trabalhadores. Por isso, o país foi palco de diversos movimentos contra suas medidas restritivas, por manter a política de COVID Zero⁴⁵ até 2023. Política essa foi baseada em suspensão de atividades em fábricas e empresas onde surgissem pessoas infectadas, *lockdown* em áreas maiores em caso de muitos positivados e isolamento de pessoas contaminadas.

Ainda em 2020, na Europa e em outros locais, como na Nova Zelândia, o isolamento foi uma das principais estratégias para a contenção do vírus. Como foi relatado por Han (2020), o forte “espírito” individualista, no sentido de liberdade individual, das sociedades europeias e americanas não contribuíram para o controle social como estratégia para a contenção do vírus, o que resultou em determinações mais rígidas, que posteriormente foram acatadas, graças a estratégias e planos de ação bem construídos, como no caso da Austrália.

Além disso, embora a OMS desenvolvesse metodologias de enfrentamento do vírus,

o ponto é que uma epidemia não constitui exclusivamente um fenômeno epidemiológico, com incidências, prevalências e outros índices demonstrativos de padrões biológicos e demográficos. Ela também é vivida e significada de maneira singular a partir de experiências social e culturalmente situadas (Reis-Castro; Fleischer; Segata, 2020, p. 9).

No caso do Brasil, o sistema de isolamento foi muito precário, precariedade essa, resultante tanto das condições econômicas da época como pelo próprio desencorajamento vindo do Governo Federal, com informações desconexas, descredibilidade da ciência, subestimação dos riscos associados à doença, estímulo ao uso de medicamentos sem eficácia comprovada, desencorajamento do uso de máscara de proteção. Embora, o *lockdown* tenha sido falho, várias cidades desenvolveram medidas de restrição de circulação, que contavam, inclusive, com o fechamento do comércio.

Aqui, puxando novamente a discussão sobre o risco, Segata (2020) já sinalizava que as consequências da doença não seriam apenas na área da saúde, mas um problema mais generalizado, como uma espécie de Fato Social Total de

⁴⁵ Política de COVID ZERO foi suspensa em janeiro de 2023. Medidas de segurança ainda estão implementadas, mas foram flexibilizadas.

Mauss (2003), capaz de abarcar várias instituições ao mesmo tempo. É claro que essa situação não é completamente nova, casos de outras epidemias geraram grandes crises, algumas mais locais, como o Ebola no continente africano e outras globais, como o HIV e a Doença da Vaca Louca. A questão pensada por Segata (2020), no entanto, é que há uma certa economia do risco, que reflete “caos e perdas irreparáveis para uns, oportunidades para outros” (Segata, 2020, p. 282).

Quando pensamos nas consequências dessa economia do risco, podemos levar em conta a ideia de que algumas vidas e trajetórias valem mais que outras. Isso ficou bastante marcado durante a pandemia e a falta de acesso a alguns bens e serviço que “selecionaram” vidas que valiam mais a pena. Podemos exemplificar com o caso da primeira morte confirmada por Covid-19 no Brasil⁴⁶, a empregada doméstica de 57 anos, contraiu a doença dos seus patrões, vindos da Itália. Rosana Urbano, uma mulher negra, periférica e pobre foi a primeira de muitas que sucumbiram à doença.

Esse caso é emblemático para refletir sobre o gerenciamento de riscos dentro de eventos críticos, expondo o que Segata (2020) chama de “estruturas de sofrimento, injustiça e desigualdade” (p. 277), que criam sujeitos e subjetividades a partir de novas realidades, possibilitando a emergência de vulnerabilidades que, antes, eram menos visíveis.

Questões como a xenofobia e o racismo contra pessoas com “traços orientais”, por conta da “racialização” do vírus, a impossibilidade da população negra, proletária e periférica de seguir em isolamento por conta do trabalho e da falta de assistência do Estado, a falta de atendimento e assistência aos povos indígenas, que culminaram em uma das piores crises humanitárias brasileiras, como no caso dos yanomamis⁴⁷ evidenciaram tais estruturas.

Com isso, a falta de planejamento para o enfrentamento da doença e suas consequências, assim como a politização do vírus, dos medicamentos e vacinas, auxiliaram a ampla e rápida circulação da doença no país, que embora conte com um Sistema Único de Saúde forte, não foi suficiente para suportar a grande demanda, a

⁴⁶ Até a data da escrita desta tese, em julho de 2023, o Brasil já contabiliza mais de 704.320 mortes.

⁴⁷ O caso dos yanomamis não foi causado, exclusivamente, pela doença, mas por uma junção de fatores, como interesses políticos e econômicos em relação ao seu território, esvaziamento de órgãos responsáveis, como a FUNAI, silenciamento, racismo, entre outros.

rede privada também enfrentou grandes problemas como: superlotação, carência de equipamentos e exaustão das equipes de profissionais, entre outros.

A politização da doença foi um marco no fracasso do Brasil, que figurou por semanas o *ranking* de mais infectados e mortos pela doença. Essa politização refletiu na indústria farmacêutica, na atitude de equipes médicas e, ainda, na ação de prefeituras e governos estaduais que, em alguns lugares, optaram por grandes ciclos de *lockdown* e uso de máscaras, como no caso de São Paulo, e outros locais onde essas estratégias eram banalizadas, seguindo a linha do então presidente Jair Bolsonaro, que negou e depreciou a doença e suas vítimas durante todo o processo.

Esse jogo político vinculado ao vírus não foi exclusividade do Brasil, os EUA passaram por situações parecidas durante o governo Trump, que ao vincular a doença à China, país onde se originou o vírus, criou um discurso de “o vírus Chinês”, ou “o vírus do Comunismo”. Além desses caminhos, não podemos esquecer que a saúde está atrelada a interesses políticos e econômicos e isso foi fundamental para a cautela com que a OMS lidou com a doença e a demora para o uso da palavra *pandemia*. (Segata, 2020).

Para a OMS, assumir que o mundo estava sob uma crise de saúde global colocava interesses em jogo, como os políticos e internacionais. Vimos, durante a pandemia, as consequências da doença na distribuição de insumos por todo o mundo, com isso, a elevação dos preços do combustível, do arroz, entre outros, refletiram em uma grande crise global. Segundo o autor, interesses políticos e econômicos “usualmente [...] se sobressaem às características epidemiológicas de uma doença.” (Segata, 2020, p. 279).

Durante os primeiros meses de pandemia no Brasil, algumas cidades optaram pelo funcionamento exclusivo de “serviços essenciais”, que foram interpretados de maneira diversa pelas prefeituras e criticado por boa parte da população. Dentre esses serviços, os supermercados foram mantidos abertos, com exigências de limitação de público, aferição de temperatura, uso de álcool em gel para higienização de mãos e carrinhos de compras e, claro, as máscaras de proteção.

A feiras em Goiânia sofreram determinações diferentes, as especiais foram consideradas ambientes de aglomeração – outra palavra que se tornou frequente em nosso vocabulário de risco – por sua correlação com o lazer e, conseqüentemente, suspensas na capital goiana, já em meados de março de 2020. Tais feiras são muito importantes para o comércio e a economia da cidade e, embora sejam realizadas em

espaços abertos, os produtos comercializados não são considerados essenciais – roupas, sapatos, alimentos prontos.

Segundo reportagem do jornal O Popular, as feiras livres de Goiânia passaram por diversos períodos de suspensão e liberação durante o ano de 2020 e 2021. Em 13 de março de 2020, um decreto estadual suspendeu o funcionamento das feiras livres, que foram liberadas para funcionarem através de outro decreto, no dia 19 de abril 2020, desde que seguissem protocolos de boas práticas e, principalmente, dando preferência a outros modelos de comercialização, como do *drive-thru* e o *delivery*. Mas, em 16 de março de 2021, as feiras livres foram consideradas serviços não-essenciais, o que suspendeu mais uma vez seu funcionamento.

Já sabemos que as medidas de contenção do COVID-19 não foram eficientes no Brasil. Segundo o site do Ministério da Saúde sobre o coronavírus, responsável pela divulgação da situação da pandemia no Brasil, as taxas, de março de 2020 a julho do mesmo ano, apresentaram uma “evolução” de 99 casos diários para 46.247 novos casos. Há de se ressaltar que, desde o início da doença, a subnotificação e a falta de testes confiáveis e gratuitos podem ter mascarado um problema ainda pior. Do início de agosto de 2020 até o início de dezembro, por conta da retomada de algumas medidas de contenção, tivemos uma visível queda no número de novos casos, diminuindo para uma média de 17.261 diários casos confirmados. (Brasil, 2021).

Após o início de dezembro, com o relaxamento das medidas devido a fatores como: a queda de casos, férias escolares, festas de final de ano, reabertura de bares e restaurantes sem as devidas medidas e, ainda, a própria mutação do vírus, foi visível um aumento no número de casos, saltando para uma média de 84.245 novos casos em um único dia (26 de março de 2021) no Brasil (Brasil, 2021)

Em Goiânia, a situação não foi diferente, e assim como a capital goiana, frente ao avanço mais severo da pandemia, várias medidas restritivas foram retomadas em diversas regiões do Brasil. O país, então, presenciou o colapso dos sistemas público e privado de saúde em várias cidades brasileiras, com destaque para Manaus que, além da superlotação dos hospitais, passou por falta de oxigênio e materiais básicos para intubação.

Frente a isso, dia 27 de fevereiro de 2021, em Goiânia, foi publicado o Decreto nº 1646/2021, alterando o decreto anterior (Decreto nº 1601/21, publicado em 22 de fevereiro de 2021), que entrou em vigor dia 1º de março de 2021, no qual Prefeitura

de Goiânia determinou a suspensão do funcionamento das feiras livres e especiais na cidade, assim como outras formas de comércios alimentícios, como *pitdogs*⁴⁸, bares, etc., exceto em sua versão *delivery*, por um período de 7 dias, podendo ser prorrogado.⁴⁹

Em fevereiro, o vereador Henrique Alves (MDB) apresentou uma emenda para tornar as feiras especiais “serviço essencial”, na tentativa de dar continuidade ao seu funcionamento no momento mais severo da pandemia. No dia 24 de março de 2021, a proposta foi aprovada. As feiras livres não entraram na emenda, mas uma proposta da vereadora Sabrina Garcez (PSD) reconhece as feiras livres e as praças de alimentação das feiras especiais como serviços essenciais.

Após tais debates, um novo decreto, nº 2095/2021, assinado em 27 de março de 2021, válido a partir de 31 de março de 2021, determinou o funcionamento das feiras livres e de outros estabelecimentos, seguindo regras de circulação e capacidade de público. No caso das feiras livres, as regras determinam (1) a proibição do funcionamento das praças de alimentação em barracas como de pastéis; (2) as bancas devem ser montadas com distância de, no mínimo, 2 metros, como na Figura 27; (3) os corredores de circulação com, no mínimo, 3 metros de largura; (4) distância entre comerciantes e vendedores de 1,5 metro; (5) disponibilização de álcool em gel; (6) manutenção de 50% do total de bancas por dia de atividade – sistema de rodízio semanal entre feiras de numeração ímpar e par.

Antes do decreto 2095/2021, muitas bancas funcionaram no sistema *drive-thru*, mas outro movimento que vimos nascer, não só em Goiânia, mas em diversos outros lugares, foi a modalidade de feira por encomenda ou feiras virtuais. Posso citar o exemplo da Feira Interinstitucional Agroecológica Virtual⁵⁰ de Goiânia, que é formada por produtores orgânicos de assentamentos próximos à Goiânia que, após a pandemia, aderiu ao formato virtual. Formato que, por um lado, mantém o distanciamento e oferece uma certa comodidade para os consumidores (não todos), mas, no caso desta feira em específico, a virtualidade atrapalha um pouco a

⁴⁸ *Pit-dogs* são pequenos quiosques de comercialização de sanduíches, muito comuns na cidade de Goiânia. Eles, normalmente, são instalados em praças ou em calçadas. Em 2020, os *pit-dogs* foram incluídos como patrimônio cultural do estado de Goiás. A capital goiana conta com, aproximadamente, 1.600 estabelecimentos desta natureza, segundo o Sindicato de Proprietários de Pit-Dogs em Goiânia.

⁴⁹ A prorrogação seguiu até o fim do mês de março de 2021

⁵⁰ Segundo a nutricionista Ariandeny Furtado, uma das responsáveis pela implementação e coordenação, a Feira Interinstitucional (IFG, UFG e IF Goiano), que teve seu início em 2019, com 35 edições naquele ano, a partir de 2020, em função da pandemia do COVID-19, foi adaptada para a sua versão virtual, mantendo a comunicação entre produtores e consumidores pelo aplicativo *Whatsapp*.

manutenção das feiras, pelas próprias dificuldades de acesso à internet e em relação ao uso de tecnologias digitais.

Embora as feiras tenham sido suspensas, alguns feirantes não puderam suspender completamente suas atividades e, além dos sistemas *drive-thru* e das feiras virtuais, alguns comerciantes passaram a agir na ilegalidade, montando suas bancas mesmo com o decreto. Um dos feirantes entrevistados falou um pouco sobre sua experiência durante o fechamento das feiras. Ao ser perguntado sobre as dificuldades durante o auge da COVID-19, ele disse

Uai, foi como foi pra todo mundo... Não foi bom, né? Não foi legal. Trabalhava na correria. Montava, aí chegava a fiscalização, tive que desmontar e ir embora pra casa. Às vezes [a fiscalização] chegava oito horas da manhã, nós ia embora. [...] Tem que pagar energia, tem que pagar água, tem que pôr alimento pra dentro de casa. Como é que eu paro dentro de casa? (Seu Donizete, 54 anos, 40 anos de feira).

Figura 27: Distanciamento entre as bancas



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

Ao ser perguntado se receberam algum apoio da prefeitura durante a suspensão, ele respondeu: “*Jamais, nunca!*”

Durante as entrevistas, nenhum feirante ficou alheio ao período pandêmico. Embora em maio de 2023, a OMS tenha declarado o fim da pandemia, as consequências ainda são sentidas no cotidiano da feira. Não só com o fechamento, mas em relação às relações que a feira estabelece. Trago agora, alguns relatos dos feirantes sobre o período.

Segundo Maria, o COVID-19

Atrapalhou um pouquinho. Porque... mais no começo foi um pesadelo pra todo mundo. As feiras fecharam, né? Ficou proibido fazer feira quatorze dias, depois quatorze dias, novamente. Foi duas vezes. Fechou uma vez, depois abriu, depois fechou de novo. Então ficou assim. Um pouquinho difícil e muitos cliente que às vezes queria mercadoria e a gente tinha, buscava em casa...

Pergunto à feirante de se alguma coisa mudou, e ela responde:

Mudou assim porque [...] pessoas mais idosas que ficaram anos sem vim a feira. Com medo de sair. Às vezes, os filhos não deixavam. Né? 'É, não vai não. Fica quieto'. Então, assim, nós ficamos assim uns dois anos sem ver cliente. [...] Domingo mesmo chegou uma lá, falou: 'Maria faz dois anos que eu não venho aqui! Dois anos!

Seu Luiz Carlos, ao ser questionado sobre a normalização das atividades, disse que o movimento ainda não voltou ao que era antes. Posteriormente, ao falar do período de suspensão das atividades, relatou:

Ah, foi ruim, né? Que é, foi ruim pra todo mundo, né? Foi dois anos aí... parou feira, comercio parou, depois voltava. Eh, o pessoal não estava vindo na feira. A as coisas subiu demais. Eh... a despesa aumentou pra todo mundo. Muita gente quebrou, né? As vezes assim, a gente está sobrevivendo, né? Agora que está voltando a melhorar mais, mas foi muito ruim

Seu Adair, da banca de biscoitos, também sentiu falta da clientela. Segundo ele

Todo mundo fala assim: 'não, deixei de ir por causa do estava perigoso, tal, né?' Têm muitas pessoas de mais idade. Então, tem muitos clientes meus na Vila Nova, por exemplo, aos domingos. Uns

vinte por cento deixou de ir, né, assim dos clientes. Depois que as pessoas foram aparecendo

Seu Everildo, da banca de hortifruti, traz uma informação interessante sobre a memória do que viveu. É comum que quando acionamos a memória para alguns eventos que nos marcaram, algumas informações ligadas ao tempo e ao espaço sejam um pouco modificadas. Segundo Pollack (1992, p. 203-4), *“a memória é seletiva. [...] sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa.”* Para o autor, a memória é, também, construída. Por isso, ela é composta por elementos conscientes e inconscientes e está relacionada a como o indivíduo vivenciou um dado acontecimento.

No caso de Everildo, ele diz que fechou a banca por 50 dias, porém, o fechamento durou, entre idas e vindas, um mês, o que demonstra a quão longa pareceu a experiência de suspensão das feiras. Segundo ele

Olha. foi muito difícil pra gente, né? Porque eles proibiram a gente trabalhar na feira por cinquenta dias. Aí, com esses cinquenta dias não teve como a gente trabalhar, aí os menino que trabalhava com a gente também foi afastando, foi arrumando outras coisas pra fazer. A minha banca estava parada aí. Eu trabalhava com quatro pessoas [...] a semana inteira, hoje eu estou trabalhando só com mais um rapaz que me ajuda de vez em quando. Só no sábado, domingo ele trabalha só um pouco. E um cunhado meu me ajuda no domingo, mas diminuiu muito a carga de trabalho essa epidemia aí. A clientela diminuiu bastante também, porque com esse problema dessa doença aí, os fregueses, que acabamos de falar que era mais antigos, alguns tá doente, outros têm medo de vim a feira, os filhos não deixam eles virem na feira, eles [os filhos] vêm, diminuiu bastante os freguês de antigamente.

Além da diminuição da clientela, seu Everildo passou por outras consequências, como a perda de funcionários e, com isso, resolveu diminuir os dias de trabalho nas feiras.

Hoje devido a epidemia, eu maneirei a carga de trabalho. Eu estou trabalhando sexta, sábado e domingo. Mas, há três anos atrás eu trabalhava de segunda a domingo. Todos os dias acordando uma hora da manhã, duas horas e trabalhando até duas da tarde, todos os dias.

Já seu Carlos Roberto relata a intensificação dos cuidados para a produção de suas garrafadas, “Ó, o COVID foi daquele modelo: usando a máscara, usando os ingrediente tudo, né... a higiene. E eu não peguei nada e nem a minha família.”

Sobre o fechamento, no caso dele, o impacto foi menor, já que o gasto da família dele é muito baixo, mas ele relatou outra questão:

tem umas coisas que é mais difícil, que você tem que ajudar outras pessoas, né? Outras pessoas que está perto, né? Porque lá onde eu moro é muita pobreza, também né? Então a gente tem que desembolsar para ajudar né?

O risco, então, passou para outro patamar. Ele se expande para além da preocupação com a procedência e manipulação dos alimentos e passa para um risco mais generalizado, de contrair a temida COVID-19. Esse risco, que também envolve o sentimento de medo, também repercute em outras esferas, como o risco econômico, para feirantes e demais trabalhadores e o risco político, de disputas, enfrentamento e negociações que a nova realidade proporcionou.

A experiência do fechamento das feiras para Seu Nivaldo, ronda muito esse risco econômico, segundo o feirante. “Se a gente não tiver uma estrutura [financeira] você não aguenta ficar parado igual nós passamos por pra isso. Ano passado. Não, não foi só nós não. [Rua] 44⁵¹ quebrou, fechou e quebrou.”

O movimento “abre-e-fecha” dos estabelecimentos, a incerteza quanto a manutenção de uma renda familiar, a falta de informação em relação ao vírus, as informações desencontradas oferecidas pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, a configuração do que se trata “serviços essenciais”, entre outros, fizeram e ainda fazem parte das novas relações de risco ligadas ao momento de enfrentamento.

Mas, o que são serviços essenciais? O “Fique em Casa”, hashtag (#) usada pelo Instagram para estimular o isolamento da população não levou em conta o que esse movimento significava para as pessoas que dependiam da rua para sua

⁵¹ Ao falar da 44, seu Nivaldo se refere à rua da Rodoviária, que abriga um grande comércio de rua. Na Rua 44 é onde se localiza a famosa Feira Hippie e diversos shoppings que comercializam, em sua maioria, roupas a preços populares. Grande parte da freguesia são revendedores e lojistas de Goiânia e região. Além dos shoppings, o comércio informal de ambulantes também é muito presente nas ruas e calçadas. Para guiar o leitor, a Rua 44 se assemelha à famosa Rua 25 de Março, em São Paulo. Durante a pandemia, os comerciantes passaram por grandes problemas financeiros, inclusive, alguns quebraram.

sobrevivência: entregadores de aplicativos, motoristas de aplicativos, feirantes, comerciantes autônomos, entre outros. Nem todas as atividades podiam ser convertidas para o *home office*, e isso deixou ainda mais claro as hierarquias e privilégios de alguns grupos.

A COVID-19, além de demonstrar como o planeta é globalizado e está interconectado, evidenciou também que as políticas e soluções encontradas para frear a doença foram criadas a partir de uma lógica ocidental, hierarquizada e desterritorializada, como afirma Segata (2020), demonstrando como o pensamento ocidental hegemônico manteve suas rédeas sobre as medidas regulatórias globais.

Ou seja, confundiu-se globalização com universalização (uma “confusão” frequentemente presente nas ações imperialistas), o que homogeneíza e deslegitima necessidades e padrões diferentes das ocidentais ou euroamericanos. Esse movimento foi chamado de “globalização unilateral” por Hui (2020), porque universaliza epistemologias específicas e transforma o regional (ocidente) em global.

Segundo Segata (2020, p. 277), “surtos, epidemias e pandemias não formam apenas tendências epidemiológicas. Como eventos críticos, eles expõem estruturas de sofrimento, injustiça e desigualdade”. Ou seja, o vírus e a pandemia não só trouxeram a noção de risco enquanto contágio, mas essa relação entre humanos e o vírus criou questões ainda mais complexas.

Mudamos nossa relação com o meio – é evidente que há um certo retorno à normalidade –, mas algumas marcas não serão apagadas por algumas décadas ou séculos. Pois, essas novas experiências com o coronavírus, a COVID-19 e as situações sociais de vulnerabilidade desequilibraram certezas e padrões já estabelecidos como certos e universais, ou seja, a normalidade está sendo reinventada e o risco parece estar ainda mais iminente. (Segata, 2020).

Figura 28: Álcool em gel na barraca de pastéis



Fonte: Arquivo Pessoal (2022)

Pensando nisso, é preciso que compreendamos como a relação entre humanos e outras espécies podem gerar novas formas e ressignificações da existência. Dando continuidade a essa discussão no próximo capítulo, estenderemos a nossa análise de risco, mas agora dentro de uma perspectiva de relação entre humanos e não-humanos (ou outros mais que humanos), levando em conta algumas questões como: animais, alimentos, pessoas e sua humanidade, germes e higiene e como, somado a tudo isso, a relação de confiança é mediadora de relações.

CAPÍTULO 4. Estamos sós? Novos agentes entram em cena

*“Não mexe comigo
Que eu não ando só”*

(Maria Bethânia e Paulo César Pinheiro, 2012)

É comum, quando nos perguntam em uma conversa cotidiana “o que é Antropologia?”, que respondamos: é o estudo do ser humano e suas culturas. Quando partimos desse ponto, negligenciamos uma série de relações que são e foram fundamentais para a constituição do mundo tal como é e, posteriormente, visto através dos olhos humanos e suas modificações.

Pensar que apenas a relação humano e humano é o grande ponto de partida da Antropologia e demais ciências humanas é diminuir a importância de todas as relações humanos e não-humanos ou outros mais que humanos (coisas, objetos, tempo, animais, plantas, fungos, bactérias, vírus, entre outros) e não-humanos e não-humanos que produziram o mundo enquanto tal.

A negligência de outros agentes e a certeza de um mundo imperado e construído por seres humanos nos coloca naquela velha dicotomia humano e natureza, e natureza e cultura que o Ocidente insiste em reafirmar, mesmo quando entramos em relações com os outros mais que humanos que fogem ao nosso controle (epidemias, cataclismas, acidentes, poluição, entre outros). A Antropologia, enquanto ciência ocidental não se absteve dessas visões dicotômicas.

Por outro lado, a Antropologia não é uma ciência exata e que responde perguntas com respostas objetivas e finalizadas, pois ela está sempre em processo de constituição. Logo, ela não nos diz o que queremos ouvir e isso faz dela uma disciplina desconfortável. Segundo Tim Ingold (2019), uma das mais importantes características da Antropologia é o fato de que ela não responde às nossas perguntas com o que supomos saber, por isso, tende a abalar os fundamentos do que é tido como certo, percorrendo outros caminhos, fugindo de explicações fáceis e óbvias.

Ou seja, ela não é uma ciência interessada na manutenção de achismos ou conceitos pré-concebidos, por isso, busca outras perspectivas de ser e estar no mundo, para além dos métodos, conhecimentos e formas de ser ocidentais e euramericanos. Isso faz parte do compromisso antropológico de levar os outros a sério, pensar em outras formas de vidas, que não as nossas, e aprender sobre elas

sem ter os nossos próprios conhecimentos e experiências como fios condutores para compreender o mundo.

É importante levarmos em conta que a antropologia, principalmente a não-ocidental, vem se esforçando para pensar nessas relações e possibilidades antes esquecidas ou desqualificadas. Perspectivas construídas levando em conta os “outros” têm sido trabalhadas constantemente.

Logo, linhas como o pós-colonialismo (Spivak, 2010; Said, 1990; Bhaba, 2007; entre outros) e, principalmente, decolonialismo (Krenak, 2019, 2020; Kopenawa, 2015; Hooks, 1995; Mignolo, 2001; Quijano, 2009; Hui, 2020, entre outros), por exemplo, passam a emergir, como uma crítica ao olhar colonial e antropocêntrico estabelecido, já que “[...] o sistema mundial moderno tende a ser concebido através do seu próprio imaginário, e não do imaginário da diferença que ele produz [...]” (Mignolo, 2001, p. 22), ou seja, o mundo Ocidental se constrói e é construído se alimentando das suas próprias perspectivas e desqualificando outras.

Por isso é fundamental termos em mente o movimento presente no Ocidente, de um processo de desumanização de povos não ocidentais, encaixando-os naquela conhecida dicotomia selvagens x civilizados e, embora enquanto antropólogos reflexivos e críticos, repudiemos, em nossa maioria, o olhar evolucionista e/ou elitista na relação dos nossos (nem tão nossos assim) conhecimentos com os dos “outros”, muitos ainda se estabelecem num local que Tim Ingold(2019) chamou de “suspensão voluntária da descrença”, um olhar temporariamente mais “simétrico” enquanto performance de estar antropólogo, porém, não se “leva os outros a sério” em sua completude.

Contudo, assumir essa posição é negar que as palavras e as ações dos outros, especialmente quando elas contrariam nosso entendimento, tenham qualquer relação com a realidade (...). Vestindo um manto de onisciência, declaramos que o mundo é percebido e encenado pelos povos, e que para eles é totalmente real, é, na verdade, uma construção feita de conceitos, crenças e valores que é comumente chamado de ‘cultura’. (Ingold, 2019, p. 14).

Dentro dessa perspectiva, podemos trazer a discussão fascinante sobre os conhecimentos tradicionais, tratado por Manuela Carneiro da Cunha (2009), em seu livro “Cultura com aspas”. A autora narra no capítulo 19: “*Cultura*” e *cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais*, sua participação em um encontro para discussão de direitos intelectuais dos conhecimentos indígenas, em 2005, e em

dado momento, um senhor indígena grita e afirma que *honi*⁵² (*ayahuasca*), não é cultura. Essa afirmação abre caminhos para que a autora discuta como o conceito de cultura (aqui podemos rememorar a discussão sobre *conceitos* do capítulo 3) é pensado, compreendido e agenciado de maneiras diferentes entre autoridades, indústria farmacêutica, antropólogos e populações indígenas.

Para isso, Carneiro (2009) faz uma separação entre cultura e “cultura”. A partir dessa perspectiva, ela diferencia as “duas” culturas ao observar que a antropologia pensa a cultura (sem aspas) como padrões, modelos de ação ou sistemas. Já a “cultura” (com aspas), parece estar localizada em uma outra interpretação, que é vista como uma ideia de conhecimento vinculada à noção de saber tradicional, principalmente porque determinados tipos de conhecimentos se tornam públicos por serem taxados de “tradicionais”, desconsiderando todo o processo histórico e esforço intelectual envolvidos no desenvolvimento dele. Essa interpretação de “cultura” feita pelos indígenas na reunião demonstra como esse conceito, forjado pelo Ocidente, pode ser uma armadilha de acordo com a forma como é operacionalizado.

Diferente destes, os conhecimentos não-tradicionais, que foram confeccionados em laboratório e pela ciência ocidental, por exemplo, são afastados do conceito de “cultura” porque têm “dono” e logo, não são compartilhados. Assim, há uma subjugação dos conhecimentos tradicionais, e estes são colocados em um campo de menor complexidade.

Ou seja, o movimento de não levar tais conhecimentos “a sério”, também está dentro de um complexo de inferiorizar e aproximar da natureza, conhecimentos não-ocidentais ou tradicionais, ao mesmo tempo em que a propriedade intelectual de grupos não-ocidentais é apropriada por grupos ocidentais, seja pela ciência, seitas ou lazer.

Se propondo a discutir essas relações, percebe-se que a Antropologia tem como uma das suas principais características o exercício constante de pensar, criticar e reconstruir a si mesma. Destes exercícios resultam mudanças drásticas de olhares e paradigmas que são derrubados e ressignificados, embora tenhamos muito o que caminhar.

⁵² “*Honi* é a palavra yawanawa (e de várias outras línguas do tronco pano) para uma bebida alucinógena com base na combinação de um cipó e das folhas de um arbusto, conhecida no mundo indígena da Amazônia ocidental sob diversos nomes – tais como *ayahuasca*, *nishi pae*, *yagé*, *kaapi* – e no Acre, de um modo genérico, como ‘cipó’.” (Cunha, 2009, p. 314).

Autores indígenas (KOPENAWA, 2015; KRENAK, 2019, 2020) já trabalham com o olhar crítico sobre o *modus operandi* da sociedade capitalista e ocidental, pensando em como o Ocidente deslegitima outras formas de vida que não se submetem às suas premissas. Questões como o desrespeito às outras formas de saber e à natureza, o “não levar os outros a sério”, são pontos fundamentais para pensar relações para além das ocidentais.

Ou, como Chaparro, Maciel e Jesus (2023, p. 1) definem “*civilização tecnológica, aquela que abdicou da razão em prol da racionalidade tecnológica, e do sentido em prol do fazer tudo, aqui e agora, sem se importar com a alteridade, nem com a vida do planeta como um ser vivo*”.

Segundo Tsing (2015), “o excepcionalismo humano nos cega” (p. 184), a ideia de uma superioridade humana (Ocidental), construída através da ciência e das religiões monoteístas, nos fazem crer, enquanto seres humanos, que podemos controlar, ou melhor, domesticar outras formas de vida e acontecimentos. Por isso, muitas das narrativas científicas e religiosas não levam em conta a interdependência entre espécies. (Tsing, 2015).

Esquecemos, por exemplo, que não-humanos também domesticam humanos, pensemos no exemplo do uso de máscaras e álcool gel após o estouro da COVID-19 ou da Vaca Louca (Encefalopatia Espongiforme Bovina) no início da década de 1990 que foi responsável pela criação de determinações internacionais de boas práticas e higiene para exportação de alimentos, ou ainda, nas formas como lidamos com animais domésticos como os cães e gatos (Haraway, 2022) a ponto de humanizá-los. Então, podemos ver que, embora estejamos supostamente confortáveis em nossa pretensa dominação sobre a natureza, na realidade, estamos constantemente em relações com outros seres.

Segundo Haraway (2022), para que a vida aconteça, seres de todos os tipos se encontram e interagem, nem sempre de forma consciente. Os encontros são, em sua maioria, corriqueiros e se fazem na rua, em casa, na escola, no restaurante, no hospital, ou em qualquer outro espaço possível. Por exemplo, mesmo em ambientes controlados como as UTI, não é raro que um paciente ou outro adquira bactérias resistentes durante sua internação. Segundo a autora, não estamos isolados, já que na relação entre humanos e não-humanos, “*enquanto seres corriqueiros atados, são também sempre figuras fazedoras-de-sentido que reúnem a quem lhes respondem em tipos imprevisíveis de ‘nós’.*” (Haraway, 2022, p. 11-2).

Segundo Cardoso e Devos (2019), um dos acertos da Antropologia foi levar em conta os problemas do que Tsing (2012) chamou de excepcionalismo humano, que nasce na separação entre “homem e natureza” ou “Natureza e cultura”. Segundo os autores, “os primeiros povos dos muitos ambientes do planeta já mostraram há muito tempo que animais, plantas, rochas, agentes atmosféricos e muitos outros são nossos companheiros na política de habitar e transformar um mundo mais que humano.” (Cardoso e Devos, 2019, p. 8) Ou seja, não estamos caminhando a sós.

A antropologia se utiliza costumeiramente, de algumas metáforas para ilustrar o mundo e suas relações. Em uma dessas tentativas – embora o autor diga que não seja uma metáfora – Ingold (2012), abre espaço para considerarmos a ideia de equilíbrio ao pensar no mundo como uma grande malha construída por teias e fluxos trançados. Segundo o autor

onde quer que haja vida, a separação da interface entre terra e céu dá lugar à mútua permeabilidade e conectividade. O que chamamos vagamente de chão não é uma superfície coerente, mas uma zona na qual o ar e a umidade do céu se combinam com substâncias cuja fonte está na terra, na formação contínua das coisas vivas. (Ingold, 2012, p. 31-2).

Partindo de pressupostos aproximados, hipóteses como a de Gaia, cunhada por Lovelock (2014), nos mostra que as ciências humanas e biológicas já vêm pensando num mundo para além das relações antropocêntricas. A definição de Gaia, segundo Lovelock (2014), é “*o nome de um sistema hipotético que mantém o equilíbrio do planeta.*” (p. 84).

Essa noção está ligada à ideia de que só existe vida na Terra porque esta vida dá condições para sua própria existência. Isso traz uma certa noção de equilíbrio, que pode ser descompensado caso as condições de vida comecem a se deteriorar. Para pensar isso, os autores Paul Crutzen⁵³ e Eugene Stoermer (2020) cunharam o termo “Antropoceno” e, embora o termo tenha sido criado por autores da química e biologia, tomo a liberdade de usar as palavras de Tim Ingold (2019, p.9) para defini-lo, “*o-mundo-no-fio-da-navalha*”.

Crutzen e Stoermer (2020) no texto “*The Anthropocene*” fazem um resgate histórico da percepção do ser humano e sua ocupação do globo desde 1833, com Sir

⁵³ Paul Crutzen (1933-2021) foi um químico reconhecido por seus estudos ligados ao meio ambiente. Foi ganhador do Prêmio Nobel de Química, juntamente com Mario J. Molina e Sherwood Rowland, que juntos, descobriram como foi formado o buraco na camada de ozônio.

Charles Lyell, que dá o nome de Holoceno às marcas da atividade humana sobre o planeta. De lá até o século XX, vários cientistas se debruçaram sobre essas marcas. Segundo os autores,

a expansão da espécie humana, tanto em números como na exploração per capita dos recursos terrestres, tem sido espantosa. Para dar alguns exemplos: durante os últimos 3 séculos, a população humana aumentou decuplicando para 6 mil milhões [...]. A urbanização aumentou dez vezes no último século em poucas gerações, a humanidade irá exaurir os recursos fósseis que foram gerados em vários milhões de anos. (Mendes, 2020, p. 114).

Esses são alguns dos muitos impactos elencados pelos autores geradas pela ação humana nos últimos séculos. Pode-se datar o início dessa era a partir da última parte do século XVIII, pois foi a partir desse período que a ação humana e seus impactos são mais bem percebidos, como os gases do efeito estufa, decorrentes, em um primeiro momento, das máquinas a vapor e, posteriormente, da expansão da industrialização por todo o globo. Tais impactos não se resolverão do dia para a noite, para que eles sejam minimizados é preciso uma força-tarefa em escala global. (Crutzen e Stoermer, 2020).

Segundo Tsing (2019), o Antropoceno é a era da ação humana e suas marcas no planeta Terra. Podemos dizer que não há vegetação que não tenha sofrido algum tipo de influência humana, o impacto humano, que a autora chama de perturbação, mostra que nós, a partir de nossas ações, deixamos cicatrizes que marcaram o planeta a ponto de delimitar uma nova era geológica.

Segundo os editores da obra “Viver em Ruínas: multiespécies no antropoceno”, Cardoso e Devos (2019), podemos definir o Antropoceno a partir do fato de que

vivemos em um mundo de paisagens em ruínas e inesperadas catástrofes ambientais. As mudanças climáticas são uma das grandes pautas da ciência e da política contemporâneas, e perdas de biodiversidade nos levam ao que vem sendo chamado de a Sexta Extinção. Nas últimas décadas, cunhou-se o termo Antropoceno para se referir ao impacto de proporções geológicas que a jornada humana teve sobre transformação da dinâmica ambiental do planeta. (Cardoso e Devos, 2019, p. 8).

Daí, a importância de pensar o risco enquanto um desequilíbrio eminente, seja por questões ambientais, pandemia e epidemias, guerras e armas nucleares ou

ausência de alimento. Quando pensamos no conceito de Antropoceno, não podemos nos deixar levar por uma ideia de *por vir*, mas pensá-lo como algo concreto e que pode ser visto e sentido na prática, como por exemplo, as grandes nuvens de poluição vistas por satélite, o derretimento de geleiras, o aquecimento global, o aumento de queimadas, o aumento de epidemias globais, entre outras questões. (Tsing, 2015).

Segundo Mendes (2020, p. 115)

Sem grandes catástrofes, como uma enorme erupção vulcânica, uma epidemia inesperada, uma guerra nuclear em grande escala, o impacto de um asteroide, uma nova idade do gelo, ou o continuar da extração dos recursos terrestres com tecnologias que, em parte, ainda são primitivas a humanidade permanecerá uma grande força geológica nos próximos milênios, talvez milhões de anos por vir.

Apesar disso, autores chamam a atenção para o risco do uso da ideia de Antropoceno na antropologia, por ser um conceito generalista, que considera a ação ocidental capitalista como uma cosmovisão universal e, embora ela tenha influência global, não podemos diminuir toda ação humana às ações imperialistas ocidentais.

Para resolver isso, a disciplina tem recorrido a outras perspectivas e modos de vida que seguem diferentes caminhos em sua relação com o meio e não limita a natureza como um recurso natural e um par oposto da ideia de cultura ou humanidade. Além da tentativa de compreender *“como humanos e outros modos de vida se entrelaçam e constroem condições para viver nas ruínas dos imperialismos industriais.”* (Cardoso e Devos, 2019, p. 8).

Chamo a atenção para tais discussões, que são muito atuais na área de antropologia, para que elas balizem nosso olhar sobre as feiras livres em geral. Embora seja uma manifestação humana, é importante lembrar que ali reinam outras fontes de relação para além da “pessoa x pessoa”, o agente se relaciona com a rua, com o alimento, animais e microrganismos, intempéries, entre outros. Pensar para além de uma noção de purificação da cultura, enquanto um afastamento da natureza, do selvagem e do desconhecido não nos auxilia na análise sobre a feira e todos os atores que estão presentes em sua constituição.

Se essa relação é visível, o risco também é. Pensando nisso, esse capítulo vai abordar como as ciências humanas tratam essas relações a partir do conceito de ‘risco’, que apareceu na pesquisa após algumas reflexões sobre escolhas alimentares,

no primeiro campo, e se fez ainda mais presente após a COVID-19 e a relação espaço público-alimento-pessoas. Antes de nos aprofundarmos no que tange à feira, vamos falar um pouco sobre a problemática da dicotomia Cultura-Natureza e como essa perspectiva, especificamente ocidental, moldou olhares antropológicos nas últimas décadas.

4.1. Natureza e cultura: a purificação ocidental

A criação do mundo moderno é um dos principais marcos de separação entre cultura e natureza que o homem ocidental cria. É a partir desse marco histórico, ideológico e intelectual que o Ocidente se afasta do restante do mundo. É também com esse marco que o capitalismo se desenvolve, criando relações cada vez mais exploratórias e de dominação sobre o que o Ocidente denominou de natureza.

Ao pensarmos um pouco sobre essa criação dos dois mundos, percebe-se que é impossível falar de cultura e natureza sem falarmos de poder. Em seu livro “Jamais Fomos Modernos”, Bruno Latour (1994), nos apresenta algumas provocações ao discorrer sobre a relação cultura e natureza e sobre humanos e não humanos.

Para criação de um discurso da modernidade é preciso, antes, pensar como houve a separação entre cultura e natureza, o que Latour (1994), vai classificar como o combate entre vencidos e vencedores. A ideia de modernidade parte, portanto, de uma relação sempre assimétrica.

Ao criticar a ciência, por seu processo de purificação e afastamento da natureza, ele traz a Antropologia como uma ciência que sempre conseguiu, sem crise, concatenar essas duas dimensões. Porém, apenas ao olhar para o outro, o selvagem, os pré-modernos, porque eles [nós] são contínuos. Segundo o autor “*nosso tecido não é mais inteiriço. A continuidade das análises tornou-se impossível*” (Latour, 1994, p. 13). Obviamente, quando Bruno Latour se refere aos modernos, ele não está se referindo a nós, subdesenvolvidos, nós ainda somos pré-modernos.

Mas, não vamos nos antecipar nossa percepção sobre Latour, suas provocações foram levantadas, não para alimentar a divisão cultura e natureza, modernos e pré-modernos, mas questionar essa ideia de modernidade que o Ocidente insiste em reafirmar.

Para explicitar essa dicotomia, o autor nos transporta para 1989, ano que reinaugura o mundo ocidental capitalista. Porém, é nesse mesmo ano que várias conferências sobre o planeta são realizadas e percebe-se que a dominação ilimitada sobre a natureza é uma tarefa impossível. A natureza não aceitou de bom grado, como os capitalistas gostariam, sua exploração violenta. Segundo Latour (1994, p. 14, *grifo meu*)

A simetria perfeita entre a queda do muro da vergonha e o desaparecimento da natureza ilimitada só não é vista pelas ricas democracias ocidentais. De fato, os socialismos destruíram ao mesmo tempo seus povos e seus ecossistemas, enquanto que os do *Ocidente setentrional puderam salvar seus povos e suas paisagens destruindo o resto do mundo e jogando os outros povos na miséria*

Partindo desse pensamento, neste tópico discutirei algumas linhas antropológicas e alguns conceitos de cultura para que, posteriormente, possamos pensar em como esse conceito cria um distanciamento da construção sobre seres humanos e o “resto do mundo”, dentro da perspectiva ocidental dualista da divisão natureza e cultura.

Para isso, pensemos um pouco sobre o percurso da Antropologia. Podemos dizer que a Antropologia enquanto ciência nasce no século XIX, juntamente com o famoso movimento Evolucionista nas Ciências Sociais. Partindo de uma influência das ciências “duras”, como a física e a matemática, as ciências sociais buscavam métodos científicos para se estabelecer. Partindo disso, a busca por métodos inaugura algumas divisões que já eram estabelecidas desde o iluminismo, como homem e natureza; civilizado e selvagem; entre outros.

Essa divisão foi fundamental para distanciar o homem europeu do restante do mundo e, nesse processo, a Antropologia foi essencial para o estabelecimento de algumas ‘comprovações’ de superioridade e inferioridade entre as sociedades humanas espalhadas pelo globo. Uma dessas comprovações está no desenvolvimento do conceito de cultura.

Em uma das primeiras definições de cultura na Antropologia, temos o conceito de Tylor como “*um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.*” (Laraia, 1986, p. 25). Esse conceito foi e ainda é utilizado

como uma definição eficaz do que vem a ser cultura. Porém, o grande problema desse conceito está na sua constituição baseada na perspectiva evolutiva. O autor fazia uma diferenciação entre sociedades com Cultura e sociedade com Cultura e Civilização.

A Cultura, escrita com “C maiúsculo”, transparecia o modelo evolucionista na visão antropológica da época, no sentido de que existe uma Cultura com graus de desenvolvimento diferenciados. Então, a diferenciação entre Civilização e Selvageria ou entre Cultura e Natureza, se dava, ao mesmo tempo, em paralelo (como pares de opostos) e de forma hierárquica, em que a Civilização/Cultura é superior à Natureza/Selvageria, criando uma dupla purificação dos modos de vida europeus.

Outras noções de cultura foram se evidenciando, uma das mais importantes para fazer frente ao conceito evolucionista, foi o de Franz Boas, que, segundo Mintz (2009), possui uma importância fundamental, já que promoveu um conceito de cultura que, para o autor, engloba a espécie humana dentro de uma perspectiva considerando todos os agrupamentos humanos como detentores de cultura. Esse olhar, de certa forma, quebra com a ideia de selvageria ou barbárie imposta pelas teorias evolucionistas.

Boas, diferente de Tylor, não enxergava a cultura dentro de uma perspectiva evolucionista e trabalhou para valorizar e legitimar as diferenças culturais existentes entre diversos povos, e foi, segundo Mintz (2009), considerado um “anti-evolucionista”, principalmente por compreender que as diferenças não eram níveis hierárquicos de desenvolvimento, mas formas diferentes de ocupar e dar sentido ao mundo.

A Escola Americana de Antropologia teve Franz Boas como um de seus principais nomes, já que foi um dos fundadores da Antropologia Cultural. Franz Boas, de uma forma geral, enxergava a cultura como uma distinção entre as diversas sociedades, o ponto que nos diferenciava e, como dito anteriormente, não dentro de uma perspectiva hierarquizada, mas de diferenças nos modos de se colocar e se relacionar com o mundo.

Mesmo falando e trabalhando sobre a noção de cultura, o antropólogo nunca esquematizou o conceito e, até os dias de hoje, “é mais do que “curioso” o fato de quase todos os meus colegas [antropólogos] concordarem que “cultura” é o conceito mais fundamental do nosso campo de saber – mesmo admitindo que não é possível defini-la” (Mintz, 2009, p.227).

Fazendo um salto cronológico, mas nos mantendo na antropologia estadunidense, podemos analisar o conceito de cultura dentro de duas perspectivas teóricas diferentes. A primeira, a Antropologia Culturalista fundada por Franz Boas e seguida por autoras como Ruth Benedith e Margareth Mead, de importante influência para a Escola Americana, baseada numa visão de cultura focada na estrutura. A segunda, a antropologia interpretativa, inaugurada pelo antropólogo Clifford Geertz, que, embora seja formado nos EUA e influenciado por Boas, traz uma perspectiva baseada num olhar focado para a ação, em um clara influência weberiana e hermenêutica de análise social.

O autor apresenta sua noção de cultura em seu conhecido livro “A Interpretação das Culturas” de 1989, no qual toma a teoria weberiana como sua base e focaliza sua ideia nas ações sociais, delimitando a cultura como uma “rede de relações” que não pode ser observada pelo antropólogo em “primeira mão”, mas em “segunda ou terceira”, desenvolvendo seu método de “Descrição Densa”. Com esse método, localiza o pesquisador na observação, negando a ideia de que o antropólogo se aproxime de seu objeto a ponto de se tornar um nativo, em uma clara crítica ao método etnográfico de observação participante, desenvolvido por Malinowski.

Conquanto o conceito e o método “descrição densa” de Clifford Geertz (1989)⁵⁴ ainda sejam bastante utilizados, o autor sofreu sérias críticas do setor mais engajado da antropologia americana – leia-se antropologia marxista – já que foi nomeado, por Eric Wolf, como um tipo de antropólogo de tolíces, por não se aprofundar em questões políticas e estruturais.

A noção de cultura foi trabalhada em outros termos pelo estruturalismo, nesta linha, as culturas eram vistas como sistemas de classificação que, na prática, buscavam pares de oposição. Diferentemente da antropologia simbólica, o estruturalismo, como o próprio nome diz, buscava um *locus* abstrato das estruturas separado das intenções individuais e das ações dos atores. (Ortner, 2011).

Não podemos esquecer que o principal nome da antropologia estruturalista é Claude Lévi-Strauss, que, com sua imensa obra, é um divisor de águas na Antropologia. Que, segundo Descola (2011, p. 35) “ninguém duvida que o século XX, em antropologia, ficará como o século de Lévi-Strauss, a tal ponto suas ideias, mesmo

⁵⁴ A primeira publicação do “A interpretação das culturas” de Clifford Geertz, se deu, originalmente, em inglês, em 1973.

quando rejeitadas, marcaram vigorosamente o conceito que se tem dessa ciência, de seu objeto e de seus métodos.”

Durante sua trajetória intelectual, ao invés de construir muros entre natureza e cultura, as análises Levistraussianas parecem estar localizadas numa ponte, ou, para usar um termo mais polêmico, num *continuum* entre natureza e cultura. Segundo Descola (2011, p. 37), “é imperativo conhecer bem a ecologia de uma sociedade se há a intenção de analisar suas produções ideológicas, pois elas são a prova de um compromisso entre certos traços do meio e as leis que organizam o pensamento simbólico.”

Segundo Vander Velden e Silveira (2021, p. 16)

o pensamento do grande Claude Lévi-Strauss, cujo alerta para a necessidade da antropologia perceber a centralidade do profundo enraizamento da mente humana no mundo – na geografia, no solo, nos fenômenos climáticos, nas plantas e nos animais, e em nos humanos-outros – nos joga no colo o dever de revisar o que se acostumou, de maneira preguiçosa, a definir como o logocentrismo do autor. O pensamento humano sem a multiplicidade do mundo não é nada, sua existência sequer possível. Não nos parece fortuito que, no final de sua longa vida, pouco antes de nos deixar, Lévi-Strauss também já atentava para as questões cruciais colocadas pelo Antropoceno e pela devoração capitalista predatória do planeta como recurso.

Ou seja, as estruturas de pensamento, os mitos, os símbolos, são construídos com base em como a cultura classifica seu *habitat*. Então, me parece que Levi-Strauss propõe a existência de uma simbiose entre natureza e cultura, o que não aprisiona povos e culturas diferentes, mesmo que vizinhas, a criarem as mesmas classificações, por isso, a diversidade cultural é um ponto inquestionável. Para o autor, é na natureza que se encontra explicações para a cultura. Não há como desmembrar e purificar essas duas categorias.

Além dessa percepção, em seu importante texto “Raça e História”, encomendado pela Unesco e publicado em 1952, sete anos após o fim da Segunda Guerra Mundial e o Holocausto, o autor traz como foco principal a discussão de natureza e cultura tendo por base o questionamento do determinismo biológico e a afirmação da diversidade cultural. No texto, o autor questiona os processos de hierarquia racial que serviram de base para a exploração de milhares de sociedades espalhadas pelo globo.

Lévi-Strauss (1993) caminha entre a problematização do referencial de desenvolvimento, tendo sempre como modelo a Europa em detrimento de todas as outras sociedades e, ainda, rebate a ideia de progresso, tão presente nas primeiras linhas das ciências sociais e antropologia, como o positivismo e o evolucionismo cultural, ao dizer que o progresso não é contínuo e nem necessário e que cada sociedade progride tendo por base sua própria história, necessidade e experiência.

Considero, enquanto antropóloga e professora, esse texto um dos mais importantes da Antropologia do século XX, podendo ser considerado um texto-manifesto e um dos principais movimentos de questionamento da ideia de separação entre cultura e natureza, ao dizer que a noção de aproximar o outro da selvageria e, conseqüentemente, da natureza, é um processo etnocêntrico e de deslegitimar o “outro”, o colocando numa categoria da qual todos fazemos parte – natureza – mas que utilizamos como arma para subalternização.

Segundo o autor, “*a Antiguidade confundia tudo o que não participava da cultura grega (depois greco-romana) sob a mesma denominação de bárbaro; a civilização ocidental utilizou em seguida o termo selvagem com o mesmo sentido.*” (Levi-Strauss, 1993, p. 334). Ou seja, a separação cultura e natureza se estabelece como uma régua de aproximação ou distanciamento da humanidade que, segundo o Ocidente, está apartada do restante do mundo, a natureza ou selvageria.

Ainda no contexto das discussões sobre cultura, nos anos 1970, as teorias marxistas na antropologia deram espaço para novas versões desse conceito, que agora, exigiam noções engajadas, pois a cultura era vista como “ideologia”, funcionando como um mecanismo de reprodução social. Ortner (2011) critica essa leitura do conceito, pois, segundo a autora, a ideia de cultura sofreu um estreitamento e caiu em uma espécie de funcionalismo marxista, onde todas as características da cultura de uma sociedade, sejam simbólicas ou não, serviam apenas para a manutenção do *status quo*.

Em seu livro “Cultura: a visão dos antropólogos”, Kuper (2002) assume a multiplicidade do conceito de cultura que é usado em diversas linhas. Segundo ele, “em um sentido amplo, cultura é simplesmente uma forma de falar sobre identidades coletivas.” (Kuper, 2002, p. 22).

O autor cita, também, a noção de cultura na perspectiva frankfurthiana, que é baseada no juízo de que os discursos sobre cultura não são inventados livremente, pois, remontam determinadas tradições intelectuais que persistiram por gerações. Nos

vários discursos nos quais a cultura está presente, ela sempre remonta a ideia de poder, seja nos momentos em que celebra superioridade ou quando é usada dentro da perspectiva desenvolvimentista e civilizadora.

Nesse caso, nascem outras relações dicotômicas, como cultura erudita e popular, em que a primeira é caracterizada por sua complexidade, enquanto a popular está mais baseada na simplicidade e em uma noção da cultura espontânea de um povo.

Ambas são importantes, porém, é perceptível uma certa relação de superioridade nas falas dos autores. A cultura de massa, um terceiro elemento da cultura, seria um processo de massificação, alienação e esvaziamento da cultura em prol de interesses políticos e manipulações, para citarmos um exemplo, o cinema seria produto dessa cultura massificada.

Nos primórdios da antropologia até recentemente, a cultura foi usada como uma legitimação para as diferenças e, principalmente, dentro das teorias evolucionistas, a cultura torna-se um eufemismo para a diferença racial, já que as ciências humanas passam a negar a biologia e assume que nós, seres humanos, somos constructos sociais.

É interessante trazermos para o debate o antropólogo estadunidense Alfred Kroeber que traz em sua análise social uma tentativa de purificar a cultura em si para que ela possa ser visualizada pelo cientista. Esse processo exclui o aspecto biológico de sua análise, alimentando ainda mais a separação cultura e natureza, como se fossem elementos independentes. Além disso, a cultura é vista como superorgânica e estaria apartada dos indivíduos e mais correlacionada a uma construção histórica. Há em Kroeber, o que Laraia (2001) chama de determinismo cultural. (Laraia, 2001; Pedrosa, 2015).

No trabalho de Kuper (2002), o que podemos perceber é que o autor defende as noções de cultura baseadas em estruturas de poder que, independentemente da linha teórica adotada, vai desenvolver diferenciação, seja através na noção de civilidade, conhecimento, legitimidade ou ideologia.

Dentro dessa perspectiva, podemos retomar a discussão sobre a cultura tratada por Manuela Carneiro da Cunha (2009). Como já vimos, a autora traz a multiplicidade de sentidos ligados ao conceito de cultura, levando em conta como esse conceito é operacionalizado. Para isso, diferencia a cultura da “cultura”, por perceber que relações de poder estão fortemente presentes na representação do conceito com

aspas. No qual, questões econômicas, simbólicas e ideológicas constroem uma perspectiva que tende a desvalorizar ou simplificar determinados conhecimentos (ditos tradicionais) e valorizar e distanciar da ideia de “cultura” outros (científicos).

Após essa discussão percebemos que é provável que, mais do que a existência da cultura, a antropologia possua um apego pelo conceito, principalmente pelo fato de ele criar padrões que podem ser analisados, algo como o que Roy Wagner (2012) coloca como um “constructo explanatório”.

Após “viajarmos” com o conceito de cultura por várias definições e construções, é possível perceber que a Antropologia tem como uma das suas principais características o exercício constante de pensar, criticar e reconstruir-se. Destes exercícios resultam mudanças drásticas de olhares e paradigmas que são derrubados e ressignificados constantemente.

Como dito, em uma de suas críticas mais pesadas, Eric Wolf (1998) acusou Clifford Geertz de ser um antropólogo de frivolidades, mostrando aqui que, assim como a política, a cultura e a antropologia também trabalham com noções de poder e o compromisso político do antropólogo caracteriza sua pesquisa.

Pensando um pouco sobre o “título” dado a Geertz por Wolf (1998), vamos nos deslocar até sua mais célebre etnografia, “Um Jogo Absorvente: Notas sobre a Briga de Galo Balinesa” presente no livro “A interpretação das Culturas” de 1989.

Não podemos negar o traquejo do autor em construir um texto tão envolvente quanto nos pareceu ser a briga de galos, mas, durante sua análise, o fato da Indonésia estar vivenciando o duro governo ditatorial de Suharto – apoiado pelos Estados Unidos, país natal do antropólogo –, passou “desapercebido” pelo autor, que optou por não se adentrar nesses assuntos, ausentando-se de quaisquer posições crítica ou política.

Nesse sentido, não podemos negar a relação de poder existente na constituição da Antropologia e nas relações não-simétricas que elas produziram e ainda produzem. A ideia de uma concepção de um “saber-poder” desenvolvido por Foucault (2005) não se estabelece apenas dentro de contextos médicos, mas no campo do saber científico como um todo.

As relações aqui descritas sobre a clássica divisão moderna entre natureza e cultura, parecem, então, estar navegando juntamente com relações de poder que são essenciais para classificar e reificar povos, pessoas, coisas, animais, em uma das extremidades dessa dicotomia. Esse processo, nos aproxima de Douglas (1991),

através da ideia de purificação e perigo que classificações humanas tendem a construir.

Quando inserimos novos atores para a análise e desmontamos a separação natureza e cultura proposta pelos modernos (Latour, 1994), podemos dar vazão para novas teorias antropológicas que se localizam na continuidade do mundo e não em seu desmembramento.

Essa nova perspectiva nasce de uma autocrítica da antropologia e, principalmente, com o surgimento de novos antropólogos do Cone Sul. A Antropologia passa, então, a ser construída dentro de uma perspectiva dos “outros” de outrora. E linhas citadas no tópico anterior, como o pós-colonialismo e o decolonialismo emergem com novas perspectivas, que abrangem novos modos de pensar, enxergar e explicar o mundo. Além disso, a crítica ao imperialismo ocidental passa a ser uma constante entre os autores engajados dessas linhas.

Essa “nova antropologia” engajada, problematizadora e política, traz questões que estarão cada vez mais presentes, como é o caso de Ortner (2016) que critica o que ela chama de “conceitos guarda-chuva” que são usados para várias circunstâncias, são poucos problematizados e, conseqüentemente, frouxos.

A autora utiliza a crítica de Appadurai (2013) ao conceito de “neoliberalismo” que tende a apagar a historicidade da questão colonial, por exemplo. Em uma resposta ao texto de Ortner (2016), Appadurai (2016), reafirma a problemática de tais conceitos, pois “*corre o risco de entorpecer os nossos sentidos críticos.*” (Appadurai, 2016, p.01).

Nesse processo, temos o que Ortner (2016) chama de “*Dark Anthropology*” ou “Antropologia Dura” – em uma tradução um pouco simplista – que assume temáticas ligadas aos problemas estruturais e como sistemas afetam culturas e povos. E a “Antropologia ‘*Soft*’”, mais preocupada com a ética em pesquisa e que pensa, principalmente, na agência do ator em uma perspectiva mais micro. Dentro das duas perspectivas, ela demonstra a necessidade de abordagens transversais que perpassem pelas duas antropologias, retomando o que discutimos sobre o movimento pendular nas ciências sociais.

Podemos citar dois nomes que vêm fazendo esforços para concatenar as duas antropologias em perspectivas que, ora se aproximam, ora se afastam. Estou falando de Bruno Latour (2012) e sua teoria do Ator-rede e suas análises de filosofia da ciência

que demonstram a importância de levar em conta os não-humanos como participantes efetivos do mundo em que vivenciamos.

Ingold (2012), por sua vez, traz uma importante contribuição para a antropologia em sua Antropologia dos Materiais, em que denota valores e sentido aos humanos e não-humanos, inclusive, de não-humanos não-orgânicos, tirando o ser humano do protagonismo da análise e inaugurando, de fato, uma antropologia simétrica. Os dois autores não concordam totalmente um com o outro, tendo o Ingold (2012) traçado duras críticas à Latour (1994), principalmente sobre o conceito de *hibridismo* do segundo, que foi discutido no livro “Jamais fomos modernos”.

Ingold (2012) traz algumas críticas sobre o conceito de agência aplicada a objetos, pois, segundo ele, alguns antropólogos dessa linha indicam que objetos agem. Segundo ele, a agência dos objetos aparece como uma tentativa de reanimar o mundo sem levar em conta os fluxos e as linhas que atravessam o objeto. Ele nos oferece um exemplo bastante didático, ao dizer que uma pipa, por exemplo, é um objeto, até ser atravessada por uma pessoa e pelo vento e se tornar uma coisa, ou seja, uma pipa-no-ar. Isso não faz dela um novo elemento, mas dá vida a ela, ou seja, não é um híbrido que nasce – pipa-vento-humano – mas é a pipa que foi atingida por fluxos e linhas e se torna coisa, e não mais, apenas, objeto.

Isso não significa que a pipa, como um milagre, resolveu manifestar sua agência e agir, pois sabemos que ela não é um objeto orgânico, ela não foi tomada por uma força sobrenatural, mas entrou em um fluxo em que ela passa a ter vida, a fazer sentido. Com o vento, ela se move, rodopia, voa, cai, se prende nos fios. Com a ajuda de uma pessoa habilidosa, ela atinge grandes correntes de vento e sobe. Então, nesse momento, ela está dentro de um fluxo, ela não é mais um objeto sem vida, mas uma coisa dotada de vida por estar nesse fluxo.

Utilizando esse exemplo, podemos pensar no uso das máscaras durante a pandemia nas feiras. A máscara é um objeto que existe há séculos, existem relatos de uso do equipamento durante grandes epidemias no início do século XX. Porém, esse objeto, que ficava nas prateleiras e eram usadas apenas por profissionais específicos, ou, no caso das de pano, não existiam, passa a ser coisa ao entrar num novo fluxo. A máscara passa a ser máscara-no-rostto, uma coisa, que está sendo cruzada por diversos fluxos, linhas e, por sua vez, possui vida.

Como pudemos observar, a antropologia é bastante complexa em seu desenvolvimento. Ela foi formulada e reformulada diversas vezes pelo fato de estar

sempre em “autoquestionamento”. Assim como a antropologia, o conceito de cultura passou (e passa) pelo mesmo processo e, como dito no início, não possui uma definição fechada.

Se, no Ocidente, o perigo são os outros, quem são eles? Dentro da perspectiva cultura e natureza, o perigo está localizado no terreno da natureza, que é tudo o que sobra para além do “Eu Ocidental”. Esse processo de purificação é, como já percebemos, baseado em relações de poder. Poder que permite localizar o outro na perspectiva de natureza e se resguardar na cultura.

Se, até a década de 1980, a Antropologia buscava explicar que essa dicotomia Ocidente x os outros humanos, era uma dicotomia excludente (toda dicotomia não o é?), nas novas perspectivas antropológicas, não basta incluir não ocidentais como atores, mas é preciso levar em conta todo o resto do mundo. Ou seja, desfazer fronteiras estabelecidas na modernidade entre cultura e natureza. É preciso, portanto, estabelecer simetria entre humanos e não-humanos (ou outros mais que humanos). (Steil e Carvalho, 2012).

Segundo Steil e Carvalho (2012, p. 8), para Tim Ingold “*a produção de conhecimento e sua transmissão são indissociáveis do engajamento dos sujeitos no mundo e sua ação criativa no presente.*” Ou seja, é preciso que, para produzir conhecimento, levemos todas as formas de vida (não só seres orgânicos) em conta para análise. Logo

A dimensão ecológica no pensamento de Ingold possui um sentido muito mais profundo do que, simplesmente, a relação do *ser humano* com o ambiente, como se o primeiro pudesse se situar fora do mundo, como um ser autônomo e independente das forças da natureza. (Steil e Carvalho, 2012, p. 11).

Embora já tenhamos tocado no assunto, no decorrer deste trabalho, e importante retomarmos essa discussão para que possamos dar continuidade ao nosso raciocínio: embora a feira seja uma manifestação humana, ela não é isolada a pura humanidade. Para que ela exista, outros atores, seres, coisas e objetos participam de sua construção e, em diversos momentos, tais seres são os responsáveis pela manutenção ou suspensão do funcionamento das feiras. Vamos pensar um pouco por essa perspectiva?

4.2. Feiras como paisagens multiespecíficas

No decorrer deste trabalho falamos sobre como a feira, desde as décadas de 1950, vêm sendo alvo de críticas baseadas numa percepção de higiene e segurança. Por todo capítulo 3, discutimos a ideia de risco e como ele é constituído dentro de narrativas de poder e saber. Falamos sobre como a COVID-19 foi responsável pela estratégia de suspensão do funcionamento das feiras, partindo do argumento de serem locais de aglomeração e pouco controle sanitário.

Trouxemos o argumento utilizado por alguns feirantes de que a feira é um local aberto, portanto de circulação de ar, mas elas foram suspensas enquanto os supermercados permaneceram abertos, embora com restrições, por serem considerados serviços essenciais e locais mais controlados.

Quando nos voltamos para essa trajetória narrativa, percebemos que a feira não é só feita de gente. Outros atores estão presentes, mesmo que não sejam vistos a olho nu. Alimentos, bactérias, animais, coisas, vírus... Pensando nisso, você, leitor, já parou para pensar qual o tamanho de um vírus? Por curiosidade, trago essa informação: um vírus comum, como o da Influenza ou COVID-19, é 10 mil vezes menor que uma célula. Dez mil vezes menor que a menor estrutura do nosso corpo. Não é extraordinário que um ser infinitesimal possa gerar tantos transtornos e mudanças? Como podemos, então, excluir esses seres das nossas análises?

Segundo Vander Velden e Silveira (2021), a antropologia faz parte de um movimento que, a cada vez mais, tende a questionar a centralidade do ser humano na análise. Isso não significa negar sua agência, mas incluir outros agentes para se pensar a produção de paisagens. Esse processo é importante para dar protagonismo a outros atores e participantes na construção do mundo, que não apenas humanos.

O campo da antropologia que inclui pensar outros seres, que não apenas humanos, é bastante jovem, porém, tem produzido muitas pesquisas com temas variados. Pensar o animal para além de uma visão funcionalista, como um aporte para atividade humana, é um processo que demanda tirar os animais da posição de coisas para dar a eles, a agência que possuem. (Segata, Lewgoy, Vander Velden e Beliaqua, 2017).

Incluir outros seres (não apenas animais), permite que vejamos como o ser humano é parte integrante do mundo e como relações de poder, de exploração,

simbólicas e de simbiose são produzidas nesses encontros bem mais que humanos. (Segata, Lewgoy, Vander Velden e Beliaqua, 2017).

Segundo os autores,

Em termos gerais, a relação humano-animal tem sido tratada na antropologia contemporânea a partir de duas frentes relacionadas de discussão: uma política e outra epistemológica. A primeira envolve ativismos e novos movimentos sociais em torno de direitos e moralidades dos animais, enquanto a outra passa a questionar e a reposicionar qualidades e distinções entre eles e os humanos. (Segata, Lewgoy, Vander Velden e Beliaqua, 2017, p. 10).

Tais perspectivas são importantes pois, em primeiro lugar, questiona a dualidade cultura e natureza que discutimos no tópico anterior. Além disso, tira do ser humano a importância que ele se dá nas relações e construções do mundo. Esse ser humano que, em boa parte das vezes, não é um humano qualquer, mas um Ocidental.

Específico o ocidente nessa divisão porque outras cosmologias tendem a incluir outros seres, não como aportes, mas como parte fundamental do mundo, e como seres humanos em outras roupagens. Esse é o caso de alguns povos ameríndios, estudados por Viveiros de Castro (2014), em seu livro “A inconstância da alma selvagem”. Suas cosmologias são bem mais complexas do que me referi e se distanciam em diversos pontos da cosmologia Ocidental.

Quando questionamos as formas de ver como o mundo é construído, podemos colocar luz em agências e relações que foram e são silenciadas na produção do mundo tal qual ele é hoje. Ademais, podemos compreender como o protagonismo cego do ser humano gerou marcas que se tornaram irreversíveis, já que lida com o mundo como um espaço a ser consumido.

Não é gratuitamente que a inauguração de uma nova era geológica provocada pela ação humana, o Antropoceno, não seja algo que nos espante, mas que deveria levantar, ao menos, duas perguntas. A primeira, qual será nosso futuro diante das mudanças que provocamos? A segunda, como chegamos até aqui? As respostas estamos sentindo na pele e, caso não mudemos nossas relações com o mundo⁵⁵, as próximas gerações sintam ainda mais violentamente.

⁵⁵ Desde o pós Segunda Guerra Mundial e a criação da ONU, diversos debates e desafios foram propostos para a mudança das ações humanas sobre outros humanos e outros mais que humanos. A criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos; Conferência de Roma (1968), a Conferência

Mas, onde as feiras entram nessa história? Bom, podemos dizer que as feiras são paisagens, o que Vander Velden e Silveira (2021) chamam de “*artefatos multiespecíficos*”. Tais paisagens abrigam uma infinidade de relações multiespecíficas, que interagem entre si e constituem-se mutuamente.

Ainda, segundo os autores, essas

paisagens multispecíficas têm dimensões bastante variadas, e sua amplitude e seu esgarçamento indicam as enormes variâncias quanto ao fato de estarmos com os outros em relação, e que tais dimensões oscilam desde nichos de interações múltiplos que iriam de uma dimensão planetária, passando pelo país até a ecossistêmica de um corpo humano, a sua dança simbiótica e sinérgica celular (Vander Velder e Silveira, 2021, p. 3).

Para pensarmos um pouco melhor sobre a feira enquanto um ambiente multiespecífico, vamos trabalhar em duas frentes. Na primeira, vamos pensar alguns saberes tradicionais, ligados a dois produtos vendidos na feira: queijo minas ou meia cura e as garrafadas e os agentes envolvidos, como bactérias, germes e as plantas e suas disputas com a ciência e suas determinações. Na segunda, vamos pensar a relação entre humanos e animais para pensarmos a noção de higiene juntamente com a representação desse animal num ambiente alimentar.

4.2.1. Da purificação à continuidade: pasteurização do leite e eficácia das plantas

Quando se pensa sobre pureza, perigo, contaminação, entre outros, é quase automático incluir a noção moderna de sujeira ligada aos vírus e bactérias, ou melhor, aos famosos micróbios. É interessante refletir que essa percepção foi construída juntamente com a ciência, já que ela é fruto de conhecimentos, disputas e algumas construções modernas. O mundo microscópico é responsável por muitas das descobertas do século XX e tem agido intensamente desde então.

de Estocolmo (1972), a Comissão de Brundtland (1987), a Rio 92 (1992), a Rio +10 (2002), Rio +10 (2012) e a Agenda 2030 (2015) foram algumas das iniciativas encabeçadas pela ONU que, entre outras coisas, recomendaram medidas de ações sustentáveis e objetivos de mudança de ação, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O problema aqui é que tais objetivos (ODS), embora sejam muito coerentes, não são viáveis para todos os países, principalmente para os que vivem de exploração de minérios e apresentam extrema pobreza e desigualdade, por exemplo. E, obviamente, nenhum desses objetivos, 17 no total, sugerem o fim ou superação do sistema capitalista.

A ideia de limpeza e sujeira, por exemplo, que também é fruto de um processo de purificação que os agentes microscópios nos ofertaram, se intensifica após as descobertas de Pasteur em 1856) E digo, nos ofertaram, porque com Pasteur, ganharam protagonismo que, posteriormente, a ciência insistiu e ainda insiste em neutralizar através de processos de purificação. (Latour, 2017; Dias, s/d).

Esse é o caso clássico da ciência que, de repente, traz à luz, agentes que antes não pareciam existir, pois, apesar da ciência ter conhecimento sobre um universo microscópico, esse universo era composto pelo que Antony Van Leeuwenhoek, o criador do primeiro microscópio, chamava de “animálculos”, os quais, segundo o cientista e sua teoria da biogênese, eram frutos de decomposição de plantas e animais, ou seja, de matéria não viva. (Latour, 2017; Dias, s/d).

O exemplo de Pasteur, tão bem trabalhado por Latour (2017), vem a calhar para a tese porque o cientista trabalhava, também, com a análise do fermento lácteo⁵⁶. A ação desse fermento era atribuída a uma reação química, portanto, uma reação sem agentes vivos. Apenas depois de desmascarar os micro atores que se encontravam na ação de talhar o leite, é que o mundo microscópico passa a ser incluído nas análises científicas.

A descoberta realizada por Pasteur não inaugura o estudo das doenças ou dos microrganismos, mas “dá nome aos bois” e, conseqüentemente, agência, já que antes eles pareciam não agir para o ser humano, embora agissem. Podemos pensar um pouco mais sobre isso ao trazer alguns estudos históricos sobre “*O Nascimento Do Hospital*” e “*O Nascimento da Medicina Social*” realizados por Michel Foucault (2012) e compilados em seu livro “*A Microfísica do Poder*”.

Segundo o autor, é com o aumento dos aglomerados urbanos, principalmente após o século XVIII, que as doenças e epidemias passam a ser um problema social e estrutural do Estado. Antes de se ter ciência da existência de vírus e bactérias, algumas medidas, como a separação de leitos e quartos de acordo com os sinais e sintomas das doenças⁵⁷, foram fundamentais para o controle destas.

⁵⁶ Em suas pesquisas, Pasteur se interessava pela ação dos fermentos, incluindo a fermentação de bebidas, carnes e leite.

⁵⁷ O autor cita, inclusive, a experiência de separação de pacientes com fraturas expostas e outras feridas abertas dos pacientes com tosse ou sinais de infecção, como febre. Essa separação, realizada a partir da observação dos pacientes que se mantinham juntos, diminuiu o caso de mortes de pacientes com fraturas que, por conta do quadro e possibilidade de contaminação do local, comumente desenvolviam o que hoje chamamos de sepse ou infecção generalizada (definida como a presença de

Mas, só com o controle do próprio hospital e das ações dos médicos, como higienizar as mãos a cada paciente, uso de máscaras e luvas, separação de leitos, limpeza de materiais, entre outros cuidados, o hospital passa a ser um local de tratamento e não mais um morredouro. Esse processo já demonstra uma certa domesticação do ser humano pelos microrganismos, embora esses estivessem agindo por trás das cortinas.

Podemos ilustrar o impacto desses microrganismos no universo humano e da alimentação com a comercialização dos queijos e sua problemática para o Brasil, por exemplo. Como já foi dito, uma das minhas entrevistadas comercializa queijos artesanais e sua banca é bastante movimentada e tradicional nas feiras. A sua importância é tão grande que ela foi referenciada por diversas vezes por outros feirantes: *“Você já falou com a Maria do Queijo?”*

Como vendedora e produtora de laticínios, Maria é recortada por diversas disputas ligadas a alimentos derivados de leite. Enquanto queijo artesanal meia cura (mineiro) e fresco (goiano), os queijos no Brasil passam por várias regulamentações que dificultam a produção artesanal e a comercialização desse tipo de queijo em alguns estabelecimentos.

Em um artigo publicado na revista Horizontes Antropológicos em 2020, Cintrão e Dupin (2020) discorrem sobre as disputas de poder referentes à produção, venda e consumo de queijos artesanais no Brasil e o quanto pequenos produtores rurais sofrem com as regulamentações em prol de uma vigilância que também está pautada numa biopolítica de exclusão. Os autores chamam a atenção para as disputas entre legislações federais e estaduais, como no caso de Minas Gerais.

De acordo com os autores, desde a era industrial no Brasil, o processo de urbanização (como já mencionamos) nasce acompanhado por uma preocupação exacerbada pela higiene, desde o ambiente público até as medidas individuais cotidianas (lavar as mãos, banhos, trocas de roupa, uso de guardanapos, lenços e escarradeiras, entre outras). A ideia de sujeira acaba sendo vinculada à noção de

disfunção orgânica secundária a uma agressão infecciosa). Os hospitais, hoje, possuem protocolo de sepse – por ser um quadro grave – como uma das principais formas de controle e utilizam alguns parâmetros como as chamadas SIRS (Síndrome da Resposta Inflamatória Sistêmica), como aferição de temperatura (>37,8°C ou <35°); frequência cardíaca (>90bpm); frequência respiratória (a > 20 rpm, ou PaCO₂ < 32 mmHg); leucócitos totais; além das disfunções orgânicas e da alteração de lactato. (Zoppi, 2017).

impureza, portanto, perigo, atraso. Essa foi um dos argumentos para a Reforma Passos, já mencionada aqui. (Cintrão e Dupin, 2020).

A ideia de confiança ligada aos processos de purificação de práticas cotidianas, dos espaços públicos e das produções industriais estão, portanto, conectadas. Porém, práticas que não são consideradas seguras ou confiáveis, como a produção artesanal de laticínios, não deixaram de existir. Apesar da sua resistência, a criação de legislações sanitárias pautadas na interdição de práticas artesanais tem tornado a sua manutenção cada vez mais difícil. (Cintrão e Dupin, 2020).

Segundo os autores, a década de 1990 foi marcada pelo aprofundamento das ações de fiscalização, que agora estavam mais agressivas. Tomando a liberdade de trazer algumas reminiscências para a tese, me lembro que, durante a infância, nos anos 1990, todos os dias a ‘carroça do leite’ passava pela rua na qual morava, no interior de Minas Gerais. Lembro-me, também, que em algum momento, essa carroça parou de passar e ao indagar sobre sua ausência para minha mãe, ela disse que aquele leite não era pasteurizado, porque era perigoso e por isso estava proibido.

Não sabia o que significava aquela expressão “pasteurizado”, mas depois de alguns anos ela se tornou familiar. A ausência da ‘carroça do leite’, coincidiu com diversas reportagens com cenas muito marcantes: carroças com centenas de queijo sendo descartados. Para uma criança, aquilo pareceu um tanto quanto violento.

Essas práticas foram comuns até o início dos anos 2000, o que colocava em risco a economia informal, pequenos produtores e a soberania sobre a própria produção do queijo minas, que para ser considerado queijo minas, deve ser feito com o leite cru, o grande terror das regulamentações sanitárias.

Segundo (Cintrão e Dupin, 2020, p. 243)

a regulação sanitária dos alimentos, apesar de se construir sob a ótica da objetividade, cientificidade e impessoalidade, com a justificativa de “proteção da saúde da população”, se apresentando como puramente científica (e, portanto, “neutra”), embute um conjunto de práticas biopolíticas (Foucault, 2005, 2008) e avaliações culturais e morais ancoradas numa percepção colonial que têm gerado, por efeito, o favorecimento de modelos e valores industriais de produção em grande escala, fazendo emergir resistências e controvérsias relacionadas a questões sociais, mas também sobre “alimentos seguros”.

Os autores chamam a atenção para a divergência entre as análises e estudos das amostras coletadas pelos especialistas e a avaliação dos consumidores. Enquanto especialistas tendem, a partir de análises, condenar quase todos os queijos, como “impróprios para o consumo”, os consumidores partem da sua relação com o comerciante ou produtor e do sabor do queijo. Ou seja, há um jogo de forças entre ciência e senso comum, que tende a questionar a agência e conhecimento desse senso comum.

Mas, porque discorrermos sobre isso para falarmos de humanos e não-humanos? Quando olhamos para as feiras livres como locais de consumo alimentar sendo seu principal foco, não podemos deixar de lado as agências de *outros seres mais que humanos*.

Nesse sentido, ao pensarmos em toda essa trajetória do queijo e sua relação com sistemas de poder que são, por vezes, recortados por agentes não-humanos, como bactérias, percebemos que eles agem e que esses seres possuem um protagonismo maior do que pensamos.

Segundo os autores

A regulação sanitária envolve complexos emaranhados legais e institucionais, da escala global à local, configurando-a como uma biopolítica (Foucault, 2005, 2008), numa governamentalidade que conjuga dispositivos jurídico-legais (proibições), mecanismos da ordem da vigilância (que buscam prescrever nos mínimos detalhes como deve ser a produção) e instrumentos da ordem da segurança (que colocam em cena o laboratório¹²), que *visam governar à distância a atividade econômica, a vida social e a conduta de pessoas e microrganismos, à luz de determinadas concepções do que é bom, saudável, normal, virtuoso, eficiente e lucrativo*. (Cintrão e Dupin, 2020, p. 247, grifo meu).

No fim das contas, o que parece ser o desejável é a ausência dos não-humanos nesse processo de purificação. Obviamente, a tentativa de padronização e assepsia dos alimentos é impossível, porque para que sejam alimentos, devem vir de um lugar não-humano. Embora essa conclusão pareça óbvia, a purificação e ausência cada vez maior de microrganismos é, também, uma proposta de complexificação da produção e, assim como o processo civilizador observado por Elias, que gera distâncias entre nobreza e plebe, no caso da produção cria um distanciamento entre

a indústria e o artesanal, colocando o segundo sempre mais próximo do impuro, incontrolável e, por sua vez, contaminado.

Há, portanto, uma guerra entre os processos de purificação e os seres invisíveis, que a ciência insiste em demonizar. Quantos aparatos são necessários para nos isolar dos seres microscópicos? Segundo os autores, as legislações sanitárias *“apoiadas em modernas tecnologias, buscam prever e ordenar racionalmente a realidade, menosprezando fatores culturais, investindo contra os instrumentos de trabalhos locais [...] e exigindo modificações no ambiente e nas condutas.”* (Cintrão e Dupin, 2020, p. 248).

Para conseguirmos pensar nessa lógica de negociações entre cultura e natureza, civilização e selvageria, humanos e não-humanos, podemos ilustrar essas relações com um pequeno esquema. Nele, podemos localizar determinados elementos mais próximos e/ou distantes de um dos extremos:

Esquema 1: Cultura e Natureza



Fonte: Criado pela autora

Todas essas negociações já estão presentes na vida cotidiana das feiras, pois, para consumir ali é preciso saber que a assepsia tem suas limitações, logo, sua relação com a feira se afasta um pouco do extremo “Cultura”.

Durante a tese mencionamos os cuidados de alguns feirantes para com a higiene, como o uso de máscaras e álcool, em uma medida de evitação e extermínio de agentes “invasores”, vírus, bactérias, entre outros. Essa, portanto, é uma tentativa de se aproximar do extremo da “Cultura” e se distanciar do extremo “Natureza”.

A prática de cuidado com a manipulação dos alimentos esteve presente com mais clareza em três bancas em que o perigo de contaminação parecia mais facilitado: esses eram os casos das bancas de queijo, guariroba e de garrafadas, como já retratamos as disputas relacionadas à produção do queijo, e, no capítulo 2,

trabalhamos a banca da guariroba e os cuidados de seu Nivaldo⁵⁸, vamos pensar um pouco melhor sobre a banca das garrafadas.

No caso da banca de garrafadas, a divisão cultura e natureza não parece fazer sentido, pois se aproxima mais do que foi discutido por Manuela Carneiro da Cunha (2009), em *Cultura com aspas*. Por isso, fato dos produtos se inserirem em uma perspectiva de saber tradicional parece disputar com a ciência, mas não na dicotomia Natureza e Cultura e, diferente dos outros produtos vendidos na feira, as garrafadas se afastam da classificação de alimento, pois possuem função de cura.

O conhecimento presente na formulação dos produtos de seu Carlos Robertos está vinculado a um saber que foi passado de geração em geração e não adquirido através da educação escolar. Durante a entrevista, o raizeiro relata: *“Aprendi isso com umas pessoas que tinham idade na minha família, minha avó, outros parentes, então, só fui aprender com a família”*.

Pensando nessas controvérsias, não é em vão que um dos principais pontos de sua fala se centrava na disputa entre saberes médicos e saberes tradicionais. Para isso, ele relata que a sua primeira garrafada para mulheres foi para uma moça que não poderia ter filhos, segundo os médicos. Dois meses depois de tomar a garrafada, ela engravidou.

Suas garrafadas são voltadas, no geral, para o público feminino⁵⁹ e tratam infecção, dificuldade de engravidar, promovem, também, o que ele chama de limpeza de útero. Ao ser perguntado sobre como ele se estabeleceu enquanto raizeiro, ele respondeu: *“quando comecei, comecei com nada. Só com um pouquinho de trem e aí foi só revalidando, revalidando... e pessoas mais velhas veio para apresentar mais coisas, aprender mais”*

Ao dizer que seus conhecimentos e eficácia de seus produtos passaram por processo de revalidação por parte de sua clientela e por enriquecimento por parte de

⁵⁸ A banca de seu Nivaldo é interessante por diversos aspectos. Dentre eles, vale ressaltar que ao ser questionado sobre a colheita de guariroba, o feirante respondeu que existem plantações da palmeira, porque há uma lei de proteção da planta nativa, ou seja, com mais de 10 anos de idade, que não pode ser cortada. Não encontrei nenhuma referência a essa lei, mas é interessante levarmos em conta essa informação. Porém, segundo a cartilha de Recomendações de Boas Práticas de Manejo da Gueroba (Guariroba), “o corte da gueroba adulta é uma prática que vem sendo evitada pelos agricultores, por causa dos benefícios ecológicos, forrageiro e ornamental.” (Andrade *et. al.*, 2013, p. 30).

⁵⁹ Após a transcrição das entrevistas, percebi que não me atentei para uma questão que, posteriormente, me tocou: será que o fato de ele ser entrevistado por uma mulher enviesou as respostas ligadas às funções de suas garrafadas? Como as garrafadas não eram rotuladas, não consigo afirmar se ele produzia os produtos, exclusivamente, para o público feminino.

‘pessoas mais velhas’, seu Carlos Roberto se aproxima muito do que Lévi-Strauss (1976) discute sobre a Ciência do Concreto. *“Para elaborar as técnicas, muitas vezes longas e complexas, que permitissem cultivar-se terra, ou então, ainda utilizar essa toxicidade para a caça, a guerra, o ritual, foi preciso, não duvidamos, uma atitude de espírito verdadeiramente científica[...]”* (Lévi-Strauss, 1976, p. 35).

A revalidação, portanto, se ancora na efetividade ou na eficácia dos seus conhecimentos para a produção de garrafadas e, ao mesmo tempo, o conhecimento vai se acumulando com a ajuda de outros agentes – pessoas mais velhas e maior intimidade com o universo das plantas. Sem a presença das plantas e de seu ordenamento e classificação, a relação planta-raizeiro-pacientes não seria possível.

Pensando nisso, podemos continuar com o auxílio de Lévi-Strauss (1976) que, ao fazer uma longa revisão de diversos antropólogos e historiadores relacionada ao saber de diversos povos, admite que existem formas distintas de pensamento científico, ou seja, o pensamento científico moderno não inaugura o conhecimento baseado em experimentações, observação e classificação do mundo sensível que têm como função a organização do caos do mundo.

Pensar outros saberes não ocidentais embaça as fronteiras entre um e outro e transparece que a divisão Cultura x Natureza é um constructo cultural, simbólico e ideológico. Trago o exemplo das garrafadas por dois motivos: o primeiro, é a relação de aproximação do universo não-humano (plantas) que se produz com as garrafadas e, o segundo, o questionamento do saber médico (humano/cultura/ocidente) por seu Carlos e por sua clientela, ao confirmar que é possível fazer ciência de outro modo. Em ambos os casos, a agência das plantas está presente.

No caso da profissão de raizeiro, a flora é uma grande aliada para a continuação de suas práticas e perpetuação de seus saberes. Não se faz garrafadas com monoculturas e a presença das plantas é fundamental. No caso de seu Carlos Roberto, ao ser questionado como ele acessa as plantas, ele responde *“algumas eu panho, outras eu ganho”*. Há, portanto, uma rede de trocas de plantas medicinais, além da colheita, embasada no conhecimento e intimidade com o reino vegetal. Porém, grandes monoculturas ou cultivares tendem a suprimir a diversidade de espécies de plantas da quais o raizeiro precisa.

A presença das plantas e suas funções, reafirma vegetais enquanto agentes e a sua agência é bem-vinda nessa relação, que é domesticada, ou seja, é familiar. São suas propriedades juntamente com o talento do raizeiro que farão a diferença. E

é aqui que percebemos um processo de diferenciação entre a produção das garrafadas, que possuem propriedades, e os processos de normatização e controle sanitário dos queijos, que tentam incessantemente, neutralizar a agência de microrganismos e, conseqüentemente, purificar o produto através das práticas de pasteurização e análises.

4.2.2. Pombos, humanos e “humanos-menos-que humanos”

Durante as minhas pesquisas, antes mesmo de entrar em campo pela primeira vez, algumas questões já se faziam presentes como foco de análise e caminhavam para as relações multiespécies, mesmo que eu não soubesse disso. Como, por exemplo, pensar o alimento e a relação dele com o risco sanitário e como as pessoas operacionalizavam essas relações.

Com o decorrer da pesquisa e a entrada em campo, a ideia de higiene, comida e consumo foi sendo reorganizada. Percebi que os atores “bactérias”, ligados à sujeira e impureza, cruzavam as falas e as noções de limpeza dos consumidores. Estar comendo na rua já era uma relação estabelecida entre humanos (consumidores) e não-humanos (bactérias) e isso não poderia ser evitado, portanto.

Juntamente com essas concepções, temos a ideia de sujeira ligada ao lixo e restos jogados do chão, que foi muito frequente no primeiro campo e reafirmada no segundo. Essa, por sua vez, abre espaço para outras relações com animais que nem sempre estão no acordo presente no acordo anterior, por isso, são associações indesejadas. Esse é o caso da presença dos pombos, mosquitos e moscas. Para esse tópico, nos focaremos nos primeiros.

Durante as minhas visitas em campo, sem dúvidas, a presença dos pombos eram as mais incômodas. Em especial no CEPAL Sul, às quartas-feiras, a presença maciça desses animais era constante e eles eram frequentemente enxotados pelos feirantes. Estavam em todos os lugares e aproveitavam a ausência dos comerciantes ou a atenção voltada para os clientes para ocupar espaços nas bancas, por isso, não era raro vê-los pousar sobre as bancas, próximos ou em cima de alimentos.

Como dito, nas quartas-feiras, com menor número de bancas e, conseqüentemente, pessoas, os pombos tomavam conta do local. Em alguns momentos, sendo, inclusive, hostis e “folgados” ao não saírem quando espantados e se manterem próximos e na espreita para aproveitarem uma nova oportunidade. Em

algumas bancas, como a de milho, a presença dos animais não parecia incomodar tanto, talvez não por não serem indesejados, mas por serem inevitáveis.

Figura 29: Pombos da feira do CEPAL – Quarta-feira



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

Os pombos⁶⁰ possuem uma relação conturbada com a população urbana no Brasil e são, em geral, animais que carregam o peso de ser uma “praga urbana”, muitas vezes chamados de “ratos com asas”. Diferente de outros países que fazem consumo alimentar desses animais, como europeus e asiáticos, no Brasil eles são considerados uma carne proibitiva, ou seja, estão inseridos na ordem de tabu alimentar. Tem-se uma relação de nojo e distanciamento com esses animais, embora eles estejam presentes em praticamente todas as paisagens urbanas brasileiras.

O que nos leva a crer que nem sempre a relação estabelecida numa paisagem é amistosa.

Trata-se, assim, de pensarmos as paisagens não como “palcos” ou “cenários”, mas como entes que são justo as formas em devir

⁶⁰ “As principais aves sinantrópicas encontradas nas grandes áreas urbanas no Brasil são da Ordem Columbiformes, mas comumente o pombo-doméstico (*Columbia livia*) e, em algumas regiões, os pombos-de-bando (*Zenaida auriculata*). Os Columbiformes têm vasta distribuição no planeta, são granívoros e frugívoros, com excelente capacidade de voo e convivem em bandos. (Ferreira, 2012, p. 18)

configuradas tensionalmente pelos partícipes ativos de todos os seres que, juntos, constituem rítmica e mutuamente o mundo, por onde se movimentam e vibram como possibilidades de coexistências (Silveira 2020). Neste sentido, paisagens multispecíficas é sobre não ser, não viver e não se produzir sozinho. (Vander Velden e Silveira, 2021, p. 4).

Em um artigo interessante publicado na revista *Ñanduty*, Sarah Moreno (2021), faz uma análise da relação desse animal (pombo) com os seres humanos no Porto de Santos, indicando as tensões presentes entre humano e não-humano, que são vistos, no caso dessas aves, como pragas a serem controladas. Esse processo envolve questões legais e sanitárias que, em caso de falta de controle, incidem em multas e outras problemáticas. Estamos aqui, novamente, em um processo de purificação em duas frentes: do animal *sujo* e das doenças (microrganismos) que ele, supostamente, carrega.

Assim como em Santos, os pombos em Goiânia são considerados perigosos. Esse risco é oficializado com a classificação desses animais como Fauna Sinantrópica⁶¹ Nociva, pela Instrução Normativa (IN) 141/06 do IBAMA, que define Fauna Sinantrópica Nociva como “*fauna sinantrópica que interage de forma negativa com a população humana, causando-lhe transtornos significativos de ordem econômica ou ambiental, ou que represente riscos à saúde pública*”. (Moreno, 2021).

Segundo o site da Prefeitura de Goiânia, é de responsabilidade da Diretoria de Vigilância em Zoonoses o controle dos animais sinantrópicos (o município não utiliza o adjetivo *nocivo*) e, para isso, compete à Gerência de Controle de Animais Sinantrópicos a orientação e realização da vigilância em relação a roedores, pombos e outros não-humanos, como morcegos, primatas e animais peçonhentos. (Goiania, 2023).

Essa relação conturbada já foi pauta, inclusive de um projeto de lei municipal em 2009, de autoria do, então vereador, Maurício Beraldo (PSDB) que previa o uso de anticoncepcionais para tais animais, o que foi visto com cautela pelo IBAMA, visto o risco de afetar a reprodução de aves não-alvo.

Embora os artigos que se referiam ao uso de anticoncepcionais para controle reprodutivo dos pombos tenham sido vetados, em 29 de outubro, a Lei Municipal n.

⁶¹ Fauna Sinantrópica ou Animais Sinantrópicos são os animais que vivem em proximidade do ser humano sem que façam parte do grupo de animais domésticos ou animais de abate e/ou trabalho. É o caso dos pássaros, roedores, animais peçonhentos, entre outros.

8852/2009, que dispõe sobre a política de controle da natalidade de pombos foi aprovada. A lei sanciona campanhas educativas relacionadas à posse de aves domésticas e proíbe alimentação de pombos e outras aves no município. Pessoas que descumprirem a lei estão sujeitas a ações socioeducativas e, em caso de reincidência, multas.

A redução da disponibilidade de alimentação é importante para o controle desses animais, já que alimento em abundância pode ocasionar o aumento de posturas de ovos, de uma média de três para seis ao ano. Isso reflete na superpopulação dos animais e justifica as legislações de redução de oferta de alimento para os pombos. (Ferreira, 2012)

Vale lembrar que relação multiespecífica não é significa inimizade. Podemos perceber relações muito amistosas, como foi narrado por Haraway (2021), em relação aos cães e, de forma diferente, por Silveira e Silva (2017), ao relatar a relação entre os macacos-de-cheiro e os humanos no Bosque Rodrigues Alves em Belém do Pará. No caso dos macacos, tais animais tendem a procurar pela movimentação humana em busca de comida e os humanos procuram os macacos em busca de contato. A oferta e procura por alimento parece ser um foco de relações em diversas socialidades multiespecíficas.

Em uma relação mais divergente, como no caso dos pombos, os animais tendem a ser indesejados e temidos. Mas, há de se pensar que se eles “invadiram” as cidades brasileiras e, no caso de Goiânia, ainda mais as feiras, esta invasão não acontece enquanto uma ‘Revolução dos Bichos’ (Orwell, 2007), mas foi, obviamente, provocada, tanto pela introdução do animal nas cidades brasileiras (e do resto do mundo) pelos europeus no século XVIII quanto pela produção de resíduos que, não só permitem, mas convidam esses animais para verdadeiros banquetes.

No caso dos pombos, por sua representação social, humanos tendem a comportar-se, em sua maioria, de maneira hostil em relação aos animais. Porém, assim como assinalado pelos autores Silveira e Silva (2017), outras relações podem ser de aproximação, como o caso dos macacos e humanos, mas em ambos, a comida é um meio de aproximação. No caso dos pombos nas feiras, no fim do expediente, a presença humana se manifesta no CEPAL pelo acúmulo e descarte de lixo, enquanto os pombos são percebidos, por fezes e penas espalhadas pelo galpão.

Em relação ao medo ou nojo que essa relação produz, o comportamento dos pombos é considerado perigoso e um facilitador para a contaminação (o

comportamento humano também não o é?). Isso porque esses animais tendem a modificar sua posição entre o solo (local de alimentação) e locais mais elevados⁶² (locais de pouso) o que envolve um forte bater de asas que favorece a “*suspensão de partículas secas, como pó, sujeira, fezes ressecas [...] e, porventura, agentes patogênicos*”. (Ferreira, 2012, p. 19, **grifo meu**).

Segundo a autora, em alguns estudos mais recentes, foram relacionados 60 patógenos envolvendo as doenças em pombos. Alguns deles representam um grande potencial de risco para a avicultura e para a saúde pública, como o caso da *Salmonella spp*⁶³ e a *Chlamydia psittaci*, também conhecida como ornitose. (Ferreira, 2012; Rocha-e-Silva; Maciel; Teixeira; Salles, 2014)

Quando olhamos para ambientes multiespecíficos, ao nos esgueirarmos pelas possibilidades de interrelações, percebemos que existem mais autores do que somos capazes de enxergar em uma primeira observação. Esses atores, embora não sejam vistos a olho nu, como no caso dos patógenos carregados e transmitidos pelos pombos, eles são responsáveis pela intermediação da relação humana com não-humanos.

Logo, percebemos que a relação humanimal nas feiras passa pelos microrganismos e causam uma relação nada amistosa, embora haja um limite de tolerância para a presença dos animais na feira. Além dessas relações descritas, não podemos esquecer que existe um processo longo de intermediação entre animais e humanos, como leis, instituições e ações que, de tempos em tempos, aparecem na disputa.

Mas, dentro do universo humano não são apenas os pombos (pobres coitados) que aparecem como veículos para o adoecimento humano. Diversos patógenos, como os da dengue, malária, febre amarela, doença da vaca louca, gripe

⁶² No caso da feira do CEPAL de quarta-feira, os locais mais elevados são bancas das feiras e estruturas metálicas do teto do próprio CEPAL.

⁶³ “Embora não existam muitos relatos de infecção alimentar em humanos ocasionados por pombos, são vários os registros acerca da presença de *Salmonella spp.* nessas aves, não podendo ser descartada a possibilidade da transmissão do patógeno ao ser humano e a outros animais, o que gera grandes transtornos na economia e na saúde pública.” (Rocha-e-Silva; Maciel; Teixeira; Salles, 2014, p. 192)

aviária, varíola dos macacos e, supostamente, ebola⁶⁴, HIV⁶⁵ e o do próprio COVID-19 parecem ter surgido da aproximação humanos e não-humanos.

Segundo Segata (2017, p. 20)

Epidemias da gripe aviária e suína, a doença da vaca louca, a leishmaniose visceral ou os problemas em torno das chamadas espécies invasoras dimensionam o debate político, moral e epistemológico que envolve animais, a saúde humana e suas infraestruturas e ambientes.

Logo, a aproximação com seres não-humanos parece fazer parte de uma escala de risco. Essa aproximação tende a ser mais arriscada quando os não-humanos em questão não foram domesticados e, até certo ponto, humanizados, como é o caso dos cães da contemporaneidade⁶⁶.

Lévi-Strauss (2009), em seu texto “A lição de sabedoria das vacas loucas”, traz com uma perspectiva pouco otimista a relação entre homem e animal e as consequências dessa colonização humana sobre seres não-humanos. Para isso, o autor recorda um trecho da obra de Auguste Comte, em que o filósofo traz três níveis evolutivos dos animais. (1) Animais que causam prejuízo ao homem e deve ser destruído. (2) Animais escravizados para a alimentação do homem, considerados diferenciados de animais por serem, praticamente, experimentos. (3) Seres quase-humanos, como animais domesticados para companhia e auxílio, como cães e gatos. No caso, os pombos e demais animais sinantrópicos no Brasil parecem figurar o primeiro grupo.

Esse aspecto de marginalização de alguns animais não é um problema específico em Goiânia. Segundo Moreno (2021), esse processo está intimamente ligado à transição do rural para o urbano nas cidades brasileiras. As cidades são, ou deveriam ser, ambientes exclusivamente humanos e a presença de animais remete ao rural. Falamos no início da tese sobre a Reforma Passos que era um modelo de

⁶⁴ Ebola, assim como HIV e COVID-19, não possui uma origem clara, mas acredita-se ter sido originada do contato com algumas espécies de morcego. (Brasil, s/d)

⁶⁵ A origem do HIV ainda é bastante obscura. Segundo um artigo publicado na Revista Science, em 2014, há a possibilidade do HIV que vitimou mais de 75 milhões de pessoas, ter surgido de algumas mutações de um tipo de HIV presente entre chipanzés na República Democrática do Congo. No referido artigo, os autores incluem o desenvolvimento de meios de transportes e as mudanças sociais como grandes aliadas para a transmissão do vírus. (Faria; Rambaut; Suchard; Baele; Bedford; Ward; Tatem; Sousa; Arinaminpathy; Pépin, 2014)

⁶⁶ Isso nem sempre foi assim, até pouco mais de meados do século XX, cães vadios eram considerados inconvenientes, sendo, muitas vezes, recolhidos pela “carrocinha” e sacrificados.

urbanidade que clamava pelo processo de purificação, e nesse processo, vários atores não era bem-vindos, como no caso de animais em geral e alguns humanos. O que nos leva a crer que a cidade não é para todo mundo.

Sarah Moreno (2021) ao se referir ao trabalho de Nádya Farage (2013), vai dizer que uma das características do Estado e suas ações de limpeza urbana estão pautadas no controle, tanto do espaço e natureza, como do corpo humano. Esse aspecto nos remete a um processo de exclusão do que as autoras chamaram de “sujeitos indesejados”, pois eram supostamente contaminados. Ou seja, “a necessidade era de se fazer da cidade, do espaço urbano, um ambiente de limpeza e livre de doenças, pestes e epidemias, opondo o ambiente urbano moderno ao rural atrasado.” (Moreno, 2021, p. 289).

Goiânia, enquanto uma cidade planejada, participa dessa construção de purificação, principalmente quando pensamos em seu processo de construção que estão envoltas em negociações e disputas políticas e ideológicas. Descreveremos brevemente a história de Goiânia no último capítulo desta tese.

Falamos sobre as relações humanimal que se estabelecem nas feiras de Goiânia, puxando para a relação entre pombos e humanos e suas relações conflitantes. Não podemos deixar de notar que, embora o animal não atente de maneira direta contra a vida dos humanos, ele representa um risco que, por vezes, parece muito mais pautado na imagem que se construiu sobre este animal.

Quando nos aproximamos do processo de construção simbólica e ideológico relacionada à periculosidade de um ser, percebemos que as relações humano e não humano e cultura e natureza são processos de negociação locais e não, determinismos locais. Podemos verificar isso, pelo fato de que vários animais que fazem parte da fauna Sinantrópica nociva no Brasil, são animais que participam da dieta alimentar em outros locais, como os próprios pombos, roedores, morcegos, entre outros animais.

No caso dos pombos no Brasil, parece ser um consenso a posição de marginalização dos pombos. Mas, durante o campo, além deles, outros seres marginalizados me chamaram a atenção: pessoas em situação de rua.

Assim como em grande parte das capitais brasileiras, o número de pessoas em situação de rua tem crescido devido a vários fatores, como desemprego. Após a pandemia de COVID-19, que reverberou em crises de desemprego, fechamento de empresas e aumento da violência doméstica, o número de pessoas desabrigadas

cresceu muito. No caso de Goiânia, segundo o NECRIVI, a população de pessoas em situação de rua aumentou, pelo menos, cinquenta por cento.

Uma das características dos CEPAL, além de abrigar feiras livres, é abrigar vários outros eventos, como feira de carros, feiras especiais e eventos variados da prefeitura. Pelo fato de possuírem uma estrutura básica, como energia, banheiros e água, esses centros tendem a ser sempre ocupados, por feirantes, passantes, visitantes, pessoas em situação de rua, animais.

Durante o campo, as feiras visitadas se diferenciavam, além dos produtos e dias da semana, também pelos tipos de ocupação que podíamos presenciar ali. Como já dito anteriormente, as feiras do Setor Oeste/Sul (Feira do Dom Bosco), eram mais assépticas e isso se dava tanto pelo próprio aspecto de limpeza da feira quanto pela ausência dos “sujeitos indesejados” (Moreno, 2021).

A presença de pessoas em situação de rua foi mais frequente e perceptível nas feiras do CEPAL, embora, a ocupação fosse diferente em cada dia da semana. Nas quartas, como as feiras eram muito reduzidas, as pessoas em situação de rua utilizavam o espaço enquanto espaço público, utilizando suas estruturas, principalmente os banheiros e se escondendo do sol.

Aos sábados, como a ocupação do galpão é quase completa, a forma de ocupação das áreas também se modifica, e os moradores de rua passam a fazer parte integrante da paisagem da feira e não apenas de seus arredores. Aos sábados, diferente das quartas, os pombos, por outro lado, “somem” na paisagem que é ocupada por humanos. Há, então, um processo de negociação dos espaços.

Pessoas em situação de rua aparecem na paisagem como ocupantes de um entrelugar ou de quase-não-humanos. No caso do CEPAL, são frequentemente hostilizados ou invisibilizados e, muitas vezes, a presença dessas pessoas é vista como sinal de risco ou de desconforto. Em alguns momentos, alguns entrevistados comentaram sobre o grande problema do CEPAL, que eram os banheiros, que também era utilizados por pessoas em situação de rua. Aqui, mais uma vez, algumas concepções perpassam as relações ali estabelecidas.

De acordo com o que pude notar, o fato de pessoas marginalizadas não consumirem e/ou pedirem comida era um fato incômodo para muitos feirantes. Alguns deles não gostavam que pagássemos ou comprássemos alimento para tais sujeitos. Em outros momentos, o medo de contaminação relacionada a dividir o uso de espaços como o banheiro, também apareceram no campo.

Esse processo de exclusão de indesejados, mesmo que não seja realizado de maneira explícita, faz parte de um processo de micro (as vezes nem tão micro assim) e repetidas violências que esses sujeitos estão submetidos, que remetem a um sistema de higiene social, de certa forma, tem como objetivo a purificação ao estilo cultura e natureza e urbano e rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Considero o título “Considerações Finais” um pouco inadequado aqui. Embora tenha me permitido “bater o martelo” e finalizar a tese, uma tese nunca é realmente finalizada. Ela se limita pelos prazos, pelas páginas e pelo fôlego de quem escreve. No caso da Antropologia, uma tese parece ser uma ferramenta que tenta parar o tempo de vivências que não se limitam num espaço de 200 e poucas páginas. A vida continua acontecendo e sempre aconteceu fora dela. Mas, apesar disso, é preciso chegar ao fim...

Nesta tese me propus a pesquisar como as feiras constroem e são construídas através de noções que tangem o consumo e como relações sociais permeiam este consumo, levando em conta a concepção dos clientes. Com o campo e o auxílio da bibliografia, foi perceptível que a feira é um microuniverso social, onde relações, trocas, atritos, opiniões e noções de mundo navegam. E é esse processo que torna a feira um ambiente tão rico em ser explorado na pesquisa antropológica.

Fazer a feira é um processo, ela é construída de acordo com os locais, dias e horários em que é realizada e se modifica de feira para feira. As pessoas, os produtos e as relações se estabelecem e fluem ali. Portanto, a feira não é apenas um mercado a céu aberto, ela é um núcleo de relações.

Algumas das perguntas que me levaram a pensar em estudar as feiras foi “por que as feiras permanecem?” e “como a feira concorre e se fortalece frente a outras formas de comércio que oferecem mais conforto e praticidade?”, a resposta veio com o campo. Ao levantar tais questionamentos, foi possível perceber que as feiras não são apenas canais de acesso à alimentação. A feira é mais do que troca comercial, ela se consolida nos laços de amizade e confiança.

A feira está, portanto, em uma posição mais local e, até mesmo familiar, pois é incluída na ideia de lazer e programa de família, por muitos usuários. Aqui, o conceito de Circuito Inferior de Milton Santos nos ajudou na elucidação do sentido dessa relação das pessoas com a feira.

No caso de Goiânia, as feiras parecem ter uma potência ímpar e participam do dia-a-dia da população com muita frequência. Embora não seja, necessariamente, um evento festivo em todos os dias de ocorrência, é um ponto de encontro semanal, independente do dia da semana. Nas feiras circulam dinheiro, alimentos, animais,

microrganismos e pessoas que estabelecem relações, ora amigáveis, ora hostis. Na capital goiana, as feiras são partes fundamentais das relações humanas e não-humanas.

Após sermos todos atravessados pela COVID-19 e a paralisação da pesquisa, o questionamento sobre a manutenção das feiras foi inevitável: “será que as feiras vão conseguir se manter?”. Enfrentando diversas dificuldades, a feira não só se manteve como se adaptou e, de certa forma, se fortaleceu, já que as novas gerações, para manter seus pais e avós em casa, passaram a frequentar esse espaço.

Com os novos atores e suas medidas de segurança, como o uso das máscaras, o distanciamento, a maior frequência de uso de álcool e o medo, algumas categorias emergiram na análise. Em um primeiro momento, a categoria de risco apareceu, correlacionada tanto à ideia de risco alimentar e consumo, quanto a noção de risco ligado à pandemia. Estávamos de frente a novas possibilidades e a pesquisa mudou de caminho.

Quando as feiras foram suspensas por conta da COVID-19 e o mundo, até certa medida, “parou”, eu me perguntei: *“como um ser tão pequeno pode ter tamanha influência?”* Essa pesquisa me levou para novos rumos e novos agentes emergiram. Percebemos que mesmo com a suspensão das feiras e outras tantas disputas, as feiras resistiram e resistem.

Ou seja, apesar do risco, alguma coisa era mais forte. Obviamente, a necessidade de manutenção de renda por parte dos feirantes e a aquisição de alimentos por parte dos consumidores foram pontos essenciais. A feira não seria mais a mesma por muito tempo.

Inicialmente, junto com o risco veio o medo e o receio de contrair a doença, que ainda não era muito conhecida. Junto com o medo, vieram as máscaras e o distanciamento que fez com as feiras parecessem menores e menos movimentadas. Além disso, veio a preocupação específica com os idosos, o grande grupo de risco inicial, junto com o medo veio a ausência desse público nas feiras, que até o período do campo não voltaram totalmente. Apesar de tudo, as feiras resistiram.

Todo esse processo de disputa que percebi com a COVID-19 emergiram agências que, embora estivessem ali e já fizessem parte da pesquisa, como no caso das preocupações com higiene e saúde, ainda não estavam claramente incluídas. Pensar no vírus e nas mudanças causadas por sua propagação acarretaram novas perspectivas.

Ou seja, as feiras podem ser pensadas como um microuniverso multiespecífico e oferecem a possibilidade de criação de laços e relações, que são constituídas por redes de confiança e amizade, que fazem dela muito mais do que um ponto de comércio. Por um lado, é a confiança e a amizade que neutralizam os não-humanos indesejados, como no caso das bactérias e outros riscos ligados à contaminação. Por outro lado, é a mesma rede de amizade que intensifica e oficializa a eficácia da ação dos não-humanos, como nos casos das plantas e sua ação curativa.

Enquanto paisagens multiespecíficas, a feira também guarda relações de socialidade entre humanos e não-humanos indesejados, que embora façam parte da paisagem e convivam entre si, sua presença sempre remonta a um risco maior do que o ligado a qualquer alimento comercializado ali.

Na feira, ainda, se trocam alimentos por dinheiro, cumprimentos, amizades, notícias, fofocas e informações. Ela é, então, um foco de socialidade que nasce e se encerra em sua montagem e desmonte e, semanalmente, reestabelece sua dinâmica, nem sempre da mesma forma.

A feira, como disse Maria, “é uma vida”. Por isso, é pulsante.

REFERÊNCIAS:

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 99-138.

AGAMBEN, Giorgio; et al. *Sopa de Wuhan: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias*. Madrid: ASPO, 2020. 188 p.

Agência de Vigilância Sanitária – Anvisa. *Resolução RDC N° 49*, de 31 de outubro de 2013. Dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências. Diário Oficial União. 1 nov 2013.

AGOSTINHO, TÂNIA MARIA DE SOUZA. *Perfil do risco sanitário de alimentos comercializados em feiras especiais de Goiânia-GO*. Dissertação. Goiânia. UFG. 2013.

AGULHON, Maurice. *História vagabunda: etnología e política em la Francia contemporánea*. México: Instituto Mora, 1994.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *Voices de Tchernóbil: a história oral do desastre nuclear*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016

ALEXANDER, Jeffrey C.. O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais - Rbcs*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 1-25, jun. 1987. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/publicacoes-sp-2056165036/rbcs/233-rbcs-04#>. Acesso em: 10 set. 2020.

ALEXANDRIA, Katherine. *Sem feiras livres, produtores de Goiânia relatam prejuízos no campo*. 2021. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/economia/sem-feiras-livres-produtores-de-go%C3%A2nia-relatam-preju%C3%ADzos-no-campo-1.2216395> Acesso em: 10 de abril de 2021

ANDRADE, et. al. *Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável da gueroba*. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza, 2013

ANTONY van Leeuwenhoek: inventor do microscópio. *Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial* [online]. 2009, v. 45, n. 2 [Acessado 26 Julho 2023], Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1676-24442009000200001>>. Epub 05 Ago 2009. ISSN 1678-4774. <https://doi.org/10.1590/S1676-24442009000200001>.

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*, 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

APPADURAI, Arjun. *The Future as Cultural Fact: Essays on the Global Condition*. London: Verso, 2013.

BAL, Mieke. Conceptos Viajeros en las Humanidades. In.: *Estudios Visuales: Estética, Historia Del Arte, Estudios Visuales*. n. 3. Janeiro de 2006.

BARBOSA, Livia. *Sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004

BARROS, Nathália. *Novela da Globo mostra uma Goiânia que não existe mais*. 2014.. Disponível em: Jornal Opção
<https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/novela-da-globo-mostra-uma-goiania-que-nao-existe-mais-2103/>. Acesso em: 25 out. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. 94 p.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010. 368 p.

BECKER, Howard S. *Outsiders*. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENDZ, Anna; BOHOLM, Åsa. Drinking water risk management: local government collaboration in west sweden. *Journal Of Risk Research*, [S.L.], v. 22, n. 6, p. 674-691, 6 dez. 2018. Informa UK Limited.
<http://dx.doi.org/10.1080/13669877.2018.1485168>

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte, UFMG, 2007

BITTENCOURT, Blenda Domingues e CALLIARI, Márcio. Feiras Livres de Goiânia – Goiás – Brasil: Estudo sobre a participação de feirantes agricultores familiares. In: *Revista Humanidade e Inovação*, v. 8, n. 57, 2021.

BOHOLM, Åsa. The cultural nature of risk: can there be an anthropology of uncertainty?. *Ethnos*, [S.L.], v. 68, n. 2, p. 159-178, jan. 2003. Informa UK Limited.
<http://dx.doi.org/10.1080/001418403200009772>

BORGES, Larissy Barbosa. *Entre sons, aromas e sabores: as feiras em Goiânia: história, referência cultura e hibridação entre o moderno e o tradicional*. 2013. 175 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Iphan, Rio de Janeiro, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: Crítica social do julgamento*. 2ª ed. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007

BRASIL. Assembleia Legislativa. Projeto de Lei PL 4908/2016. Altera a Lei nº 11.105, de 2005 (Lei de Biossegurança), no que diz respeito aos rótulos de produtos alimentares com organismos geneticamente modificados - OGM ou seus derivados. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2081397>. Acesso em: 12 de jan. de 2021. Texto original.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2015 PLC 34/2015. Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 que dispõe sobre a Lei de Biossegurança para liberar os produtores de alimentos de informar ao consumidor sobre a presença de componentes transgênicos quando esta se der em porcentagem inferior a 1% da composição total do produto alimentício. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120996>. Acesso em: 12 de jan. de 2021.

BRASIL. Agência Senado. Senado. *Comissão rejeita projeto que tira de rótulos a indicação de transgênicos*. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/11/19/comissao-rejeita-projeto-que-tira-de-rotulos-a-indicacao-de-transgenicos>. Acesso em: 12 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Ministério da Saúde. ANVISA. Recomendações para a comercialização de produtos alimentícios em feiras livres, sacolões e varejistas. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/feirantes-e-produtores-devem-seguir-orientacoes-de-prevencao-contra-o-coronavirus-para-comercializacao-de-hortifrutis/FeirasFinal0704.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Segurança em Saúde. *Painel Coronavírus*. 2021. Elaborada por DATASUS. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde de A a Z: Ebola. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/e/ebola#:~:text=A%20doen%C3%A7a%20afeta%20os%20seres,casos%20de%20ebola%20no%20Brasil>. Acesso em: 15 de mar. 2023

BRASIL. *I Plano Nacional de Desenvolvimento*. PND 1972/1974, Brasília, 1971

BRASIL. OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19. In: *UnaSUS*. 09 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/oms-declara-fim-da-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-referente-a-covid-19> Acesso: 18 de maio de 2023

BRASIL. Presidência da República. *DECRETO Nº 10.282, DE 20 DE MARÇO DE 2020*. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais

CAFÉ DA MANHÃ. A propagação do coronavírus pelo mundo. Entrevistados: Esper Kallás e Marcelo Leite. Entrevistadores: Rodrigo Vizeu e Magê Flores. Folha de S. Paulo. 28 de jan. 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/49NLYjOYLipULq0x4yj6bF>.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000

CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975

CARDOSO, Tiago Mota e DEVOS, Rafael Victorino. Apresentação dos Editores. In: TSING, Anna Lowenhaupt. *Viver nas ruínas: multiespécies no antropoceno*. Brasília: IEB Mil folhas, 2019

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASTIEL, Luis David; GUILAM, Maria Cristina Rodrigues; FERREIRA, Marcos Santos. *Correndo o risco: uma introdução aos riscos em saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. 136 p. (Coleção Temas em Saúde)

CHAPARRO, Yan Leite; MACIEL, Josemar de Campos; JESUS, Davi Nilo de. A era do antropoceno e contextos de emergências e desastres: reflexões com e a partir das populações tradicionais e sociedades indígenas. *Revista Nanduty*, [S.L.], v. 11, n. 17, p. 1-8, 20 jun. 2023. Universidade Federal de Grande Dourados. <http://dx.doi.org/10.30612/nty.v11i17.17218>

CINTRÃO, Rosângela Pezza. Segurança alimentar, riscos, escalas de produção - Desafios para a regulação sanitária. *Vigilância Sanitária em Debate*, [S.L.], v. 5, n. 3, p. 3, 31 ago. 2017. *Vigilancia Sanitaria em Debate: Sociedade, Ciencia y Tecnologia*. <http://dx.doi.org/10.22239/2317-269x.00971>

CINTRÃO, Rosângela Pezza; DUPIN, Leonardo Vilaça. Microbiopolítica e regulação sanitária: desacordos entre ciência e saberes locais na produção dos queijos minas artesanais. *Horizontes Antropológicos*, [S.L.], v. 26, n. 57, p. 239-274, ago. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832020000200009>.

CODEX ALIMENTARIUS. *About Codex Alimentarius*. Disponível em: <https://www.fao.org/fao-who-codexalimentarius/about-codex/en/> Acesso em 07/07/2023

_____. *Standards*. Disponível em: <https://fao.org/fao-who-codexalimentarius/codex-texts/list-standards/tr/>. Acesso em 07/07/2023

CONTRERAS, Jesús; GRACIA, Mabel. *Alimentação, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

COSTA, Thadeu Estevam Moreira Maramaldo; DIAS, Aline Peçanha Muzy; SCHEIDEGGER, Érica Miranda Damasio; MARIN, Victor Augustus. Avaliação de risco dos organismos geneticamente modificados. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 327-336, jan. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232011000100035>.

CRUTZEN, Paul e STOERMER, Eugene. The “Anthropocene”. *Global Change Newsletter*, 42: 2000: 17-18, 2000

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac & Naif, 2009.

_____. Questões suscitadas pelo conhecimento tradicional. **Revista de Antropologia**, [S.L.], v. 55, n. 1, p. 439-464, 7 dez. 2012. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2012.46971>. Acesso em 25 de julho de 2023

DaMATTA, Roberto. As Festas da Ordem. In: *O Que Faz do Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986, pp. 81-93.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a Filosofia?* São Paulo: Editora 34, 2010.

DESCOLA, Philippe. AS DUAS NATUREZAS DE LÉVI-STRAUSS. *Sociologia & Antropologia*, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 35-51, nov. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752011v122>.

DIAS, Ingrid da Silva. A História do surgimento da Microbiologia: Fatos Marcantes. Disponível em

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu*. Lisboa: Edições 70, 1991.

DUARTE, A. C. S. *As representações do comer saudável e suas traduções no cotidiano de mulheres que trabalham fora de casa*. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

DUMAS, Lloyd Jeff. *Lethal Arrogance: human fallibility and dangerous technologies*. New York: St. Martin'S Press, 1999.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994

EMBRAPA. A situação dos transgênicos no Brasil foi debatida na Câmara dos Deputados. 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/29521579/a-situacao-dos-transgenicos-no-brasil-foi-debatida--na-camara-dos-deputados>. Acesso em: 10 jan. 2021

FARIA, Nuno R.; RAMBAUT, Andrew; SUCHARD, Marc A.; BAELE, Guy; BEDFORD, Trevor; WARD, Melissa J.; TATEM, Andrew J.; SOUSA, João D.; ARINAMINPATHY, Nimalan; PÉPIN, Jacques. The early spread and epidemic ignition of HIV-1 in human populations. *Science*, [S.L.], v. 346, n. 6205, p. 56-61, 3 out. 2014. American Association for the Advancement of Science (AAAS). <http://dx.doi.org/10.1126/science.1256739>.

FAUBION, James et al. On the anthropology of contemporary. In: *Hau, Journal of Ethnographic Theory*, 6(1), 2016.

FARAGE, Nádia. "De ratos e outros homens: resistência biopolítica no Brasil moderno". In: LÉPINE, C; HOFBAUER, A; SCHWARCZ, L. M. (Org.) *Manuela Carneiro da Cunha: o lugar da cultura e o papel da Antropologia*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2011.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura De Consumo E Pos-Modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995. (Coleção Cidade Aberta. Série Megalopolis). Tradução de: Júlio Assis Simões.

FERREIRA, V. L. *Avaliação sazonal do perfil sanitário de pombos-domésticos (Columba livia) em áreas de armazenamento de grãos e sementes no Estado de São Paulo*. 2012. 78f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

FONSECA, Paulo F.C.; GUIVANT, Julia S. A dramaturgia dos peritos na ciência regulatória brasileira: o caso da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.26, n.1, jan.-mar. 2019, p.123-144.

FORMAN, S. *Camponeses: sua participação no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da Sociedade: curso no College de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

FREIDBERG, Susanne. Assembled but unrehearsed: corporate food power and the “dance” of supply chain sustainability. *The Journal Of Peasant Studies*, [S.L.], v. 47, n. 2, p. 383-400, 14 dez. 2018. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2018.1534835>

FRUGOLI Jr., Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2005, V. 48 Nº 1.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989

GIDDENS, Anthony. *Capitalism and modern social theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 236 p.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, Anthony; LASH, Scott; Ulrich Beck. *Modernização Reflexiva*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 89-167. Tradução de: Magda Lopes.

GOFFMAN, Ervin. *Frame analysis*. Nova York, Harper & Row, 1974.

GOIÂNIA (Município). *Decreto nº 1601, de 22 de fevereiro de 2021*. Decreto Nº 1601 de 22/02/2021. Goiânia, GO, 22 fev. 2021. Mantém Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Goiânia e dispõe sobre medidas de enfrentamento

da pandemia da COVID-19 provocada pelo SARS-CoV-2 e suas variantes, no âmbito do Poder Executivo do Município de Goiânia

GOIÂNIA (Município). *Decreto nº 1646, de 27 de fevereiro de 2021*. Decreto Nº 1646 de 27/02/2021. Goiânia, GO, 27 fev. 2021. Altera o Decreto nº 1.601, de 22 de fevereiro de 2021.

GOIÂNIA (Município). Decreto nº 2095, de 27 de março de 2021. Decreto Nº 2095 de 27/03/2021. Goiânia, GO, 27 mar. 2021. Altera o Decreto nº 1.601, de de 22 de fevereiro de 2021.

GOIÂNIA (Município). *Lei Nº 8852, de 29 de outubro de 2009*. Dispõe sobre a política de controle da natalidade de pombos e dá outras providências. GO: Diário Oficial do Município de Goiânia, 2009.

GOIÂNIA (Município). *Feiras*. Prefeitura de Goiânia. Disponível em: [http://www4.goiania.go.gov.br/portal/Dados/uploads/arquivos/2/431516431481481.p](http://www4.goiania.go.gov.br/portal/Dados/uploads/arquivos/2/431516431481481.pdf) df. Acesso em: 10 jan. 2021.

GOIANIA: Vila Finsocial. Vila Finsocial. 2018. Goiânia de Norte a Sul. Disponível em: https://goiasdenorteesul.com.br/programa_goiania--vila-finsocial-_77. Acesso em: 10 mar. 2021.

GONÇALVES, Alexandre Oviedo e ABDALA, Mônica Chaves. “Na Banca Do ‘Seu’ Pedro É Tudo Mais Gostoso”: Pessoaalidade E Sociabilidade Na Feira-Livre», *Ponto Urbe* [Online], 12 | 2013, posto online no dia 31 julho 2013, consultado o 10 jun. 2021. URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/528>; DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.528>

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal* (Salvador, 1780 - 1860). Tradução Berilo Vargas. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2013

HAN, Byung-Chul. *A sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2019. 136 p. Tradução de: Enio Paulo Giachini.

HAN, Byung-Chul. O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã, segundo o filósofo Byung-Chul Han: países asiáticos estão lidando melhor com essa crise do que o ocidente. enquanto lá se trabalha com dados e máscaras, aqui se chega tarde e fecham fronteiras. Países asiáticos estão lidando melhor com essa crise do que o Ocidente. Enquanto lá se trabalha com dados e máscaras, aqui se chega tarde e fecham fronteiras. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html>. Acesso em: 20 fev. 2021.

HARAWAY, Donna. *O manifesto das espécies companheiras*: cachorros, pessoas e alteridade significativa. 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021

HARAWAY, Donna. *Quando as espécies se encontram*. São Paulo: Ubu Editora, 2022

HERZFELD, Michael. *Intimidade cultural: poética social no estado-nação*. São Paulo: Edições 70, 2008. 361 p.

HOBBSAWN, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOOKS, Bell. "Intelectuais negras". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-476, 1995.

HOLSTON, James. "Espaços de cidadania insurgente". In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, 1996.

HUI, Yuk. *Tecnodiversidade*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

IDEC (Brasil). A rotulagem dos produtos transgênicos está ameaçada! 2017. Atualizado em 13 out. 2020. Disponível em: <https://idec.org.br/campanha/fim-da-rotulagem-dos-alimentos-transgenicos-diga-no>. Acesso em: 10 jan. 2021.

IDEC (Brasil). Entre desertos e pântanos: quando a geografia urbana é um obstáculo para a alimentação saudável. In: *Alimentando Políticas*. 2022. Disponível em: https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/05/idec-urban-food-sources-fact-sheet_a4-site.pdf Acesso em: 06 de julho de 2023

INGOLD, Tim. Sobre levar os outros a sério. In: _____, *Antropologia: para que serve?* Petrópolis: Vozes, 2019. P. 7-19

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, [S.L.], v. 18, n. 37, p. 25-44, jun. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832012000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/JRMDwSmzv4Cm9m9fTbLSBMs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 jun. 2023.

INGOLD, Tim. A evolução da sociedade. In: FABIAN, A. C. (Org.). *Evolução: sociedade, ciência e universo*. Bauru: Edusc, 2003. p. 107-131.

ISAAA. Global Status of Commercialized Biotech/GM Crops in 2019: *Biotech Crops Drive SocioEconomic Development and Sustainable Environment in the New Frontier*. ISAAA Brief No. 55. ISAAA: Ithaca, NY, 2019.

JOHNSTON, E. *A century later, Spanish flu pandemic still holds valuable lessons for Japanese and global health experts*. In: *Japan Times*. Tokyo, 2019.

KÖCHE, José Carlos. *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2011

- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami*. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015
- KRENAK, Ailton. *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019
- KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru/SP: EDUSC, 2002.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: Um Conceito Antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- LATOUR, Bruno. *Reagregando o social*. Salvador: Edufba, 2012; Bauru: EDUSC, 2012
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- LATOUR, Bruno. *Vida de Laboratório*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1978.
- LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora*. São Paulo: Unesp, 2017.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História (capítulo XVIII). In: *Antropologia Estrutural Dois*. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993, p. 328-366
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional. 1976
- LÉVI-STRAUSS, Claude. A lição de sabedoria das vacas loucas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 206-211, 2009
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Trilhas Patrimoniais de Goiânia. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; MACHADO, Laís Aparecida (org.). *Formas e tempos da cidade*. Goiânia: Cênone Editorial, 2007. p. 243-258.
- LOVERLOCK, James. Gaia – um modelo para a dinâmica planetária e celular. In: THOMPSON, William Irwin (org.). *Gaia: uma teoria do conhecimento*. São Paulo: Gaia, 2014.
- LUCHESE, G. *Globalização e Regulação Sanitária: os rumos da Vigilância Sanitária no Brasil*. 2001. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - ENSP/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2001
- MACHADO, Laís Aparecida. Uma cidade no sertão. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; MACHADO, Laís Aparecida (org.). *Formas e tempos da cidade*. Goiânia: Cênone Editorial, 2007. p. 49-88.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. ju 2002, p. 11-29, 2002.

Disponível em:

https://biblio.fflch.usp.br/Magnani_JGC_40_1268679_DePertoEDeDentro.pdf.

Acesso em: 28 jul. 2021

MAGNANI, José Guilherme Cantor & SOUZA, Bruna Mantese de (orgs.) *Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*. São Paulo, Terceiro Nome, 2007

MAHLER, Christiane Ramos; SILVA, Ciro Augusto de Oliveira e. Conceitos, estilos e formas arquitetônicas. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; MACHADO, Laís Aparecida (org.). *Formas e tempos da cidade*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2007. p. 109-124.

MALINOSWSKI, Branislau. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1978)

MASCARENHAS, Gilmar e DOLZANI, Miriam C. S. Feira Livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. In: *Ateliê Geográfico*. Goiânia v. 2, n. 2 ago./2008 p.72-87.

MASCARENHAS, G. Ordenando o espaço público: a criação das feiras livres na cidade do Rio de Janeiro. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (62). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-62.htm>> [ISSN: 1138-9788] Acesso em 25 de ago. 2020

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MENDES, J. Tradução do artigo “The ‘anthropocene’”, de Paul Crutzen e Eugene Stoermer. *Anthropocenica. Revista de Estudos do Antropoceno e Ecocrítica* 1: pp. 113-116, 2000

MENÉNDEZ, Eduardo L.. Modelos de atención de los padecimientos: de exclusiones teóricas y articulaciones prácticas. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 185-207, 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232003000100014>.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A história, cativa da memória? Para um mapemanejo da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, (34), 9-23, 1992. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i34p9-23>

MENEZES, S. de S. M.; ALMEIDA, M. G. de. Pamonha, alimento identitário e territorialidade. *Mercator* (Fortaleza), v. 20, p. e20002, 2021.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/ Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MINTZ, Sidney W.. Cultura: uma visão antropológica. *Tempo*, Niterói, v. 14, n. 28, p. 223-237, jun. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000100010&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 05 maio 2021.

MILLER, Karina M Herrera. De/colonialidad alimentaria. Transformaciones simbólicas en el consumo de la quinua en Bolivia. *Razón y Palabra*, Quito, v. 20, p. 33-50, 2016

MOREIRA, Anderson da Silva et al. Fatores associados ao não uso de preservativo por adolescentes brasileiros: uma revisão sistemática. *Research, Society And Development*, [S.L.], v. 11, n. 5, p. 1-16, 15 abr. 2022. Research, Society and Development. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i5.28450>.

MOREL, Aline Pereira Sales; REZENDE, Liviane Tourino e SETTE, Ricardo de Souza. Negócio Feira Livre: análise e discussão sob a perspectiva do feirante. In: *Revista Extensão Rural*, v. 22, n. 4, out/dez. 2015

MORENO, Sarah Maria. Paisagens portuárias: uma etnografia das relações entre humanos e pombos no porto de santos. In: *Nanduty*. v. 9, p. 272-301, 2021

NAZARETH, Carolina Cadima Fernandes. Classificar é preciso? Uma análise sobre as representações do rural e urbano no distrito de Cruzeiro dos Peixotos em Uberlândia - MG. 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

NAZARETH, Carolina Cadima Fernandes *et al.* Comida como cultura e autocuidado: consumo alimentar e noções de comer saudável entre mulheres frequentadoras das feiras de goiânia, goiás (br). In: COLLAÇO, Janine Helfst Leicht; BARBOSA, Filipe Augusto Couto; ROIM, Talita Prado Barbosa (org.). *Cidades e Consumo: comida, cultura e saúde*. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2018. p. 97-139. (Coleção Diferenças – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Universidade Federal de Goiás).

OSPAÍSES que restringiram ou baniram o Telegram. *BBC News: Brasil*. São Paulo, p. 1-1. 27 abr. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx8p40q7qgvo#:~:text=R%C3%BAssia%2C%20China%2C%20Ir%C3%A3%20e%20Belarus%3A%20tentativas%20de%20banir&text=Durov%2C%20que%20al%C3%A9m%20de%20fundador,russas%20dados%20de%20ativistas%20ucranianos> Acesso em: 24 maio 2023

ORTNER, Sherry. Dark Anthropology and the other: theory since the eighties. In: *Hau: Journal of Ethnographic Theory*, 6(1), 2016.

ORTNER, Sherry. Historical contexts, internal debates, and ethical practice. In: *Hau*,: *Journal of Ethnographic Theory*, 6(2), 2016.

ORTNER, Sherry. Teoria na Antropologia desde os 60. In: *Mana*, 17(2), 2011.

ORTNER, Sherry. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: MIRIAM PILLAR GROSSI (Blumenau) (org.). *Reunião Brasileira de Antropologia (2ª Goiânia - 2006): conferências e práticas antropológicas*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 45-80.

ORWELL, George. *A revolução dos bichos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

PEDROSA, Breno Viotto. Sauer, Boas, Kroeber and superorganic culture: notes on the relationship between geography and anthropology. *Confins*, [S.L.], n. 23, 1 mar. 2015. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/confins.9958>.

PEREIRA, A. M. M. A resposta à Covid-19 na China: planejamento central e governança nacional da vigilância e atenção à saúde. In: MACHADO, C. V., PEREIRA, A. M. M., and FREITAS, C. M., eds. *Políticas e sistemas de saúde em tempos de pandemia: nove países, muitas lições* [online]. Rio de Janeiro, RJ: Observatório Covid-19 Fiocruz; Editora Fiocruz, 2022, pp. 47-79. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-129-7. <https://doi.org/10.7476/9786557081594.0003>

POLLAK. Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricas*. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989. P. 3-15

POLLAK. Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 200-212

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del Poder y Des/colonialidad del Poder. In: *XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología*, Buenos Aires, 2009

REIS-CASTRO, Luísa; FLEISCHER, Soraya; SEGATA, Jean. Apresentação. *Ilha Revista de Antropologia*, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 07-20, 23 nov. 2020. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8034.2020v22n2p7>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/78207/44645>. Acesso em: 26 maio 2023.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Medo Global. In: *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2020. Available at: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2325--boletim-semanal>. Access: 20 mai. 2022.

ROCHA-E-SILVA, Roberta Cristina da; MACIEL, William Cardoso; TEIXEIRA, Régis Siqueira de Castro; SALLES, Rosa Patrícia Ramos. O pombo (*Columba livia*) como agente carreador de *Salmonella spp.* e as implicações em saúde pública. *Arquivos*

do Instituto Biológico, [S.L.], v. 81, n. 2, p. 189-194, abr. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1808-1657000702012>.

RUI, Taniele; FRANÇA, Isadora Lins; MACHADO, Bernardo Fonseca; ROSSI, Gustavo; ARRUTI, José Maurício. Antropologia e pandemia: escalas e conceitos. *Horizontes Antropológicos*, [S.L.], v. 27, n. 59, p. 27-47, abr. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832021000100002>

SAHLINS, Marshall. Capítulo 4. “La Pensée Bourgeoise – a sociedade ocidental enquanto cultura”. In: *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SAID, Edward W. *Orientalismo: oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTANA, F. T. M., & SOARES, M. R. *Reformas Passos: cem anos de uma intervenção excludente*. In: XII Encuentro de Geógrafos de América Latina. Montevideo: GEGA, 2009

SANTOS, Milton. *O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SATO, Leny. *Feira Livre: organização, trabalho e sociabilidade*. São Paulo: Edusp, 2012

SEBRAE (Brasil). *O cultivo e o mercado do pequi: o pequizeiro, assim como outras fruteiras nativas, é base alimentar de populações do cerrado brasileiro.. O pequizeiro, assim como outras fruteiras nativas, é base alimentar de populações do cerrado brasileiro..* 2016. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-cultivo-e-o-mercado-do-pequi,0966438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 14 fev. 2021

SEGATA, Jean; LEWGOY, Bernardo; VELDEN, Felipe Vander; BEVILAQUA, Ciméa. Apresentação. *Horizontes Antropológicos*, [S.L.], v. 23, n. 48, p. 9-16, ago. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-7183201700020000>

SEGATA, Jean; SCHUCH, Patrice; DAMO, Arlei Sander; VÍCTORA, Ceres. A Covid-19 e suas múltiplas pandemias. *Horizontes Antropológicos*, [S.L.], v. 27, n. 59, p. 7-25, abr. 2021. FapUNIFESP (SciELO). Acesso em: 25 de setembro de 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832021000100001>.

SENA, Selma Custódia. Uma narrativa mítica do sertão. *Avá. Revista de Antropología*. 2010; (17): Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=169020996005> Acesso em 12 de maio de 2021

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: As consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. São Paulo, Record, 2011

SILVA, R. C. M. E .. A teoria da pessoa de Tim Ingold: mudança ou continuidade nas representações ocidentais e nos conceitos antropológicos?. *Horizontes Antropológicos*, v. 17, n. 35, p. 357–389, jan. 2011.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; SILVA, Matheus Henrique Pereira da. Dos galhos às grades: cotidiano e relações interespecies no “bosque”: reflexões sobre as interações face a face entre humanos e macacos-de-cheiro (*saimiri sciureus sciureus*) na cidade (Belém-PA). *Horizontes Antropológicos*, [S.L.], v. 23, n. 48, p. 99-127, ago. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832017000200005>.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SPIVAK, Gaiatry Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STEIL, Carlos Alberto e CARVALHO, Maria Cristina de Moura. Apresentação. In: _____ (Orgs.). *Cultura, percepção e ambiente: diálogo com Tim Ingold*. São Paulo: Editora Terceiro Norte, 2012. P. 7-14

STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2014

STREHLAU, Suzane . A Teoria do Gosto de Bourdieu Aplicada ao Consumo de Marcas de Luxo Falsificadas. In: *XXIX Encontro da ANPAD*, 2005, Brasília. Anais do XXIX Encontro da ANPAD, 2005

TSING, Anna Lowenhaupt. *Viver nas ruínas: multiespecies no antropoceno*. Brasília: IEB Mil folhas, 2019

TRAMONTANO, Lucas. “Corpo de monstro, mente de cientista”: contradições nos discursos médicos e leigos acerca do uso da testosterona como anabolizante muscular. In: *Anais da VI Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia*, Campinas, v. 3, n. 3, p. 94, 08 mar. 2019. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/2770/2632>. Acesso em: 05 jul. 2023.

VANDER VELDEN, Felipe e SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. Humanos e outros que humanos em paisagens multiespecíficas. In: *Ñanduty*. v. 9, p. 1-18, 2021.

VELHO, G. Observando o familiar. In: VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para um a antropologia da sociedade contemporânea*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2014

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de Esquina: A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005

WOLF, Eric R. Cultura, ideologia, poder e o futuro da antropologia. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, pág. 153-163, abril de 1998. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000100007&lng=en&nrm=iso >. acesso em 05 de maio de 2021.

ZOPPI, Daniel. Sepse e choque séptico na emergência. In: *Revista Qualidade HC*. Ribeirão Preto – SP, USP, 2018.

ZUBA, Fernando. Telegram não entrega dados completos à PF sobre neonazistas, e Justiça determina suspensão da plataforma no país. 2023. *G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/26/telegram-nao-entrega-dados-completos-a-pf-sobre-neonazistas-e-justica-determina-suspensao-da-plataforma-no-pais.ghtml>. Acesso em: 24 maio 2023

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, Fernanda, *et al* (Orgs.). *Tecnopolíticas da vigilância : perspectivas da margem*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018

ZUKIN, Sharon. The social production of urban cultural heritage: identity and ecosystem on an amsterdam shopping street. *City, Culture And Society*, [S.L.], v. 3, n. 4, p. 281-291, dez. 2012. Elsevier BV.

Anexo 1

Lista de entrevistados:

Nome	Tempo de feira	Produto
Adair Batista	22 anos	Biscoitos fritos (doces e salgados), café e chá
Carlos Roberto da Silva	30 anos	Raízes e medicamentos naturais
Donizete Ribeiro Leão	40 anos	Café
Everildo Ribeiro Leão	52 anos	Hortifruti
Luiz Carlos Dias de Oliveira	50 anos	Feijões, arroz integral e café
Maria Flora de Assis	45 anos	Doces, embutidos e queijos
Nivaldo Batista da Silva	42 anos	Guariroba